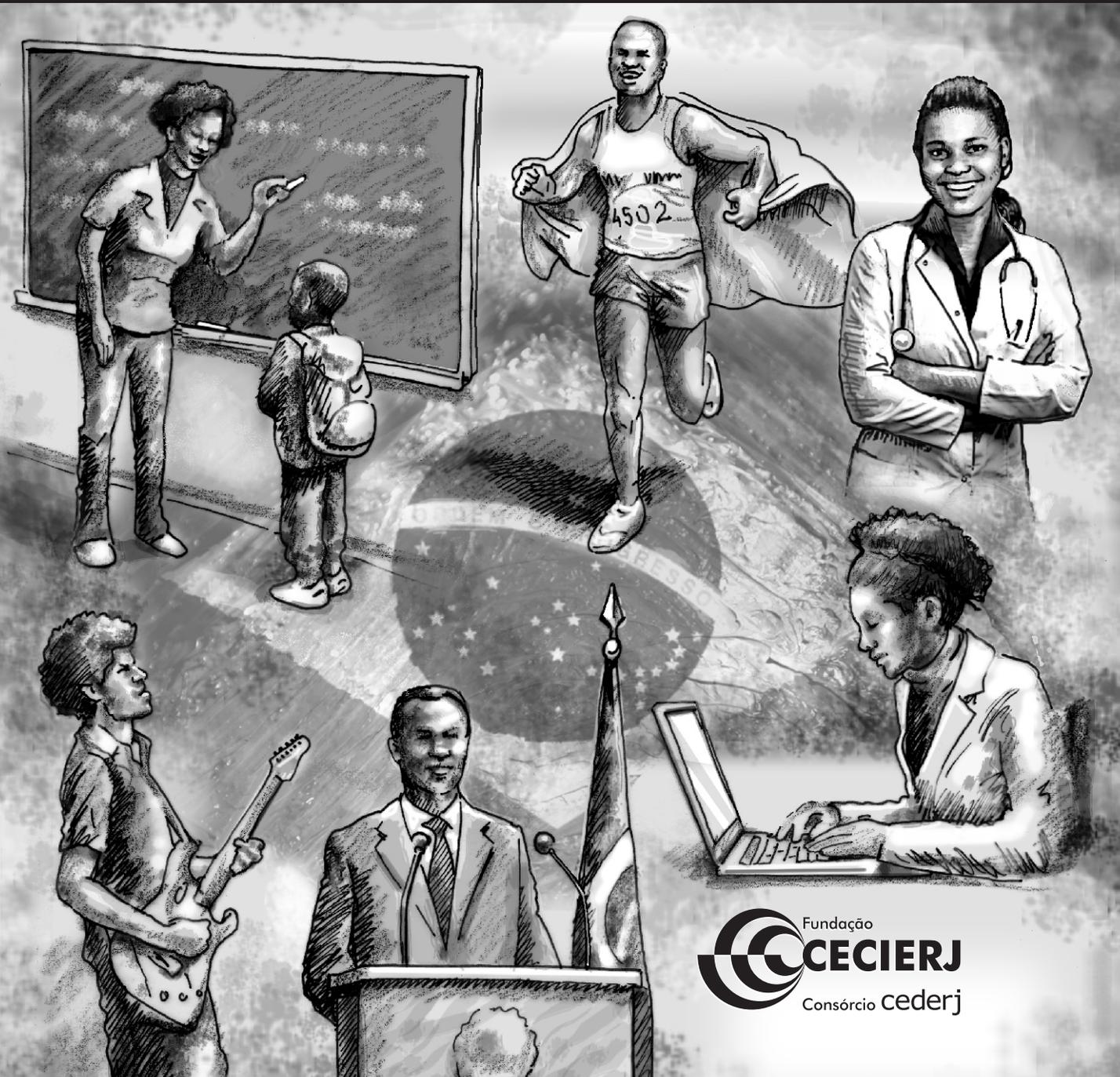


Módulos 1 e 2

Volume único

Ana Paula Alves Ribeiro
Maria Alice Rezende Gonçalves

Questões Étnicas e de Gênero





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Questões Étnicas e de Gênero

Volume único - Módulos 1 e 2

Ana Paula Alves Ribeiro

Maria Alice Rezende
Gonçalves



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Pedagogia para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental

UNIRIO - Leonardo Vilela

UERJ - Dirceu Castilho

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Ana Paula Alves Ribeiro

Maria Alice Rezende Gonçalves

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Ana Paula Abreu-Fialho

COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Débora Barreiros

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Letícia Calhau

REDATOR FINAL

Ana Paula Abreu-Fialho

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Diana Castellani

Elaine Bayma

Marcus Knupp

Patrícia Paula

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Jorge Moura

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alexandre d'Oliveira

Marcelo Silva Carneiro

Renata Borges

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2005, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

R354q

Ribeiro, Ana Paula Alves

Questões étnicas e de gênero. v. único / Ana Paula Alves Ribeiro; Maria Alice Rezende Gonçalves. –

Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

300p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-511-7

1. Ética. 2. Questões raciais. 3. Raças. 4. Construção de identidade. 5. Desigualdade racial. Religião afro-brasileira.

I. Gonçalves, Maria Alice Rezende. II. Título.

CDD: 170

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Gustavo Reis Ferreira

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

SUMÁRIO

Aula 1 – O campo de investigação científica: "Questões étnico-raciais e de gênero" _____	7
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Aula 2 – As populações brasileiras e a formação do povo brasileiro _____	27
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Aula 3 – Nação brasileira como comunidade imaginada _____	47
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Aula 4 – O sistema brasileiro de classificação de cor _____	63
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Aula 5 – mestiçagem – a questão da mistura de raças no Brasil _____	77
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Aula 6 – A cultura negra no Brasil _____	91
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Aula 7 – A construção de identidades e suas fronteiras _____	109
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Aula 8 – As religiões afro-brasileiras _____	127
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Aula 9 – Festas e ritmos populares: entre o sagrado e o profano _____	145
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Aula 10 – Desigualdades social e racial no Brasil _____	163
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Aula 11 – As políticas focalizadas: as ações afirmativas _____	181
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Aula 12 – A diversidade e a escola _____	201
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Aula 13 – As comunidades rurais negras e educação _____	221
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Aula 14 – Movimentos sociais, populações afro-brasileiras e educação _____	243
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Aula 15 – Por uma sociedade anti-racista e anti-sexista _____	263
<i>Ana Paula Alves Ribeiro / Maria Alice Rezende Gonçalves</i>	
Referências _____	289

O campo de investigação científica: “Questões étnico-raciais e de gênero”

AULA

1

Meta da aula

Apresentar os conceitos de raça, etnia e gênero e o limite do campo de investigação denominado questão étnico-racial.

objetivos

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- identificar os fenômenos sociais que pertencem ao campo de investigação das questões étnico-raciais e de gênero;
- apresentar as questões étnico-raciais como construções sociais.

INTRODUÇÃO

Todos nós já lemos ou ouvimos falar nos termos cultura e desigualdades sociais e raciais no Brasil. Vemos na TV, lemos nos jornais ou vivenciamos determinadas experiências que nos remetem às diferenças existentes entre "homens e mulheres", entre "negros e brancos", "colonizados e colonizadores", "selvagens e civilizados", "pobres e ricos".

Em primeiro lugar, estes modelos duais só podem ser entendidos como construções sociais. O homem, representante de todos os indivíduos do sexo masculino da espécie humana, não existe, nem tampouco a mulher. Como afirmou a filósofa francesa Simone de Beauvoir: *Ninguém nasce mulher. Torna-se mulher*. O mesmo se aplica a outras identidades como: "negro e branco". Não existe o branco universal, nem o negro. Somos brancos ou negros em uma determinada sociedade onde existem essas classificações de cor.

Em segundo lugar, apesar desses modelos estarem próximos da nossa realidade, nem sempre temos o domínio ou a real compreensão da amplitude do debate em torno de tais questões. Isso significa dizer que, por exemplo, entre os pólos em oposição "homem – mulher", "negro – branco", "pobre – rico" há um universo de situações e experiências, que devemos observar atentamente.

Em terceiro lugar, o que está próximo de nós, em geral, desconhecemos ou não compreendemos. Por exemplo, dentro de uma floresta não temos a real dimensão de seu tamanho ou da complexidade do ambiente. Ou se pensarmos nos aparelhos eletrônicos – a televisão, o videocassete e o aparelho de som – que nós sabemos operar, mas desconhecemos sua engrenagem. O fato de sermos homem ou mulher não significa a total compreensão do universo masculino ou feminino.

Nesse sentido, pretendemos introduzir o tema das diferenças e das desigualdades, por meio dos conceitos científicos produzidos pelas Ciências Humanas e Sociais, que nos auxiliarão a pensar nas chamadas questões étnico-raciais. Mas que questões são estas? Quando falamos das questões étnico-raciais, pressupomos o entendimento de raça e etnia e da existência de um dilema: "a conciliação da unidade biológica e a grande diversidade cultural da espécie humana" (GEERTZ, 1978:33). Privilegiaremos a temática étnico-racial no Brasil sem deixar de considerar as interseções com a questão de gênero e a **QUESTÃO INDÍGENA**.

A **QUESTÃO INDÍGENA**. Atualmente, sob esta rubrica, as Ciências Sociais brasileiras reúnem pesquisas sobre as diversas populações indígenas existentes no país. É um campo complexo e diverso, devido à heterogeneidade destas populações, encontradas em todo o território nacional. São sociedades com culturas diferentes e com níveis distintos de contato com a sociedade nacional. Ao longo dos séculos, os indígenas têm acumulado desvantagens acirrando as desigualdades e dificultando a sua inserção na sociedade brasileira. Esta questão será retomada na próxima aula.

A UNIDADE BIOLÓGICA E A DIVERSIDADE CULTURAL DA ESPÉCIE HUMANA

Artefatos, desenhos, poemas, manuscritos e construções são alguns dos registros que documentam a produção da humanidade ao longo dos tempos. Desde o século XIX, chamamos a produção humana de cultura. Antecederam o conceito de cultura o termo germânico *Kultur*, cunhado ao final do século XVIII e princípio do XIX, para significar os aspectos espirituais de uma comunidade. Este termo se opunha à palavra francesa *Civilization* utilizada para designar as realizações materiais de um povo. O vocábulo *Culture*, formulado por E. Tylor, só surgirá no século XIX. Mas o que é cultura?

Durante o século XIX, as Ciências Biológicas formulam o atualmente superado conceito de raça. Acreditava-se que a humanidade era formada por raças diferentes entre si, biológica e psicologicamente. Nessa perspectiva, eram desiguais em valor absoluto, mas também diversas nas suas aptidões particulares. Essas idéias foram adotadas pela Ciência Social da época para explicar as diferenças entre as culturas. No campo social, surgem as chamadas teorias racistas que pressupõem uma hierarquização entre os seres humanos. Cabe lembrar que essas afirmações foram contestadas pela genética moderna.

Teorias racistas do século XIX

Chamamos teorias racistas as teorias européias e norte-americanas que declaravam-se contra a mistura das raças vigentes no século XIX. Para elas, havia uma ordem natural que hierarquizava as raças humanas, conforme ocorria nos demais seres vivos. Nesta escala, o branco da Europa Ocidental assumia a posição de liderança. Essas teorias foram defendidas, no Brasil, por alguns intelectuais da época, destacando-se entre eles, o Conde de Gobineau. Para ele, o Brasil levaria menos de 200 anos para acabar como povo. A miscigenação é o que lhe dava certeza do nosso fim.

**CHARLES R. DARWIN
(1809-1882)**

Naturalista britânico que revolucionou a Ciência Biológica com sua teoria da evolução conhecida como "darwinismo". Esta doutrina foi exposta em sua obra *A Origem das Espécies*, em que a luta pela vida e a seleção natural são consideradas os mecanismos essenciais da evolução dos seres vivos.

**FRANZ BOAS
(1858-1942)**

Antropólogo alemão. Foi o primeiro a fazer pesquisas de campo para observação direta e prolongada das culturas "primitivas". Toda obra de Boas é uma tentativa de pensar a diferença. Para ele, a diferença fundamental entre os grupos humanos é de ordem cultural e não racial. Não há diferença de natureza (biológica) entre os ditos "primitivos" e "civilizados", somente diferenças de cultura, adquiridas; logo, não inatas. Seu objetivo era o estudo "das culturas". As obras e a posição política de Boas serão fundamentais para a formação do pensamento de Gilberto Freyre, um dos autores tratados no nosso curso, de quem Franz Boas foi orientador.

A obra de **CHARLES DARWIN** sobre a evolução humana revolucionou as ciências naturais e provocou um grande impacto na Europa do século XIX. Em *A Origem das Espécies* (1859), ele confirma cientificamente a unidade da espécie humana, daí a inoperância do termo raça.

Hoje, afirma-se que a diversidade das culturas relaciona-se às circunstâncias geográficas, históricas e sociais, não podendo ser explicada pela constituição anatômica ou fisiológica dos negros, dos amarelos ou dos brancos. Como sabemos, em cada sociedade moderna existe um número ilimitado de culturas e um número limitado de classificações, baseadas nas diferenças aparentes existentes entre os homens.

Influenciado pelas ciências naturais, E. Tylor (1832-1917) assim define *Culture*: "todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem com o membro de uma sociedade", ou seja, todo conhecimento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética. Tylor considerava cultura como um fenômeno natural. A diversidade cultural presente na espécie humana era explicada como resultado da desigualdade dos estágios existentes no processo de evolução. Sendo assim, todas as culturas deveriam passar pelas mesmas etapas de evolução.

A perspectiva do evolucionismo unilinear, adotada por Tylor, supunha que todas as culturas deveriam passar pelas mesmas etapas de evolução. Situando cada sociedade dentro de uma escala que ia da menos à mais desenvolvida. Deste modo, as diferentes sociedades humanas eram classificadas hierarquicamente. Nesta escala evolutiva, as sociedades européias eram consideradas civilizadas. Esta perspectiva é contestada e superada pelo método comparativo iniciado por **FRANZ BOAS** (1858-1949). Este antropólogo, crítico do evolucionismo unilinear, inaugura uma nova abordagem multilinear, o método comparativo. Nele, cada grupo humano desenvolve-se por meio de um caminho próprio, que não pode ser simplificado em estágios. A partir desta constatação, a interpretação evolucionista da cultura só tem sentido quando ocorre em termos de uma abordagem multilinear.

Quadro 1.1: Abordagem unilinear e abordagem multilinear

<p>E. Tylor – evolucionismo unilinear – cultura como um fenômeno natural. Publica o livro <i>Primitive Culture</i> (1871).</p>	<p>Abordagem unilinear.</p>	<p>Cada sociedade segue o seu curso histórico através de três estágios: selvageria, barbarismo e civilização.</p>
<p>F. Boas – reação ao evolucionismo – método comparativo – múltiplos caminhos da cultura. Publica o artigo <i>The Limitation of the Comparative Method of Anthropology</i> (1869).</p>	<p>Abordagem multilinear. Método comparativo.</p>	<p>Cada grupo humano desenvolve-se por meio de caminho próprio em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou.</p>

Esta possibilidade de desenvolvimento múltiplo orienta a produção das várias definições contemporâneas de cultura. Dentre os teóricos que consideram a cultura como sistemas simbólicos, temos o antropólogo americano **CLIFFORD GEERTZ**. Este antropólogo afirma que cultura não é um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções (que os técnicos de computadores chamam de programa) para governar o comportamento. Para Geertz, todos os homens são geneticamente aptos para receber um programa, e este programa é o que chamamos de cultura.

CLIFFORD GEERTZ (1923-2006)

Um dos principais antropólogos americanos da atualidade, Clifford Geertz é hoje um professor Emérito da Universidade de Princeton. Bastante admirado pelos seus colegas, é de Geertz o que chamamos de uma visão mais realista da antropologia, que se configura na emergência e na importância das interpretações do antropólogo sobre seu trabalho de campo e sobre os nativos pesquisados. Essas possibilidades de interpretação substituem, a partir da segunda metade do século XX, uma usual visão platônica da antropologia.



Figura 1.1: A moça e a flor.

Concluimos, a partir de Clifford Geertz, que a cultura distancia o homem dos outros animais, tornando-o o único ser possuidor de um mapa orientador, ou seja, de um conjunto de orientações conscientes ou não, mas que lhe ajudam a viver em sociedade. Por exemplo, a intenção de oferecer flores como presente ou a arte de transformar um conjunto de sementes em colar são marcas da presença do homem interagindo com o mundo e se apropriando do meio ambiente. A partir dessa interação, damos um outro significado, diferente do original, às flores ou sementes, e que será diferente também para cada um de nós. Neste exemplo, a flor e o conjunto de sementes assumem um significado simbólico tanto para o grupo quanto para o sujeito da ação.



ATIVIDADE

1. Baseado no texto anterior e na **Figura 1.1**, estabeleça as relações entre o domínio da natureza e o domínio da cultura.

RESPOSTA COMENTADA

No momento em que a moça intencionalmente coloca a flor nos cabelos, esta flor transforma-se em adorno, um produto do trabalho do homem.

AS CRÍTICAS ÀS TEORIAS DO DETERMINISMO BIOLÓGICO E GEOGRÁFICO

Se existia o dilema entre “a conciliação da unidade biológica e a grande diversidade cultural da espécie humana”, podemos dizer que as teorias do determinismo geográfico e do determinismo biológico foram incapazes de resolver esse dilema. Como o conceito de cultura pressupõe um comportamento apreendido, percebemos que, diferente do que Darwin dizia e da importância estabelecida na Biologia e nas Ciências Sociais inspiradas nesse autor, as diferenças genéticas e o meio ambiente em que vivemos não determinam diferenças culturais.

As pesquisas de Franz Boas, a partir de 1920, rompem com a noção de evolução e hierarquização das culturas. Será também Franz Boas a influenciar uma geração de antropólogos culturais, como Gilberto Freyre, no Brasil. Para Boas, cada cultura é dotada de um estilo particular que se exprime por meio da língua, das crenças, dos costumes e também da arte, mas não apenas dessa maneira. Este estilo, este ‘espírito’ próprio de cada cultura influencia o comportamento dos indivíduos. Boas afirmava a importância de cada cultura e exaltava o respeito e a tolerância em relação a culturas diferentes. Cada cultura exprime um modo único de ser e tem o direito à estima e à proteção, se estiver ameaçada. É o que chamamos de Relativismo, que irá se contrapor ao conceito de etnocentrismo, conceitos com os quais trabalharemos nas próximas aulas.

O termo determinismo designa uma doutrina que pretende que todos os objetos ou acontecimentos devam ser como são, em virtude de certas leis e forças.

O termo torna-se o nome de uma doutrina específica quando o tipo de determinismo é indicado, implícita ou explicitamente, por exemplo, determinismo econômico, histórico, geográfico ou biológico. Nesta aula, trataremos apenas dos determinismos geográfico e biológico.

Por determinismo geográfico, entendemos o conjunto de teorias que explicariam a diversidade humana a partir da influência do meio ambiente nas populações. Consideramos um exemplo de determinismo geográfico as diferenças culturais entre as regiões Norte e Sul do país, que seriam, então, explicadas pelas diferenças climáticas, ou ambientais. Esta interpretação despreza a existência da diversidade cultural, localizada em um mesmo ambiente físico.

Por determinismo biológico, entendemos a influência, o condicionamento genético ou biológico na produção da cultura. Os grupamentos humanos teriam capacidades inatas que explicariam a diversidade cultural. Como exemplo, temos a famosa frase “mulher no volante, perigo constante”, que já ouvimos muitas vezes. Como se a capacidade de uma boa direção automotiva estivesse relacionada ao sexo masculino. Hoje é comum encontrarmos mulheres na direção de ônibus e táxis e muita gente ainda guarda algum preconceito. Neste caso, apontamos que a divisão sexual é construída culturalmente, e não geneticamente como acreditavam os deterministas biológicos.

O antropólogo Ralph Linton escreveu em seu livro *O homem: Uma introdução à antropologia*, publicado no Brasil em 1959, um texto sobre um norte-americano que pode ser tomado como um bom exemplo do processo de difusão presente em todas as culturas e do que entendemos por determinismo. Podemos observar no cotidiano de um cidadão moderno uma diversidade de contribuições de outras culturas. Vejamos a seguir:

O cidadão norte-americano desperta num leito construído segundo padrão originário do Oriente Próximo, mas modificado na Europa Setentrional, antes de ser transmitido à América. Sai debaixo de cobertas feitas de algodão cuja planta se tornou doméstica na Índia; ou de linho ou de lã de carneiro, um e outro domesticados no Oriente Próximo; ou de seda, cujo emprego foi descoberto na China. Todos estes materiais foram fiados e tecidos por processos inventados no Oriente Próximo. Ao levantar da cama faz uso dos "mocassins" que foram inventados pelos índios das florestas do Leste dos Estados Unidos e entra no quarto de banho cujos aparelhos são uma mistura de invenções européias e norte-americanas, umas e outras recentes. Tira o pijama, que é vestuário inventado na Índia e lava-se com sabão que foi inventado pelos antigos gauleses, faz a barba que é um rito masoquístico que parece provir dos sumerianos ou do antigo Egito.

Voltando ao quarto, o cidadão toma as roupas que estão sobre uma cadeira do tipo europeu meridional e veste-se. As peças de seu vestuário têm a forma das vestes de pele originais dos nômades das estepes asiáticas; seus sapatos são feitos de peles curtidas por um processo inventado no antigo Egito e cortadas segundo um padrão proveniente das civilizações clássicas do Mediterrâneo; a tira de pano de cores vivas que amarra ao pescoço é sobrevivência dos xales usados aos ombros pelos croatas do século XVII. Antes de ir tomar o seu *breakfast*, ele olha a rua através da vidraça feita de vidro inventado no Egito; e, se estiver chovendo, calça galochas de borracha descoberta pelos índios da América Central e toma um guarda-chuva inventado no sudoeste da Ásia. Seu chapéu é feito de feltro, material inventado nas estepes asiáticas.

De caminho para o *breakfast*, pára para comprar um jornal, pagando-o com moedas, invenção da Líbia antiga. No restaurante, toda uma série de elementos tomados de empréstimo o espera. O prato é feito de uma espécie de cerâmica inventada na China. A faca é de aço, liga feita pela primeira vez na Índia do Sul; o garfo é inventado na Itália medieval: a colher vem de um original romano. Começa o seu *breakfast* com uma laranja vinda do Mediterrâneo Oriental, melão da Pérsia, ou talvez uma fatia de melancia africana. Toma café, planta abissínia, com nata e açúcar. A domesticação do gado bovino e a idéia de aproveitar o seu leite são originárias do Oriente Próximo, ao passo que o açúcar foi feito pela primeira vez na Índia. Depois das frutas e do café, vêm *waffles*, os quais são bolinhos fabricados segundo uma técnica escandinava, empregando como matéria-prima o trigo, que se tornou planta doméstica na Ásia Menor. Rega-se com xarope de *maple*, inventado pelos índios das florestas do Leste dos Estados Unidos. Como prato adicional talvez coma o ovo de uma espécie de ave domesticada na Indochina ou delgadas fatias de carne de um animal domesticado na Ásia Oriental, salgada e defumada por um processo desenvolvido no Norte da Europa.

Acabando de comer, nosso amigo se recosta para fumar, hábito implantado pelos índios americanos e que consome uma planta originária do Brasil: fuma cachimbo, que procede dos índios da Virgínia, ou cigarro, proveniente do México. Se for fumante valente, pode ser que fume mesmo um charuto, transmitido à América do Norte pelas Antilhas por intermédio da Espanha. Enquanto fuma, lê notícias do dia, impressas em caracteres inventados pelos antigos semitas, em material inventado na China e por um processo inventado na Alemanha. Ao inteirar-se das narrativas dos problemas estrangeiros, se for bom cidadão conservador, agradecerá a uma divindade hebraica, numa língua indo-européia, o fato de ser cem por cento americano (LINTON, 1959, p. 355-356).

Você poderá observar que grande parte dos padrões culturais de um dado sistema não foi criada por um processo *autóctone*, isso é, do próprio lugar, foram copiados de outros sistemas culturais. Podemos aproveitar essa observação para entender que as culturas brasileiras regionais são *híbridas* e têm uma lógica própria. A despeito da difusão dos itens culturais, todas as culturas são diferentes entre si. Diferem a seu modo e em planos diferentes.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Depois de trabalharmos com a importância que o conceito de cultura assume em nossa sociedade, apresentaremos alguns conceitos que serão fundamentais para o curso.

Raça e gênero

A noção de raça foi elaborada pelas ciências biológicas do século XIX para explicar as diferenças existentes entre os homens. Posteriormente superado com a constatação da igualdade existente na humanidade, tornou-se incompatível com a idéia de diferenças biológicas dentro de uma mesma espécie.

Gênero é uma construção social. Refere-se às diferenças sexuais entre os indivíduos de uma dada sociedade. Inicialmente foi usado como sinônimo de estudos sobre a mulher. Atualmente, expressa mais do que diferenças entre homens e mulheres: refere-se à pluralidade de papéis e às práticas sociais e sexuais existentes em nossa sociedade, tais como heterossexuais, homossexuais, bissexuais, transexuais entre outros grupos, ressaltando que essas identidades são heterogêneas e cambiantes.

Raça difere de outras noções, como a de gênero. Raça não se refere a nenhuma característica física inequívoca, enquanto gênero vincula-se a noção biológica de sexo.

O termo *racismo* refere-se ao conjunto de crenças que classificam a humanidade em coletividades distintas, definidas em função de atributos naturais e/ou culturais. Esses atributos são organizados em uma hierarquia de superioridade e inferioridade, que pode ser descrita com racista. O racismo é uma noção européia que entrou em uso na década de 1930 para designar as crenças e as práticas do regime nazista da Alemanha, baseadas na suposta superioridade da raça “ariana”, na importância da “pureza racial” e na conseqüente política da “purificação” que culminou no Holocausto. Já o termo *sexismo* refere-se à intolerância e à discriminação gerada pela diferença entre os sexos.

Etnia é o termo empregado para designar um grupo social que se diferencia de outros grupos por sua especificidade cultural.

Etnicidade é um neologismo que surgiu no âmbito dos estudos sobre as relações interétnicas no início da década de 1960. Esse neologismo é inseparável do conceito de grupo étnico, podendo ser definido como a condição de pertencer a um grupo étnico. Etnicidade e constituição de grupos étnicos baseiam-se na diferenciação cultural dos indivíduos e na criação de laços sociais entre os que partilham de uma cultura comum. Enquanto raça se refere às diferenças físicas, biologicamente herdadas, a diferenciação étnica se dá em termos de diferenças culturais que têm de ser aprendidas.

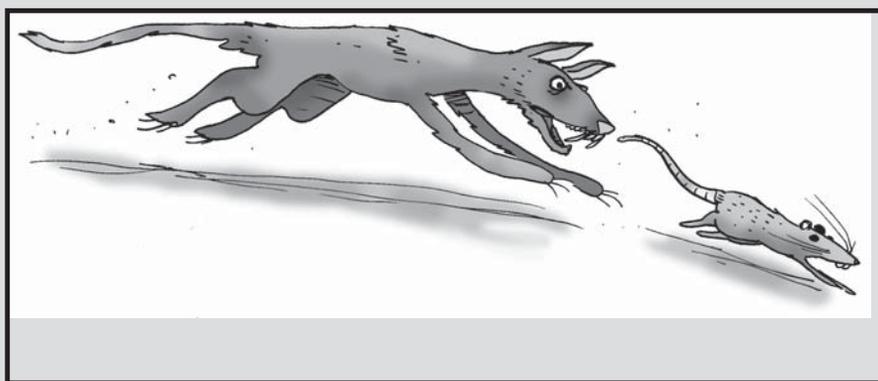
ATIVIDADE



2. O homem como o único animal que produz cultura.

As diferenças existentes entre os homens não podem ser explicadas em termos biológicos ou pelo seu meio ambiente. Diferente dos outros animais, o homem é o único que é possuidor de cultura. Nas sociedades letradas, aquelas com domínio da escrita, ou nas sociedades iletradas, aquelas sem o domínio da escrita, todos os homens produzem cultura, distanciando-se, assim, dos outros animais.

Situação 1: Um animal instintivamente persegue um outro (Comportamento inato).



Situação 2: Cultura Iletrada (Refere-se às sociedades que não possuem escrita).



Situação 3: Cultura Letrada (Sociedades que possuem escrita)
Um agricultor utilizando uma arma de fogo abate sua caça.



Nestas três situações, inspiradas nos exemplos apresentados em *Educação como prática de liberdade*, de Paulo Freire (Editora Paz e Terra, 1967), podemos analisar a complexidade das culturas letradas e iletradas e concluir que, diferentes dos outros animais, somente o homem produz cultura. Relacione os itens culturais presentes nas figuras.

RESPOSTA COMENTADA

Não devemos esquecer de que a nação brasileira é composta de sociedades que continuam a ignorar a escrita, como algumas comunidades indígenas, e de sociedades onde o domínio da escrita é quase uma pré-condição para a inserção dos indivíduos. A primeira situação não pode ser tomada como exemplo de cultura, pois se trata de um comportamento inato, instintivo. Nas duas situações seguintes, podemos identificar uma riqueza de expressões culturais, pois foram situações construídas na convivência em sociedade.

AS QUESTÕES: ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO COMO CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

A questão étnico-racial

Após a introdução aos termos etnia e raça, cabe a explicação do que é a questão étnico-racial. Conhecida nos meios acadêmicos como “questão racial”, a adoção do termo étnico-racial visa a superar as ambigüidades presentes nos termos etnia e raça, a fim de retratar as relações entre brancos e negros na sociedade brasileira. Seria apropriado o uso do termo etnia para nos referirmos às diferentes populações brancas ou negras brasileiras? Seria apropriado o uso do termo raça para nos referirmos às relações raciais entre as populações brancas e negras

do Brasil? Certamente que não. Esta constatação tem levado alguns pesquisadores a adotarem o termo “*étnico-racial*” com vistas a superar os limites dos dois termos. Cabe esclarecer que neste contexto o termo raça assume seu significado social, ou seja, refere-se às diferenças na aparência tais como cor da pele, tipo de cabelo, laços culturais entre outras, e não na essência dos indivíduos.

Na meio acadêmico, a rubrica “questões raciais” tem agregado as investigações sobre as culturas afro-brasileiras, bem como sobre relações raciais entre brancos e negros. Em fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX, as Ciências Sociais produziram conhecimento a respeito da cultura dos afro-brasileiros. Somente na década de 1950, o meio acadêmico se voltou para as relações raciais. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. O projeto Unesco gerou os primeiros estudos sobre relações raciais no país. Essas pesquisas ocorreram no pós-guerra, momento de profunda crise advinda das experiências nazistas. Neste contexto, o Brasil foi escolhido, pois acreditava-se que aqui tínhamos uma sociedade com reduzidas taxa de tensão étnico-raciais. Esse campo de investigação tornou-se mais complexo nos anos 1960, quando os estudos sobre desigualdades entre brancos e negros apontaram para o fato de que não é a escravidão que explica as desigualdades entre os dois grupos, mas sim incorporam a idéia de que ela é estrutural na sociedade brasileira.

Branquitude - o que significa ser branco?

Em fins do século XX os pesquisadores da área incorporam a este campo os estudos sobre *branquitude*. Estas pesquisas tratam da condição de ser branco, que não é neutra, numa sociedade racializada. É sempre salutar se perguntar: “O que significa ser branco no Brasil?”

O Projeto Unesco

Na década de 1950, a UNESCO financiou uma série de pesquisas sobre nossa experiência interétnica. Pela primeira vez acumulamos conhecimento sobre a temática das relações raciais no país. Entre os pesquisadores brasileiros estão: Costa Pinto, Thales de Azevedo, Oracy Nogueira, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Florestan Fernandes.

A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E OUTRAS QUESTÕES CORRELATAS

Este curso tem como objeto principal as questões étnico-raciais e de gênero, destacando seus campos de interseção com o nosso objeto. Por exemplo, quando nos referimos às políticas destinadas a superação das desigualdades existentes na sociedade brasileira, as questões étnico-raciais, indígenas e de gênero apresentam-se interligadas.

A questão de gênero

Para muitos, discutir o conceito de gênero ainda significa discutir as condições femininas, ou, ainda, tratar gênero como sinônimo de ser mulher. Gerado no movimento feminista em associação com as universidades nos idos dos anos 1960, os estudos sobre as mulheres objetivavam discutir e defender algumas questões. A inserção da mulher no mercado de trabalho, a autonomia sobre seu corpo e o seu papel na reprodução, as pesquisas sobre violência contra a mulher e, ainda, a representação da maternidade a qual a mulher estava associada seriam alguns pontos essenciais para o debate.

Ao final da década de 1980 e início da década de 1990, o conceito de gênero substituiu os estudos sobre as condições femininas. Hoje inclui temas mais amplos, como discussões sobre masculinidade, homossexualismo e transexualismo. Para os especialistas em gênero e feminismo, a substituição de uma discussão sobre as questões femininas para a adoção do conceito de gênero despolitizou as demandas do movimento feminista, ampliou o campo de discussão e aliviou tensões no debate entre a universidade e os movimentos sociais, fazendo com que discussões sobre mulheres passassem a ser melhor aceitas em alguns grupos.

O conceito gênero absorveu a contribuição de diversas disciplinas, entre as quais a sociologia, a antropologia, a psicologia etc. Há diversas definições ou entendimentos sobre o que é gênero. A mais usual aponta para estudos baseados no binômio sexo/gênero, entendendo sexo como a representação da natureza, por tratar-se da anatomia e da fisiologia, enquanto gênero representaria as forças sociais, políticas e institucionais. Seriam essas forças que moldam os comportamentos e os significados do que é feminino e masculino.

Em fins do século XX, os pesquisadores da área incorporaram a esta questão de gênero os estudos sobre masculinidade. Essas pesquisas problematizam o que significa ser homem numa sociedade sexista. Para concluir, cabe ressaltar que os campos étnico-raciais e de gênero se intercambiam e retratam as hierarquias existentes nas sociedades contemporâneas.



Figura 1.2: Parada do Orgulho Gay, em Manchester/ Inglaterra.

O texto a seguir foi extraído do livro *Cilada da diferença*, do professor da USP Antonio Flávio Pierucci. O trecho selecionado, *Mulheres Negras: Esse mix de Raça/Gênero*, tenta dar conta da questão étnico-racial e de gênero, não apenas como construções sociais, mas como processos, com possibilidades de trocas. Parte dessa discussão vem da relação estabelecida entre o movimento feminista e o movimento negro, quando ambos se dão conta de que nos idos de 1960/70, muitas feministas eram da burguesia branca americana e mantinham empregadas domésticas, em sua maioria negras, sem direitos ao que elas pleiteavam com o movimento. Vejamos o texto a seguir:

Nas mulheres negras, raça e gênero vêm juntos, inevitavelmente juntos. Parafraseando a velha idéia de Joseph de Maistre, o ultraconservador francês que no final do século XVIII dizia nunca ter visto o Homem abstrato andando pelas ruas e que, em vez do Homem, só tinha visto franceses, italianos, russos e assim por diante, eventualmente persas (De Maistre, 1980), ou seja, apenas homens concretos dotados de identidades etno-nacionais irreduzíveis,

pode-se dizer nos dias de hoje, pós-80, que não se encontra uma negra sem raça (des-racializada) nem tampouco sem gênero (*um-gendered*). Nas mulheres negras, raça e gênero são traços salientes, imediatamente visíveis e indisfarçáveis, marcas de identificação indelévels – indeletáveis! – apresentando-se e representando-se como figuras sempre – já imediatamente à vista, vistas, sempre – já no procênio e não no fundo da cena, não como pano de fundo. Raça/gênero, gênero/raça: experimentados conjuntamente num mesmo corpo, mutuamente constitutivos, mutuamente implicados, mutuamente imbricados. Inextricavelmente intrincados. Sem serem contudo experiências idênticas, sem deixarem fundir numa coisa só. Dois processos diferentes, perfeitamente individuáveis em seus efeitos, mas irredutíveis um ao outro, cada qual com sua própria lógica, em constante tensão e contínua transformação, não raro se enfrentando em conflitos insolúveis apesar de entrelaçados para sempre. Raça/gênero: condições inescapáveis, identificações inseparáveis. Descoberta do feminismo dos anos 80, logo que reanimado pela presença vibrante e a vigorosa produção literária de escritoras assumidamente mulheres e negras (COLLINS, 1989; DUCILLE, 1994) (PIERUCCI, 1999, p. 135-136).

CONCLUSÃO

Podemos concluir que os pares “brancos/negros”, “ricos/brancos”, “homem/mulher”, apresentados como opostos em nossa introdução, são construções sociais, ao contrário da questão de gênero, que possui uma base biológica. A questão étnico-racial possui uma base puramente social, posto que raça é uma construção equivocada que pressupõe diferenças dentro de uma mesma espécie.

ATIVIDADE FINAL



Figura 1.3: A Redenção de Can.

O quadro *A Redenção de Can* (1895) de Modesto Brocos y Gomes é um bom exemplo da mestiçagem entre brancos e negros no Brasil. Como atividade final, pedimos que você identifique temas de investigação vinculando as questões étnico-raciais e de gênero sugeridas por esta obra de arte.

RESPOSTA COMENTADA

O aluno deve ser capaz de identificar, a partir desta obra de arte, temas de investigação vinculados às questões étnico-raciais e de gênero, como por exemplo: as teorias sobre branqueamento nos séculos XIX e XX; o papel exercido pela miscigenação; o que significava ser mulher no século XIX, quais as principais diferenças sociais existentes na sociedade etc.

RESUMO

Os conceitos de etnia, raça e gênero ajudam a demonstrar a complexidade dos campos de investigação "questão étnico-racial e de gênero". Hoje, não há como pensar em educação sem considerar a diversidade cultural e as desigualdades produzidas pela sociedade atual. Raça e gênero são entendidos como forma de hierarquias sociais presentes na sociedade moderna.



MOMENTO PIPOCA

Com olhos azuis (Blue eyed). Direção: Bertam Verhaag. 1996. Documentário.

Documentário sobre a professora Jane Elliott, que desde 1968 combate o racismo dentro das salas de aula. Viajando com seu *workshop* por todo os Estados Unidos, a professora Elliott criou uma dinâmica em que se constrói a discriminação a partir da diferença biológica da cor dos olhos. Seu objetivo é demonstrar que, assim como a cultura é apreendida e construída por diferentes grupos sociais, o racismo também o é.

A encantadora de baleias (Whale Rider). Direção: Niki Caro. 2002. Ficção.

Pai é uma menina da etnia maori, que luta para demonstrar ao avô que ela é a mais indicada e capaz de se tornar líder e perpetuar a tradição de sua família e do seu povo, apesar de ser jovem e mulher.

SITES RECOMENDADOS

Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - <http://www.clam.org.br>

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - <http://www.ceert.org.br>

As populações brasileiras e a formação do povo brasileiro

AULA

2

Meta da aula

Descrever a chegada dos diferentes povos no Brasil e o processo de formação do povo brasileiro.

objetivos

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- identificar as diferenças entre povo e população;
- descrever as populações que povoavam o país nos anos que antecederam à construção do Brasil como nação.

INTRODUÇÃO

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2000, o Brasil possui uma população de 170 milhões de habitantes: 91 milhões de habitantes (53,7%) se classificaram como brancos, 10 milhões (6,2%) como pretos, 761 mil (0,4%) como amarelos, 734 mil (0,4%) como indígenas e 65 milhões (38,4%) como pardos.

Além da classificação de cor/raça, o censo nos fornece uma série de dados sobre nossa população, tais como, renda, sexo, situação de habitação, grupos de idade, regionais, trabalho, etc. Aliado a estas diferenças entre os grupos que compõem nossa sociedade, contamos também com inúmeras culturas, o que torna nosso país uma sociedade plural.

Em nossa sociedade, encontramos grupos sociais auto-regulados e fechados convivendo lado a lado, cada um possuindo uma existência comunitária distinta. Estes grupos estão externamente ligados pelo Estado brasileiro. Tal padrão de pluralismo não subentende igualdade de influência ou importância entre os grupos. Pelo contrário, são típicas as relações de hierarquia ou dominação.

A perspectiva plural não requer a absoluta igualdade de poder para todos os grupos nem supõe que a sociedade seja isenta de conflitos e desigualdades. Na verdade, os grupos são hierarquizados surgindo, deste modo, a noção de minoria. Ser um grupo minoritário não diz respeito ao número de pessoas que o integram, e sim à distribuição de poder existente na sociedade. Temos como exemplo os próprios dados do censo de 2000, em que o número de mulheres é quantitativamente superior ao número de homens no país, mas, no entanto, as mulheres são consideradas um grupo minoritário. Ainda hoje encontramos uma maioria de homens em altos postos de trabalho e de comando, mesmo com todas as conquistas do Movimento Feminista.

As minorias ocupam posição desvantajosa na sociedade e têm como contraposição o grupo dominante ou majoritário. Possuem marcas de identificação raciais, culturais ou outras. São alijadas de certas oportunidades (econômicas, sociais, políticas) e são objetos de **PRECONCEITO** e discriminação.

PRECONCEITO

Noções de julgamento prévio, desfavorável, efetuado antes de um exame ponderado e completo, e mantido rigidamente, mesmo em face de provas que o contradizem.

POPULAÇÃO E POVO

Distribuída por todo o território nacional, as populações brasileiras se caracterizam pela variedade de grupos étnicos e por sua elevada taxa de miscigenação. Na época do descobrimento, a população nativa era a indígena, descendentes de populações originárias da Ásia. O colonizador português (descendentes do aglomerado de populações chamadas de ibero, de onde surgiu o nome da Península) chega miscigenado à nova terra, trazendo, em sua bagagem genética, e cultural contribuições de origens distintas, fruto das sucessivas migrações e invasões (celtas, cartagineses, romanos, vândalos, suevos, germânicos, visigodos, árabes, mouros entre outros) sofridas pela Península Ibérica ao longo dos séculos. Os árabes, por meio de sucessivas invasões ao longo do século VIII, chegaram a conquistar quase toda a Península Ibérica. Como é possível imaginar, ocorreu uma grande mistura entre a população local e os diferentes grupos étnicos que por lá circularam em épocas diversas.

Paralelamente à imigração portuguesa, realizou-se, do século XVI à primeira metade do século XIX, a entrada de escravos africanos no Brasil. Não se sabe a quantidade de africanos que chegaram ao Brasil, fruto do intenso tráfico negreiro. Somem-se a isso, as correntes migratórias do século XIX e XX, constituídas por populações originárias da Europa e da Ásia. Os grupos mais importantes foram os alemães, suíços, italianos, espanhóis, belgas, ingleses, suecos, franceses, austríacos, poloneses, russos, turcos, árabes e japoneses.

Como podemos observar, são populações originárias dos diferentes continentes do planeta. Esses foram distribuídos de maneira desigual pelo território nacional.

Nos séculos que se seguiram ao descobrimento, acumulamos informações dispersas e fragmentadas sobre as populações que habitavam o país. Os estudos científicos sobre as populações brasileiras tiveram início no século XIX. Destacam-se os pesquisadores: C. F. Von Martius e K. Von den Steinen com estudos sobre os indígenas e R. Nina Rodrigues com estudos sobre os negros. A produção científica contemporânea abrange a diversidade das populações brasileiras, enfatizando sua complexidade, heterogeneidade e a hierarquização existente entre elas na sociedade brasileira.

Mas o que diferencia as populações brasileiras do povo brasileiro? Para responder a esta questão, faz-se necessário diferenciar os dois termos. Podemos definir população como sendo o conjunto dos habitantes de um território, de um país, de uma região, de uma cidade ou de uma localidade. E povo como o conjunto daqueles indivíduos que, habitantes de um Estado, gozam dos traços nacionais e são tidos como cidadãos desse Estado. Ou, ainda, como um conjunto de indivíduos que constitui uma nação definida por um território, legalmente delimitado por instituições políticas.

Karl Marx, em *Introdução à crítica da economia política* (1978), refere-se ao termo população como uma abstração. Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo etc. Sendo assim, parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva. No entanto, o autor alerta que, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada (1978, p. 116). A partir da adoção do método proposto pelo autor é possível concluir que:

(...) se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações mais simples. Chegados a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica do todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas (1978, p. 116).

Nossa intenção é, como sugere o método da economia política de Marx, pensar as populações brasileiras e a constituição do povo a partir desses pressupostos, ou seja, compreendê-los como síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Falar das populações brasileiras significa entender a complexidade que envolve essa discussão. Populações e não população: há uma diversidade de representações de classe, de região, religião, gênero, raça/cor.

Por exemplo, as questões étnicas e de gênero no Brasil deixarão de ser uma abstração quando chegarmos a determinações mais tênues ao considerarmos a raça/cor e o gênero de um determinado grupo: mulheres negras e pobres de uma determinada localidade do sudeste do país. Chegando a esse ponto, faremos uma viagem ao inverso até chegar às mulheres brasileiras, agora, como uma totalidade de múltiplas determinações.

Quando as populações brasileiras foram chamadas de povo? Nos séculos que antecederam a construção do Brasil como nação, podemos identificar uma multiplicidade de populações ocupando o território nacional. Nas décadas de 1920/1930 do século XX, unidas pelo sentimento de pertença à nação, estas populações formaram o que hoje chamamos de povo brasileiro.

Cabe lembrar que, nos diferentes Estados-nação contemporâneos, o processo de assimilação, necessário para a formação de um povo, nem sempre se dá de modo mais ou menos harmônico. Grupos de imigrantes, mesmo os que são hoje os mais bem assimilados e integrados, defrontam-se praticamente todos com a hostilidade de movimentos racistas ou xenófobos, com variados graus de violência, dependendo das circunstâncias econômicas e políticas. Como veremos nas aulas seguintes, o caso brasileiro apresenta especificidades.



ATIVIDADE

1. Conceitue povo e população.

RESPOSTA COMENTADA

O aluno deverá, com suas próprias palavras, conceituar população e povo. A população deve ser considerada como o conjunto dos habitantes de um território, de um país, de uma região, de uma cidade ou de uma localidade. Já o conceito de povo como o conjunto daqueles indivíduos que, habitantes de um Estado, gozam dos traços nacionais e são tidos como cidadãos desse Estado. Ou, ainda, como um conjunto de indivíduos que constitui uma nação definida por um território, legalmente delimitado por instituições políticas.

AS POPULAÇÕES INDÍGENAS BRASILEIRAS

Os primeiros contatos com os nativos foram estabelecidos em 1500. A nova terra era chamada de Pindorama – terra das palmeiras. As populações que aqui habitavam tinham costumes bem diferentes daqueles que chegavam. Organizavam-se em grupos, chamados por nós de tribos, possuíam organização social e do trabalho diferentes dos colonizadores. Seguindo a tradição instituída por Cristóvão Colombo, que em sua chegada à América pensou ter chegado às Índias, os colonizadores chamaram os nativos de índios.

Muitas hipóteses já foram defendidas para explicar o aparecimento do homem no Novo Mundo. Grande parte dos pesquisadores atuais aceita a hipótese de que a migração principal dos antepassados dos atuais indígenas tenha ocorrido através do estreito de Behring, há cerca de 30 mil anos, na Era Glacial. Porém, não se descarta a possibilidade de que o povoamento das Américas tenha sido descontínuo e que os grupos fundadores tenham sido de diferentes etnias asiáticas.

Mas, quem é considerado indígena na sociedade atual? A diversidade das populações indígenas nos leva a questionar como agrupá-los. Os grupamentos indígenas podem ser reunidos em torno de critérios

externos como a língua falada pelo grupo, ou, então, pela presença em determinados territórios. Muitos povos passaram por processos de fusão ou cisão. No primeiro processo, há uma absorção ou assimilação dos grupos e de suas culturas, mantendo características próprias ou não. No segundo, mesmo reconhecendo certa semelhança e identidade lingüística e cultural, grupos optaram por tornarem-se unidades autônomas. Há ainda o caso de índios isolados, onde há uma recusa de contato com a sociedade. E os índios extintos, que em alguns casos ressurgiram em processos de afirmação étnica, demandando uma nova identidade, e em muitos casos apoiados pelo Estado e por grupos de apoio ou por especialistas.

Independente da população indígena a qual nos referimos, o intenso contato com a sociedade nacional vai demonstrar, em maior ou menor grau, uma nova conformação aos povos indígenas. E hoje, o que mais se evidencia é a existência de uma diversidade étnica e cultural entre as populações indígenas brasileiras.



Figura 2.1: *A primeira missa no Brasil* (1861), de Vitor Meireles (1832–1903), pintor brasileiro. Suas obras mais conhecidas são *A primeira missa no Brasil* e *A batalha do Riachuelo*.

Em 1500, eram faladas mais de 1200 línguas nativas. Hoje, pelo menos 85% delas desapareceram. Dentre os 218 povos conhecidos hoje, sabemos que existem cerca de 180 línguas, divididas em 41 famílias, dois troncos lingüísticos e ainda dez línguas isoladas. Esse número, bem como essas classificações, são dados que possivelmente serão alterados no futuro, à medida que se intensifique a descrição de novas línguas ou daquelas ainda parcialmente documentadas. Na **Figura 2.1**, a obra de Vitor Meirelles, *A primeira missa no Brasil* (1861), retrata a presença dos primeiros colonizadores e das populações nativas.

Estamos diante de problemas trazidos pela definição dos indígenas no território nacional. Qual o critério a utilizar? O morfológico? O lingüístico? O cultural? Segundo a definição do antropólogo Darcy Ribeiro elaborada em 1957, índio é:

aquela parcela da população que apresenta problemas de inadaptação à sociedade, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana. É todo indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade pré-colombiana que se identifica como etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população com que está em contato (RIBEIRO, 1957).

O Censo de 2000 constata pela primeira vez o crescimento das populações indígenas. O Brasil, hoje, possui cerca de 734 mil indivíduos que se auto-classificam como indígenas – 0,4% da população nacional. Identificamos povos indígenas em todos os estados do território brasileiro, com exceção do Rio Grande do Norte e do Piauí. Segundo levantamento dos Parâmetros em Educação – Educação escolar indígena – os 218 povos indígenas conhecidos hoje têm diferentes graus de integração: *isolados, com contato intermitente, com contato permanente e integrados*.

Sabemos que as populações indígenas têm decrescido desde o descobrimento. Muitas línguas indígenas e demais manifestações culturais, até mesmo populações, tendem a desaparecer, como já aconteceu em outros tempos. Neste sentido, acreditamos ser fundamental o papel da escola indígena na preservação destas culturas brasileiras.

As definições baseadas nos critérios racial, legal, cultural ou econômico não foram suficientes para definirmos o índio brasileiro. Até adotarmos o critério da auto-identificação étnica, na qual o índio, sejam quais forem sua localidade ou tradições, é aquele que se considerar índio e é considerado pelo seu grupo como tal.

O COLONIZADOR PORTUGUÊS

Os portugueses derivam de um grupo étnico que vivia na região atualmente conhecida hoje como Portugal. Por meio de sucessivas invasões dos celtas, romanos, vândalos, suevos, visigodos e árabes, realizou-se a miscigenação desse povo. Portugal recebeu, no século XVI, um significativo contingente de escravos africanos, como também um contínuo fluxo migratório da Espanha e de outros países europeus. Como podemos observar o povo português é fruto de miscigenações reiteradas.

Além dos portugueses, circulavam, no Brasil Colonial, europeus oriundos de diferentes partes da Europa. Outros povos que migraram por razões religiosas, econômicas e políticas. Eram judeus fugidos das perseguições religiosas, cristão-novos convertidos ao catolicismo para garantir sua sobrevivência, franceses e holandeses, entre outros. Todavia, o período áureo da imigração só ocorreu mais tarde, entre 1889 e 1931, após a abolição do trabalho servil.

A grande transformação no regime de trabalho do país – do servil ao livre – estimulou e intensificou a migração europeia. Até então o povoamento brasileiro se realizava a mercê do afluxo espontâneo dos colonos brancos. Os primeiros imigrantes se caracterizavam por ser uma população predominante masculina que buscava uma nova vida, em um Novo Mundo. Chegavam sozinhos para explorar e delimitar as fronteiras do que chamaríamos posteriormente Brasil. Suas primeiras mulheres, em uma terra em que praticamente não chegavam estrangeiras brancas, foram as indígenas e, posteriormente, as negras, ambas escravizadas em diferentes momentos de nossa história. Como já dissemos, para alguns teóricos, ser português era ter uma predisposição à mestiçagem. Devido às condições demográficas, a miscigenação era inevitável, porém, em alguns casos, gerou conflitos, preconceitos e discriminações.

AS POPULAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS

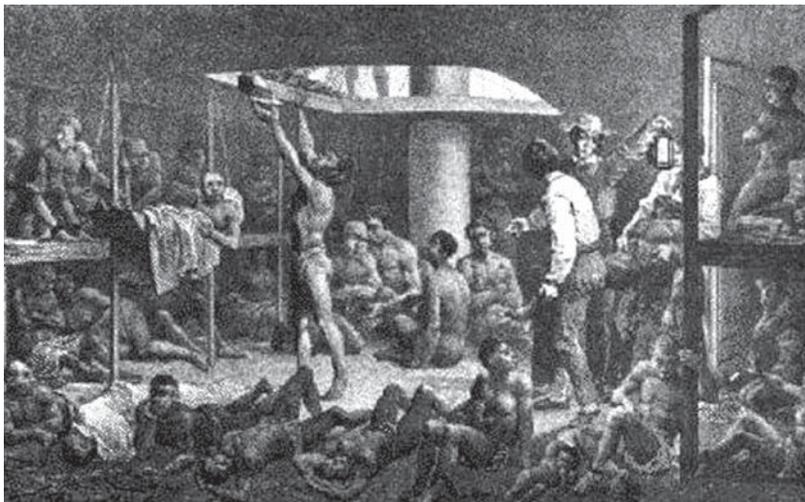


Figura 2.2: *O navio negreiro*, de J. M. Rugendas, (1802-1858). Pintor, gravador e desenhista, visitou o Brasil em 1821, publicando em 1835 sua *Viagem pitoresca ao Brasil*, importante documentário e fonte iconográfica sobre a vida brasileira da época.

Ao longo do período em que durou o tráfico negreiro, do princípio do século XVI a meados do século XIX, o negro foi considerado simples mercadoria. Ignorando sua origem étnica, todos eram englobados sob uma única denominação – peça da África, negro mina, negro da costa, preto, escravos, sem que se tivesse o menor respeito de sua origem, seus costumes e religiões. A **Figura 2.2** mostra a obra *O navio negreiro* de Rugendas a qual retrata a travessia dos africanos em direção ao Novo Mundo. Cabe lembrar que a escravidão no Brasil também contou com a mão-de-obra indígena.

A distribuição dos escravos pelo território nacional foi heterogênea. As maiores concentrações ocorreram em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, São Paulo e Ceará. O principal foco de negócios de distribuição de escravos foi a Bahia, que recebia diretamente da África e distribuía para diversas regiões. Os africanos originavam-se da região do Norte do Golfo da Guiné e do largo cinturão que vai do Atlântico ao Índico, ligando Angola e o Congo a Moçambique. Unidos pela escravidão, os escravos eram originários de culturas diferentes. Apesar das diferenças religiosas, lingüísticas e regionais, foi possível a comunicação entre eles pela semelhança dos troncos lingüísticos, por dominarem outras línguas africanas além das nativas e a língua do colonizador. A comunicação entre os africanos escravizados teve início

no próprio continente africano, tendo sua continuidade no navio negreiro e na nova terra.

A abolição da escravatura no Brasil se deu paulatinamente por meio de quatro leis:

1 – Lei Eusébio de Queiroz (4 de setembro de 1850), que proibiu o tráfico;

2 – Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), que libertou os negros nascidos a partir daquele ano;

3 – Lei dos Sexagenários (28 de setembro de 1885), que tornou livres todos os escravos com mais de 65 anos, e;

4 – Lei Áurea (13 de maio de 1888), que deu liberdade a todos que ainda eram escravos.

Livre do trabalho servil, ex-escravos e seus descendentes buscaram a integração à sociedade nacional. Veremos no decorrer do curso que o racismo e as desigualdades de oportunidades são os principais entraves para que se processe a integração plena dos negros à sociedade brasileira.

Diáspora Negra: O termo diáspora foi utilizado inicialmente pelos judeus para se referir à dispersão de seu povo pelo mundo no decorrer dos séculos. O termo Diáspora Negra refere-se à migração involuntária dos africanos para o Novo Mundo, entre os séculos XVI e XIX, originando as populações atualmente denominadas afro-descendentes.



ATIVIDADE

3. A partir do texto a seguir, poderemos analisar como a escravidão e os africanos escravizados são representados em alguns livros didáticos.

Durante mais de trezentos anos os negros africanos trabalharam com escravos no Brasil. Eles eram trazidos da África nos navios negreiros e aqui vendidos para trabalhar nas lavouras, nas minas de ouro e nas casas dos fazendeiros. A maioria dos escravos levava uma vida muito sacrificada. Viviam em casas muito pobres, chamadas senzalas, sofriam maus-tratos e não tinham nenhum direito.

Selecione um artigo de jornal e comente fatos que registram a participação de afro-brasileiros nos diferentes áreas da sociedade brasileira atual (Educação, artes plásticas, ciências, música, mercado de trabalho).

RESPOSTA COMENTADA

Ao selecionar um artigo de jornal que registre a participação de afro-brasileiros nas diferentes áreas da sociedade atual, o aluno deverá relacionar o artigo a uma visão ampla sobre a sociedade em que vivemos, fugindo dos estereótipos preconceituosos existentes em alguns livros escolares que restringem a participação desses grupos a áreas de baixo prestígio social.

O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO NOS SÉCULOS XIX E XX

O ano de 1808 é um marco para o início da imigração no Brasil. Foi o ano da abertura dos portos para as nações amigas, o que permitiu a entrada de estrangeiros no nosso território. Na verdade, nos séculos anteriores já havia estrangeiros no Brasil ou tentativas de colonização estrangeira, como, por exemplo, a dos franceses no Rio de Janeiro, os holandeses no norte e nordeste, os espanhóis no sul e individualmente, oriundos de diversas regiões da Europa.

Para Manuel Diegues Jr., os três principais períodos dos movimentos migratórios no Brasil são:

1 – de 1808 (abertura dos portos) a 1850 (extinção do tráfico de escravos africanos).

Período onde são registradas as primeiras experiências para o estabelecimento de núcleos coloniais formados por imigrantes. Chamamos de “colonização” o sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos. A importação de mão-de-obra escrava condicionou um pequeno volume de imigração durante este período.

2 – de 1850 a 1888 (abolição da escravatura).

A abolição do tráfico de escravos, as leis do ventre livre e dos

sexagenários e as medidas adotadas pelo governo a favor da imigração e da colonização abriram novas perspectivas à entrada de imigrantes, em sua maioria italianos.

3 – de 1888 até a atualidade.

Período áureo da imigração ocorreu de 1889 a 1913. O processo de recrutamento e fixação dos imigrantes passou a ser denominado “imigração subvencionada”.

Na década 1914 – 1923 há um decréscimo devido à primeira guerra; entre 1924 – 1933, incrementa-se novamente a imigração, que, entretanto, diminui na década seguinte. As nacionalidades que mais contribuíram para a composição dessas correntes migratórias são: italianos, espanhóis, japoneses e alemães.

A partir desta periodização podemos observar que só após 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, a finalidade da migração para o Brasil se torna própria e exclusivamente demográfica. Pela primeira vez o governo cria condições em favor da migração com a instituição de núcleos formados por imigrantes estrangeiros. O ato de abertura dos portos, lavrado em 1808, permitiu, o que antes era vedado, a entrada de estrangeiros em nosso território. O que não significou que no período que vai do descobrimento até 1808 não houvesse estrangeiros em nossa terra. Na verdade, houve várias tentativas de colonização por parte de holandeses, franceses, espanhóis entre outros e de imigração individual, porém, todas pouco significativas. Estas populações heterogêneas, como as anteriormente descritas, contribuíram com suas ricas e complexas culturas para a formação do povo brasileiro.

A IMPORTÂNCIA DO SÉCULO XIX PARA A CONSTRUÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Se o século XIX é importante em uma discussão sobre a constituição de um povo brasileiro, é a partir de sua segunda metade que essa noção começa a se firmar no Brasil, política e concretamente. Vejamos alguns fatos que contribuíram para as discussões sobre as contribuições das “raças” à nação.

Em 1943, o vencedor de um concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o naturalista Carl Von Martius, esboçará o que chamaremos fábula das três raças – a construção do povo brasileiro

como sendo fundada por índios, negros e brancos. Cabe ressaltar que essa fábula era pensada muito mais como uma contribuição para o povo brasileiro do que um longo e rigoroso estudo sobre quem de fato eram esses grupos populacionais. Conhecia-se, à época, muito pouco do Brasil indígena, por exemplo.

Não conhecíamos apenas os indígenas, mas também os negros que constituíam populações também à parte em nossa sociedade. É a partir do século XIX que a preocupação sobre o que é o Brasil e quem é a população brasileira começará a marcar toda literatura e seu pensamento social. Não é infundado, por exemplo, o fato de que as populações brasileiras passem a ser personagem dos livros lidos pelas nossas elites intelectuais e econômicas e passem a ser, também, estudados por nossos filósofos e historiadores, médicos e advogados. A preocupação à época era conhecer o país e criar uma identidade própria que nos afastasse da nossa condição de colônia de Portugal.

É justamente na segunda metade do século XIX que o Brasil estabelece uma lei de terras, que cria uma política de substituição da mão-de-obra escrava pela imigrante. Institui uma política de imigração desejada, nunca explicitada, já que não havia leis claras, mas sempre negociadas. As questões formuladas eram as seguintes: que populações poderiam porventura contribuir para o desenvolvimento e expansão do país? Ou melhor: que populações seriam bem-vindas para apagar ou diluir os traços de negros e índios existentes na população brasileira? Que populações seriam passíveis de serem assimiladas e não segregadas? As respostas para essas perguntas nortearam o debate sobre imigração, que foi de 1839 até 1945. Um debate sobre a formação do povo brasileiro e de sua identidade.

É a partir também do século XIX que o Brasil aprova algumas leis abolicionistas sem de fato garantir a liberdade plena aos seus escravos. Após 1888, com abolição da escravatura, a absorção da mão-de-obra escrava no efetivo mercado de trabalho também não seria garantida, já que estávamos preocupados em mudar o rumo do nosso país, com uma acelerada política de imigração.

Migração: os movimentos de povos de um lugar para outros são fenômenos extremamente antigos. Invasões, conquistas, êxodos, mudanças sazonais e estabelecimentos definitivos em outros territórios e em diferentes sociedades pontuam a história humana. Hoje em dia, são muito poucas as sociedades que não foram formadas pela integração de grupos e culturas que vieram se agregando durante eras.

Quando falamos das populações brasileiras, pensamos em imagens de europeus, africanos, indígenas e asiáticos convivendo entre si, tendo seus hábitos e culturas não mais regulados por suas comunidades de origem, mas por um governo central e suas elites com interesses próprios.

Atraídos pelo volume de trabalho e pelas promessas de um Novo Mundo, nossos imigrantes viviam em uma Europa empobrecida: italianos, alemães, espanhóis e portugueses principalmente cruzam os mares em navios. Por vezes sozinhos, por outras acompanhados de seus familiares, procuraram reconstruir suas vidas em uma nova terra. Esses grupamentos vieram para o Brasil entre os anos de 1819 e 1939. Vieram atraídos por uma necessidade do governo brasileiro? Sim. Mas que necessidades seriam essas?

Entre elas, destacamos três necessidades: a primeira, o aumento, de mão-de-obra para a expansão da economia brasileira. A segunda, a substituição de mão-de-obra escrava pela assalariada. Por fim, o projeto de branqueamento elaborado por alguns intelectuais e setores do governo brasileiro. Acreditava-se que a miscigenação do europeu com negros e indígenas; ou a simples presença de europeus no país, afastaria os traços negróides e indígenas que predominavam entre as populações brasileiras.

Leis de Imigração

Políticas imigratórias no Brasil: Apesar do incentivo político às imigrações no Brasil, nosso país desenvolveu, ao longo das décadas de 10 e 20 do século XX, uma lista de imigrantes indesejáveis. Reunindo classificação racial e política imigratória, foram impedidos de entrar no país cidadãos norte-americanos descendentes de africanos, asiáticos, com exceção de japoneses – considerados os mais ‘puros’ da Ásia e os judeus, durante as décadas de 1930 e 1940 com mais ênfase, por conta da aliança estabelecida pelo presidente Getúlio Vargas com os países nazi-fascistas.

MITO DAS TRÊS RAÇAS OU FÁBULA DAS TRÊS RAÇAS?

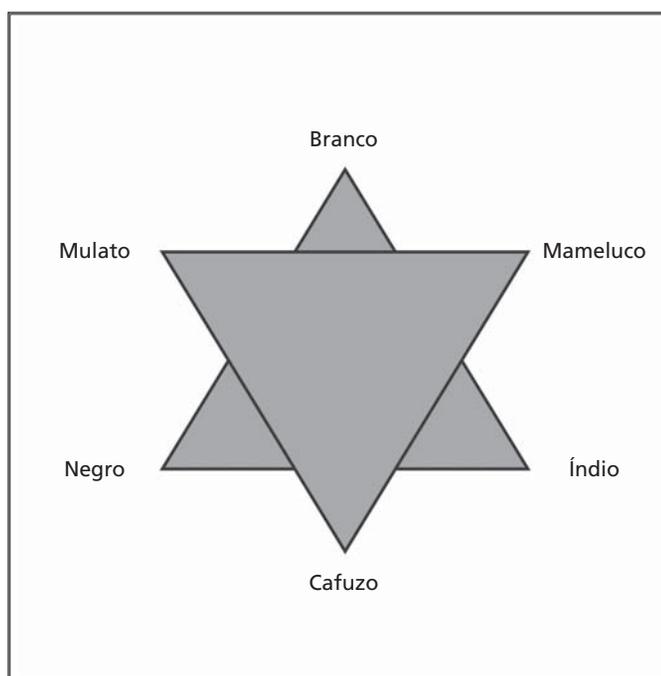


Figura 2.3: Triângulo das três raças.

Os nossos livros didáticos mais antigos, assim como o senso comum, conferem ao nosso país uma História única. Inicialmente, habitado por índios, colonizado pelo português e economicamente alicerçado na mão-de-obra escrava africana, nosso país construiu seu povo a partir da “mistura” entre as raças. Aliado ao processo de colonização, a imigração constante tornada política no século XIX, nos deu uma face de país tolerante, acolhedor e mestiço. Como demonstra o **Figura 2.3**, esse modelo triangular possibilita a criação de outros tipos miscigenados a partir da mistura de seus vértices. A partir daí, constatamos que pensar a constituição da sociedade brasileira refletindo sobre a sua colonização, a ocupação de seu território e a constituição de seu povo pode não ser um trabalho tão fácil quanto pensamos a princípio.

Todas as nações criam narrativas que contam sua formação e o Brasil não é uma exceção. Nosso paradigma que pressupõe a união de três raças – o negro, o índio e o branco – foi criado no século XIX e permanece até os nossos dias. Esta triangulação étnica floresceu tanto no campo popular como no erudito. Desde a sua construção, esta narrativa tem fornecido as bases de um projeto político e social para o brasileiro, permitindo visualizar nossa sociedade como algo singular, onde se dá o

MITO

Narrativa sacra envolvendo seres sobrenaturais e incorporando a consciência coletiva, o mito é entretido de crenças populares a respeito da humanidade e do mundo social bem como na natureza e no significado do universo.

FÁBULA

Narração de coisas imaginárias; historieta de ficção, de cunho popular ou artístico.

encontro cordial e harmônico entre as três raças, apesar dos marcantes conflitos processados no plano político e social. Segundo o antropólogo Roberto DaMatta que adota o termo fábula em lugar de MITO, a fábula não é apenas uma invenção das camadas hegemônicas ou dominantes do nosso povo, mas parece ter sido uma história arrancada da nossa própria experiência social e política dentro de um quadro muito complicado. Este quadro combina uma lógica social igualitária (que a FÁBULA expressa colocando as “três raças” como absolutamente complementares entre si) e uma outra lógica aristocrática, hierarquizante, que a fábula buscava resolver e não conseguia porque ela repousava iniludivelmente no primado da “raça branca” como superior.

ATIVIDADE FINAL

Peça a seus alunos, parentes ou amigos que descrevam a formação do povo brasileiro. Você poderá observar que a triangulação – branco + negro + índio = povo brasileiro – sobrevive no imaginário popular. Que críticas você faria ao mito da democracia racial? Há desigualdades entre os diferentes grupos étnico-raciais brasileiros?

RESPOSTA COMENTADA

A democracia racial vista como uma meta a ser alcançada por nossa sociedade é um dos pontos positivos da triangulação das raças. Os aspectos negativos remetem ao mascaramento das desigualdades de oportunidades entre os grupos étnico-raciais e a negação do racismo existente na sociedade brasileira.

RESUMO

A perspectiva atual centrada na pluralidade nos permite perceber que a idéia de homogeneidade entre índios, brancos e negros, formando deste modo uma nação homogênea e mestiça, é incompatível com a noção de sociedade plural. Temos um país com diferenças de todos os tipos de classe, étnico-raciais e culturais. A ênfase na diferença possibilita uma nova interpretação da questão: o que é o povo brasileiro?

O Brasil – possuidor de um grande território, com muitas populações – construiu o que hoje chamamos povo brasileiro. Para tal, descrevemos como se deu a ocupação do território: pelas populações indígenas nativas, pelos conquistadores europeus, pelos africanos por meio do tráfico negreiro e finalmente pelos fluxos migratórios europeus subvencionados pelo Estado. Somente nas décadas de 1920 e 1930, inicia-se o projeto de construção do país como nação, nele seu povo descrito e aceito como mestiço.

**MOMENTO PIPOCA**

Recomendamos alguns filmes pertinentes ao tema de nossa aula de hoje.

Chico Rei. Direção: Walter Lima Jr. 1985. Drama.

Chico Rei é Galanga, rei do Congo que em meados do século XVIII é aprisionado e vendido como escravo. Trabalhando em uma mina de ouro em Vila Rica, Minas Gerais, e escondendo pepitas no corpo e nos cabelos, Chico Rei consegue comprar sua alforria e torna-se posteriormente, o primeiro negro proprietário de minas de ouro. É então que passa a ter uma participação política mais ativa, associando-se a uma irmandade e ajudando outros negros a conseguir comprar sua liberdade.

Gaijin - Caminhos da Liberdade. Direção: Tizuka Yamazaki. 1980. Drama.

O filme retrata as explorações que sofrem um grupo de japoneses que migra para o Brasil no início do século XX e vai trabalhar em uma fazenda cafeeira, precisando adaptar-se culturalmente.

Gaijin - Ama-Me Como Sou. Direção: Tizuka Yamazaki. 2002. Drama.

Em *Gaijin – amam-me como sou*, a vida de Títoe, japonesa que chegou ao Brasil em 1908 na intenção de conseguir dinheiro para retornar ao Japão é retomada. Já na década de 1930 e sem dinheiro para retornar ao seu país, ela acaba por comprar seu primeiro lote de terra. É a partir do impacto da segunda-guerra mundial em sua vida e na vida de seus descendentes no Brasil que a história é contada.

Passaporte Húngaro. Direção: Sandra Kogut. 2003. Documentário.

Em seu documentário, Sandra Kogut conta a história de sua família, dividida pela guerra e pelo exílio: os que imigraram para fugir das perseguições anti-semitas e os que ficaram.

SITES RECOMENDADOS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - <http://www.ibge.gov.br>

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - <http://www.ihgb.org.br>

Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas - <http://www.ipea.gov.br>

Nação brasileira como comunidade imaginada

AULA

3

Meta da aula

Apresentar o contexto histórico da construção do Brasil como nação.

objetivos

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- definir nação como uma comunidade imaginada;
- identificar o cenário político-cultural brasileiro das décadas de 1920 e 1930.

INTRODUÇÃO

Podemos localizar em nossa História os antecedentes que possibilitaram a transição do Brasil de país para a posição de nação moderna. Segundo nossos intelectuais, tínhamos um território que definia os limites do país, mas não tínhamos uma nação. Para tal, foi necessária a gestão de um projeto de nação formulado nas décadas de 1920 e 1930. Veremos nesta aula como o território brasileiro tornou-se uma nação com uma identidade singular. Como todas as nações modernas, somos uma comunidade imaginada e, como tal, formulamos nosso mito fundador. Mas o que é uma comunidade imaginada? Nosso mito formula verdades indiscutíveis? Pretendemos, aqui, discutir essas questões.

ANTECEDENTES

O problema da unidade da pátria tem estado na pauta de discussões desde o Brasil Colônia, sendo tratado de forma divergente durante toda a nossa História. Em nossa sociedade, a questão nacional foi colocada pelo menos três vezes: primeiro, com a Declaração da Independência, em 1822; segundo, com a Abolição da Escravatura (1889) e, por fim, com a Revolução de 1930. Em cada uma delas, a sociedade se colocou diante das questões relativas à sua afirmação como nação.

Durante o século XIX, enquanto a sociedade estava apoiada no regime de trabalho escravo, o debate nacional polarizou-se em termos de indianismo, inicialmente, e europeísmo, depois. Logo após a Independência houve um surto indianista; como exemplos, a poesia de **GONÇALVES DIAS** e o romance de José de Alencar que, ao trabalhar com o mito da raiz indígena da sociedade brasileira, não excluía a contribuição dos outros grupos considerados construtores de nossa cultura.

**ANTONIO
GONÇALVES
DIAS
(1823-1864)**

Poeta fundador da corrente indianista na poesia. É um dos maiores autores românticos brasileiros. Nasceu em Caxias, no Maranhão. Estudou em São Luís e formou-se na Universidade de Coimbra, em 1845. De volta ao Brasil, mudou-se para o Rio de Janeiro no ano seguinte, onde lecionou Latim e História no Colégio Pedro II.



Figura 3.1: A personagem Iracema, do romance de José de Alencar. (Tela de 1881, de José Maria de Medeiros.)

A Independência do Brasil não teve um projeto claro de unificação nacional. O movimento político que desembocou na Independência não nasceu de preocupações nacionalistas. O fato de as elites brasileiras relutarem, até o último momento, em proclamar a Independência talvez seja o sinal mais claro da ausência dessas preocupações. Só depois de formalmente independente é que o Brasil começou a inventar um projeto unificador para si próprio.



ATIVIDADE

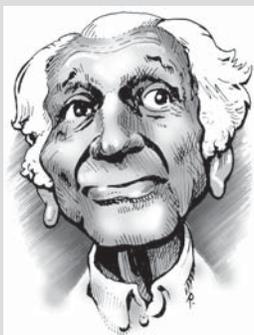
1. O escritor Gonçalves Dias, representante do indianismo brasileiro, exalta o índio em suas obras. Pesquise na Internet as obras deste autor que justifiquem a preeminência do indígena na descrição das populações brasileiras. Procure comparar também com a visão da sociedade sobre o índio.

RESPOSTA COMENTADA

Na obra de Gonçalves Dias, são freqüentes as poesias em que o índio se identifica com o homem brasileiro, tornando-se, assim, um símbolo nacional. Observe, por exemplo, os poemas: "I-Juca Pirama", "Os Timbiras" e "O Canto do Piaga". Você poderá encontrar em jornais, ou mesmo na internet, a resposta da segunda parte desta atividade.

A Abolição e a política de incentivo à imigração europeia dão início a uma fase de valorização do imigrante que desembocou na proposta de europeização. O negro, o índio e o branco nacional (português) foram colocados em segundo plano. Estava em marcha a revolução burguesa. As modificações nas relações de produção apontavam para um novo modelo de trabalhador – o imigrante europeu –, agente ou símbolo da redefinição social e cultural do trabalho braçal. A redefinição das relações de produção redistribuiu as posições anteriormente ocupadas pelo índio, pelo negro e pelo trabalhador nacional branco. O arianismo vem por dentro da revolução burguesa, imprimindo a tese de que os três grupos entregavam-se à luxúria e à preguiça. Era necessário modernizar o país. Neste contexto, as formas tradicionais de produção baseadas no trabalho escravo não apresentavam atrativos para um país com ambições de modernizar-se.

Mesmo após a chegada da República (1889) e o fim da escravidão (1888), nossas elites consideravam que o maior problema do país era a ausência de uma unidade nacional. Somente com a **REVOLUÇÃO DE 1930**, e com suas idéias de um Brasil moderno é que um novo projeto de autenticidade nacional passou a ser implementado. É neste contexto, iniciado na década de 1920, que os nossos traços mestiços assumem um caráter nacional, ligado a um projeto intencional e modernizador de nossas elites com a participação de vários segmentos de nossa sociedade.



**GILBERTO FREYRE
(1900–1987)**

Sociólogo e escritor brasileiro nascido em Recife, Pernambuco. Na Universidade de Columbia, ele se encontrou com Boas, um dos mais importantes acadêmicos a se opor ao racismo científico. Estas orientações foram fundamentais na elaboração da obra *Casa-grande & senzala* (1933). Escreveu outras obras como, por exemplo, *Sobrados e mocambos* (1936).

**SÉRGIO BUARQUE DE
HOLANDA
(1902-1982)**

Escritor e historiador brasileiro que participou do Movimento Modernista como Klaxon (1922), publicou a obra clássica no pensamento social brasileiro – *Raízes do Brasil* (Figura 3.2) –, em 1936.

REVOLUÇÃO DE 1930

Movimento liderado por Getúlio Vargas que levou o então presidente Washington Luís a deixar o poder; eclodiu simultaneamente no estados da Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, ligados pela Aliança Liberal. O governo Vargas se iniciou com o movimento armado de 1930 que pôs fim à chamada República Velha. Vargas foi chefe do Governo Provisório de 1930 a 1934, quando se tornou presidente eleito indiretamente pela Assembléia Nacional Constituinte.

A frase do presidente mineiro Antonio Carlos – “Façamos a revolução antes que o povo a faça” – ajuda a explicar a Revolução de 1930. Foi um movimento das oligarquias que não se beneficiavam da política café-com-leite, como a do Rio Grande do Sul, com o apoio de setores sociais cansados da velha e corrupta República, tal como os tenentes e as classes médias urbanas.

AS DÉCADAS DE 1920 E 1930

A rejeição da maldição a que a mestiçagem havia sido submetida no Brasil até o início do século XX é a marca dos anos 1920 e 1930. Alguns fatos históricos foram de suma importância, entre eles destacamos a Semana de Arte Moderna de 1922, a publicação das obras *Casa-grande & senzala*, do sociólogo **GILBERTO FREYRE**, e *Raízes do Brasil*, do historiador **SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA**, o Estado Novo e o reforço da concepção do “ser brasileiro” – quem nasce no Brasil é brasileiro.

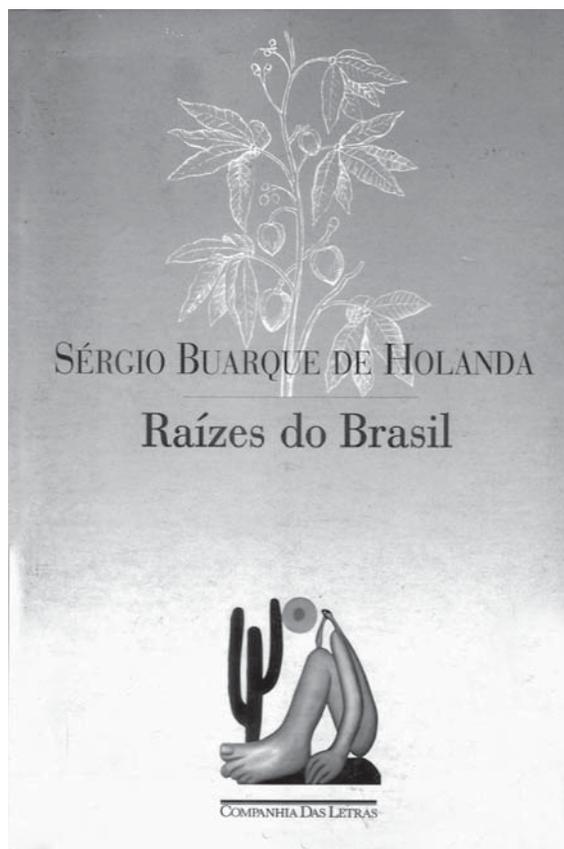


Figura 3.2: Capa do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado pela editora Cia. das Letras. Em detalhe, na capa do livro, a obra de Tarsila do Amaral, *O Abaporu* (de 1928).

O Movimento Modernista e a Semana de Arte Moderna

A Semana de Arte Moderna ocorreu em 1922, em São Paulo, no mesmo ano da fundação do Partido Comunista, do Centenário da Independência e da primeira Revolta Tenentista. Entre 11 e 18 de fevereiro, uma exposição pôde ser vista no Teatro Municipal de São Paulo. Aconteceram apresentações musicais e de poesia, e também palestras sobre Modernidade. Mais que uma semana, o Movimento Modernista representou uma busca de experimentação, pautada na ruptura com o passado, na renovação da linguagem e na criatividade. Se precisamos de um adjetivo para a Semana de Arte Moderna, este adjetivo é *novo* – a nova poesia, declamada, a nova música e a nova arte, retratada em pinturas, esculturas e na arquitetura. Se hoje a Semana é considerada um marco, na época não foi bem entendida e, em parte, foi ignorada, porque suas novas concepções do que significava arte eram desprovidas de regras.

MÁRIO DE ANDRADE (1893-1945)

Escritor e crítico literário e de arte nascido em São Paulo e principal incentivador e teórico do Movimento Modernista no Brasil. Considerado um grande folclorista, realizou uma série de viagens pelo território nacional, onde pôde registrar manifestações culturais das diferentes populações brasileiras.

Uma das preocupações dos modernistas de São Paulo era compreender a formação do povo brasileiro. Em oposição ao romantismo, ao parnasianismo e ao regionalismo retratado na literatura brasileira, os modernistas apresentavam um homem novo – o mestiço – fruto da miscigenação entre as populações vindas de muitas partes do mundo nos processos migratórios. Para Oswald de Andrade, São Paulo significava o futurismo, e este deveria ser seguido por todo o Brasil, caso quiséssemos alcançar a civilização e a metropolização. **MÁRIO DE ANDRADE** associou a “mistura épica das raças” ao “progresso vertiginoso de São Paulo”. Em termos de conjuntura política e econômica, estamos falando da emergência do capitalismo por meio da cultura cafeeira e da política do café-com-leite, fortalecendo não apenas os ideais da República Velha, como também da elite paulista, viajada e influenciada pela cultura européia em geral, e da francesa em particular. Em termos de revolução, acompanhamos as obras de Tarsila do Amaral, a prosa e a poesia de Oswald de Andrade e a busca incessante de Mário de Andrade para definir o que seria o brasileiro.

Modernismo: Designação genérica para os diversos movimentos artísticos que se originaram na Europa em fins do século XIX e se desenvolveram no decorrer do século XX. O Modernismo brasileiro teve como principal evento a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, e como representante o Grupo dos Cinco: as pintoras Anita Malfatti e Tarsila do Amaral, os escritores Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Menotti del Picchia.

Como obra exemplar do modernismo brasileiro podemos citar a rapsódia *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, escrita pelo romancista Mário de Andrade. Por meio dela, é possível pensar as razões de o personagem Macunaíma ser a representação do brasileiro.

Esta obra literária transformou-se em um dos ícones determinantes para a compreensão do pensamento social, sobre o ser brasileiro e a identidade nacional do início do século XX. Esta nova forma de pensar o povo modificou a perspectiva anterior, pois claramente exalta a miscigenação. Vejamos a seguir um trecho dessa obra:

No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto e retinto e filho do medo da noite (...). Então Macunaíma enxergou numa lapa bem no meio do rio uma cova cheia d'água. E a cova era que nem a marca dum pé gigante. Abicaram. O herói, depois de muitos gritos por causa do frio da água, entrou na cova e se lavou inteirinho. Mas a água era encantada porque aquele buraco na lapa era marca do pezão do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho de Jesus pra indiada brasileira. Quando o herói saiu do banho estava branco, loiro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele o filho da tribo retinta dos Tapanhumas (ANDRADE, 1987, p. 30).



ATIVIDADE

2. Relacione o personagem Macunaíma de Mario de Andrade com o mito de formação da nação brasileira.

RESPOSTA COMENTADA

Mário de Andrade descreve o brasileiro Macunaíma como fruto da mistura das três raças, ou seja, somos um povo mestiço sem que seja possível identificarmos uma única origem.

A interpretação do Brasil nas obras clássicas: *Casa-grande & senzala* e *Raízes do Brasil*

Gilberto Freyre (1933) buscou captar o **ETOS** brasileiro por meio dos estudos sobre a intimidade da família patriarcal. *Casa-grande & senzala* oferece uma interpretação da sociedade brasileira de uma perspectiva culturalista, na qual o discurso sobre a inferioridade biológica do negro e do índio é substituído pela valorização de seus traços culturais. Surge o mestiço como elemento superior.

Nessa obra, o autor remexe as estruturas da sociedade nacional, rompendo com o paradigma racista, abandonando as determinações biológicas, climáticas e geográficas e fundamentando-se no conceito

ETOS

Termo genérico que designa o caráter cultural e social de um grupo ou sociedade.

de cultura. Mostra, pela primeira vez, a contribuição dos três grupos: o negro, o índio e o branco para a formação da cultura nacional. Desse modo, Freyre reinterpreta a mestiçagem, vista como o grande obstáculo para a modernização nacional, e a transforma em fator positivo – de objeto de elucubrações pessimistas, ela passa a ser motivo de otimismo nacional. Para ele, o sistema patriarcal e escravista deixou marcas indeléveis na estrutura do Brasil moderno. Esta mudança de foco ocorreu juntamente com a análise do nosso sistema escravista como mais brando do que o ocorrido em outros países. Essa interpretação tem levado alguns dos seus intérpretes a considerá-lo o “pai da democracia racial brasileira”. Cabe salientar que o conceito polêmico de democracia racial não está presente na obra de Freyre, sendo criado *a posteriori*. Enfim, o mito da democracia racial tem sua contrapartida na democracia cultural.

Em 1936, o historiador Sérgio Buarque de Holanda publicou o seu primeiro livro, *Raízes do Brasil*, inaugurando a Coleção Documentos Brasileiros, então dirigida por seu planejador, Gilberto Freyre. Interessado no ingresso do país na modernidade, ou seja, na preeminência das relações racionais e burocráticas no cotidiano da vida pública nacional, Buarque de Holanda renegou a teoria do brasileiro como “o homem cordial”. A sua sociabilidade apenas aparente não exerce efeito positivo na estruturação de uma ordem coletiva. A expressão “homem cordial” está associada a condições particulares de nossa vida rural e colonial que deveriam ser rapidamente superadas. O predomínio das relações orientadas por um difuso emocionalismo, a frouxidão das instituições, o apego à ordem tradicional, a urbanização atrasada, a falta de coesão social, entre outros fatores herdados da colonização ibérica, afastam o país das práticas que conduzem à organização da sociedade dentro dos padrões modernos. Por meio de uma metodologia de contrários, de pares opostos – trabalho e aventura, rural e urbano, impessoal e afetivo, burocracia e caudilhismo, método e capricho –, Sérgio Buarque de Holanda ofereceu uma interpretação da estrutura social e política do Brasil e dos brasileiros. Para o historiador, o homem cordial se achava fadado a desaparecer com a modernização das relações no país.

As obras *Casa-grande & senzala* e *Raízes do Brasil* são consideradas marcos na literatura sobre o Brasil e a identidade nacional. Ambas tiveram várias edições e foram publicadas em vários idiomas.

O Estado Novo e o ser brasileiro

Estado Novo foi a designação dada ao regime político de exceção implantado no Brasil após o golpe de Estado de 1937; prolongou-se até 1945, quando **GETÚLIO VARGAS** foi deposto. O Estado Novo era regido por uma Constituição autoritária inspirada no fascismo – o Parlamento, as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais foram extintos –, passando o presidente da República a legislar em diversos assuntos por meio de decretos, instaurando, assim, uma ditadura no país.

Nesse período, o processo de construção da identidade nacional brasileira assume seu ponto culminante. É nessa época que ocorre uma campanha ostensiva de nacionalização. A idéia de nacionalidade assume um sentido étnico, em que elementos de origens díspares, com uma suposta história comum, aparecem unidos. Essa concepção do “ser brasileiro” está calcada na mestiçagem e na consolidação da língua portuguesa em todo o território nacional. Esta campanha, planejada e realizada entre 1937 e 1945, começou com a nacionalização do ensino, e visava à assimilação de todos os imigrantes e descendentes estabelecidos no país. Foram proibidas as línguas estrangeiras, as escolas étnicas, as associações culturais recreativas, entre outras medidas. Segundo Seyferth (1995, p. 62),

(...) as ideologias nacionalistas dão à idéia de nacionalidade um sentido étnico, onde elementos como uma presuntiva origem histórica ou uma comunidade lingüística aparecem com símbolos de unidade. Assim, nas concepções nacionalistas que respaldaram a campanha só podia ser brasileiro alguém que não fosse contrário à “formação nacional”, cujo fator de unidade está na mestiçagem e na assimilação e no uso de uma única língua em todo o território abarcado pela nação – a portuguesa.

AS NAÇÕES COMO COMUNIDADES IMAGINADAS

Dentro de um espírito antropológico, Benedict Anderson (1989) propõe a seguinte definição para nação: ela é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada por possuir fronteiras e ser soberana. A nação é uma comunidade por ser sempre concebida com um companheirismo profundo e horizontal. É isso que

**GETÚLIO
DORNELES
VARGAS
(1883-1954)**

Nascido em São Borja, RS, chefiou o Governo Provisório a partir de 1930 e permaneceu no poder até 1945, ano em que foi deposto. Em 1950, porém, retornou como presidente da República.

torna possível que milhares de pessoas não só se matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas. A nação é limitada por possuir fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações. Ela é soberana porque as nações sonham em ser livres, e o símbolo desta liberdade é o Estado soberano. E, finalmente, ela é imaginada porque “nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão” (1989, p. 14).

O sentimento de nacionalidade

Anderson forneceu valiosas contribuições para o entendimento do sentimento de nacionalidade, sobre a sensação pessoal e cultural de pertencer a uma nação. Para isso, vinculou a invenção das identidades nacionais à emergência dos Estados-nação modernos, sugerindo que toda identidade nacional é inventada. A nacionalidade e o nacionalismo são artefatos culturais de um tipo particular. É preciso compreender como se tornaram entidades históricas, como seus significados se alteraram no decorrer do tempo, suscitando, contemporaneamente, sentimentos tão profundos. O autor localiza a criação desses artefatos na Europa, no fim do século XVIII, e chega à conclusão de que as nações são comunidades politicamente imaginadas, limitadas e soberanas. Para ele, as comunidades não devem ser distinguidas por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas. Acrescenta que o estilo “nacional” só se transformou numa “norma” internacional legítima (o Estado-nação) ao fim da Primeira Guerra, com a criação da Liga das Nações.

Hobsbawm, com objetivo semelhante, observa que as tradições do século XIX e XX, que parecem ou reivindicam ser antigas, são, muito freqüentemente, recentes em sua origem, sendo, às vezes, inventadas. O termo “tradição inventada” é utilizado por ele num sentido amplo, mas nunca indefinido; inclui tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar, num período limitado e determinado de tempo – às vezes, coisa de poucos anos apenas –, e se estabeleceram com enorme rapidez. Como, então, nós brasileiros inventamos nossas tradições? É o que você vai estudar a seguir.

A nação brasileira inventa sua história

Todas as nações, entendidas como comunidades imaginadas, criam seus mitos fundadores. No Brasil, a cultura e a identidade nacionais são construídas e pensadas a partir do triângulo de raças. Este modelo se constitui na mais poderosa força cultural do país, permitindo integrar idealmente sua sociedade e individualizar sua cultura. Observa-se que, desde a sua construção, esta triangulação tem fornecido as bases de um projeto político e social para o brasileiro. Isso nos permitiu visualizar nossa sociedade como algo singular, onde se dá o encontro cordial e harmônico entre as “raças”, apesar dos marcantes conflitos processados no plano político e no social. Como afirmamos na primeira aula desta disciplina, o termo *raça*, em Biologia, significa a subdivisão de uma espécie. Portanto, ele é inaceitável para se explicar as diferenças culturais e aparentes existentes na espécie humana.

Que os três elementos sociais – o branco, o negro e o índio – foram importantes na construção do nosso povo é indiscutível, mas o que nos chama a atenção é sua utilização como recurso ideológico na construção da identidade brasileira. Cabe observar que em outros países americanos encontramos a presença do branco colonizador, do índio e do negro, porém há casos em que o recorte social da realidade empiricamente dada foi inteiramente diferente. Por exemplo, no México, o mito de origem se centralizou na exaltação de uma cultura indígena pré-colombiana.

Comunidades imaginadas: exemplos de outras nações

Podemos pensar outras nações a partir da noção de comunidade imaginada. Vejamos agora alguns exemplos.

Canclini (1997) observa que o mito de construção da nação mexicana exclui os espanhóis, os negros, os chineses, os alemães e os árabes. Esse mito constrói uma cultura de base indígena “pura” e unificada. Nesse processo, as culturas indígenas singulares de cada grupo subordinam-se ao caráter genérico do indígena e à unidade da nação. O mesmo autor observa que o Museu de Antropologia do México concebe o patrimônio originário como algo consubstancial da nação. Ou seja, antes da chegada dos colonizadores, havia no México fortes evidências de seu assentamento definitivo – pirâmides, templos, cidades,

configurando assim um patrimônio estático, ratificado por etnografias descontextualizadas historicamente.

Continuando a descrever o Museu de Antropologia do México, Canclini afirma que a dramatização desse patrimônio garante sua solidez com um discurso nacionalista, centralizado na sala de exposição mexicana – que simboliza a sede do poder –, e um discurso científico que organiza as etnias de acordo com os testemunhos de coleções de peças antigas. Para ele, ao dramatizar somente os mitos de origem e a formação de coleções indiscutivelmente constitutivas da nacionalidade, o museu não permite que venham à tona as perguntas sobre a atual recomposição da cultura.

Um outro exemplo é o dos Estados Unidos, onde não há escala entre os elementos étnicos apesar da existência do branco, do índio e do negro. Lá, fala-se muito mais dos brancos que, vindos da Inglaterra, construíram uma “cidade no cume da montanha”, recriando um modelo radical da Bíblia numa comunidade social e politicamente concreta (DAMATTA, 1988, p. 18). É a origem religiosa dos colonizadores (protestantes) que explica, em parte, a escolha de um mito de inspiração bíblica.

No caso americano, em lugar da triangulação característica do modelo brasileiro, encontramos um modelo dualista que separa a população em dois grupos: os brancos e os não-brancos. Trata-se de uma sociedade que se vê como igualitária, de tradição protestante, onde o intermediário representa tudo o que deve ser excluído da realidade social. Seu mito prioriza a figura dos puritanos ingleses como fundadores da nação, que fincaram os alicerces de uma sociedade jurídica e constitucionalmente igualitária.

Voltando ao mito brasileiro, nota-se que ele encobriu e tem encoberto uma sociedade hierarquizada, na qual ainda predominam as desigualdades raciais, com múltiplas possibilidades de classificação de cor e que se vê como o reino da democracia racial.

A crítica ao mito das três raças na década de 1930

O projeto homogeneizador e hegemônico da democracia racial não impediu o surgimento de outras vozes que denunciavam as desigualdades raciais, como a Frente Negra Brasileira, criada em 1931. Essa, como tantas outras organizações que surgiram posteriormente em diferentes momentos da nossa História, visava a combater o preconceito e a

discriminação contra o negro e o indígena, denunciando a aparente harmonia entre os diferentes grupos formadores do povo brasileiro.

O debate em torno da identidade tem colocado a mestiçagem ora como problema, ora como solução no decorrer de nossa História. Para os intelectuais do final do século passado, a heterogeneidade impedia qualquer construção ordenada sobre a identidade como povo único e singular. Éramos uma massa fragmentada e desordenada, carente de integração com cada elemento racial e com o resto da sociedade. Para alguns, a “diversidade étnica” e a “ausência de uma uniformidade cultural” eram problemas que careciam de solução, pois impediam a construção da nação. Houve um período de negação total da diversidade, no qual floresciam as teses do branqueamento. Para essas teses, a unidade nacional só seria possível por meio da imigração européia, que branquearia nossa população predominantemente não-branca.

Apesar da emergência de discursos acadêmicos e populares reveladores das desigualdades entre os grupos étnicos brasileiros, o paradigma das três raças ainda está presente no imaginário social do país. Nas décadas seguintes passamos a conviver com um discurso oficial, ratificador de uma pseudo integração, e um outro, paralelo, dos grupos excluídos, questionador da democracia racial.

ATIVIDADE FINAL



Figura 3.3: Povo brasileiro.

Entreviste um amigo, fazendo a seguinte pergunta: Quais os três grupos que representam o povo brasileiro?

COMENTÁRIO

Esta atividade tem como objetivo identificar a presença do mito das três raças na sociedade atual.

RESUMO

Desde o final do século XIX, intelectuais brasileiros interpretavam negativamente a heterogeneidade do povo brasileiro. Somente nas décadas de 1920/30 o mestiço – o intermediário – passa a ser visto como um componente singular da cultura brasileira. Durante essas décadas, consolidamos nossa unidade lingüística e construímos a identidade brasileira.

Como uma comunidade imaginada, o Brasil inventa seu mito fundador – o mito das três raças. O povo brasileiro é fruto da miscigenação de três grupos: o negro, o branco e o índio. Nasce, assim, o sentimento de nacionalidade, a sensação de pertencer à nação brasileira.

Cria-se neste momento a visão do país como uma nação sem preconceitos, onde as raças vivem em harmonia. Paralelamente, nessas décadas e nas seguintes são formuladas críticas ao mito da democracia racial.

SITES RECOMENDADOS

Para saber mais sobre a Era Vargas:

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
<http://www.cpdoc.fgv.br>

Sobre Sérgio Buarque de Holanda:

<http://www.unicamp.br/siarq/sbh/>

Sobre Gilberto Freyre:

Biblioteca Virtual – <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/index.html>
Fundação Gilberto Freyre – <http://www.fgf.org.br/>



MOMENTO PIPOCA

Raízes do Brasil. Direção: Nelson Pereira dos Santos. 2004. Documentário. O documentário retrata a vida e a obra de Sérgio Buarque de Holanda, um dos principais intelectuais do Brasil no século XX, autor dos livros *Raízes do Brasil* e *Visões do Paraíso*.

Macunaíma. Direção: Joaquim Pedro de Andrade. 1969. Comédia. Macunaíma é um herói preguiçoso, safado e sem nenhum caráter. Ele nasceu na selva e de preto, virou branco. O personagem vive uma longa e tumultuada aventura urbana e depois volta à selva, onde desaparecerá como viveu – antropofagicamente.

O sistema brasileiro de classificação de cor

AULA

4

Meta da aula

Apresentar os vários sistemas de classificação de cor existentes na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, comparar o sistema brasileiro com os utilizados em outras sociedades.

objetivos

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- descrever as categorias classificatórias de cor utilizadas pela sociedade brasileira;
- reconhecer o sistema brasileiro de classificação de cor como um sistema múltiplo;
- comparar o sistema classificatório brasileiro com o sistema americano.

INTRODUÇÃO

ANTONIL (1649-1716)

O jesuíta João Antonio Andreoni, conhecido com Antonil, nasceu na Itália e viveu no Brasil por cerca de 35 anos. Autor de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711).

MULATO

Do espanhol *mulato* = mulo, por ser o mulato mestiço. Mulo é um animal híbrido incapaz de reproduzir-se enquanto tal, pois é resultado do cruzamento entre tipos genéticos altamente diferenciados.

No século XVIII, o jesuíta **ANTONIL** escreveu o que mais tarde se tornou um ditado: “O Brasil é um inferno para os negros, um purgatório para os brancos e um paraíso para os mulatos.” Outros ditados como “Deus fez o branco e o negro, e o diabo fez o **MULATO**.” indicam o rumo tomado pelas discussões acerca das relações raciais no país e a forma de pensar nosso sistema de classificação de cor. A questão da miscigenação tem permeado a produção da maioria dos estudiosos da questão racial brasileira e tem sido usada como argumento para explicar nossa realidade. As identidades, produto da miscigenação, aparecem em nossa literatura e em nosso cotidiano ora como problema, ora como solução. Ora são colocados no paraíso, ora no inferno.

Para entendermos como nos classificamos, é preciso compreender os principais modos de o brasileiro se identificar. É o que abordaremos nesta aula.

RAÇA E COR

Tanto a noção de raça quanto a de cor têm sido usadas para classificar os indivíduos. A primeira fundamenta-se na idéia de raça como um fenômeno natural. A segunda, durante o século XIX, referia-se à idéia de que os mestiços, fruto do cruzamento de diferentes raças, reverteriam ou regressariam necessariamente para uma das raças cruzadas.

Veja como o termo “mulato” é usado por Euclides da Cunha em *Os sertões*:

O mulato despreza então, irresistivelmente, o negro e procura com uma tenacidade ansiosíssima cruzamentos que apaguem na sua prole o estigma da fronte escurecida (p. 97).

Neste exemplo, cor aparece como uma imagem figurada da raça. Posteriormente, as críticas às teorias racistas fazem desaparecer a noção de cor vinculada às idéias de reversão. Tornando-se, então, uma categoria empírica, manifestação objetiva de características fenotípicas, ou seja, relativas à aparência dos indivíduos. Essa categoria é sustentada numa ideologia alicerçada na constatação de que há inúmeras denominações para definir a cor de alguém. Neste sentido, “cor” está para além da cor da pele, o que significa inclusive considerar outras características físicas (tipo de cabelo, a forma do nariz e dos lábios, entre outras), a estratificação socioeconômica e a de poder e prestígio. Enfim, esse termo é uma construção arbitrária, sem registros na realidade.

Raça e cor não são fenômenos naturais. Mas esse conceito, no entanto, permanece até os dias atuais. A retomada da noção de raça implicou uma ressignificação do termo. As raças são tratadas como construtos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. A raça passa a ser entendida como produto de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas.

Em nossos dias, as categorias classificatórias de raça e cor estão justapostas. Por exemplo, o Movimento Negro Brasileiro considerará da “raça negra” ou da “cor negra” os africanos e descendentes de africanos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) oferece a classificação de cor/raça – preto e pardo – para agregar todos os descendentes de africanos nascidos no país. Nessas duas classificações, há uma preeminência da aparência em detrimento da origem.

Os sistemas de classificação de cor

Os sistemas classificatórios de cor são sempre locais, isto é, não há sistemas universais. As sociedades modernas, a partir de uma lógica própria, constroem seus sistemas classificatórios. Em sociedades nas quais as ideologias raciais tiveram apoio do aparato legal, as leis sobre raça impuseram sistemas de classificação racial bem específicos, a fim de eliminar ou reduzir dúvidas. Como exemplo, temos as leis que vigoraram durante o período do *apartheid* (Figura 4.1), política de segregação racial adotada desde 1948 pela África do Sul. O regime de classificação sul-africano, que findou em 1990, combinava ascendência e aparência – o fenótipo e a origem.

Um outro exemplo são as leis segregacionistas norte-americanas, que consideravam uma descendência mínima ou de uma gota de sangue para determinar quem era negro ou não. Em alguns estados norte-americanos, os negros eram definidos judicialmente como aqueles que tinham pelo menos 1/8, 1/16 ou 1/32 de ascendência africana. Estas leis foram revogadas nos anos 1960.

Cabe salientar que o Brasil nunca adotou leis que determinassem o pertencimento ou não a um grupo social.



**NELSON
MANDELA
(1918-)**

Ativista do movimento anti-*apartheid*, participou da posição a este regime que negava aos negros, maioria da população, direitos políticos, sociais e econômicos. Devido à sua militância política, permaneceu no cárcere de 1962 a 1990. Em 1993, juntamente com o presidente sul-africano Frederik de Klerk, recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Foi presidente da África do Sul de 1994-1999.

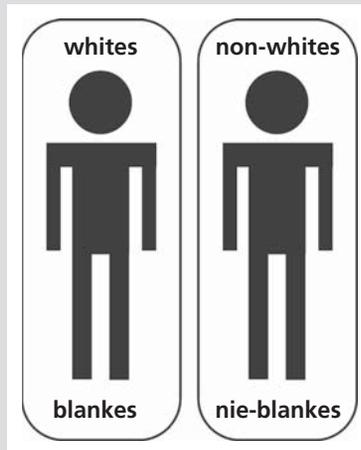


Figura 4.1: Placa de um banheiro masculino na África do Sul, em pleno *apartheid*: brancos e não-brancos.

Fonte: www.suedafrika.net/Medaia/Toilets.jpg.
Contato: contact@suedafrika.net.

***Apartheid* (vida separada)**

Regime de segregação racial adotado pela África do Sul. Nele os brancos detinham o poder e o restante do povo estava submetido a leis que os impediam de exercerem sua cidadania. Este regime foi abolido em 1990.

Rosa Parks (1913-2005) foi a mãe do Movimento pelos Direitos Civis norte-americanos. Em 1955, ela se recusou a dar lugar em um ônibus a um homem branco, em Montgomery, no Alabama, EUA. Sua prisão deflagrou um boicote aos ônibus da cidade que durou 381 dias, sob a liderança do pastor Martin Luther King. Em 21 de dezembro de 1951, a Suprema Corte declarou que as leis de segregação de Montgomery eram inconstitucionais.

O Movimento Negro no Brasil

Em 1931, nasceu em São Paulo a Frente Negra Brasileira. A FNB foi a primeira organização a denunciar o mito da democracia racial brasileira. O movimento foi reprimido por Getúlio Vargas e findou em 1937. Em 1944, nasceu o Teatro Experimental do Negro como uma reação à exclusão do negro no teatro brasileiro. Em 1945 surgiu o Comitê Democrático Afro-brasileiro, que visava a discutir a inserção do negro nas várias esferas da vida social brasileira. Em 1978, diversos grupos negros, que bradavam pelo reconhecimento de seus direitos e pela criminalização do racismo, fundaram o Movimento Negro Unificado. A partir de então, outras organizações militantes surgiram.



ATIVIDADE

1. O Brasil é conhecido mundialmente pela convivência harmoniosa entre as raças, o que não significa que aqui não ocorra preconceito racial. A cor negra ou preta, em algumas situações, tem um sentido pejorativo – a situação está preta, vou colocá-lo em meu caderninho preto ou você está denegrindo meu nome –, contribuindo, deste modo, para a associação entre cor e identidades negativas ou a situações de pavor e repulsa.

Analise o sentido dado à cor preta na seguinte canção popular:

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Pega essa menina
Que tem medo de careta.

RESPOSTA COMENTADA

Você encontrará, em ditados populares, canções ou em expressões correntes na nossa língua, usos das palavras preto e negro, que remetam à discriminação e ao preconceito, como por exemplo, “Você é um preto de alma branca”, o significado do verbo denegrir, entre outras.

Outros modelos de classificação

Sabemos que existem outros modos de classificar a cor. Em lugar da triangulação brasileira, encontramos, nos EUA, um modelo dualista que separa as populações estadunidenses em dois grupos: os brancos e os não-brancos. Trata-se de uma sociedade que se vê como igualitária, de tradição protestante, em que as classificações intermediárias representam tudo o que deve ser excluído da realidade social. Seu mito prioriza a figura dos puritanos ingleses como fundadores da nação, responsáveis pelos alicerces de uma sociedade igualitária jurídica e constitucionalmente.

A **Figura 4.2** compara os dois sistemas de classificação de cor. No caso brasileiro, forma-se um triângulo racial (o branco no vértice e os outros dois elementos na base) em que é possível o encontro, a mediação – o mestiço. A ideologia é abrangente e hierarquizada em sua própria formulação. No caso americano, esses mesmos elementos são apresentados como realidades individuais, isoladas, sem possibilidade

de contato. Os grupos são tratados como iguais perante a lei, porém, não se pode mudar jamais de posição.

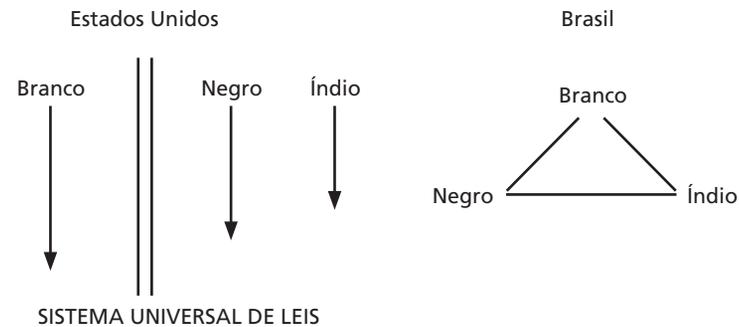


Figura 4.2: Diagrama comparativo – sistema americano e sistema brasileiro.

Fonte: DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*, Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 80.

Tanto os Estados Unidos quanto o Brasil foram colonizados por europeus que instituíram sistemas de escravidão de africanos. No final do século XIX e início do XX, os países receberam milhares de imigrantes europeus destinados a atender às exigências da industrialização. No entanto, há profundas diferenças entre os dois sistemas de classificação de cor, apesar de ambos guardarem a idéia da supremacia branca. No Brasil, a classificação baseia-se principalmente na aparência física e nos EUA, privilegia a ascendência para classificar os indivíduos. Segundo Telles (2003),

(...) as diferenças mais importantes entre os sistemas raciais dos dois países podem ser resumidas como sendo derivadas de dois conceitos opostos: segregação nos Estados Unidos e mistura racial (miscigenação ou mestiçagem) no Brasil (p. 16).

O SISTEMA BRASILEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DE COR

Como funciona o sistema de classificação de cor no Brasil? A atribuição da cor de um indivíduo é feita de forma relacional, ou seja, dependerá das formas de classificação existentes no grupo que o classifica e/ou de quem classifica. Por exemplo, um brasileiro de cor branca poderá não ser classificado como tal na sociedade americana. Este mesmo indivíduo poderá ser classificado como branco no Nordeste, como

moreno do Sudeste ou como mestiço no Sul do Brasil. Isto quer dizer que os modelos de classificação múltiplos fornecem múltiplas denominações para um mesmo indivíduo. A percepção de determinados traços físicos só se constitui como uma cor, e se reveste de um significado, no interior de um contexto histórico cultural específico. A cor se inscreve, então, no universo da aparência.

Atualmente, podemos identificar pelo menos três sistemas classificatórios circulando na sociedade brasileira. São eles:

- a. sistema classificatório dos censos;
- b. sistema classificatório popular;
- c. sistema classificatório do movimento negro, da academia e da mídia.

O sistema classificatório dos censos brasileiros

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é o órgão governamental responsável pelos censos populacionais. A seguir, veja as categorias utilizadas referentes a cada época:

1872 (primeiro censo) – branco, preto, pardo e caboclo;

1890 – branco, preto, mestiço e caboclo;

1900-1920 – não foi coletada a informação sobre cor;

1940 – branco, preto, pardo e amarelo;

1970 – não foi coletada a informação sobre cor;

1980 a 2000 – branco, preto, pardo, amarelo e indígena.

Como podemos observar, as categorias oficiais do Brasil foram pouco alteradas durante os mais de cento e trinta anos do primeiro censo. Com exceção dos censos de 1900, 1920 e 1970, o quesito cor tem sido incluído. As decisões governamentais sobre quais categorias utilizar variam, dependendo das ideologias e práticas raciais do momento histórico como também das demandas políticas e sociais.

O sistema classificatório popular

Este sistema é múltiplo e reúne uma quantidade sempre crescente de termos usados para classificar os indivíduos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 encontrou, numa amostra de 82.577 indivíduos, 135 cores diferentes que os brasileiros se auto-atribuíam. São elas:

acastanhada, agalegada, alva, alva-escura, alvarenta, alvarinta, alva-rosada, alvinha, amarela, amarelada, amarela-queimada, amarelosa, amorenada, avermelhada, azul, azul-marinho, baino, bem-branca, bem-clara, bem-morena, branca, branca-avermelhada, braça-melada, branca-morena, branca-pálida, branca-queimada, branca-sardenta, branca-suja, branquiça, branquinha, bronze, bronzeada, bugrezinha-escura, burro-quando-foge, cabocla, cabo-verde, café, café-com-leite, canela, cardão, castanha, castanha-clara, castanha-escura, chocolate, clara, clarinha, cobre, corada, cor-de-café, cor-de-canela, cor-de-cuia, cor-de-leite, cor-de-ouro, cor-de-rosa, cor-firma, crioula, encerada, enxofrada, esbranquecimento, escura, escurinha, fogoio, galega, galegada, jambo, laranja, lilás, loira, loira-clara, loura, lourinha, maliaia, marinheira, marrom, meio-amarelada, meio-branca, meio-morena, meio-preta, melada, mestiça, miscigenação, mista, morena, morena-bem-chegada, morena-bronzeada, morena-canelada, morena-castanha, morena-clara, morena-cor-de-canela, morena-jambo, morenada, morena-escura, morena-fechada, morenã, morena-parda, morena-roxa, morena-ruiva, morena-trigueira, moreninha, mulata, mulatinha, negra, negrota, pálida, Paraíba, parda, parda-clara, pouco-morena, preta, pouco-clara, pouco-morena, preta, pretinha, puxa-para-branca, quase-negra, queimada, queimada-de-praia, queimada-de-sol, regular, retinta, rosa, rosada, rosa-queimada, roxa, ruiva, russo, sapecada, sarará, saraúba, tostada, trigo, trigueira, turva, verde e vermelha.

Apesar do número elevado de denominações, os analistas encontraram uma significativa concentração em poucas categorias. Além do mais, elas podem ser agrupadas em categorias mais abrangentes – agregadas na categoria morena, por exemplo: morena, morena-clara, morena-cor-de-canela etc. Cabe informar que 45 desses termos foram utilizados por poucas pessoas.

O sistema classificatório do Movimento Negro, da Academia e da Mídia

Inicialmente adotada pelos movimentos negros, hoje é amplamente utilizada pela mídia e pelos acadêmicos, mas raramente incorporado no discurso popular. Este sistema de classificação usa apenas dois termos – branco e negro; branco e não-branco. O termo “negro”, embora ofensivo no passado, atualmente tornou-se um símbolo de identificação e orgulho étnico. Ao contrário do termo “moreno”, que pressupõe a ambigüidade

– todos os brasileiros podem lançar mão desta classificação –, o termo “negro” busca a valorização do ser negro. No sistema dual, o termo “negro” agrega uma multiplicidade de categorias como: os pretos e pardos dos censos e uma série de denominações de cor do sistema popular.

Nesta mesma perspectiva dual estão as identidades com hífen: afro-descendente e afro-brasileiro. Sinônimos da identidade negra, elas sempre se opõem à identidade branca. Ambas definem primordialmente uma condição étnica, ou seja, priorizam a ascendência africana. A identidade de afro-descendente pode ter também um significado transnacional, quando utilizada para identificar todos os descendentes das populações africanas escravizadas. Neste sentido, essa identidade une todos os descendentes destas populações nascidos no Novo Mundo.

Como nos classificamos e como somos classificados segundo a cor no Brasil?

Em geral, usamos o critério da autoclassificação, ou seja, é necessário que escolhamos uma classificação dentre as existentes no nosso grupo como também que esse grupo nos reconheça como tal. Por exemplo, se me declaro negro, preciso também ser reconhecido como negro em meu grupo. Esta regra é válida para todas as identidades étnicas.

Cabe observar que as nossas escolhas não são universais, por isso uma identidade poderá variar quando mudamos de grupo. Por exemplo, um indivíduo que é classificado como branco no Nordeste brasileiro poderá não ser identificado como tal no Sul do país. Mas por que isto acontece? Acontece porque as identidades são *relacionais*.

Como já foi apresentado, no país convivem modelos diferentes de classificação de cor. O que significa que a classificação de cor de um indivíduo varia conforme o modelo adotado, o campo social em que o indivíduo está atuando ou a região do país em que ele está. Sabemos que há campos mais suaves e campos mais rígidos e preconceituosos no que diz respeito às relações raciais, como, por exemplo, o campo da educação brasileira. Quanto maior o grau de ensino, menor é a presença de negros e indígenas. Essas questões serão aprofundadas na Aula 7 – A Construção de Identidades e Suas Fronteiras.

Grupo de Estudos – A Cor Morena

Em 1995, o jornal *Folha de S. Paulo* e o Instituto de Pesquisas Datafolha realizaram uma ampla pesquisa sobre o preconceito de cor em todo o país. A pesquisa foi publicada, inicialmente, no caderno especial da *Folha* e, posteriormente, em livro. O dia 20 de novembro de 1995 marcou os 300 anos de morte do herói negro Zumbi dos Palmares. Dentre as constatações, esta:

Os brasileiros rejeitaram espetacularmente o termo pardo. Apenas 6% dos entrevistados se auto-atribuíram a cor parda em respostas espontâneas. Outros 8% se disseram de cor preta ou negra. E o grande achado foi a cor morena, que inexistia no censo do IBGE; 43% dos brasileiros maiores de 16 anos se classificam como morenos e suas variações (moreno-claro e moreno-escuro). O percentual supera, inclusive, o de brancos. Apenas 39% dos brasileiros entrevistados se disseram brancos. Outros 2% se consideraram claros (p. 36).

ATIVIDADE



2. Escolha dez parentes ou amigos e pergunte: Qual a sua cor?

Cor atribuída por você	Cor atribuída pelo entrevistado

1. Preencha a tabela com as informações solicitadas
2. Compare os resultados com a classificação de cor do censo do IBGE;
3. Vá até Grupos de Estudo na plataforma do CEDERJ, procure o grupo desta disciplina e clique no *link* Atividade 2, Aula 4. Lá você conhecerá os resultados dos seus colegas e participar do fórum.

Não sabe como acessar os grupos de estudo? Procure a direção do Pólo e peça o folheto com as instruções, entre em contato com seu tutor a distância ou envie um e-mail para comunidadesvirtuais@gmail.com.

RESPOSTA COMENTADA

Você poderá constatar a utilização de várias denominações de cor. O sistema de classificação popular organiza-se segundo um continuum de cor que vai do claro ao escuro, onde quanto mais claro melhor é a identidade de cor.

TODAS AS CLASSIFICAÇÕES DE COR SÃO INVENTADAS

A possibilidade de classificar a cor dos indivíduos nas diferentes áreas e momentos da vida social a partir de um *continuum*, tendo num extremo a idéia de mais claro e no outro a de mais escuro, levou Sansone (2004) a identificar áreas ou momentos mais fáceis (leves) e outros mais difíceis (pesadas) para o negro. As áreas mais leves das relações raciais foram consideradas todos os espaços em que ser negro não constitui empecilho e, em certas ocasiões, pode até ter prestígio; lugares livres de tensões em que os negros não criam obstáculos, como, por exemplo, o futebol, a conversa na esquina ou o carnaval. Nessas áreas, o negro poderá ser nomeado de negro(a), moreno(a), mulato(a). Estas denominações são afetuosas e não remetem ao conflito racial. As áreas pesadas das relações de cor são o trabalho, sobretudo a procura de emprego, o namoro e o casamento e as relações com a polícia. Nesses espaços, a competição, a discriminação e o racismo estão mais presentes. Nessas ocasiões a denominação de cor pode ser ofensiva, por exemplo, quando alguém diz que foi assaltado por um(a) neguinho(a) ou um(a) crioulo(a) ou perdeu um emprego para um(a) crioulo(a). Podemos acrescentar, ainda, as áreas intermediárias, como, por exemplo, o sistema educacional brasileiro, no qual o Ensino Fundamental é uma área leve e o Ensino Superior uma área pesada.

Ninguém nasce branco, negro ou índio. Assumimos essas identidades nas sociedades que as inventaram. São todas categorias ocidentais, inventadas pelos ocidentais, para serem usadas conforme a conveniência do momento histórico. Nenhum africano escravizado autot classificou-se como negro. Nenhum nativo autot classificou-se como índio. Portanto, criamos categorias classificatórias em um determinado momento da História que nos permitem distinguir os indivíduos segundo alguns critérios como, por exemplo, o de cor.

**POLÍTICAS
DE AÇÃO
AFIRMATIVA**

Criadas nos Estados Unidos na década de 1960, tinham como objetivo garantir o acesso dos grupos minoritários à educação e ao mercado de trabalho.

Quem é o negro no Brasil?

Uma dúvida recorrente quanto à aplicação de **POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA** no Brasil diz respeito aos critérios que definem o possível grupo beneficiário de políticas voltadas para os negros. Como definir quem é negro? Segundo os dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 45,4 % da população é negra. Mas como identificá-los? A atividade a seguir tratará da questão.

ATIVIDADE FINAL

As diferentes instituições de Ensino Superior que adotaram essas ações escolheram critérios diferenciados para a seleção dos seus beneficiários. Procure na internet os critérios utilizados por algumas instituições brasileiras de Ensino Superior para definir quem é negro.

RESPOSTA COMENTADA

Geralmente, as instituições de Ensino Superior fazem uso da autoclassificação. Por exemplo, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro usa o critério da autoclassificação, enquanto a Universidade de Brasília agrega a autoclassificação à apresentação de uma foto.

RESUMO

A convivência de sistemas de classificação diferentes, a fluidez do sistema de classificação de cor, o mito das três raças e as desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira são indicativos da complexidade da temática, principalmente quando se objetiva a implementação e a consolidação de políticas públicas de superação das desigualdades e o combate ao racismo.

Podemos constatar a existência de pelo menos três sistemas de classificação de cor circulantes no país: o dos censos, o popular e o dual. Cada um deles desvenda uma faceta de nossas relações raciais.

SITES RECOMENDADOS

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) – <http://www.ceert.org.br>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - <http://www.ibge.gov.br>

**MOMENTO PIPOCA**

Vista minha pele. Direção: Joel Zito Araújo. 2004. Curta-metragem.

O curta foi produzido para o CEERT (Centro de Estudos e Relações de Trabalho e Desigualdades) e aborda história de uma menina branca chamada Maria, treze anos, que vive na pele os preconceitos sofridos por negros e afro-descendentes no ambiente escolar. No curta, Maria é discriminada porque os brancos, e não os negros, foram escravizados no Brasil, tornando os negros a elite dominante e o referencial de beleza e educação na sociedade em que Maria vive.

Um grito de liberdade (Cry Freedom/Inglaterra). Direção: Richard Attenborough. 1987. Drama.

Baseado nos livros e nos relatos do jornalista sul-africano Donald Woods, o filme reconstrói a relação de amizade e solidariedade entre o jornalista e Stephen Biko, um dos maiores líderes pelo fim do *apartheid*, na década de 1970. Biko foi um dos principais ativistas na África do Sul, junto com Nelson Mandela, e enfrentou a prisão e a violência na defesa de sua comunidade e de sua consciência.

Mississippi em chamas (Mississippi Burning/EUA). Direção: Alan Parker. 1988. Drama.

Agentes do FBI investigam a morte de dois negros e um judeu, militantes dos direitos civis norte-americanos, em 1964. Na cidade, os crimes contra os negros eram constantes, e a segregação que dividia brancos de negros, uma realidade densa que irá pontuar todo filme.

Mestiçagem – a questão da mistura de raças no Brasil

AULA 5

Meta da aula

Apresentar a mestiçagem como sustentáculo ideológico da democracia racial brasileira.

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- descrever a noção de branqueamento produzida pelo pensamento brasileiro;
- dar exemplo de mestiçagem no Brasil.

INTRODUÇÃO

A miscigenação foi e continuará sendo um tema inexoravelmente ligado à história da humanidade. Não há como frear os intensos fluxos demográficos que fazem circular, pelo mundo, as diferentes populações que se relacionam entre si. O atual processo de mundialização da economia veio intensificar ainda mais essas mudanças demográficas. Atualmente, aproximadamente 100 milhões de pessoas oriundas de diferentes regiões moram em países nos quais não nasceram e lá vivem, amam, trabalham, casam-se, têm filhos e morrem. Na esfera social, a pergunta que se impõe é: Estamos construindo um planeta mais integrado e dinâmico e interligado ou apenas aprofundando as diferenças? A mestiçagem coloca-se como uma questão do mundo moderno. Nesta aula, vamos apresentar os sentidos e as práticas da mestiçagem no pensamento social brasileiro.

O processo de mestiçamento no Brasil foi talvez o mais intenso ocorrido nas Américas. Aqui aconteceu um profundo processo de trocas interétnicas ocorridas desde a colonização até os nossos dias. Construímos uma ideologia da igualdade racial, com base na miscigenação e no ideário do branqueamento, que não encontra respaldo na vida social. Não é à toa que a ideologia racial brasileira considera pertinente não a raça de origem, mas sim o tipo, a aparência, ou seja, a cor da pele associada a outras marcas sociais de classe. Deste modo, os indivíduos são classificados não somente em função do fenótipo (ver Aula 4), mas também em função de sua posição social. Nesta aula, procuraremos apresentar elementos que levem ao questionamento de certos tipos de afirmação como: “No Brasil, todo mundo é mestiço - quase pretos ou quase brancos”.

A MESTIÇAGEM

A mestiçagem é um fenômeno universal que se refere ao cruzamento inter-racial. Do ponto de vista populacional, ela diz respeito ao processo pelo qual um **FLUXO GÊNICO** aproxima duas populações. Porém, a mestiçagem não pode ser tratada somente do ponto de vista biológico. O que significa ser branco, negro ou mestiço? Adquirimos o hábito de pensar nossas identidades como construções naturais e não sociais. Sendo assim, a mestiçagem não pode ser concebida como um fenômeno estritamente biológico. Essa noção está repleta de ideologia. O tratamento dado à mestiçagem vai variar de acordo com a sociedade analisada. E essas diferentes concepções da mestiçagem estão mais ligadas à esfera

FLUXO GÊNICO

Troca de genes de uma população para outra. Também conhecido como migração.

social do que à biológica. Nos países latino-americanos, as diversas situações de mestiçagem são detalhadas, enquanto nos Estados Unidos, o grupo mestiço não faz parte da classificação racial. Os recenseamentos demográficos americanos contemplam somente os grupos ameríndios, asiáticos, brancos e negros.

Hipodescendência *versus* aparência

Segundo Kabengele Munanga (1999), a sociedade americana utiliza predominantemente a regra de hipodescendência, ou seja, a filiação ao grupo considerado inferiorizado, e não ao superiorizado. Para ser negro, basta sê-lo um pouco, mas para ser branco é necessário sê-lo totalmente. Por exemplo, os afro-americanos são apresentados como grupo étnico-racial homogêneo, apesar de terem ancestrais europeus. Trata-se da lei de uma gota de sangue (*one-drop rule*), em que qualquer traço de ascendência negra torna uma pessoa negra, independentemente de sua fenotipia.

Em algumas sociedades, o “problema do mestiço” é resolvido pela hipodescendência. Segundo Marvin Harris, em *Grant, the passing of the great race* (1916), pela hipodescendência, o indivíduo que é fruto de cruzamentos interétnicos pertence ao grupo considerado socialmente inferior: o cruzamento entre um branco e um índio resulta em um índio; entre um branco e um negro, em um negro; entre um branco e um indiano em um indiano.

As teorias de Adolf Hitler, expressas no livro *Minha Luta* (*Mein Kampf*, 1922), decretavam uma hierarquia das raças humanas, além de condenar a mestiçagem. Para Hitler, essa mestiçagem era degenerescência e vergonha racial, pois seriam particularmente as energias civilizadoras de uma raça que desapareceriam no processo de mestiçagem com uma raça “inferior”. Inspiradas por essas teorias, durante a Segunda Guerra Mundial, do cruzamento de um branco da raça ariana (raça considerada superior) com um judeu branco, era um judeu (grupo considerado inferior).

Em alguns países, uma regra de 1/8 ou 1/16 foi estabelecida, a fim de determinar a identidade racial apropriada de indivíduos oriundos de mistura de raças. Sob essa regra se o indivíduo for, pelas linhas da descendência, 1/8 ou somente 1/16 negro (preto uniforme), o indivíduo é também negro.

No Brasil, como já foi dito, a valorização da mestiçagem aconteceu nos anos 1920. Esta tendência à valorização é representada por Gilberto Freyre. Ele destaca o papel integrador da mestiçagem, considerando-a, entre outras coisas, uma característica da colonização portuguesa.

Segundo Oracy Nogueira (1976), aqui se instituiu um preconceito baseado na aparência (marca) e não na origem (hipodescendência). Temos uma classificação cromática baseada na aparência. Isso torna possível o mestiço brasileiro atravessar a linha ou fronteira de cor e se reclassificar ou ser reclassificado na categoria branca.



Adam Clayton Powell Jr. (1908-1972) foi o primeiro afro-americano eleito para o Congresso Americano, em 1945, representando o estado de Nova Iorque, inclusive o Harlem.

ATIVIDADE



Hipodescendência

1. Em 1967, O jornal *New York Daily News*, acusa Adam Clayton Powell Jr. de fazer uso do *passing for black* (promoção para negro). Powell foi considerado afro-americano por possuir um dos avós negro. Como essa promoção foi possível e por que o jornal o criticou?

RESPOSTA COMENTADA

O caso é um exemplo das regras de hipodescendência vigentes na sociedade americana.

Jim Crow

Em sociedades em que as ideologias raciais tiveram o apoio do aparato legal, como foram os casos da África do Sul e dos Estados Unidos durante os períodos do *apartheid* e de *Jim Crow*, as leis sobre raças pretendiam eliminar ou reduzir as possíveis incertezas quanto à identidade racial de seus integrantes. Como já foi dito, a segregação formal nos Estados Unidos levou a adoção de um regime de descendência mínima (hipodescendência) para determinar quem era negro ou não, eliminando assim a tradição de alguns estados que reconheciam a categoria de mulatos. Embora essas leis tenham sido abolidas nos anos 1960, o regime de ascendência continuava influenciando na classificação dos “negros” nos Estados Unidos. Os sul-africanos adotaram outro regime de classificação racial para o *apartheid*. Esse regime combinava critérios de ascendência e aparência que compreendiam as categorias branca ou *european*, negra ou “african” (*bantou*), e mestiço ou *coloured*. Tanto na África do Sul quanto nos Estados Unidos, a categoria *coloured* baseava-se na regra da hipodescendência. Porém, em vez de serem considerados negros, como nos Estados Unidos, os *coloured* sul-africanos constituíam-se uma categoria social apartada, como no caso de brancos e negros. Essa possibilidade transforma o sistema sul-africano em um sistema misto, ou seja, agrega as regras da hipodescendência às regras da aparência. Apesar de terem definições distintas, norte-americanos e sul-africanos freqüentemente acreditavam que suas classificações particulares de raça representavam uma divisão essencial ou natural da espécie humana.

As origens do credo racial brasileiro

É impossível demarcar com precisão as origens do credo racial brasileiro. Porém, a herança portuguesa é de grande relevância para entendermos o que se passou aqui desde o Descobrimento.

Sistematicamente, nossa atual posição política, econômica e social no cenário mundial é justificada por estereótipos sobre as “raças formadoras do Brasil” – a preguiça do índio, a melancolia do negro e a estupidez do branco lusitano – que persistem em nosso imaginário social, apesar de sua insustentabilidade científica.

É inegável a importância do uso histórico desses três elementos sociais – branco, negro e índio - para a formação do país, como recursos ideológicos na construção da nossa identidade nacional.

Orientados por interesses religiosos, políticos e comerciais, o colonizador português tinha como uma de suas preocupações o fortalecimento do regime vigente em Portugal, ou seja, tornar a Colônia exatamente igual à Metrópole. Apesar das diferenças geográficas, econômicas e políticas, todo o nosso território foi governado por meio de decretos e leis ditados pela sede do governo, em Portugal. Assim:

O nosso sistema colonial estava fundado numa “hierarquia moderna”, sistema cujos pés eram o comércio mundial, os braços eram as leis e uma administração colonial baseada numa larga experiência mundial, o corpo era uma sociedade ideologicamente muito bem estruturada internamente, com seus “estados sociais”, e a cabeça era o Rei (DAMATTA, 1987, p. 65).

Na colonização do Brasil, a sociedade portuguesa era altamente hierarquizada, com muitos estratos socialmente diferenciados e complementares. Apesar de sua economia moderna, Portugal mantinha suas hierarquias tradicionais, ou seja, não constituiu uma burguesia com idéias igualitárias. Naquela sociedade, tudo tinha o seu lugar.

Segundo DAMATTA (1987), a categorização social era geral, incluindo grupos étnicos diferenciados, sobretudo mouros e judeus. O mesmo autor discorda da tese de Gilberto Freyre, apresentada em *Casa grande & senzala*, segundo a qual o contato com o mouro (e com a mulher moura) havia predisposto o “caráter nacional” do lusitano a uma interação aberta e igualitária com índios e negros. Muito ao contrário, sabe-se que o controle social e político das etnias alienígenas eram brutais. Os colonizadores portugueses, oriundos de uma sociedade familiarizada com as formas de segregação social, não chegaram ao Brasil como degredados e degradados. Com esta tradição, eles reconstruíram aqui uma sociedade inspirada na sociedade portuguesa da época, altamente hierarquizada. Abaixo do rei, havia uma série de estratos (camadas sociais) como **PRELADOS**, fidalgos, letrados, cidadãos e uma grande massa sem representação na corte. Tal hierarquia podia ser identificada pelas formas rígidas, nominais de tratamento, instituídas em Lei. Proibia-se não somente dar determinado tratamento (até mesmo aceitá-lo) às pessoas a que ele não era devido, ou seja, ninguém era igual perante a Lei. Esse modelo hierárquico reproduzido na Colônia só foi abalado pelo movimento pró-independência do Brasil (1822), que forçou nossas elites a criar suas próprias ideologias. Como a ideologia católica e o formalismo jurídico que vieram de Portugal não eram mais suficientes para sustentar o sistema hierárquico, foi preciso uma nova ideologia. A resposta veio sob a forma da idéia das três raças formadoras do povo brasileiro, uma ideologia que permitisse a conciliação e não a transformação das estruturas hierarquizantes. Essa ideologia permitiu conceber uma sociedade altamente hierarquizada e pretensamente integrada por laços harmônicos e cordiais.

PRELADOS

Título de honra dado a figuras importantes da igreja.

O colonizador português, a miscibilidade e a moura-encantada. Em *Casa grande & senzala* (1987:9-10), o sociólogo Gilberto Freyre descreve as características gerais da colonização portuguesa no Brasil. Ele considera a miscibilidade, mais do que a mobilidade, o processo pelo qual os portugueses compensaram a deficiência de volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas – na Ásia, na África, na América e em numerosas ilhas e arquipélagos. Para o escritor, nenhum povo colonizador moderno excedeu ou sequer se igualou, nesse ponto, aos portugueses. Ele exemplifica essa propensão à miscigenação por meio da figura da moura-encantada, herança de seu longo contato com os sarracenos. Esta figura sensual era a representação da mulher morena e de olhos pretos, sempre penteando os cabelos ou banhando-se nos rios ou nas águas das fontes mal-assobradas. Os colonizadores encontraram paralelo nas índias nuas e de cabelos pretos e soltos, e com o corpo pardo pintado de vermelho. Em oposição à lenda da moura-encantada, mas sem alcançar nunca o mesmo prestígio, desenvolveu-se a da moura-torta. Esta revela o ciúme ou a inveja sexual da mulher loura contra a de cor, ou o ódio religioso: o dos cristãos louros descidos do Norte contra os infiéis de pele escura. Freyre, ao reforçar a miscibilidade portuguesa, afirma que a mulher morena (idealizada na figura da moura-encantada) tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos, para o amor físico (FREYRE. 1987: 9-10).



A primeira classificação dos homens em raças foi em *Nova divisão da terra pelas diferentes espécies ou raças que a habitam*, do francês François Bernier, publicada em 1684. Outras taxinomias foram elaboradas pelo sueco Carl Linnaeus (1758), o alemão J. F. Blumenbach (1795) e o americano Carleton Coon (1962).

A MISTIÇAGEM NO PENSAMENTO BRASILEIRO

RUGENDAS, em *Viagem pitoresca ao Brasil* (1835), assim descreveu a mestiçagem no Brasil do início do século XIX:

Homens que não são de um preto bem pronunciado, aqueles que não mostram de uma maneira incontestável e sem mistura os caracteres da raça africana, não são necessariamente homens de cor; eles podem, de acordo com as circunstâncias, ser considerados como brancos.



Figura 5.1: *Negras do Rio de Janeiro*, de J. M. Rugendas.

JOHANN MORITZ RUGENDAS (1802-1858)

Pintor, gravador e desenhista alemão, nascido em Augsburg; visitou o Brasil em 1821. Publicou, em 1835, *Viagem pitoresca ao Brasil*, importante documentário e fonte iconográfica sobre a vida brasileira da época e também *Negras do Rio de Janeiro* (Figura 5.1).

A mestiçagem, do ponto de vista populacional, é um fenômeno universal e refere-se ao cruzamento entre populações ou conjunto de populações. Porém, a mestiçagem não pode ser vista como um fenômeno estritamente biológico, como você já estudou. Há um uso social da mestiçagem, ou seja, esta noção está saturada de ideologia. Como se pode observar, a mistura racial de tipos puros – o branco, o negro e o índio – sustenta a ideologia da democracia racial brasileira. Nessa mistura, há sempre a possibilidade de uma classificação intermediária, fugindo das polarizações. A triangulação em que o branco está no ápice e o negro e o índio na base possibilita, sempre, o surgimento de uma terceira figura. Por exemplo: os cruzamentos do branco com o negro dão origem à figura intermediária do mulato; do negro com o índio temos o cafuzo; do branco com o índio surge o mameluco. Assim, o triângulo pode se reproduzir infinitas vezes, dando origem a figuras intermediárias, ou seja, o triângulo inicial pode gerar outros.

A classificação racial brasileira é cromática, ou seja, baseada no fenótipo e não na origem. Isso confere ao mestiço uma posição diferente daquelas assumidas nos sistemas de classificação bipolares. Dependendo do grau de mestiçagem, o mestiço brasileiro pode atravessar a linha ou a fronteira de cor e se classificar ou ser classificado na categoria branca. A possibilidade de fuga da identidade negra cria identidades e situações ambíguas, fundamentadas na crença de que somos misturados na origem. É por meio da mediação – da figura do mestiço – que se dá a possibilidade do adiamento do conflito e do confronto entre os grupos.

A tese do branqueamento

Em nossa história, a figura ambígua do mestiço ora aparece como problema ora como solução. Ao abordar a mestiçagem no final do século XIX, os pensadores brasileiros inspiraram-se nas teorias racistas em voga naqueles tempos. É durante a década de 1880 que surge a retórica ostensivamente racista, em grande parte devida à política de imigração. Como nossas populações eram de maioria negra e mestiça (classificadas como raças inferiores), nossas elites acreditavam ser necessária a intervenção na desproporção entre brancos e negros. Neste contexto, surge a tese do branqueamento como solução para o problema da mestiçagem. Seria por meio dessa tese que a população

brasileira se tornaria, com o passar do tempo, cada vez mais clara. Esta possibilidade, sem bases biológicas que a justifiquem, tem habitado o imaginário popular até os nossos dias.

A idéia essencialista (naturalizada) de que cada indivíduo pertence a um grupo racial é menos comum no Brasil por causa da ideologia do branqueamento. Essa ideologia permitiu uma flexibilidade significativa na classificação racial, representada por um *continuum* que vai do claro ao escuro em lugar das classificações polarizadas – branco ou negro. A idéia de miscigenação, conforme é apresentada pela democracia racial brasileira, representa a antítese da segregação racial.

Nessa época, intelectuais brasileiros, entre eles – **SYLVIO ROMERO**, Tavares Bastos, Menezes e Souza e Helio Jaguaribe, formularam, sem qualquer rigor científico, a tese do branqueamento da raça, inspirados em autores estrangeiros evolucionistas, que afirmavam a degenerescência da mestiçagem. Baseando-se na crença da inferioridade das raças não brancas, esses autores estrangeiros acreditavam que, pelo processo de assimilação, os negros acabariam por sucumbir, física e culturalmente ao avanço da civilização ocidental. Sylvio Romero tem como base uma explicação naturalista da história da formação do povo brasileiro. Ele considera a História do Brasil como a história da mestiçagem das três raças, duas das quais inferiores (o negro e o índio). O caráter brasileiro é mestiço, mas o seu fenótipo, acreditava, seria branco. Para ele, em 300 anos, atingiríamos a unidade nacional pela mestiçagem. O desaparecimento do negro e do índio faria parte da futura composição étnica nacional.

O fundamento racista da utopia do branqueamento só viria a sofrer severas críticas da parte de nossos intelectuais – entre eles, Gilberto Freyre – nas décadas de 1920 e 1930, embora pudéssemos encontrar algumas vozes isoladas no início do século XX, como as de Manoel Bonfim e Alberto Torres. Esses viam um caráter renovador na mistura das raças.

Apesar de insustentável cientificamente, a tese do branqueamento não desapareceu da sociedade brasileira; pelo contrário, ela ainda sobrevive. A cor da pele, entre outras características fenotípicas, continua a ser um fator hierarquizador e discriminador dos indivíduos. O negro no Brasil é discriminado como cidadão por sua raça/cor e não apenas pelo seu passado escravo.

SYLVIO ROMERO (1851-1914)

Escritor brasileiro, bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, nascido em Lagarto, Sergipe. Influenciado pela leitura de Gobineau, Haeckel, Le Play, Spencer e outros evolucionistas, sistematizou a tese do branqueamento da raça no Brasil em alguns ensaios, especialmente em *História da literatura brasileira* (1888).



**EUCLIDES DA CUNHA
(1866-1909)**

Engenheiro militar, jornalista e escritor brasileiro, nascido em Santa Rita do Rio Negro, Rio de Janeiro. Após ter feito a cobertura da campanha de Canudos como repórter de *O Estado de São Paulo*, escreveu *Os sertões*. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Sylvio Romero foi um dos primeiros a tentar uma interpretação do Brasil com base na tese do branqueamento. Como podemos observar, trata-se de uma tese desprovida de argumentos sólidos, que prega a purificação étnica por meio da fusão de três raças inferiores: o português (colonizador mestiço), o negro e o índio. Como resultado, teríamos “um povo de grande futuro”. Com algumas diferenças, o branqueamento se tornou o tema de alguns escritores nas duas primeiras décadas do século XX como, por exemplo, em *Os sertões*, de **EUCLIDES DA CUNHA** (1902), fazendo elogio ao mameluco – o sertanejo. Este é apresentado como o produto da fusão dos bandeirantes brancos paulistas com as índias considerado “antes de tudo, um forte”. Mas, no que tange à aparência, o escritor reforça sua “inferioridade racial”, descrevendo suas características grotescas. Vejamos a descrição a seguir:

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo (...) é o homem permanentemente fatigado (...) Entretanto, toda essa aparência de cansaço ilude (...) No revés o homem transfigura-se. (...) e da figura vulgar do tabaréu canhestro reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias (1952, 101-103).

Euclides da Cunha faz uso de uma série de elementos duais. Por exemplo, ele articula uma imagem externa de “homem permanentemente fatigado” com outra, interna, de um ser resistente e ágil. O sertanejo é comparado a um “Hércules-Quasímodo”, ou seja, é uma combinação de heroísmo e força, com monstruosidade. Hércules, o grande herói grego, representando a força, e Quasímodo, o personagem do romance *Notre Dame de Paris*, de Vitor Hugo, representando os aspectos desgraciosos do homem do sertão. O escritor vê no sertanejo a identidade mestiça do brasileiro.

Guerra de Canudos

A Guerra de Canudos foi um movimento político-religioso brasileiro (1896 a 1897), ocorrido na cidade de Canudos, na Bahia. Nesta guerra, os revoltosos contestavam o regime republicano recém-adotado no país. Sua liderança, exercida por Antonio Conselheiro, baseava-se na motivação religiosa, e é por isso que a consideramos um exemplo de movimento messiânico. Todo o conflito foi retratado no livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, que o presenciou como repórter do jornal *O Estado de São Paulo*.



ATIVIDADE

O branqueamento

2. Para Euclides da Cunha, a evolução do sertanejo é mais estável do que a do mestiço litorâneo, pois no sertanejo não há a presença de componentes africanos. Os homens do sertão (**Figura 5.2**) são os curibocas, uma mistura de brancos – os desbravadores paulistas que em tempos pretéritos exploraram o local – e índios. Desses padrões raciais, o sertanejo herdou coragem, resistência e ousadia. Os mestiços do litoral resultaram da mistura de brancos e negros, formando indivíduos neurastênicos e desequilibrados.

Comente a tese do branqueamento presente na representação do sertanejo por Euclides da Cunha.



Figura 5.2: Família sertaneja.

RESPOSTA COMENTADA

A tese do branqueamento só pode ser desenvolvida como utopia, pois vislumbrava uma tendência seletiva que resultaria num povo branco. Embora tenham sido influenciados pelas teorias raciais deterministas, nem Sylvio Romero nem Euclides da Cunha adotaram, na íntegra, tais teorias. Em alguns momentos, eles chegaram a aceitar a igualdade das raças.



DARCY RIBEIRO
(1922-1997)

Antropólogo, etnólogo, romancista, ensaísta, educador e político brasileiro, nascido em Montes Claros, Minas Gerais; fundador da Universidade de Brasília. Foi Ministro da Educação e Cultura em 1962, vice-governador do estado do Rio de Janeiro, eleito em 1982, e senador da República eleito em 1990. É autor de *O processo civilizatório* (1968), *As Américas e a civilização* (1970), *Maira* (1976), *O mulo* (1976), *Os índios e a civilização* (1970) e *O povo brasileiro* (1995), entre outras obras.

Darcy Ribeiro: “o povo novo”

O antropólogo **DARCY RIBEIRO** (1995), na obra *O povo brasileiro*, demonstra a contemporaneidade da idéia da mestiçagem como elemento construtor do povo brasileiro. Para Ribeiro, o processo de formação dos povos americanos tem especificidades. Trata-se de povos que se constituíram com uma formação totalmente diferente daquela de suas matrizes e enfrentaram a tarefa de buscar definir suas identidades, reunindo povos tão diversos uns dos outros. Nessa busca, as populações brasileiras fizeram com que surgisse uma nova etnia, inclusiva, que pôde envolver e acolher todos. Essa nova identidade tanto anula as etnias originais – dos índios, dos africanos e dos europeus, quanto aquelas construídas a partir da mestiçagem, como os mulatos (negros com brancos), caboclos (brancos com índios) ou curibocas (negros com índios). Desta forma, o povo brasileiro passa a ser uma só “gente”. O processo de construção dessa nova identidade é duramente descrito por Darcy Ribeiro.

Para Darcy Ribeiro, o brasileiro surge do entrechoque e do caldeamento do português com índios e com negros africanos. Matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas e formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo. Novo porque surge como uma etnia nacional, miscigenada e diferente das matrizes formadoras.

CONCLUSÃO

Sabemos que há diferentes maneiras de as sociedades tratarem a miscigenação. No Brasil, as diversas situações de mestiçagem são detalhadas dando origem a identidades intermediárias. É por meio dessa ideologia ambígua, que se tem evitado o conflito e o confronto entre os grupos étnico-raciais.

ATIVIDADE FINAL

Miscigenação racial

Visando verificar a receptividade à miscigenação racial entre o corpo discente de escolas públicas do município do Rio de Janeiro, Vera Figueira Moreira (1990) entrevistou 442 estudantes, com idades entre 7 e 18 anos.

A pesquisadora ofereceu fotografias de adultos brancos e negros. Solicitou, então, que os alunos escolhessem duas pessoas para formar um casal. Vejamos na tabela a seguir os resultados.

Receptividade à miscigenação racial - Preferência por tipos de casamento (%)

Homem branco/mulher branca	73,7
Homem negro/mulher negra	19,2
Casais mistos	9,0

Fonte: FIGUEIRA, Vera Moreira. O preconceito racial na escola. In: *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, nº 18, 1990. p.63-72.

Os resultados da pesquisa de Vera Moreira Figueira apontaram para uma baixa receptividade com relação à miscigenação racial, já que apenas 9% dos entrevistados optaram por casais mistos, ou seja, homem e mulher de cores diferentes. Quando comparados os resultados referentes aos casamentos entre brancos e entre negros, separadamente, constata-se que a instituição casamento é nitidamente atribuída a pessoas de cor branca, pois somente 19,2% dos casamentos são realizados entre negros, contra 73,7% entre brancos.

Questão: Selecione fotos de dois homens (um branco e um negro) e duas mulheres (uma branca e uma negra). Convide seus amigos a formarem casais a partir das fotos selecionadas por você. Observe com que frequência são formados casais interétnicos. Relate aqui sua experiência e seus resultados.

RESPOSTA COMENTADA

Por meio dessa atividade, você poderá verificar com que frequência seus entrevistados formam casais interétnicos.

RESUMO

A mestiçagem de todas as matizes foi, e ainda é, a principal figura de retórica a habitar as interpretações sobre a sociedade brasileira. O ideário da democracia racial, calcado no mestiçamento, proclama a igualdade de todos, mas quer cada um no seu lugar.

SITE RECOMENDADO

TV Cultura: <http://www.tvcultura.com.br>



MOMENTO PIPOCA

Guerra de Canudos. Direção: Sergio Rezende. 1997. Drama.

Relata o movimento social messiânico chamado Guerra de Canudos. Esse movimento ocorreu nos anos de 1896 a 1897 e foi liderado por Antônio Conselheiro, considerado um monarquista. A República, que acabara de ser proclamada, decidira enviar vários destacamentos militares para destruir Canudos. Esses fatos são vistos pela ótica de uma família, que tem opiniões conflitantes sobre Conselheiro.

Notas sobre o Brasil, por Darcy Ribeiro. Direção: Isa Ferraz. 2001. Documentário.

Programa 1 da série de 11 programas – Intérpretes do Brasil. O antropólogo e educador Darcy Ribeiro encontra elementos para compreender as relações sociais durante o desenvolvimento da civilização brasileira. A mestiçagem de todas as matizes foi, e ainda é, a principal figura de retórica a habitar as interpretações sobre a sociedade brasileira. O ideário da democracia racial, calcado no mestiçamento, proclama a igualdade de todos, mas quer cada um no seu lugar. Realização: Canal Cultura e Arte.



O Povo Brasileiro. Direção: Isa Ferraz. 2000. Documentário.

Baseado na obra-prima de Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro* é uma série de dez programas que tenta responder as perguntas: Quem são os brasileiros? Como se formou nosso povo?

AULA 6

A cultura negra no Brasil

Meta da aula

Apresentar o termo cultura negra e seus significados no Brasil

objetivos

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- descrever o nascimento da cultura negra e sua circulação;
- descrever a cultura negra nos diferentes campos da vida social: ciência, tecnologia, cultura, arte, religião, educação entre outros;
- dar exemplos de manifestações culturais produzidas pelos negros brasileiros.

INTRODUÇÃO

Nas aulas anteriores, percebemos como a construção do povo brasileiro foi um projeto que supunha uma homogeneização cultural, advinda do contato entre três povos – os índios, os brancos e os negros. Percebemos também que, em nenhum momento, essas populações foram homogêneas, coesas ou dotadas de unidade cultural, nem intergrupar nem intragrupal. A própria idéia de unidade em nosso país cai por terra, quando pensamos nas diversidades de costumes dentro de cada um dos grupos.

Entretanto, essa diversidade não é apenas cultural, mas também é fruto das relações sociais estabelecidas e dos contextos histórico e político nos quais elas se dão. Essas relações sociais não são cristalizadas ou estáticas; pelo contrário, elas circulam e revelam-se interdependentes.

Essa noção é importante para pensarmos como se constrói uma cultura produzida pelos africanos escravizados e seus descendentes no Brasil – a cultura afro-brasileira. Esta será pensada como relacional. Neste sentido, romperemos com o que vem sendo exposto e estudado sobre a interação entre senhores e escravos nas colônias e, também, com as teorias elaboradas por especialistas no continente africano. Utilizaremos, para isso, métodos históricos e etnográficos de análise dessas culturas.

Para nos referirmos à produção cultural dos negros brasileiros, usamos os termos cultura afro-brasileira ou cultura negra. O termo cultura negra refere-se à produção cultural dos negros construída na diáspora africana que, hoje, encontra-se globalizada. Este é o principal elo que une os africanos e seus descendentes espalhados por todo o mundo. A expressão diáspora negra ou africana passou a ser usada nas décadas de 1950 e 1960, para se referir aos fluxos migratórios de populações africanas, ao nascimento de uma cultura negra e, especificamente, quando se trata do Novo Mundo, ao tráfico transatlântico e suas implicações nas sociedades americanas.

Utilizaremos, nesta aula, dois conceitos importantes para entendermos essa dinâmica e a constituição de uma cultura negra autônoma. O primeiro, dos antropólogos americanos especializados na presença negra nas Américas, no Caribe e no Suriname, Sidney Mintz e Richard Price, exposto no livro *O nascimento da cultura afro-americana*, e o segundo, do historiador John Thornton, no livro *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Veremos agora esses conceitos.

O NASCIMENTO DA CULTURA NEGRA NO NOVO MUNDO

No início da década de 1970, Sidney Mintz e Richard Price escreveram e dialogaram principalmente com duas matrizes de pensamento e pesquisa sobre a presença dos africanos no Novo Mundo e as relações que eles estabeleceram. Chamamos a primeira de tese da aculturação e a segunda, de tese da sobrevivência. A posição de Mintz e Price nasceu, basicamente, da dificuldade em se pensar a África e as suas culturas nos países que utilizaram a mão-de-obra africana escravizada. Antes da década de 1970, essas duas vias de pensamento – a aculturação e a sobrevivência (também pensada como herança) – predominavam. Como resposta, esses autores apontaram para o dinamismo e a complexidade emergente no nascimento de uma cultura negra autônoma. Essa cultura se constituiu nas relações diárias entre escravizados e homens livres, e se mostrou diferente nas atuais nações modernas, tendo, inclusive, diferentes inserções na constituição de cada povo.

Passaremos a ver agora os significados das teses sobre aculturação e sobrevivência das populações africanas e afro-descendentes e a existência da cultura negra no Novo Mundo, seus significados e, principalmente, como elas se distanciam da África e se assemelham a ela.

A cultura se apresenta como um conjunto de tradições, regras e símbolos que moldam e representam sentimentos, pensamentos e comportamentos de um grupo de pessoas. Refere-se, principalmente, ao comportamento aprendido, em oposição àquele encontrado na natureza ou na biologia. A cultura tem sido utilizada para designar tudo o que é produzido pelo ser humano (hábitos, crenças, artes e artefatos) e o que é passado de uma geração a outra. Nessa formulação, a cultura diferencia uma sociedade de outra e vários grupos de uma mesma sociedade. Enfim, ela pode ser pensada como um conjunto de valores e crenças socialmente adquiridos, que serve de guia para um grupo organizado.

Ao falarmos da constituição de novas sociedades no Novo Mundo, pensamos no encontro das culturas nativas com a europeia e a africana. Todas essas culturas são modificadas na interação contínua entre os grupos, significando que o corpo de valores e crenças se transforma ou se cristaliza nessa dinâmica.

Mintz e Price trataram o deslocamento de escravos africanos para as Américas como um processo em que não só é impossível a completa

assimilação da cultura, como também é impossível a aculturação sem levar em consideração o ambiente social no qual ela é produzida.

O que esses dois antropólogos norte-americanos tentaram dizer é que não podemos falar de um modelo de encontro entre indivíduos livres e indivíduos escravizados. As relações estabelecidas não dependeram apenas do contato cultural entre essas duas classes de indivíduos, mas também das realidades sociais nas quais esses grupos se encontravam. Mesmo no âmbito do sistema de *PLANTATION*, que predominou na colonização das Américas, as relações entre escravos e homens livres eram marcadamente diferentes em lugares como Brasil, Estados Unidos ou Caribe. Isso porque o que se entendia por escravidão nesses países era completamente diferente, sobretudo na lei. No Brasil, e mesmo em diferentes regiões do país, as relações sociais estabelecidas entre homens livres e escravos ganhavam *status* diferenciados.

PLANTATION

O sistema de *plantation* é um sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação com a utilização de latifúndios. Foi bastante utilizado na colonização da América, principalmente no cultivo de gêneros tropicais.

A crítica à tese da aculturação

Como já afirmamos, as teses da aculturação e da sobrevivência cultural não foram capazes de explicar a emergência da cultura negra, como uma construção autônoma, no Novo Mundo. Segundo a tese da aculturação, ou “da catástrofe”, a escravidão foi uma história tão repleta de explorações, humilhações e sofrimento que impossibilitou a reação do escravo trazido da África, fazendo com que ele sucumbisse à cultura do dominador. Esse tipo de hipótese não apenas nega aos escravos negros a possibilidade de atuação como agentes históricos, como só reconhece a presença de uma cultura africana ou afro-descendente esmaecida ou absorvida pela cultura dominante, no caso, branca e escravocrata.

Não queremos com isso negar as atrocidades cometidas dentro do sistema escravocrata. O que dizemos é que, ao negar ao escravo negro seu papel como agente histórico (já que suas ações também eram racionalmente orientadas), negamos a dinâmica da relação homem livre – homem escravizado. Ao rejeitarmos essa dinâmica, rejeitamos também as negociações de poder, de *status*, mediação e trocas. Dessa forma, não aceitamos as evidências historiográficas, pois estas mostram que não havia espaço para um completo processo de aculturação.

As inserções brancas e negras no Novo Mundo deram-se de formas diferentes: se, de um lado, a cultura européia – branca – era razoavelmente homogênea, o mesmo não podemos dizer de uma cultura negra escravizada. Os africanos que vieram para o Novo Mundo representavam uma grande diversidade de povos da África. Sua cultura não chegou aqui intacta. Suas instituições econômicas, religiosas e sociais não puderam ser transportadas nos navios negreiros. Isso significa dizer que, em termos de criação de novas instituições, a população branca e livre teve mais condições, na formação de sua cultura, que a população dominada – os negros escravizados.

Não houve aculturação, pois, desde a saída da África, a população negra foi obrigada a reinventar sua cultura, com base na que foi deixada para trás. Essa reinvenção, esta nova criação autônoma, começou a ser construída no caminho, dentro dos navios, na relação estabelecida entre os escravos de diferentes lugares. A aculturação ou assimilação não foi possível, pois pressupunha a substituição de uma cultura pela outra, da dominante pela dominada – e não foi isso o que aconteceu.

A crítica à tese da sobrevivência cultural

Em se tratando de culturas afro-descendentes, não podemos falar de uma simples transposição da África e do que ela representa para o Novo Mundo, tampouco da sobrevivência ou de resquícios de hábitos e valores trazidos de lá. Estaríamos ignorando as relações e as interações que se estabeleceram no cativeiro, desde a saída dos escravos do continente africano.

Analisando as teses sobre sobrevivência cultural, Mintz e Price (2003) afirmam que:

Nenhum grupo, por mais bem equipado que esteja, ou por maior que seja sua liberdade de escolha, é capaz de transferir de um local para o outro, intactos, o seu estilo de vida e as crenças e valores que lhe são concomitantes. As condições dessa transposição, bem como as características do meio humano e material que a acolhe, restringem, inevitavelmente, a variedade e a força das transposições eficazes (p. 19).

Como já foi dito nesta aula, ao sair da África, os negros escravizados não puderam trazer suas instituições religiosas. Porém, eles trouxeram sua cultura para o Novo Mundo nas suas cabeças e, aqui, construíram uma cultura autônoma, pautada na anterior.

A possibilidade de se considerar, por exemplo, o candomblé como uma sobrevivência africana revela-se impossível. Isso porque ele foi criado no Brasil e se constitui, assim, em uma religião afro-brasileira, não em uma religião africana, apesar de sua matriz na África.

A CULTURA NEGRA NO BRASIL

É notório que a pluralidade cultural é uma das grandes riquezas da nação brasileira. Porém, o reconhecimento das diferenças culturais existentes entre as diversas populações brasileiras é recente. Em meados do século XX, a composição heterogênea das nossas populações passou a ser valorizada e a diversidade cultural foi, então, considerada uma característica positiva de nosso povo. Atualmente o processo de globalização tem fomentado o surgimento de uma cultura globalizada que envolve todos. Sendo assim, algumas perguntas são necessárias: é possível determinar fronteiras entre as culturas étnicas no Brasil, onde predominou um **MODELO ASSIMILACIONISTA** durante décadas? Existiria, aqui, uma cultura exclusivamente negra? A integração ou a busca da integração representada pelo mito da democracia racial significou o fim das culturas étnicas no país?

MODELO ASSIMILACIONISTA

Tendência ao desaparecimento das diferenças étnico-culturais.

À primeira vista, aqui, onde o mito fundador da nação pressupunha a miscigenação entre as três raças, conceitualmente pensadas durante anos como culturas homogêneas – o negro, o branco e o índio –, parece inverossímil falar de culturas étnicas. Nossa cultura nacional é composta de elementos que guardam um forte componente étnico, alguns deles facilmente identificáveis como componentes das culturas das populações negras brasileiras, tais como a feijoada, o candomblé e o samba, manifestações que são, ao mesmo tempo, símbolos da nossa brasilidade e de nossas raízes africanas. Entretanto, é preciso saber estabelecer o que vem a ser a nossa identidade nacional e étnica, ou seja, estabelecer fronteiras entre o que é brasileiro e o que é negro.

A escravidão e a miscigenação foram responsáveis pela transformação do Brasil contemporâneo no segundo país com maior contingente negro do mundo. A intensidade das trocas culturais entre África e Brasil durante a Colônia e a produção cultural dos africanos e seus descendentes no Novo Mundo fizeram surgir o que hoje chamamos de cultura negra do Brasil. Esse legado é visível inclusive nos vocábulos originados das línguas africanas e incorporados à nossa língua e que, conseqüentemente, são características irrefutáveis da produção de uma cultura negra brasileira. Entretanto, isso não nos mantém aprisionados ao passado – aos quilombos, lundus ou cucumbis; pelo contrário, essas características estão vivas no corpo e na mente das populações brasileiras, nos cultos aos orixás, nos estilos juvenis – no *hip hop* paulista, no *reggae* maranhense ou no *funk* carioca – nas ciências, nas tecnologias, nas artes e em todos os campos da vida social. Entendemos por cultura negra o conjunto de símbolos que agregam manifestações das culturas produzidas pelas populações negras espalhadas pelo mundo e por cultura negra brasileira o conjunto de símbolos cujos significados estão inexoravelmente vinculados às diferentes populações negras brasileiras.

A noção de que as culturas criadas no Novo Mundo são necessariamente híbridas dificulta o estabelecimento de uma fronteira entre os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. Consideramos culturas híbridas aquelas que agregam elementos de diferentes culturas, sem que, com isso, se perca a sua autonomia. Entendido assim, a idéia de pureza cultural está cada vez mais distante do nosso mundo globalizado. Além disso, a tarefa de traçar limites é complexa e revela tensões no que diz respeito ao significado dos símbolos – nacionais ou étnicos –, confirmando o fato de que a cultura negra, por ser fruto da diáspora africana, já nasceu globalizada.

A cultura negra não é uma simples transposição da África ou um exemplo de continuidades étnicas específicas. O que foi preservado contribuiu para a criação de instituições que fizessem sentido, tivessem coerência e mostrassem a autonomia dos escravos. Novas tradições foram criadas, e elas se apresentaram como plurais, ou globais, na medida em que tiveram diversas influências.



ATIVIDADE

1. A partir das estrofes destes sambas-enredo, pesquise no dicionário qual a origem e os significados dos vocábulos que estão sublinhados e que permanecem vivos em nossa língua.

“...tem xinxim e acarajé, tamborim e samba no pé...” Ivo; Paulinho; Lula [Samba-enredo da Mangueira, 1986].

“...olelê, olalá, pega no ganzê, pega no ganzá...” Zizinho [Samba-enredo do Salgueiro, 1971]

“...obá berimbau ganzá, ô capoeira joga um verso pra laiá...” Davi Corrêa, Paulinho Carvalho, Carlos Sena, Bira do Ponto [Samba-enredo da Mangueira, 1994]

RESPOSTA COMENTADA

O objetivo dessa atividade é perceber a permanência de alguns vocábulos de origem lingüística africana no nosso dia-a-dia; tais como os sublinhados acarajé, samba, ganzá e berimbau.

A CULTURA NEGRA E DOIS SÍMBOLOS DA NOSSA IDENTIDADE NACIONAL E ÉTNICA: FEIJOADA E SAMBA

Passamos, agora, a listar alguns exemplos que servirão para você entender o alcance e a diversidade da cultura negra e uma ausência de fronteiras rígidas entre as existentes no mundo.

Feijoada

É importante observar como um prato da culinária nacional como a feijoada pode ser interpretado sob diferentes aspectos, dependentes da cultura local. O antropólogo Peter Fry (2001), ao tratar da manipulação de símbolos étnicos e nacionais, encontra neste prato tipicamente brasileiro um bom exemplo. Para ele, o mesmo prato elaborado por

escravos, uma mistura de feijão com carnes – o *soul food* nos Estados Unidos e a feijoada no Brasil –, tem significados diferentes. No Brasil, o prato foi incorporado como símbolo da nacionalidade, enquanto nos Estados Unidos se tornou símbolo da negritude.

Sob outra perspectiva, a feijoada também serviu de tema para o historiador Rodrigo Elias (2004) que, ao traçar uma breve história da feijoada, lança dúvidas sobre sua origem, tida como exclusivamente negra. Para ele, a mistura de carnes e grãos ocorreu no século XIX, e –

ao contrário do que diz a lenda – bem longe das senzalas. Diz-se que os escravos cozinhavam o feijão e juntavam os restos de carne da casa-grande, o que não favorecia ao paladar dos senhores. Para contestar esta “lenda”, o autor recorreu à existência de pratos que antecederam e inspiraram a feijoada. Ele menciona uma mistura de carnes, verduras e legumes que remonta aos tempos do Império Romano e mostra variações tais como o cozido português, a *casoeula* italiana, o *cassoulet* francês e a *paella* espanhola. A esse cozido português acrescentou-se feijão. Nasce, assim, a feijoada – um prato da casa-grande e não da senzala. As carnes que a compõem não seriam restos, mas sim carnes nobres e apreciadas pelos senhores. Podemos concluir que a feijoada é um prato em construção, com variações e adaptações aos climas e às produções locais.

Então o prato de feijão com carne teria apenas um significado ou significados locais frente à grande diversidade de populações espalhadas pelo território brasileiro? Sabe-se que o português, o índio e o negro já conheciam o feijão, e a carne de porco já fazia parte da culinária européia. É claro que existem vários pratos que lembram a feijoada. Mas é em um determinado contexto histórico e social que o prato de feijão com carnes se torna, também, “a comida da senzala” e se identifica como símbolo étnico e nacional.



Figura 6.1: Feijoada.

Uma das referências mais antigas que se conhece à feijoada em restaurantes está no *Diário de Pernambuco* de 7 de agosto de 1833, no qual o *Théâtre, do Recife*, informa que às quintas-feiras seria servida “feijoada à brasileira”.

Samba

Tal como acontece com a feijoada, o samba é considerado por muitos teóricos o gênero matriz da música popular. Em sua história ele é pensado como exclusivamente africano, ou de produção cultural negra. Essa percepção não impede, entretanto, que o samba, a partir das décadas de 1930/1940, passe a ser entendido como legítimo representante da nossa identidade nacional. O samba, os sambistas e o carnaval foram utilizados muitas vezes como símbolo de nossa identidade pelo governo do presidente Getúlio Vargas (ver Aulas 3 e 4). De fato, o vocábulo samba é de origem africana, assim como seu ritmo. Isso não impediu que, ao longo do século XX, o samba sofresse transformações, alterações e se hibridizasse, isto é, recebesse outras influências musicais e culturais.



Figura 6.2: Casal sambando.



ATIVIDADE

2. Estudando a constituição da cultura negra, vimos como alguns símbolos étnicos podem se tornar símbolos nacionais e vice-versa. Como exemplo, temos a feijoada. Sobre ela, é comum ouvir dizer que nasceu nas senzalas e hoje é um prato tipicamente nacional, como demonstra este verbete de um dicionário de gastronomia:

Feijoada – Um dos mais famosos pratos regionais do país, é uma técnica portuguesa aliada a ingredientes nacionais. Com cerca de um século de existência, até o final do século XIX não apresentava as características que tem hoje. Inicialmente era uma comida de escravos, mais simples e rudimentar, de grãos e partes do porco desprezadas pelos senhores (GOMENSORO, 1999, p. 175).

A partir deste verbete e do que foi dito nesta aula, identifique quais elementos mais recorrentes no senso comum que permitem idéias equivocadas sobre a cultura negra.

COMENTÁRIO

Retome o que foi visto até agora em nossa aula para responder a esta questão. Você perceberá que não é realizada uma transição entre “feijoada como prato de negros” – “feijoada como prato nacional”. Na verdade, a nossa tão famosa feijoada já nasceu com uma origem plural. Caso você não tenha acertado esta questão, releia a aula até aqui. Queremos que você perceba as diversas apropriações e transformações não apenas da feijoada, mas também do feijão, principal componente do prato no Brasil.

EXPRESSÕES CULTURAIS NEGRAS

Passaremos a descrever algumas das expressões da cultura negra, absorvidas e identificadas com as populações negras espalhadas pela diáspora. Essas expressões estão em diversos lugares e refletem diferentes ideologias e classes sociais. Elas estão na música e na dança, na política, na academia, na literatura, na religião afro-brasileira e na apropriação da religião católica pelos negros escravizados. Alguns exemplos musicais fazem parte da cultura negra e da nacional: o samba, como já vimos, e também o *jazz*. Respectivamente no Brasil e nos Estados Unidos, o samba e o *jazz* são hoje símbolos nacionais, identificados de início e, por que não dizer, ainda com uma cultura negra local.

LEI NÚMERO 10.639/2003

Foi sancionada em março de 2003 e altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases); traz a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Um dos objetivos principais foi a elevação da auto-estima da população e o reconhecimento da presença e da expressão negra na formação do Brasil.

Hoje temos a presença da **LEI NÚMERO 10.639/2003**, que trabalha com a influência que a cultura negra teve na formação do Brasil. Ressaltamos que o estudo sistemático da cultura, da tradição e da religião afro-brasileira fortalecerá a auto-estima dos negros.

Na música e na dança

As expressões na cultura negra são relevantes, para que percebamos as diferenças existentes entre diversos grupos na constituição de uma cultura de origem étnica. A seguir, alguns exemplos:

No Brasil

Lundu – Ritmo musical e dança brasileira de natureza híbrida, criada a partir dos batuques dos escravos bantos trazidos ao Brasil e de ritmos portugueses. Da África, o lundu herdou a base rítmica. Da Europa, o lundu, que é considerado por muitos o primeiro ritmo afro-brasileiro, aproveitou características de danças ibéricas, como o estalar dos dedos, e a melodia e a harmonia, além do acompanhamento instrumental do bandolim e do violão, instrumento musical das classes baixas no início do século XX. Muito popular nesse período, o lundu foi discriminado pelas classes altas depois de identificado como ritmo de negros e pobres, portanto não civilizado, já que trazia uma certa lascividade, com o encostar de corpos na dança, feito pelo umbigo – a umbigada.

RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

A umbanda e o candomblé são as religiões de maior representatividade entre as afro-brasileiras.

Congada – Manifestação folclórico-religiosa de origens mistas, com influências das **RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS** e hoje incorporada pela Igreja Católica em algumas regiões do Brasil. Na celebração de festas aos

santos, a aclamação é animada com danças e muito batuque de zabumba. Há uma hierarquia que remete à nobreza e ao militarismo, em que se destaca a presença do rei, da rainha, dos generais, capitães etc.

Jongo – Dança de roda dos escravos negros, executada ao redor de tambores, e que persiste ainda em algumas regiões dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O jongo, hoje, ganha novos significados, sendo permitidos a dança e o canto por pessoas de fora das comunidades, a inclusão das crianças na roda e a laicização da dança em muitas comunidades.

Dos Estados Unidos para o mundo

Jazz – Alguns defendem que o *jazz* é resultado da fusão da multiplicidade rítmica africana com ritmos de origem européia. De fato, essa multiplicidade africana está na origem de muitos ritmos, e o *jazz* é um deles. O encontro com ritmos de origem européia também não é algo novo, se pensarmos nas trocas culturais, comerciais e lingüísticas estabelecidas desde os primeiros contatos entre os povos africanos e os povos europeus. O que é novo é o processo pelo qual o *jazz* é criado, pois seus significados musicais e extramusicais foram radicalmente transformados. Ele é descendente das tradições afro-americanas e a própria história do seu nome, seu surgimento e de seus primeiros criadores nos dizem o quanto o *jazz* é considerado plural desde o seu início. Hoje, ele é entendido não apenas como um gênero musical nacional, norte-americano, mas também como um ritmo que expressa a presença negra no país e suas várias influências.

Soul music – Gênero de música que surgiu do *rhythm and blues* e do *gospel*, durante o final dos anos 1950 e início dos 1960, entre os negros norte-americanos. A música *soul* normalmente apresenta cantores individuais, acompanhados por uma banda tradicionalmente composta de uma seção rítmica e de metais. A música *soul* ganhou espaço no Brasil no final da década de 1960, tendo representantes até hoje.

Funk – Estilo bem característico da música negra norte-americana, desenvolvido por artistas como James Brown, por exemplo. O *funk* pode ser melhor reconhecido por seu ritmo forte e sincopado, pelas guitarras,

pelos vocais de alguns de seus cantores e grupos e, ainda, pela forte e rítmica seção de metais, pela percussão marcante e dançante, e a forte influência do *jazz*. Podemos falar, hoje, da existência de *música funk*, *bailes funk*, estilo *funk*. É um ritmo que faz muito sucesso no Brasil desde os anos 1980, principalmente no Rio de Janeiro.

Hip hop – Movimento cultural da juventude pobre de algumas das grandes cidades norte-americanas, que se manifesta de formas artísticas variadas. Surgido em Nova York, o *hip hop* ganhou popularidade nas décadas de 1980 e 1990. A expressão engloba algumas manifestações da cultura negra, como dança, grafite, técnica de discotecagem e *rap*. O *rap* é um estilo criado nos guetos de Nova York na metade dos anos 1970 e popularizado na década seguinte. Nele, os vocais são declamados sobre uma batida simples, pré-gravada. Geralmente, os temas das músicas abordam as desigualdades sociais, a violência e a vida de minorias étnicas. O nome vem de *rhythm and poetry*, o jeito de cantar falando. Hoje, o *hip hop* está presente em todo o mundo, não apenas na América do Norte, e apresenta uma reapropriação da cultura local, quer seja étnica ou não. Já no caso do *hip hop* brasileiro, se a negritude é ressaltada em letras compostas pelos Racionais MC e por MV Bill, um discurso antielite é realizado por outros *rappers*, como Gabriel, o Pensador, por exemplo. Ao mesmo tempo, encontramos no Brasil fusões rítmicas, em que o *rap* está presente, mas com influência dos sambas, do *reggae* etc.

**ATIVIDADE**

3. Escolha uma dessas manifestações culturais e pesquise sobre sua história. Identifique os discursos sobre a história dessas diversas manifestações e como seus representantes as identificam hoje.

COMENTÁRIO

Você deve procurar gêneros musicais brasileiros, danças e festas populares, distinguindo a diversidade representada em suas histórias e percebendo a importância dos intercâmbios na constituição do que chamamos de cultura negra. Há diversos gêneros musicais ou representações populares que têm, hoje, reconhecida identidade afro-brasileira. A atividade será importante para identificar o processo das trocas culturais e dos significados diferenciados que essas trocas ganham em cada espaço. Como exemplo, temos a presença do reggae, no Maranhão; das congadas, em Minas Gerais; do jongo, na região Sudeste do Brasil.

As múltiplas expressões da cultura negra

Não é apenas na música e na dança que a cultura negra se expressa. Nas artes plásticas, na ciência, na academia e na língua, a presença da cultura negra também é um destaque. Muitos dos vocábulos e alimentos existentes hoje na cultura brasileira são de origem africana.

Desde o início da colonização, os negros tiveram um papel primordial na constituição do Novo Mundo. No Brasil não foi diferente. Reconhecidos por sua atuação, temos Zumbi e Aleijadinho, por exemplo.

Ao longo do século XIX, lembrados por sua atuação política contra a escravidão, temos gente como **LUIZ GAMA** (1830-1882), Cruz e Souza (1861-1898), Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar (1839-1914), José do Patrocínio (1853-1905), entre outros que demonstraram a importância e a presença da população negra em diversas áreas de liderança, inclusive a religiosa. O médico Juliano Moreira (1873-1933), por exemplo, combateu as teses racistas do final do século XIX e início do século XX, afirmando que o problema de doenças mentais na população não estava na miscigenação, e sim na insalubridade, no alcoolismo, na sífilis, nas verminoses e em fatores adversos de saúde e educação. André Rebouças (1838-1898) e Teodoro Sampaio (1855-1937) foram engenheiros que projetaram parte significativa da estrutura urbana emergente da época. Antonieta de Barros (1901-1952) preocupou-se com a alfabetização de negros e pobres, fundando uma escola, ainda no início do século XX, logo após sair do curso normal. Recentemente, temos Solano Trindade, Lélia Gonzáles, Emmanuel Araújo, Abdias do Nascimento, Carolina Maria de Jesus, João Cândido, Machado de Assis, Lima Barreto, **MILTON SANTOS**, entre tantos outros de diversas áreas, com diversas inserções.



MILTON SANTOS

Nascido na Bahia em 1926 e falecido em São Paulo em 2001, foi um dos maiores geógrafos brasileiros. Expulso do país durante a ditadura militar, lecionou nos Estados Unidos, na Venezuela, no Canadá, no Reino Unido e na Tanzânia, participando ativamente da renovação da geografia brasileira durante os anos de 1970. Voltou ao Brasil em 1977, indo lecionar na Universidade Federal Fluminense, onde ficou até 1984, quando passou para a Universidade de São Paulo (USP). Deixou várias obras, entre as quais livros sobre a globalização e seus efeitos na cultura.

LUIZ GAMA

Luiz Gonzaga Pinto da Gama nasceu na cidade de São Salvador, na então Província da Bahia, em 1830, e faleceu em 1882 em São Paulo. Sua mãe foi Luiza Mahim, negra africana livre, nascida na costa da Mina, da nação nagô. Nunca se converteu ao cristianismo e trabalhava no comércio como quitandeira. Sempre foi suspeita de participar de revoltas de escravos. Em 1837, foi deportada para o Rio de Janeiro acusada de participação na Sabinada. O pai de Luiz Gama era um português branco, revolucionário na Sabinada, que gostava de pesca, caça, cavalos, jogo de cartas, festas e assim esbanjou toda sua fortuna. Em 1840, ele vendeu o filho como escravo para pagar suas dívidas. Luiz Gama estava com dez anos. Durante os oito anos que Luiz Gama ficou como escravo doméstico, aprendeu os ofícios de copeiro e sapateiro. Aprendeu também a lavar, passar e engomar. Quando tinha 17 anos, aprendeu a ler e a escrever com o auxílio de um hóspede de seu senhor. Aos 18 anos, conscientizando-se da ilegalidade de sua condição – nascido livre, vendido como escravo –, conseguiu provas de que vivia em condição ilegal e inscreveu-se nas milícias. Logo tornou-se articulista em jornais e, mesmo sem diploma, revelou-se um grande advogado. Sua liderança abolicionista foi contagiante. Criou o movimento abolicionista paulista. Sozinho, Gama foi responsável pela libertação de mais de mil cativos – um feito notável –, considerando-se que agia exclusivamente com o uso da lei.



CONCLUSÃO

A cultura negra brasileira é resultado dos fluxos culturais transatlânticos iniciados no período da escravidão africana. Trata-se de uma cultura étnica, produzida pelos negros brasileiros, híbrida, por ter elementos de outras culturas, e global, por seu caráter transnacional que une os afros-descendentes do Novo Mundo.

ATIVIDADE FINAL

Para esta atividade final, você deverá acessar o *site* do projeto A Cor da Cultura: <http://www.acordacultura.org.br>. Lá, você encontrará vários minidocumentários do programa *Heróis de todo mundo*, podendo aprofundar seus conhecimentos sobre a vida e a obra de alguns representantes da cultura negra que citamos ou estudamos nesta aula. Escolha um desses heróis e aprofunde seu conhecimento sobre ele por meio do minidocumentário, do roteiro e de uma pesquisa própria. Queremos que você reflita sobre o papel do herói escolhido na construção da cultura negra no Brasil.

RESUMO

A cultura negra brasileira já nasceu plural, descende da circulação de culturas africanas em contato com as diferentes relações sociais estabelecidas no Novo Mundo. Nesse sentido, ela se apresenta como uma construção autônoma, sendo constituída na dinâmica das relações estabelecidas entre as populações negras e não-negras formadoras da sociedade brasileira.

A construção de identidades e suas fronteiras

AULA

7

Meta da aula

Apresentar o conceito de identidade nacional e identidade afro-brasileira.

objetivos

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- dar exemplos de elementos constitutivos da identidade nacional e identidade afro-brasileira;
- descrever alguns símbolos nacionais e afro-brasileiros.

INTRODUÇÃO

As tentativas de entender as peculiaridades do “ser brasileiro” e do “ser afro-brasileiro” nos conduzem a algumas questões: O que é identidade nacional? Há diferenças étnicas no país ou a mestiçagem tornou todos mestiços? O que une e o que separa a identidade brasileira da afro-brasileira?

Nesta aula pretendemos apresentar os caminhos que nos permitirão saber “quem somos”, ou seja, como construímos nossas identidades e, principalmente, como as populações afro-brasileiras criam laços e identificam-se como afro-brasileiros ou negros na sociedade atual. Cabe destacar que os termos identidade étnico-racial afro-brasileira e negra são aqui usados como sinônimos.

O CONCEITO DE IDENTIDADE

Com a ascensão do individualismo nas sociedades modernas, a palavra identidade torna-se amplamente utilizada em descrições da busca para determinar “quem a pessoa realmente é”. Essa busca tem gerado vários enfoques nos diferentes campos de conhecimento e ação humana: literatura, psicanálise, ciências sociais e humanas e na política.

Nos últimos quarenta anos, os cientistas sociais têm dado mais atenção aos estudos da cultura e das identidades, particularmente aos associados ao nacionalismo e aos grupos étnicos. Em substituição às abordagens essencialistas e reificadoras, eles passam a interpretar as culturas e as identidades como um processo contínuo de construção e reconstrução, ou seja, não há mais como concebê-las como estáticas. Isso significa afirmar que as culturas e as identidades não são entidades individuais, existindo como objetos naturais com nitidez temporal e limites espaciais. Também as identidades, em qualquer nível (étnico, local, regional, nacional ou transnacional – que transcende a nação), não são unitárias, essenciais ou fundamentais. Tomando esse referencial como ponto de partida, trataremos tanto as culturas quanto as identidades como entidades dinâmicas, permanentemente construídas, desconstruídas e reconstruídas por meio da ação histórica. Nesse sentido, as identidades brasileira e afro-brasileira (ou negra) são obrigatoriamente entendidas como construções sócio-históricas e datadas. Por isso, elas podem ser compreendidas e localizadas no contexto histórico brasileiro em que foram produzidas.

Identidade nacional: o ser brasileiro

O debate sobre identidade nacional guarda uma tensão entre duas concepções: uma estática e a outra dinâmica. De um lado, estão os discursos do senso comum, dos nacionalistas, e de alguns trabalhos acadêmicos que, imbuídos das noções modernas de progresso e temporalidade linear, vêem as nações como um projeto em formação, não como uma construção simbólica (veja o conceito de cultura como sistemas simbólicos na Aula 1). Nessa concepção, a resposta à questão “quem somos nós?” é dada como se ela tivesse existido no passado e pudesse ser recuperada no presente; do outro lado, está a defesa da mutabilidade das identidades, ou seja, não existe uma identidade essencial, já que sua construção é fruto de um processo que inclui muitas vozes e vários níveis de entendimento. Tanto a constituição de grupos quanto a formação de suas identidades são processos que devem ser interpretados como simbólicos, que emergem e se dissolvem em contextos particulares de ação.

Seguindo a tendência das abordagens que rejeitam a reificação da cultura e das identidades, pretendemos pensar em que contextos foram e estão sendo produzidas as identidades nacional e étnico-racial (afro-brasileira ou negra) no Brasil.

Como se constrói uma identidade nacional? Cada sociedade (e cada ser humano) apenas se utiliza de um número limitado de “coisas” (e de experiências) para construir-se como algo único, maravilhoso, divino e “legal”, afirma DAMATTA (1984). Vejamos o que ele diz a esse respeito na citação a seguir:

Sei, então, que sou brasileiro e não norte-americano, porque gosto de comer feijoada e não hambúrguer; porque sou menos receptivo a coisas de outros países, sobretudo costumes e idéias; gestos e relações sociais; porque vivo no Rio de Janeiro e não em Nova York; porque falo português e não inglês; porque, ouvindo música popular, sei distinguir imediatamente um frevo de um samba; porque futebol para mim é um jogo que se pratica com os pés e não com as mãos (DAMATTA, 1984, p. 16).

Esse conjunto de experiências nos permite definir o “ser brasileiro” em contraste com o “ser americano”. Isto significa dizer que a construção

de uma identidade social é feita de afirmações (gosto de comer feijoada e falo português) e negações (não gosto de comer hambúrguer e não falo inglês) diante de certas questões. E permite, também, saber como se constrói a cultura nacional brasileira por meio de escolhas arbitrárias que podem ser explicadas pela conjuntura histórica em que foram produzidas (a música nacional é o samba, e não o frevo ou o carimbó). Procure pesquisar em que contexto histórico o samba tornou-se a música nacional na cidade do Rio de Janeiro, nos anos 1920 e 1930.

É a sociedade que nos dá a fórmula pela qual traçamos esses perfis, ou seja, é a própria sociedade que inventa esses perfis. E são esses laços que nos tornam autenticamente brasileiros.

O ser brasileiro dos anos 1920 significava ser mestiço. Já as tentativas de definição do que era ser brasileiro, durante o início do século XXI, apontavam como obstáculo a diversidade étnica e cultural. Logo, a identidade nacional não é atemporal, pois sua construção está subordinada às interpretações da cultura e da sociedade da época. Trata-se da luta entre duas maneiras de conceber o país: o caminho da homogeneidade, em que prevalece o unitário, e o caminho da heterogeneidade, em que as diferenças são incentivadas. As diferentes configurações históricas irão determinar a preeminência de um sobre o outro. Isso explica o fato de em determinados momentos enfatizarmos uma interpretação homogeneizadora da cultura e da identidade nacional e, em outros, adotarmos uma perspectiva plural da sociedade brasileira. O que tem se modificado ao longo dos tempos é a interpretação que formulamos de nós mesmos. Retorne à Aula 3 e releia o contexto histórico de construção da nação brasileira, de seu mito fundador e da identidade nacional mestiça.

Sabemos que o debate não se encerrou, pois haverá sempre outras possibilidades de ser brasileiro e de se imaginar a identidade nacional.

Ary Barroso (1903-1964), compositor e radialista, nasceu em Ubá, Minas Gerais. Autor de aproximadamente 264 composições, entre elas, *Aquarela do Brasil* (1939). Com centenas de gravações, "*Aquarela do Brasil*", tem sido uma das canções brasileiras mais conhecidas no exterior.



**ATIVIDADE****1. Boxe Grupo de Estudos – O Ser Brasileiro**

Durante o Estado Novo (1937-1945), o compositor Ary Barroso compôs “Aquarela do Brasil”, canção que pode ser considerada paradigmática para a compreensão do que é “ser brasileiro”, “esse Brasil lindo e trigueiro/o meu Brasil brasileiro/terra de samba e pandeiro”.

Brasil. Meu Brasil brasileiro
Meu mulato inzoneiro
Vou cantar-te nos meus versos
O Brasil, samba que dá
Bamboleio que faz gingar
O Brasil do meu amor
Terra de nosso senhor.

Escolha dez parentes ou amigos e pergunte: O que é ser brasileiro?

Atributos do Ser Brasileiro
1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.

- Preencha a tabela com as informações solicitadas.
- Observe que os atributos, em algumas respostas, são recorrentes.
- Vá até Grupos de Estudo na plataforma do CEDERJ, procure o grupo desta disciplina e clique no *link* Atividade 1, Aula 7. Lá, você poderá conhecer os resultados dos seus colegas e participar do fórum.

Não sabe como acessar os grupos de estudo? Procure a direção do pólo e peça o folheto com as instruções. Depois disso, entre em contato com seu tutor a distância ou envie um e-mail para comunidadesvirtuais@gmail.com.

RESPOSTA COMENTADA

Quando pensamos o que é ser brasileiro?, imediatamente associamos com um conjunto de práticas e gostos comuns a todos nós, pelos quais afirmamos nossa singularidade. Pensamos na feijoada, no futebol, no samba, no carnaval, na malandragem e no jeitinho do brasileiro. Essas e outras manifestações culturais nos ajudam a marcar as fronteiras entre a identidade nacional brasileira e a de outros povos.

IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL AFRO-BRASILEIRA OU NEGRA

Tal qual a identidade nacional brasileira, a afro-brasileira ou negra também tem sido construída e reconstruída ao longo dos tempos, podendo ser pensada em três momentos: no primeiro, no qual o negro fez parte de um projeto de Brasil mestiço; no segundo, as identidades contrastivas emergiram com maior intensidade durante as décadas de 1960 e 1970; e no terceiro, admitem-se as identidades plurais.

A identidade mestiça

A preeminência da identidade mestiça, fruto da fusão de várias etnias, em detrimento das identidades étnicas, que reforçam as diferenças, aconteceu nos anos 1920. É necessário destacar que a diversidade das populações brasileiras nem sempre foi interpretada de uma maneira positiva. Assim sendo, a década de 1920 marcou a virada em que seria possível construir uma identidade do brasileiro como mestiço. Isso não quer dizer que não houvesse vozes contestadoras dessa interpretação homogeneizadora do povo brasileiro. O movimento negro se expressou, inicialmente, por meio da cultura como a Companhia Negra de Revistas (1927) e a Companhia Bataclã Preta (1928). Nas décadas seguintes (1930-1940), surgiram a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro e o Comitê Democrático Afro-brasileiro, associações de caráter

ideológico que buscavam a integração e a valorização do ser negro. No campo da ciência, as teorias da inferioridade biológica são ferozmente contestadas. Na cultura, o samba tornou-se o gênero musical brasileiro e a mestiçagem foi celebrada na literatura e nas artes. Um bom exemplo é a revolucionária Semana de Arte Moderna, ocorrida em São Paulo em 1922. Durante o período em que a identidade mestiça prevaleceu, as classificações: “homem de cor”, “preto” e “pardo” eram utilizadas para identificar somente os afro-descendentes portadores de determinadas características fenotípicas. A identidade negra só viria a se consolidar nas décadas de 1960 e 1970.

Black Power

A expressão “*black power*” (poder negro) foi criada por Stokely Carmichael, militante radical e líder do movimento negro americano Panteras Negras, após sua 27ª detenção em 1966. “Estamos gritando liberdade há seis anos. O que vamos começar a dizer agora é poder negro”, anunciou.



Figura 7.1: Black Power, representado pelo punho erguido, símbolo do movimento negro norte-americano nas décadas de 1960 e 1970.

A identidade negra

A ambientação dos movimentos contestatórios da década de 1960 serviu de pano de fundo para o surgimento da identidade negra no Brasil. Tratava-se de uma identidade contrastiva, ou seja, ela é construída em contraste com a identidade branca.

Os movimentos por direitos civis no país e fora dele – como as lutas contra a ditadura militar brasileira e a anticolonialista dos povos africanos de língua portuguesa e o movimento negro americano – foram vitais no processo de construção da identidade negra brasileira. Durante a década de 1970, o movimento negro brasileiro elegeu o dia 20 de

novembro como o dia nacional da consciência negra, em homenagem a Zumbi, líder do quilombo dos Palmares. É nessa década que as organizações negras transformaram-se em movimentos sociais politizados que denunciam o racismo e as desigualdades raciais. No campo da cultura, surgem movimentos artísticos de valorização de uma estética negra, de um estilo e de uma maneira de ser do negro.

Cabe lembrar que o termo negro, anteriormente usado com um sentido negativo, é ressignificado pelo movimento negro, dando-lhe um sentido político e positivo. Negro é lindo! Negra, cor da raça brasileira! Negro que te quero negro! 100% negro! Esses são alguns motes utilizados a partir dos anos 1970.



Figura 7.2: Camiseta 100% negro, popularizada a partir da década de 1990.

Ditadura Militar Brasileira

A ditadura militar brasileira se iniciou imediatamente após o contragolpe militar de 1964 e durou até 1985, com a abertura do regime. De natureza ditatorial, as práticas de perseguição política, de repressão cultural e de suspensão de direitos civis e políticos se tornaram constantes durante o período em que durou o regime militar.

Guerra do Ultramar

Designa-se por Guerra Colonial, ou Guerra do Ultramar, o período de confrontos entre as Forças Armadas portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas províncias ultramarinas de Angola, Guiné e Moçambique entre 1961 e 1974. Caracterizava-se, principalmente, por ser uma luta anticolonialista dos povos africanos de língua portuguesa.

A identidade negra como uma identidade da pós-modernidade

Pós-modernidade

O termo pós-modernismo nasceu na arquitetura do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 e depois generalizou-se para todos os campos da cultura. Esse termo investiu no ataque ao universalismo, enfatizando o localismo, o particularismo e o regionalismo. Assim, pós-modernidade refere-se à tendência ao pluralismo e à diferença, ou seja, à cultura do outro, do diferente (mulheres, gays, negro, Terceiro Mundo).

Os estudos de Hall (1999) apontam para uma questão extremamente discutida na teoria social – as identidades. Argumenta-se que, quando as velhas identidades estão em declínio, surgem novas identidades, fragmentando o indivíduo moderno, até então visto como um sujeito unificado.

As identidades modernas estariam sendo descentradas, isto é, deslocadas e fragmentadas. As transformações ocorridas nas sociedades modernas do final do século XX promoveram a fragmentação de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, eram sólidas e estáveis. Essas transformações abalaram também a idéia que tínhamos de nós mesmos como sujeitos integrados. Nesse mundo pós-moderno, qualquer concepção essencialista ou fixa de identidade é rechaçada. Assim:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1999, p. 12-13).

A partir dessa perspectiva, admitimos que o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos. Enfim, a identidade unificada, aquela entendida como construída desde o nascimento até a morte, é uma fantasia, já que somos confrontados com uma multiplicidade de identidades possíveis e, por vezes, contraditórias.

Um exemplo de identidades múltiplas

Vejamos um exemplo dado por Hall em *Identidade cultural na pós-modernidade* (1999): o caso do juiz americano Clarence Thomas.

Thomas é homem, político, conservador, negro e funcionário do sistema judiciário. Nesse caso, as identidades possíveis são múltiplas, podendo ser de gênero, raça, classe, entre outras. Provavelmente, ele tem outras identidades que serão acionadas por ele ou por outras pessoas, dependendo da situação em que se encontre. Veremos, a partir desse

exemplo, como as identidades podem ser múltiplas e pensadas de forma diferente por diversos atores.

Em 1991, o então presidente americano George Bush, pretendendo restaurar uma maioria conservadora na Suprema Corte americana, encaminhou a indicação de Clarence Thomas, um juiz negro de visões políticas conservadoras. Durante o processo para sua indicação ao senado, o juiz foi acusado de assédio sexual por uma funcionária subalterna, Anita Hill, também negra. As audiências sobre esse caso de assédio causaram um escândalo e dividiram a sociedade americana. Isso porque:

Alguns negros apoiaram Thomas, baseados na questão da raça; outros se opuseram a ele, tomando como base a questão sexual. As mulheres negras estavam divididas, dependendo de qual identidade prevalecia: sua identidade como negra ou sua identidade como mulher. Os homens negros também estavam divididos, dependendo de qual fator prevalecia: seu sexismo ou seu liberalismo. Os homens brancos estavam divididos, dependendo não apenas de sua política, mas da forma como eles se identificavam com respeito ao racismo e ao sexismo. As mulheres conservadoras brancas apoiavam Thomas, não apenas com base em sua inclinação política, mas também por causa de sua oposição ao feminismo. As feministas brancas, que freqüentemente tinham posições mais progressistas na questão da raça, se opunham a Thomas, tendo como base a questão sexual. E, uma vez que o juiz Thomas era um membro da elite judiciária e Anita Hill, na época do alegado incidente, uma funcionária subalterna, estavam em jogo, nesses argumentos, também questões de classe social (HALL, 1999, p. 19-20).

Hall concluiu que a questão da culpa ou da inocência do juiz Thomas não estava em discussão, mas sim o “jogo de identidades” e suas conseqüências políticas.

Voltando ao Brasil, percebemos que a identidade negra contemporaneamente não é centrada e fechada. Ela é política e se entrelaça com diferentes identidades diferentes sem que uma anule completamente a outra.

O ser negro como uma escolha política

O parecer do Conselho Federal de Educação sobre a implantação da Lei 10.639/2003 que alterou a Lei 9.394/1996 estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. Esse parecer incluiu a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” no currículo oficial da rede de ensino (Fundamental e Médio). Isso reforça o fato de que ser negro, hoje, é uma escolha política dentre as várias identidades possíveis. A esse respeito, é possível observar que:

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define. Em segundo lugar, cabe lembrar que preto é um dos quesitos utilizados pelo IBGE para classificar, ao lado dos outros – branco, pardo, indígena –, a cor da população brasileira. Pesquisadores de diferentes áreas, inclusive da Educação, para fins de estudos, agregam dados relativos a pretos e pardos sob a categoria negros, já que ambos reúnem, conforme alerta o Movimento Negro, aqueles que reconhecem sua ascendência africana.

É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país, processo esse marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como de aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. Nesse processo complexo, é possível, no Brasil, que algumas pessoas de tez clara e traços físicos europeus, em virtude de o pai ou a mãe ser negro(a), se designarem negros; que outros, com traços físicos africanos, se digam brancos.

ATIVIDADE



Identidades

2. Identidade significa responder a pergunta “Quem eu sou?”. Então, faça essa pergunta a cinco amigos.

Entrevistado	Identidade 1 Cor/raça	Identidade 2 gênero	Identidade 3 classe	Identidade 4 profissional	Identidade 5 regional
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					

- a. Preencha a tabela com as informações solicitadas.
- b. Observe que você obterá uma grande variedade de respostas.
- c. Avalie se há identidades contrastivas ou não.

COMENTÁRIO

Você poderá constatar que as identidades são entidades dinâmicas e múltiplas. Uma mesma pessoa assume diferentes identidades sem que uma anule a outra.

Negritude

O movimento Negritude foi muito mais do que um movimento literário, foi um ato político cujo objetivo era a união para combater a discriminação, dando-se ênfase à reflexão sobre a condição do negro e sua relação com o colonizador. Em 1934, o senegalês Léopold Sédar Senghor e o francês Aimée Césaire, juntamente com Damas, Sainville e Maugée, fundaram a revista *L'Étudiant Noir* (O Estudante Negro). Nesta revista, a palavra “negritude” foi empregada por Césaire pela primeira vez, designando, primordialmente, a rejeição a uma assimilação da cultura européia e a imagem do negro pacífico, incapaz de construir uma civilização.

ENTRE O NACIONAL E O ÉTNICO

Tanto em um passeio pelo Pelourinho, em Salvador, quanto em restaurantes típicos do Sudeste do país encontramos as chamadas baianas (Figura 7.3). Seu traje típico pode ser branco ou com cores vivas: saia rodada, com muitas anáguas rendadas e engomadas, bata (blusa de rendas) solta, turbante, chinelos ou sapatos de salto baixo e muitos e muitos enfeites – pulseiras, brincos de ouro, prata, coral. No tabuleiro da baiana, encontramos os seus quitutes preparados com pimenta-de-cheiro ou malagueta, azeite de dendê, quiabo, aipim, inhame, amendoim, gengibre entre outros. A partir desses ingredientes, surgiram os célebres pratos: acarajé, abará, acaçá e xinxim de galinha, todos eles presentes nos cultos afro-brasileiros e incorporados à culinária nacional.

Conhecemos muitos personagens que representam o brasileiro como o malandro carioca e a baiana. O primeiro, internacionalizado na figura do personagem Zé Carioca criado pelos Estúdios Disney e a segunda, pela cantora Carmen Miranda.

Notamos que, no caso da baiana, há uma superposição de representações, ou seja, ela é ao mesmo tempo símbolo étnico e nacional. Elas tanto

representam a nossa brasilidade quanto a religiosidade afro-brasileira. Cabe lembrar que nossos símbolos nacionais resultaram da seleção de um conjunto de fatos e traços escolhidos arbitrariamente entre as manifestações culturais das diferentes populações brasileiras.



Figura 7.4: Carmen Miranda, famosa cantora e atriz, vestida de baiana, representando nossa identidade nacional.



Figura 7.3: Baiana fritando acarajé. As baianas aparecem constantemente como representação da brasilidade e de etnicidade.

Zé Carioca em *Alô, amigos* (1942) e em *Você já foi à Bahia?* (1944)

A “Política da Boa Vizinhança”, implantada pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), estimulou os Estúdios Disney a criar personagens e filmes sobre o folclore, a música, as lendas e outros temas de vários países sul-americanos.

O papagaio Zé Carioca foi criado para o filme *Alô, amigos* (1942). Os personagens viajam pela Colômbia, Venezuela, Argentina e Brasil, dando uma parada em cada lugar para fazer amigos. O filme tem quatro segmentos: “Lago Titicaca”, “Pedro”, “O Gaúcho Pateta” e “Aquarela do Brasil”. Neste último segmento, Zé Carioca mostra o Rio de Janeiro ao Pato Donald. Ao som de “Aquarela do Brasil” e “Tico-tico no fubá”, eles beberam cachaça e sambaram juntos. Três anos depois, Zé Carioca aparece novamente em *Você já foi à Bahia?* na companhia do Pato Donald e do galo Panchito. Nas revistas em quadrinhos no Brasil ele é retratado como o típico malandro carioca, avesso ao trabalho.

Você já foi à Bahia? é um longa-metragem também produzido pelos Estúdios Disney, que mistura animação com atores reais. Nele, o Pato Donald recebe como presente de aniversário uma visita ao Brasil, onde é recebido pelo Zé Carioca, e ao México, onde é recepcionado por Panchito. Na passagem pela Bahia, o trio de amigos encontra Carmen Miranda. A trilha sonora do filme foi composta por músicas de Ary Barroso, como “Os Quindins de Yayá” e “Bahia”.

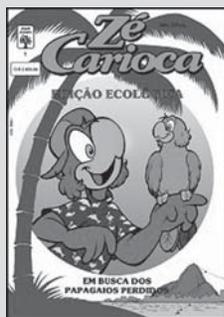


Figura 7.5: Zé Carioca, papagaio criado pelos estúdios de Walt Disney, representante brasileiro da política de boa vizinhança.

ESTADOS-NAÇÃO E GRUPOS ÉTNICOS

O debate em torno da globalização das culturas trouxe consigo a questão do fim dos Estados-nação. Nesse argumento, está contida a idéia de que a dinâmica do capitalismo atual leva à globalização – fenômeno universal, incluso e homogeneizador do mundo onde paulatinamente desaparecerão as diferenças culturais e as identidades nacionais. Essa tese supõe que estamos diante de um processo em curso que promove a redução pacífica e inexorável da soberania dos **ESTADOS-NAÇÃO**. Acredita-se que, aliado à perda de poder político, econômico e militar, há, ainda, um problema interno: a convivência, nem sempre cordial, entre os diferentes grupos étnicos que dividem o mesmo território.

A crença no declínio dos Estados-nação pode ser refutada com algumas observações. Primeiro, a globalização tem reforçado a assimetria e a hierarquização entre as nações, sendo responsável pelo aumento da polarização entre países e classes, do ponto de vista da distribuição de riqueza, da renda e do emprego. Em segundo lugar, há uma tendência

ESTADO-NAÇÃO

Tipo de organização sociopolítica moderna que se difundiu a partir da virada do século XVIII para o XIX.

mundial de se incorporar um novo nacionalismo que combinaria a autonomia das nações com a incorporação dos diferentes grupos étnicos nelas existentes, ou seja, há uma tendência à integração e não à secessão.

Esse novo nacionalismo nos coloca diante de um dilema presente nas sociedades democráticas e plurais: Que tradição os grupos étnicos deveriam perpetuar: a nacional ou a de seu grupo étnico? A resposta a essa questão tem sido diferenciada, ou seja, não há uma única resposta. Cada grupo étnico tem definido suas estratégias de enfrentamento de seus problemas considerando as especificidades de cada Estado-nação. No caso brasileiro, as diferenças étnicas não têm gerado movimentos de secessão. O que se observa é a estruturação e a consolidação de movimentos sociais que visam à integração dos diferentes grupos étnicos à sociedade nacional.

CONCLUSÃO

As identidades são construções sociais que permitem responder à pergunta “Quem eu sou”? A resposta a essa pergunta tem variado, de acordo como os diferentes momentos da nossa História. Tanto a identidade nacional quanto a identidade étnico-racial afro-brasileira ou negra devem ser entendidas como mutáveis, como podemos observar nas sociedades contemporâneas.

ATIVIDADE FINAL

Símbolos nacionais e símbolos étnicos

Escolha dez parentes ou amigos e pergunte: O samba, a feijoada e o candomblé são símbolos nacionais, étnicos ou ambos?

Entrevistado	Símbolo Nacional	Símbolo Étnico	Ambos
1.			
2.			
3.			

4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			
%%%%

1. Preencha a tabela com as informações solicitadas.
2. Compare os resultados.
3. Observe com que frequência há superposição ou não.

COMENTÁRIO

Você poderá observar que, em algumas manifestações culturais, haverá superposição, ou seja, elas são simultaneamente símbolos de identidade nacional e símbolos de identidade étnica. Esse fenômeno social é também encontrado em outras sociedades como, por exemplo, o jazz, gênero musical nacional americano e símbolo de identidade étnica afro-americana.

RESUMO

Sabemos que as identidades e seus símbolos são permanentemente construídos e reconstruídos. Em geral, os símbolos nacionais e étnicos são frutos de escolhas arbitrárias feitas em determinado contexto histórico. É por isso que encontramos no Brasil, e em outras nações, símbolos que são simultaneamente de identidade étnico-racial.

MOMENTO PIPOCA



Fala tu. Direção: Guilherme Coelho. 2004. Documentário.

Macarrão, 33 anos, apontador do jogo do bicho, duas filhas, morador do morro do Zinco e torcedor do Fluminense. Toghum, 32 anos, vendedor de produtos esotéricos, budista e morador de Cavalcante. Combatente, 21 anos, moradora de Vigário Geral, freqüentadora da Igreja do Santo Daime e operadora de telemarketing. Durante nove meses, entre 2002 e 2003, uma equipe filmou o dia-a-dia desses três cariocas da Zona Norte do Rio de Janeiro, que batalham e sonham em fazer da sua música, o rap, o seu ganha-pão. O resultado é uma crônica composta pelo cotidiano, letras e dramas desses três personagens.



Rap: ritmo e poesia. Direção: Valter Filé. Realização: Cecip – TV Maxambomba. 1990.

Depoimentos e exhibções de grupos de rap da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro: a adaptação do *rhythm and poetry* (rap) norte-americano e seus temas de protesto à realidade brasileira.



Uma onda no ar. Direção: Helvécio Raton, 2002. Drama.

Jorge, Brau, Roque e Zequiel são quatro jovens amigos que vivem em uma favela de Belo Horizonte e sonham em criar uma rádio que seja a voz do local onde vivem. Eles conseguem transformar seu sonho em realidade ao criar a Rádio Favela, que logo conquista os moradores locais por dar voz aos excluídos, mesmo operando na ilegalidade. O sucesso da rádio comunitária repercute fora da favela, trazendo também inimigos para o grupo, que acaba enfrentando a repressão policial para a extinção da rádio.

SITE RECOMENDADO

<http://www.diversidade.mec.gov.br>

As religiões afro-brasileiras

AULA

8

Meta da aula

Apresentar as diversas religiões afro-brasileiras, estimulando o respeito entre as diversas religiões existentes no Brasil.

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- analisar os hibridismos e sincretismos existentes nas religiões afro-brasileiras;
- aplicar e analisar a definição de intolerância religiosa.

INTRODUÇÃO

As religiões e seus templos religiosos, de um modo geral, têm sido considerados pelas ciências sociais como um dos possíveis espaços de construção de identidades sociais e da sociabilidade. A religião é tida como uma importante referência de identidade, pois dirige a vida espiritual dos indivíduos e mantém, na ordem do particular, um conjunto de práticas e deveres. Ela é um caminho para o indivíduo conhecer mais a si próprio e responder quem ele é e descobrir o papel que ele exerce no seu mundo social. Com as religiões afro-brasileiras não é diferente.

Com a presença das religiões afro-brasileiras em todo o território nacional, constrói-se não apenas uma sacralidade, como também uma sociabilidade entre seus praticantes e uma presença marcante na história e na cultura nacional e afro-brasileira.

Para as populações afro-brasileiras, as condições históricas, principalmente a escravidão, deram um sentido especial à inserção religiosa. As instituições surgidas nos tempos de escravidão demonstram como era possível transformar, adequar, reconstruir e dar outros significados aos materiais culturais trazidos pelos escravos em novas tradições, inclusive religiosas. As religiões afro-brasileiras não são africanas. São brasileiras. É sobre a importância delas na formação da cultura nacional e afro-brasileira o assunto desta aula.

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

Sobre as religiões afro-brasileiras muito já foi dito e escrito. Como fazem parte da cultura que hoje se denomina afro-brasileira, há uma extensa bibliografia sobre a presença delas no nosso país.

A diáspora, como uma das conseqüências da escravidão, trouxe para as Américas crenças africanas, aqui reformuladas a partir do encontro das diferentes culturas africanas. Essas diferentes culturas misturaram línguas, lendas, crenças em divindades e ritmos, e aqui as reformularam, criando algo novo. Para SLENES (1995), quem descobriu a África no Brasil, muito antes dos europeus, foram os próprios africanos trazidos como escravos. E essa descoberta estendia-se a diferentes áreas culturais inclusive à da religião.

Apesar do grande número e da diversidade étnica dos africanos trazidos para o Brasil, esses povos, mesmos misturados, não demoraram a perceber a existência de elos culturais profundos entre si. Não podemos afirmar que as trocas culturais entre os africanos impossibilitaram a

permanência das etnias originais. Porém, as limitações impostas pela condição da escravidão contribuíram para a construção de laços com pessoas de outras origens, redesenhando as fronteiras entre etnias.

A história das religiões afro-brasileiras é uma prova da existência de intensas trocas interculturais no país. Cabe ressaltar que, hoje, parte das práticas religiosas exercidas pelas religiões afro-brasileiras já se encontra absorvida pela cultura nacional, demonstrando assim o hibridismo dessas práticas e a interação entre as diversas crenças religiosas no país.

Em diversos cantos do país, ou mesmo em diversos lugares de um estado ou município, podemos encontrar, hoje, algum tipo de religião afro-brasileira, presente no cotidiano dos habitantes. Candomblé na Bahia e em outros lugares, xangô no Nordeste, principalmente em Pernambuco e Alagoas, tambor de mina no Maranhão e no Pará, batuque no Rio Grande do Sul e macumba e umbanda no Rio de Janeiro são os mais conhecidos. Isso não significa que eles existam apenas nesses espaços e que haja uma forma acabada de se pensar a religiosidade nesses rituais. As religiões afro-brasileiras estão em eterna reinvenção. Além dos mais conhecidos – candomblé e umbanda – existem vários outros cultos sincréticos com influência africana como o **TORÉ** e o **CATIMBÓ**.



Figura 8.1: Candomblé.

TORÉ

Designação dos cultos de influência indígena-afro-espírita-católica encontrados em Sergipe e outras regiões do Nordeste.

CATIMBÓ

Culto originado da pajelança e rituais angola-congueses, sofreu também influências do catolicismo e do espiritismo. É praticado no Nordeste e no Norte brasileiros.

TIA CIATA

Hilária Batista de Almeida (1854-1924) era uma respeitada líder religiosa e cultural, e fez com que sua casa se tornasse uma capital da Pequena África – área que se estendia da zona do cais do porto até a Cidade Nova, chamada assim pela presença dos migrantes baianos e seus descendentes. Ela alugava roupas de baiana para o teatro e era especializada em doces e na cozinha dos orixás. Tinha um tableiro permanente no centro da cidade e punha barraca na festa da Penha, onde formavam-se rodas de samba. Suas festas para os orixás e suas festas de samba eram famosas no Rio de Janeiro.

A repressão aos cultos afro-brasileiros

Se a história revela nossa fé, também revela muito dos nossos preconceitos. Desde o século XVII temos notícias de cultos africanos no Brasil. E nem sempre o que se estabeleceu foi uma relação de tirania. Como a escravidão era um regime de opressão, entendemos que a repressão aos cultos e as religiões afro-brasileiras deveriam ser grandes. Hoje, pesquisas historiográficas e antropológicas nos arquivos da Igreja Católica demonstram a enorme heterogeneidade de discursos, práticas e inserções que indivíduos de diversas culturas africanas com suas tradições religiosas tiveram no Brasil. Isso significa que, se em alguns momentos essas religiões foram perseguidas, em outros se instituíram com certa liberdade. Um dos exemplos mais conhecidos é o de **TIA CIATA**, famosa baiana estabelecida na Praça Onze, no Rio de Janeiro, no início do século XX. Em sua casa, agregavam-se moradores de todos os pontos da cidade e de classes sociais distintas: brancos e negros, em torno de sua liderança religiosa e cultural, principalmente no que se refere à participação de Tia Ciata no samba e a sua presença no carnaval carioca. Tia Ciata conhecia alguns políticos importantes, que freqüentavam sua casa e lhe davam proteção contra possíveis perseguições, em uma época em que as religiões afro-brasileiras eram ilegais.

Ao falar do percurso que as religiões afro-brasileiras trilharam, devemos lembrar também de algumas questões importantes para entendermos suas trajetórias.

No contato de africanos e seus descendentes com a cultura branca e escravocrata, entendida como hegemônica, surgem algumas tensões e conflitos. Como vimos na Aula 6, a cultura afro-brasileira que se formava no Brasil era extremamente heterogênea, não nos permitindo afirmar outra coisa a não ser a possibilidade de trocas culturais, inclusive religiosas, entre os povos escravizados. Além dessas trocas, devemos perceber que o contínuo fluxo de traficantes e mercadores de escravos entre a África e as Américas modificou também a sociabilidade nesses espaços.

O que queremos dizer é que as trocas culturais e religiosas não começaram apenas no momento em que a escravidão é instituída ou imposta ao escravo negro, mas que transformações já aconteciam na África e durante a travessia nos navios negreiros. Além das próprias

transformações culturais e religiosas estabelecidas pelos próprios escravos, temos as transformações estabelecidas com seus senhores e com a cultura cristã no Brasil especificamente a Igreja Católica. Do contato dos diversos povos africanos e da formação da cultura negra emergente com a cultura branca e cristã surgiu o **SINCRETISMO** religioso (Figura 8.2) que possibilitou ao escravo, naquele momento, manter suas crenças em seus **VODUNS/ORIXÁS/INQUICES** africanos.



Figura 8.2: A representação do sincretismo religioso: os colares de miçangas – enfeites distintivos dos orixás e entidades, nos cultos afro-brasileiros e as fitas de santo vendidas nas igrejas católicas – amuleto formado por uma fita.

Nas religiões afro-brasileiras se estabeleceu uma dupla face: se por um lado os senhores não só permitiam as práticas religiosas de seus escravos e reconheciam sua liderança religiosa, como, por exemplo, o aluguel de escravos como curandeiros; por outro lado, havia um temor da população em relação a tudo que envolvesse magia, música e dança consideradas primitivas, curandeirismo e prática do politeísmo. Assim, as crenças religiosas dos escravos foram perseguidas e denunciadas pela população, antes mesmo da sua criminalização, em 1890.

Historiadores e antropólogos encontram registros do que se convencionou chamar como calundu, desde o século XVII. Na realidade eram práticas diversas que receberam o nome de calundu. Na colônia, por exemplo, os escravos freqüentavam missas católicas e, fora da igreja, com o consentimento de seus senhores, também faziam adivinhações e evocavam espíritos em seus calundus. Há toda uma série de documentos nos arquivos da Inquisição sobre as denúncias e os combates sofridos pelo

SINCRETISMO

Também chamado de hibridismo religioso, o sincretismo é a tentativa de conciliar crenças díspares ou mesmo opostas. Como exemplo, temos a religiosidade baiana, onde há influência de crenças africanas em rituais da Igreja Católica. O sincretismo também é comum na literatura, música, artes de representação e outras expressões culturais.

VODUNS/ORIXÁS/ INQUICES

Divindades africanas que são louvadas nos candomblés queto, de Angola, e no vodum jeje, respectivamente, todos com presença no Brasil.

calundu colonial. Segundo Melo e Souza (2004), os estudiosos do calundu teimaram em ver nele um “protocandomblé”, e nas calunduzeiras, antepassadas das mães-de-santo de hoje, o que não se confirma. Tudo indica que práticas muito diferentes entre si foram uniformizadas e nomeadas de calundu pelos agentes repressores.

Em 1890 foi promulgado o primeiro código penal republicano. Ele era inovador em relação aos anteriores, pois introduzia três artigos: o artigo 156, que regulamentava a prática ilegal da medicina; o 157, que proibia a prática da magia e do espiritismo e o 158, que proibia o curandeirismo. Isso significa que as práticas e rituais das religiões afro-brasileiras entraram na ilegalidade logo após a Proclamação da República, algo que vinha se consolidando há mais de um século: o medo e a incompreensão do que seriam os cultos e rituais praticados pelos africanos e seus descendentes no Brasil.

Em *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*, Yvonne Maggie (1992) relatou sua pesquisa nos arquivos da polícia e nos processos dos quais os adeptos das religiões afro-brasileiras foram os réus no período entre 1890 a 1940. Os crimes se configuravam por ferirem os artigos listados acima: a prática ilegal da Medicina, o que era entendido como curandeirismo – a tentativa de curar o outro sem estar habilitado para isso; a prática da magia e do espiritismo para o qual foi criado uma delegacia de repressão.

Mesmo com a criminalização das religiões afro-brasileiras, durante o período que compreendeu as décadas de 1920 a 1950, passamos por algumas transformações que culminaram com a percepção de que as religiões afro-brasileiras são abertas a todos – independentemente de sua cor ou classe social, de serem adeptos ou não. Esse movimento, que se iniciou com a umbanda, culminou com o candomblé na década de 1960.

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E SUA PRESENÇA NA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Conforme o último censo brasileiro, os grupos religiosos mais numerosos hoje são: os católicos (tradicionais e renovados), os evangélicos (históricos, pentecostais e neopentecostais), os espíritas kardecistas e um variado conjunto de religiões afro-brasileiras. De todas as religiões cultuadas, a umbanda é a religião por excelência brasileira,

nasceu no Brasil e resulta do encontro das tradições católicas, indígenas e africanas.

A pergunta sobre o pertencimento a um culto ou a uma religião consta nos censos brasileiros desde 1940. Os censos de 1940 e 1950 não davam à população a oportunidade de responder sobre um possível duplo pertencimento religioso, ou demonstrar algum grau de crença sincrética.

Nos censos de 1970, 1980 e 1991 as religiões afro-brasileiras apareceram sob uma mesma rubrica – podendo sugerir a leitura de que essas religiões são semelhantes.

A separação entre a categorização da pergunta sobre as religiões afro-brasileiras é recente: foi a partir do censo de 1991. A pergunta sobre culto ou religião é uma pergunta aberta, faz parte apenas do questionário completo, no qual o entrevistado responde como considera melhor. A categorização é feita posteriormente, quando então são separadas em duas categorias: umbanda e candomblé, entendidas pelo IBGE como as religiões afro-brasileiras mais representativas. Pelo censo de 2000, hoje temos no Brasil 571.329 habitantes (0,34%) que se autodeclararam praticantes das religiões afro-brasileiras, sendo destes 0,26% (432.001 pessoas) da umbanda e 0,08% (139.328 pessoas) do candomblé.

Nesta aula trataremos apenas do candomblé e da umbanda como religiões afro-brasileiras, pois são as religiões categorizadas pelo censo. Sabemos que cada uma delas tem seus desdobramentos, linhas e fundamentos diferenciados; e assumem diversos nomes e significados em diferentes regiões do país. Mas ao categorizar essas diferenças, o censo permite que façamos uma comparação entre as religiões afro-brasileiras nos diferentes espaços e o acréscimo ou decréscimo do seu número de adeptos ao longo dos anos.

O CANDOMBLÉ E A UMBANDA: RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

Candomblé

Candomblé é uma religião afro-brasileira, o que significa que ela é uma religião brasileira introduzida por alguns povos africanos que chegaram ao país durante o século XIX na condição de escravos.

A religião tem por base a *anima* (alma) da Natureza, sendo, portanto, chamada anímica. No candomblé, todos os orixás estão no domínio da natureza.

Inicialmente praticada na Bahia, hoje o candomblé pode ser encontrado por todo o país. Até a década de 1960, o candomblé era religião dos escravos e seus descendentes. É a partir dessa década que o culto aos orixás se populariza se estendendo a outros segmentos da população. O termo candomblé designa, na realidade, vários ritos e significados culturalmente diferenciados, aos quais seus seguidores chamam “nação”.

As mais antigas casas de candomblé datam da primeira metade do século XIX e existem até hoje na Bahia. Conta-se que o primeiro terreiro de candomblé, o Ilê Iyá Nassô, foi fundado por três antigas escravas libertas originárias de Kêto, antigo reino da África ocidental, cortado em dois pela atual fronteira Nigéria–Benin. No final do século XIX, conflitos na sucessão dessa casa deram origem a uma dissidência, que fez surgir o Ilê Iyá Omim Axé Iyá Massê. Outro conflito na sucessão do Ilê Iyá Nassô deu origem a outro terreiro, o Ilê Axé Opô Afonjá. Assim, o foco irradiador do candomblé foi a Bahia e, secundariamente, Pernambuco e Maranhão.

Os três primeiros terreiros

Ilê Iyá Nassô (Casa da Mãe Nassô), também chamado Casa Branca ou Candomblé do Engenho Velho, em Salvador, Bahia. Fundado, aproximadamente, em 1830 por três africanas: Iyá Nassô, Iyá Detá e Iyá Kalá.

Ilê Iyá Omim Axé Iyá Massê, também conhecido como candomblé do Gantois, em Salvador, Bahia. Fundado por Maria Júlia da Conceição, dissidente do Ilê Iyá Nassô.

Ilê Axé Opô Afonjá (casa cuja força básica é Xangô), situado em São Gonçalo do Retiro, Salvador, Bahia. Fundado por Eugênia Ana Santos, Aninha, e por Ti' Joaquim, também dissidentes do Ilê Iyá Nassô.

O candomblé tem um sentido comunitário que ultrapassa o religioso, seus membros estão ligados por uma forma particular de organização social e política. As relações entre os membros obedecem a uma estrutura hierárquica, que se materializa na família de santo, onde os laços de parentesco são adquiridos mediante cumprimento do processo iniciático, que subentendem direitos e deveres reguladores dessas relações. Os membros dessas comunidades se dividem em duas categorias

de afiliados perfeitamente distintos: os que estão vinculados às atividades litúrgicas (pai [mãe]-de-santo, filho-de-santo, pai [mãe] pequeno[a] etc.) e aqueles ligados às administrativas (ogãs, equedes etc.). Dessas duas categorias saem as hierarquias dirigentes do terreiro.

Família-de-santo

Nos terreiros de candomblé, o conceito de família biológica cede lugar ao de família-de-santo. O processo iniciático é o determinante dos vínculos de parentesco mítico entre os membros que compõem a comunidade. A mãe [pai]-de-santo é a autoridade máxima, o chefe da família-de-santo; estão subordinados a elas os iniciados como filhos-de-santo e os portadores de posições executivas e honorárias no terreiro. Todos os cargos são regidos pelo princípio de senioridade.

Coube aos terreiros baianos a disseminação do chamado candomblé queto, de origem iorubá. Essa religião, de inspiração africana, cultua os orixás que representam: as vibrações das forças elementares da natureza – raios, trovões, ventos, tempestades, água; fenômenos naturais como o arco-íris; atividades econômicas como a caça e a agricultura; minerais como o ferro; guerra etc. Os orixás são divindades intermediárias iorubanas, excetuando Olorum, o Deus Supremo. Na África eram cerca de 600, no Brasil, atualmente, estão reduzidos a 16 no candomblé e somente 10 na umbanda. Foi o candomblé queto que basicamente influenciou outros tipos de candomblé, como de angola, de caboclo e de congo.

O candomblé angola adotou o panteão dos orixás iorubás (embora os chame pelo nome de seus quase esquecidos inquices – divindades bantos) e incorporou muitas das práticas da nação queto. O candomblé de caboclo por sua vez é uma modalidade em que o fundamental é o culto aos espíritos dos índios, considerados pelos antigos escravos os verdadeiros ancestrais brasileiros. Foram, provavelmente, o candomblé angola e o candomblé de caboclo que deram origem à umbanda.

O objetivo do culto aos orixás é a manutenção do equilíbrio entre os humanos e as forças vitais do universo, em busca de estabilidade, harmonia e desenvolvimento espiritual – por meio da troca de axé, que se realiza, segundo Nei Lopes (2006, p. 58), através do sacrifício e do transe.

Hoje, além de praticada em quase todo Brasil, também a encontramos em países como o Uruguai, a Argentina e a Venezuela.

Vocábulos utilizados pelo candomblé iorubá:

Acarajé – bolinho de feijão-fradinho amassado e frito no azeite-de-dendê
Agogô – instrumento rítmico composto de duas campânulas metálicas
Axé – força mística dos orixás; força vital que transforma o mundo
Babalaô – sacerdote do oráculo, adivinho
Bori – sacrifício à cabeça, primeiro rito de iniciação do candomblé
Ebó – sacrifício, oferenda, despacho
Egum – antepassado, espírito do morto, o mesmo que egungum
Iaô – esposa jovem, filha ou filho-de-santo; grau inferior da carreira iniciática dos que entram em transe de orixá
Ibá - cabaça; assentamento ou altar da divindade
Ibejis – orixás gêmeos, protetores das crianças
Ifá – outro nome para orunmilá; também os apetrechos do babalaô e o próprio oráculo.
Odara – bom, bonito
Odu – signos do oráculo iorubano, formado de mitos que dão indicações sobre a origem e o destino do consulente. O odu é obtido ao acaso, pelo lançamento de dezesseis búzios, dezesseis cocos de dendê ou pela cadeia de adivinhação de ifá.
Ogã – na África, alguém que ocupa cargo superior, mestre; no Brasil, cargo sacerdotal masculino do candomblé, incluindo o tocador, o sacrificador e homens de prestígio ligados afetivamente aos grupos de culto.
Ori – cabeça, destino
Orixá – divindade, deus do panteão iorubá
Oxalá – Grande orixá
Vodum – divindade, deus do panteão jeje (*ewê-fo*); alguns voduns foram incorporados ao panteão iorubá como orixás
Xequerê – chocalho feito com cabaça coberta por uma rede de contas.

Fonte: *Mitologia dos orixás*, de Reginaldo Prandi.

ATIVIDADE



1. Escolha duas palavras (pode ser do boxe explicativo apresentado ou não) e analise as possibilidades de ressignificação existentes em nossa língua.

RESPOSTA COMENTADA

Ao analisar os hibridismos e sincretismos existentes na língua e na cultura negras, percebemos que palavras são utilizadas no domínio do sagrado (candomblé) recebem outros significados ou perdem seus significados étnicos. É o caso, por exemplo, de acarajé, que podemos comer hoje em muitos lugares, e de agogô, instrumento que faz parte de baterias de escolas de samba.

Umbanda

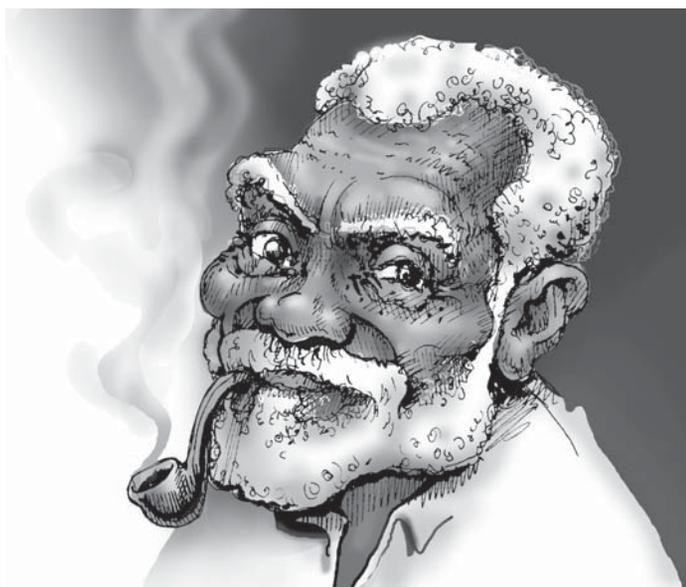


Figura 8.3: Preto Velho.

Tem sido identificada, desde a década de 1920, como a religião brasileira por excelência. Nascida no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, ela resulta do encontro de várias tradições religiosas, entre elas a cristã, as africanas, indígenas e espíritas. Diferente do candomblé que privilegia as tradições africanas, a umbanda é sem dúvida a mais sincrética. Ao valorizar diferentes tradições religiosas brasileiras ela reproduz o mito das três raças no domínio religioso. Aqui, a questão da flexibilidade da fronteira entre identidades étnicas e identidades nacionais volta a aparecer, pois, ao se entender que o candomblé é uma religião da cultura afro-brasileira, em que sua história pode remeter à África, a umbanda tenta integrar o negro e o índio à sociedade nacional. Tal como os ideólogos da nossa identidade nacional.

Como em outros espaços de nossa sociedade, um terreiro de umbanda reinterpreta o mito das três raças. Porém não há uma única formação de culto na umbanda. Cada terreiro tem sua organização religiosa, mas de uma maneira geral funciona com guias espirituais que atuam sob uma determinada linha, subordinada diretamente a um orixá. Os orixás não incorporam em seus filhos-de-santo, mas os **GUIAS ESPIRITUAIS** sim, caracterizando a umbanda como uma religião que trabalha diretamente com entidades do **PLANO ASTRAL**. Os guias incorporam nos **MÉDIUNS** para fazer caridade, resolver demandas, negociar conflitos etc.

GUIA ESPIRITUAL

Entidade espiritual em adiantado grau de evolução espiritual.

PLANO ASTRAL

É o plano vibratório onde vivem os desencarnados, utilizando os corpos astrais deles. Mas também é o plano onde nós, encarnados, vivemos várias horas por dia, em viagens astrais mais ou menos conscientes, com nossos corpos astrais, enquanto nossos corpos físicos dormem no plano físico.

MÉDIUM

Pessoa que tem a faculdade especial de servir de intermediário entre o mundo físico e o mundo espiritual.

A umbanda, apesar da influência dos cultos africanos, não tem similar, nem mesmo na África. Seus guias incorporam caboclos, pretos-velhos, crianças, baianos, boiadeiros, espíritos da água, eguns (espíritos dos ancestrais), exus e outros abrigando, assim, princípios, fundamentos e características diferentes em seu sincretismo afro-índio-católico-espírita. Assim, a umbanda abre mão de suas raízes puramente africanas e se espalha, segundo Prandi (1997, p. 14), sem limites de classe, raça, cor.

Exu

É a figura mais controvertida do panteão afro-brasileiro. No candomblé é o princípio da comunicação, o mensageiro entre os deuses e os homens. Sua função é abrir caminhos, levar pedidos, trazer as respostas dos deuses, sem ele nada se pode fazer. Na umbanda, exu é cada vez mais confundido com o diabo dos cristãos.

A representação dos subalternos

Para o candomblé, os orixás pertencem à natureza e o mundo natural é dividido em domínios regidos por essas divindades. Já o pensamento umbandista incorpora os orixás, mas também redimensiona a natureza e introduz espíritos pertencentes ao domínio da “civilização”. Cria, portanto, uma outra forma de pensar o mundo sobrenatural e o sagrado (BIRMAN, 1985). Teríamos o mundo pensado em três domínios distintos: o da natureza (caboclos), o da civilização (pretos-velhos e crianças) e o do mundo marginal (exus). Teríamos assim quatro tipos de espíritos originários de três domínios. Todos representam populações brasileiras subalternas. Fazem parte do domínio da natureza os caboclos, a representação dos indígenas e seus descendentes entendidos como os primeiros habitantes do Brasil. Do domínio da civilização, os pretos-velhos, representando os antigos escravos – que no simbolismo umbandista construiu o país com seu trabalho, e as crianças (erês). Do mundo marginal, temos os exus, cuja área por excelência é a rua – são os povos de rua. São os malandros, as prostitutas, aqueles que transitam e demonstram ser bons mediadores, pois circulam entre o bem e o mal – são ambíguos.



Figura 8.4: Cigana ou Pombagira.

Na organização hierárquica da umbanda, teríamos então:

Domínio da natureza	Domínio do mundo civilizado	Domínio do mundo marginal
(Caboclos) Características: selvagens orgulhosos independentes do homem branco	(Pretos-velhos/crianças) Características: domesticados humildes (escravos) irreverentes (crianças) dependentes do homem branco	(Exus) Características: avessos à ordem desobedientes marginais

Fonte: BIRMAN, P. *O que é umbanda*. São Paulo, Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

Os tipos pertinentes aos domínios são todos subalternos, ou seja, representação das populações socialmente despossuídas de nossa sociedade.

Para Patrícia Birman (1985) essas entidades são consideradas “pouco evoluídas”. Assim:

Há aquelas que são pouco evoluídas porque ainda não cresceram, como as crianças; outras porque não são moralmente confiáveis, como os exus, ou os caboclos, que ainda não tiveram acesso à civilização; e os que, como os preto-velhos, são primitivos porque pertenceram a uma civilização mais “atrasada” na África (p. 45).

O caboclo é o nome dado aos índios, interpretados como selvagens e primitivos. São representados por personagens altivos, orgulhosos e indomáveis. O homem não contaminado pela civilização. Os orixás se apresentam como caboclos, já que são identificados com vários domínios da natureza (águas, selva etc.).

O preto-velho pretende retratar o ex-escravo, curvado pelo peso da idade e pitando um cachimbo. São dóceis, bondosos, humildes servidores da casa-grande e representam o domínio da civilização, juntamente como as crianças. Ambos dividem o espaço doméstico. Também como o preto-velho, as crianças são dependentes dos adultos (brancos). As crianças não possuem nem senso de moral nem de responsabilidade. Não são humildes, como os escravos, porque são brancas e no futuro serão patrões.

Os exus representam o outro lado marginal. São referidos como “povo de rua”, afastados completamente do domínio da casa, representam o avesso da civilização, das regras, da moral e dos bons costumes. São os malandros e as prostitutas.

É possível observar que os espíritos são todos subalternos e inferiores em comparação com a imagem do homem branco, cuja cultura é considerada evoluída e racional. Contudo, a umbanda inverte os valores – o homem branco não tem os mesmos poderes sobre seus subalternos. É por meio da religião que esses grupos ganham um poder mágico, sabedoria e força.

Na umbanda, como em várias religiões, houve contribuições culturais que possibilitaram sua sobrevivência. A umbanda se expressa por meio de uma multiplicidade de vertentes e influências, tornando impossível uma homogeneização de práticas em seus cultos. Por isso, podemos considerá-la uma religião brasileira em construção. Ao mesmo tempo que se constitui em uma religião híbrida, marcada por várias influências, ela também se remete em grande parte à moralidade da teologia judaico-cristã.



ATIVIDADE

2. Para esta atividade, gostaríamos que vocês voltassem aos santos da umbanda: os caboclos, os pretos-velhos e as pretas-velhas, os erês e os exus e pensassem de que maneira a umbanda representa a diversidade encontrada na sociedade brasileira.

COMENTÁRIO

O objetivo desta atividade é fazer você perceber a diversidade trazida pela umbanda, religião nascida no Rio de Janeiro, no início do século XX.

DIVERSIDADE RELIGIOSA E INTOLERÂNCIA

Consta no Artigo XVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos que:

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

A desproporção entre cristãos e seguidores de religiões consideradas minoritárias é tão grande que uma das propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos, implantado em 1996, é “prevenir e combater a intolerância religiosa, inclusive no que diz respeito a religiões minoritárias e a cultos afro-brasileiros”.

Se antes o código penal de 1890 criminalizava as religiões afro-brasileiras, hoje é crime zombar, ofender e perturbar pessoas, cultos e cerimônias, imagens e objetos religiosos. No entanto, a intolerância existe e ainda hoje as religiões afro-brasileiras são vítimas da incompreensão. No candomblé e na umbanda, os terreiros são os templos sagrados e em diversos pontos do Brasil esses terreiros têm sofrido ataques, têm seus objetos de culto destruídos, seus seguidores chamados de ignorantes, “adoradores do diabo”, e viram alvo de deboche ou motivo de medo.

Nos meios de comunicação, existem alguns programas e redes de televisão e de rádio nos quais os programas religiosos são utilizados para afirmar uma verdade, desqualificando outras religiões e incitando o preconceito. Veicular preconceito, intolerância, discriminação não é apenas um abuso da liberdade de expressão como é crime.

No artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina-se que, no ensino religioso nas escolas públicas, deve-se respeitar a diversidade religiosa existente, sem praticar o proselitismo religioso, isto é, é obrigatório respeitar a diversidade religiosa do aluno, e não se deve tentar convertê-lo. Esse ensino religioso deve ser pautado na Constituição (Art. 5, inciso VI), que claramente define o país e o caracteriza como um Estado laico, sem relação com denominações religiosas; portanto, o ensino da religião não deveria ser confessional.

Na escola, o ensino de religião deve ser feito de forma plural, respeitando a fé dos alunos, seja ela qual for, e também seus ritos, práticas e visões de mundo, dentro de uma perspectiva multicultural que retrate a diversidade do país.

No final da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos (Brasília, 2004), representantes dos diversos setores religiosos do Brasil assinaram o seguinte documento: “Declaramos a necessidade de se buscar, por meio do diálogo inter-religioso, a valorização do ser enquanto sujeito de sua própria história, independente do credo religioso. Somos unânimes em repudiar qualquer ato de perseguição e intolerância religiosa.”

CONCLUSÃO

As religiões afro-brasileiras têm se constituído em um dos espaços de sociabilidade e de identidade na formação da cultura negra. Sua influência em festas sincréticas e ritmos musicais se faz presente desde que se iniciou a colonização do Brasil. Por vezes perseguidas, às vezes eleitas símbolos de identidade nacional ou étnica, essas religiões são fundamentais para entendermos a formação da cultura negra no Brasil.

ATIVIDADE FINAL

Para a Atividade Final, você deve pesquisar em jornais e revistas, ou mesmo com seus amigos, casos que se caracterizem como intolerância religiosa.

COMENTÁRIO

O objetivo do trabalho é perceber que mesmo em uma sociedade plural como a nossa ainda hoje existem atitudes de preconceito e intolerância religiosa, que devem ser combatidas.

RESUMO

Ao longo dos séculos XIX e XX, encontramos várias referências bibliográficas sobre as religiões afro-brasileiras, que demonstram uma análise sobre o papel da população negra em uma sociedade escravista, a importância das religiões afro-brasileiras na emergência da cultura negra brasileira e sua constituição a partir de hibridismos e sincretismos. Esse hibridismo é expresso pelas religiões afro-brasileiras, desde sua constituição até hoje.



MOMENTO PIPOCA

Atlântico negro - Na rota dos orixás. Direção: Renato Barbieri. 1998. Documentário.

Documentário filmado na Bahia, no Maranhão e em Benim, na África, terra dos orixás. Uma viagem em busca das raízes africanas da cultura brasileira.

Fé. Direção: Ricardo Dias. 1999. Documentário. Trata-se de um documentário enfocando a religião e a fé no Brasil de hoje – as grandes festas religiosas, os rituais de diferentes religiões, seitas e cultos, pastores e fiéis.



Santo forte. Direção: Eduardo Coutinho. 1999. Documentário.

O documentário penetra na intimidade dos católicos, umbandistas e evangélicos de uma favela carioca.

SITE RECOMENDADO

Secretaria Especial de Direitos Humanos: [http:// www.presidencia.gov.br/sedh](http://www.presidencia.gov.br/sedh)

Festas e ritmos populares: entre o sagrado e o profano

AULA

9

Meta da aula

Apresentar algumas manifestações culturais, festas e ritmos brasileiros que se inspiram na religiosidade afro-brasileira.

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- identificar algumas manifestações culturais que conservem aspectos das religiões afro-brasileiras;
- dar exemplos de festas e ritmos populares afro-brasileiros.

INTRODUÇÃO

Encontramos no Brasil uma grande diversidade de ritmos e festas que expressam a passagem do sagrado para o profano, como também festas sagradas que expressam claramente o sincretismo e a fusão de símbolos e práticas rituais. Como exemplo, temos jongos, maracatus, afoxés ou ijexás, que guardam, ou têm ligações, com elementos sagrados afro-brasileiros expressos em suas práticas, sua música e sua dança.

O hibridismo da cultura afro-brasileira é expresso desde sua constituição até hoje na existência de festas e ritmos musicais, danças e performances que trazem o sagrado para a rua, e mostram o que há de religioso no domínio do profano.

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS AFRO-BRASILEIRAS



Figura 9.1: Escravos africanos dançando ao som de tambores e instrumentos de corda, de Zacharias Wagener (1614-1668).

A comunicação entre os africanos e outros povos ocorreu mesmo antes da escravidão. Nos navios negreiros, durante a travessia, e nas Américas nasceu uma cultura rica, fruto da comunicação entre escravos de diversas etnias, originando a cultura afro-americana. Hoje, essa cultura, compartilhada pelas diferentes populações afro-americanas, guarda o que chamamos de matriz africana, ou seja, traços de origem africana comuns a várias manifestações das culturas afro-americanas. Essa matriz também está presente nas manifestações afro-brasileiras. Por exemplo, no Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, nas últimas décadas do cativeiro, segundo o historiador Stanley Stein, o caxambu (hoje conhecido como jongo) é uma festa intermediária entre “cerimônia religiosa e diversão secular” (Figura 9.1). É caracterizada por uma dança em forma de roda, em que os participantes escravos se movimentavam em sentido contrário

ao do relógio (SLENES, 1995, p. 13-14). A roda, movimento em forma de círculo em danças religiosas, sempre em sentido contrário ao do relógio, é um traço recorrente encontrado em várias culturas africanas. O interessante desse traço cultural, e de tantos outros, é que provavelmente na África ele não tinha nenhuma importância como demarcador de fronteiras étnicas. Somente quando os africanos de diferentes etnias foram escravizados juntos é que a roda passou a servir como um traço cultural que marcava a diferença entre “nós, negros” e os colonizadores brancos. Pensemos um exemplo da matriz africana em manifestações da cultura afro-brasileira na Atividade 1.



ATIVIDADE

1. A matriz africana no calundu e no lundu

Durante os primeiros séculos da escravidão, os africanos e seus descendentes produziram uma cultura rica e diversificada. Uma dessas manifestações era o calundu. Entre os seus vários significados está o de batuque, ritual e dança com umbigadas dos negros. Um outro exemplo é o lundu. Alguns pesquisadores consideram que esta palavra tem origem em calundu. Pesquise na internet o que é o lundu e relacione-o com o samba. Encontre pontos comuns e descreva o ritual que os aproxima – o batuque, a roda, o gesto coreográfico e o canto.

RESPOSTA COMENTADA

As características semelhantes são o ritual – a dança com umbigada e a disposição em roda de seus participantes – e a transformação de ambos em gêneros musicais que compartilham da mesma matriz africana.

OS FESTIVAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS AFRO-BRASILEIRAS

FESTIVAIS

Podemos conceber os festivais de diversas formas. Na primeira concepção, festival pode ser uma festa de grandes proporções. Pode ser também um programa de eventos ou espetáculos culturais que se repetem anualmente, ou ainda um cortejo em datas de relevância cívica.

Para entendermos a importância das manifestações da cultura negra e toda sua expressividade entre o sagrado e o profano, precisamos entender a lógica dos **FESTIVAIS**. Todas as sociedades alternam suas vidas entre atividades ordinárias, rotineiras e extraordinárias. O cotidiano é repetitivo, é o que começa e acaba sempre da mesma maneira, enquanto os festivais se constituem na quebra da rotina cotidiana; são acontecimentos eventuais, ou seja, extraordinários. Desse modo, criamos o tempo, alternando a vida social entre atividades ordinárias e extraordinárias. Segundo DaMatta (1986, p. 67) todas as sociedades alternam suas vidas entre rotinas e ritos, trabalho e festa, coisas dos homens e assuntos dos deuses, períodos ordinários – nos quais a vida transcorre sem problemas – e as festas, os rituais, as comemorações, os milagres e as ocasiões extraordinárias, em que tudo pode ser visto por um outro prisma. Contudo, tanto a festa quanto a rotina fazem parte de uma mesma totalidade, ou seja, são modos que a sociedade tem de exprimir-se, de mostrar como é. Um dos objetivos desta aula é tratar dos festivais brasileiros que se inspiram na cultura afro-brasileira e as festas sagradas que obedecem a um calendário que se repete anualmente.

FESTAS RELIGIOSAS POPULARES E TRADIÇÕES AFRO-BRASILEIRAS

A festividade popular também se expressa em datas religiosas que têm como aspecto fundamental o sincretismo religioso, principalmente aquele que une as tradições afro-brasileiras com os rituais e a liturgia católica. Vejamos como as tradições afro-brasileiras estão presentes na cultura nacional brasileira.

Lavagem das escadarias da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim

Festa religiosa muito conhecida na Bahia e fora dela, a lavagem das escadarias da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim é um ritual sincrético, que acontece na segunda quinta-feira do mês de janeiro. A festa se inicia com um cortejo de baianas (vindas de vários terreiros de candomblé) que saem da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia (padroeira da

Bahia) até o alto do Bonfim, carregando **ÁGUA-DE-CHEIRO**. Os participantes do cortejo vão pelo “espetáculo” e também para pagar suas promessas; eles não são necessariamente ligados às religiões afro-brasileiras.

Nossa Senhora das Candeias; Nossa Senhora dos Navegantes/Iemanjá, 2 de fevereiro



Figura 9.2: Iemanjá, a Rainha do Mar.

Dia dois de fevereiro
Dia de festa no mar
Eu quero ser o primeiro
A saudar Iemanjá...

ÁGUA-DE-CHEIRO

Também conhecida popularmente como água-de-colônia.

Nas religiões afro-brasileiras, a água-de-cheiro é um composto de água com diversas ervas.

A música de Dorival Caymmi bem expressa a tradicional festa de Iemanjá, que acontece todo dia 2 de fevereiro. No município de Salvador, Bahia, a festa ocorre na praia do Rio Vermelho, mas ela também é cultuada em diversas praias brasileiras, onde lhe são ofertadas flores, velas, adornos e espelhos, lançados ao mar em pequenos barcos. É uma das mais famosas e esperadas. Como homenageia também Nossa Senhora dos Navegantes, as festas de Iemanjá (**Figura 9.2**) tem a participação de pescadores e marinheiros. No imaginário popular, Iemanjá se confunde com as sereias, sedutoras e moradoras do mar, como aparece na composição de Vicente, Dionel e Veloso, “Lenda das Sereias”:

...ela mora no mar
Ela brinca na areia
No balanço das ondas
A paz ela semeia...

Nossa Senhora da Conceição da Praia/Oxum, 8 de dezembro

Nossa Senhora da Conceição da Praia é padroeira de Salvador, sendo seu dia um feriado no referido município. A festa católica acontece na Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia, na Cidade Baixa, enquanto os terreiros de candomblé e umbanda fazem divisões na areia, cercando-a com cordas, fitas e flores, para realizarem seus trabalhos na areia.

São Jorge/Ogum, 23 de abril

A veneração ao “santo guerreiro” no Brasil é uma das heranças portuguesas, pois o culto dos reis de Portugal a São Jorge teve início com a fundação do reino, no século XII. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, dedica ao santo uma igreja em Lisboa. São Jorge não teve somente uma biografia oficialmente reconhecida pela Igreja; a narrativa original de sua vida sofreu várias adaptações desde que seu culto deixou o Oriente Próximo e chegou à Europa no século VI. Um dos relatos mais antigos que narra os martírios sofridos pelo santo remota ao século V. Hoje, no Brasil, ele está presente nas igrejas católicas, na umbanda, nas casas e nos estabelecimentos comerciais. O sincretismo entre São Jorge e os orixás (Oxóssi ou Ogum) foi possível devido à existência de várias

histórias sobre a vida deste santo que se aproximavam das narrativas sobre os orixás. Era tido como herói porque, tal qual Oxóssi, deus da caça, ligado à terra virgem e à lua, abateu com sua lança uma fera. Vejamos, por exemplo, como São Jorge é representado na canção “Lua de São Jorge”, de Caetano Veloso.

...lua de São Jorge
lua da alegria
não se vê o dia
claro como tu
lua de São Jorge
serás minha guia
no Brasil de norte a sul.



Figura 9.3: Medalha de São Jorge.

Santo que agrega a devoção dos fiéis católicos e dos adeptos da umbanda, São Jorge (Figura 9.3) é festejado em todo o Brasil. No município do Rio de Janeiro, o dia de São Jorge virou feriado municipal por decreto de 2001, em 23 de abril, mesmo sendo São Sebastião o padroeiro da cidade. Seu dia é comemorado por fiéis em carreatas, procissões e festas que duram a semana inteira. No Rio de Janeiro, São



**PIXINGUINHA
(1897-1973)**

Alfredo da Rocha Vianna, ou Pixinguinha nasceu no Rio de Janeiro; foi um dos maiores compositores da música popular brasileira e contribuiu diretamente para a consolidação do choro como gênero musical.

Jorge tem duas igrejas que levam seu nome, uma no centro da cidade e outra localizada em Quintino, subúrbio da Central. Se na fé católica é São Jorge, no sincretismo ele é Ogum, orixá guerreiro. É em homenagem a São Jorge/Ogum que no domingo subsequente ao dia 23 fiéis saem da Escola de Samba Império Serrano, localizada em Madureira, e levam a imagem para o padre benzer na igreja, em Quintino, e participam da missa. Perto do almoço, seguem com a imagem para o centro espírita umbandista Caminheiros da Verdade, onde os fiéis tomam passes e são atendidos pelos médiuns. A carreata em homenagem a São Jorge termina na quadra do Império Serrano, de quem São Jorge é padroeiro e protetor, com muita comida e música. Vários componentes das escolas de samba, devotos de São Jorge e filhos de Ogum (Figura 9.4) comparecem às igrejas e assistem à missa.

O curioso é que **PIXINGUINHA**, um dos maiores precursores do choro no Brasil, compositor e cantor de músicas que retratam o universo das religiões afro-brasileiras, nasceu no dia 23 de abril. Sendo assim, além das comemorações por São Jorge/Ogum, comemora-se também no dia 23 o Dia Nacional do Choro.

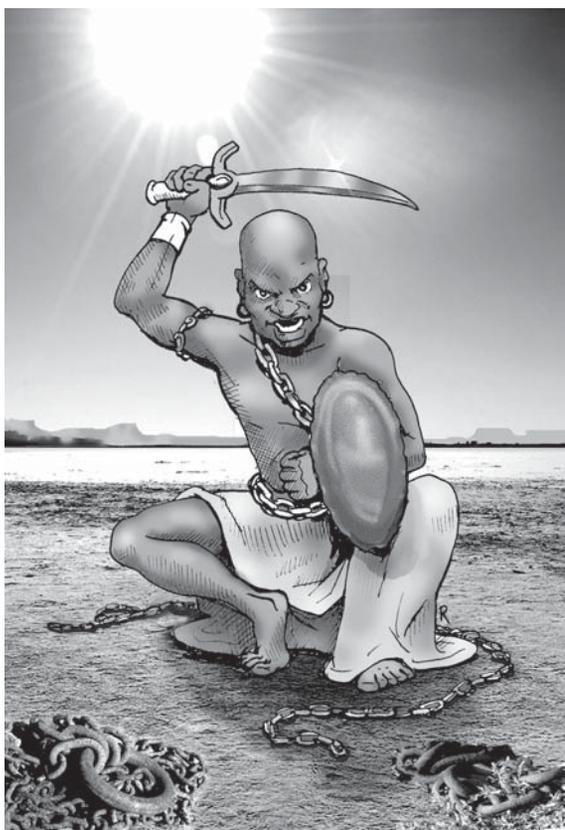


Figura 9.4: Ogum.

Oração a São Jorge

São várias as orações a São Jorge rezadas por fiéis de todo o Brasil. Uma das mais famosas teve um trecho musicado e é cantada por Jorge Benjor (devoto do santo) e posteriormente regravaada por Fernanda Abreu. Vários de vocês devem conhecê-la:

Eu andarei vestido e armado com as armas de São Jorge para que meus inimigos tendo pés não me alcancem, tendo mãos não me peguem, tendo olhos não me vejam, e nem em pensamentos eles possam me fazer mal.

Armas de fogo o meu corpo não alcançarão, facas e lanças se quebrem sem o meu corpo tocar, cordas e correntes se arrebentem sem o meu corpo amarrar.

Jesus Cristo me proteja e me defenda com o poder de Sua santa e divina graça, Virgem de Nazaré, me cubra com o seu manto sagrado e divino, protegendo-me em todas as minhas dores e aflições, e Deus, com sua divina misericórdia e grande poder, seja meu defensor contra as maldades e perseguições dos meus inimigos.

Glorioso São Jorge, em nome de Deus, estenda-me o seu escudo e as suas poderosas armas, defendendo-me com a sua força e com a sua grandeza, e que debaixo das patas de seu fiel ginete meus inimigos fiquem humildes e submissos a vós. Assim seja, com o poder de Deus, de Jesus e da falange do Divino Espírito Santo.

São Jorge, rogai por nós.

Festa de São Cosme e São Damião

No dia 27 de setembro comemora-se em todo o Brasil o dia de Cosme e Damião (**Figura 9.5**), quando então é realizada a festa aos santos gêmeos.

No candomblé, são associados aos “ibejis” (**Figura 9.6**), gêmeos amigos das crianças que teriam a capacidade de agilizar qualquer pedido que lhes fosse feito em troca de doces e guloseimas. O nome Cosme significa “o enfeitado”; Damião, “o popular”.

As igrejas e os templos das religiões afro-brasileiras são enfeitadas e suas portas são abertas para receberem crianças com música, guaraná e mesas com diversos doces e brinquedos. Fora das igrejas e templos, devotos costumam cumprir promessas, distribuindo sacos de doces, roupas e brinquedos para crianças, ou mesmo abrindo suas casas para que crianças da vizinhança possam ser agradas nos dias dedicados a elas. Quem não pode pagar promessa no dia 27 de setembro acaba fazendo uma festa em 12 de outubro, quando comemoramos o dia das crianças. Caso o devoto seja do candomblé, poderá também fazer um almoço dedicado aos ibejis, que também são orixás.



Figura 9.5: Cosme e Damião, os santos gêmeos, padroeiros das crianças.



Figura 9.6: Os ibejis, os orixás gêmeos, na representação do pintor Carybé.

ATIVIDADE



2. Escolha uma das festas apresentadas nesta aula e apresente seus aspectos híbridos ou sincréticos.

RESPOSTA COMENTADA

O objetivo desta atividade é fazer com que você aplique os conceitos de hibridismo e sincretismo apresentados nesta aula e perceba que a constituição das religiões afro-brasileiras e da cultura negra é feita por meio de fusões culturais, simbólicas e étnicas.

Candomblé e festas dos santos católicos

2 de fevereiro – N. Sra. das Candeias e N. Sra. da Purificação – Oxum e Iemanjá
 23 de abril – São Jorge – Oxóssi
 13 de junho – Santo Antônio – Ogum
 24 de junho – São João – Xangô Afonjá
 29 de junho – São Pedro e São Paulo – Orixalá ou Xangô
 26 de julho – Sant’Ana – Nanã
 16 de agosto – São Roque e São Lázaro – Omulu e Obaluaiê
 24 de agosto – São Bartolomeu – Oxumarê
 27 de setembro – São Cosme e São Damião – Ibeji
 30 de setembro – São Jerônimo – Xangô
 2 de novembro – Dia dos mortos – Eguns
 4 de dezembro - Santa Bárbara – Iansã
 8 de dezembro - Imaculada Conceição – Iemanjá e Oxum

Este calendário pode variar de acordo com região do país.

Umbanda e festas

20 de janeiro – São Sebastião – Oxóssi
 23 de abril – São Jorge – Ogum
 13 de maio – Libertação dos Escravos – Pretos-velhos
 13 de junho – Santo Antônio – Exu
 26 de julho – Sant’Ana – Nanã Buruku
 15 de agosto – N. Sra. da Glória – Iemanjá
 16 de agosto – São Roque – Obaluaiê e São Lázaro – Omulu
 27 de setembro – São Cosme e Damião – Crianças
 30 de setembro – São Jerônimo – Xangô
 4 de dezembro – Santa Bárbara – Iansã
 8 de dezembro – N. Sra. da Conceição – Oxum

Este calendário poder variar de acordo com a região do país.

ATIVIDADE



VINICIUS DE MORAES (1913-1980)

Diplomata, poeta, jornalista e compositor, Marcus Vinicius da Cruz de Melo Moraes nasceu no Rio de Janeiro. O poeta interessou-se também por música de candomblé e, com o músico Baden Powell (1937-2000), fez uma série de afro-sambas, entre os quais “Canto de Ossanha”, “Canto de Xangô”, “Bocoxé” e “Samba de Oxóssi”.

3. Os afro-sambas de VINICIUS DE MORAES e Baden Powell.

Busque na internet a letra dos afro-sambas e destaque os versos que indicam a presença de divindades das religiões afro-brasileiras e pesquise a simbologia do orixá encontrado.

COMENTÁRIO

Como exemplo, trazemos a você a música “Canto de Ossanha”:

...Se é canto de Ossanha, não vá, que muito vai se arrepender.

Pergunte ao seu Orixá, o amor só é bom se doar.

Pergunte ao seu Orixá o amor só é bom se doar.

Vai, vai, vai, vai, amar.

Vai, vai, vai, sofrer.

Vai, vai, vai, vai, chorar.

Vai, vai, vai, dizer...

Esta música menciona Ossanha, orixá das folhas litúrgicas e medicinais, considerado por isso o “orixá da medicina”. No Brasil é sincretizado com São Benedito.

RITMOS, DANÇAS E MÚSICAS

Jongo

Dança de origem banto executada na região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo), principalmente nas regiões cafeeira e açucareira. Hoje o jongo está consolidado em várias comunidades urbanas e rurais nessa mesma região. Também conhecido como caxambu em algumas regiões, tem como uma de suas características principais o fato de ser realizado numa roda – a roda de jongo, onde as pessoas cantam e dançam, trazendo no ritmo os aspectos do sagrado (as religiões afro-brasileiras e o catolicismo popular) e do profano (a dança em forma de umbigada, por exemplo).

Em termos religiosos, ele tem vinculação com a linha das almas (umbanda), pois antes de se iniciar o jongo – festa ou roda –, saúdam-se os tambores cantando “Bendito louvado seja”. O jongo está na base do samba e do samba de partido-alto. Como fazia parte do cotidiano, não havia indumentária própria para a dança, as roupas seriam as do dia-a-dia e os pés poderiam estar descalços. Eram necessários de dois a três tambores (tambu, caxambu, candongueiro), feitos de troncos de árvore escavados e cobertos com couro de animais, produzidos de forma artesanal.

No Rio de Janeiro, o antigo grupo Bassam, do Jongo da Serrinha, incluía o oferecimento dos tambores e de comidas às entidades. Além disso havia a exclusividade dos tambores que só poderiam ser tocados no jongo, a ocorrência de casos de magia durante a dança, o uso de rosários no pescoço, a fé que possuíam na eficácia do rito, o culto às almas e o aspecto “secreto”, particular, dos rituais praticados. Em contrapartida, após sua profissionalização, deixou-se de oferecer os tambores e as comidas às entidades. Os tambores foram dissociados: ou se batia jongo ou se batiam os pontos nos cultos de umbanda. Ainda hoje, alguns grupos de jongo têm íntima ligação com essa religião.

Na composição “Caxambu”, de Bidubi do Tuiuti, Jorge Neguinho, Zé Lobo e Élcio do Pagode, cantada por Almir Guineto, famoso sambista, a dança do caxambu (jongo) não se inicia antes da saudação aos tambores: Saravá!

Olha vamos na dança do caxambu
Saravá, jongo, saravá
Engoma, meu filho, que eu quero ver
Você rodar até o amanhecer

Congados

Os congados são das festas mais populares do Brasil, encenadas por grupos afro-brasileiros em várias regiões do país. Em seu sentido histórico, os congados são a prova de que era possível formar novas identidades, a partir da fusão dos significados dentro de uma sociedade escravista. Os congados são celebrações em torno de reis negros; a coroação do Rei Congo, escolhido por sua comunidade, estava ligada a irmandades leigas católicas. O objetivo dessas irmandades era cultuar determinado santo, o orago da irmandade.

Ainda em seu sentido histórico, a irmandade servia de grupo de ajuda mútua, pois socorria os irmãos (filiados) que estivessem passando por necessidades, resolvia problemas e realizava festas. Há relatos de que as irmandades negras (que acolhiam homens livres e escravos) poderiam ajudar seus irmãos escravos a conseguir alforria.

Nos rituais e festas do congado, a religiosidade vinculada aos antepassados, aos conhecimentos africanos e à ligação com o catolicismo é sempre reelaborada. Hoje o congado acontece principalmente nos municípios do Triângulo Mineiro, sendo os Arturos um dos grupos mais conhecidos, formado por uma família que mora na região metropolitana de Belo Horizonte.

Maracatu

Dança originária de Pernambuco, é uma mistura das culturas indígena e africana nascida com a decadência dos folguedos do Auto dos Congos, no século XIX, do qual foi herdada a tradição do cortejo. Durante a festa, eram emitidos sons dos tambores para avisar que a polícia estava a caminho para reprimir a brincadeira.

Existem duas variedades: o maracatu nação, também conhecido como maracatu de baque virado, e o maracatu rural, também chamado de maracatu de baque solto.

O maracatu de baque virado, ou nação, é uma celebração dos devotos dos cultos afro-brasileiros. O maracatu de baque solto, ou rural, teve sua origem na metade do século XX e reúne uma mistura de elementos de várias festas populares.

Um dos responsáveis por tornar o maracatu conhecido no Brasil foi o músico Chico Science, que, em suas músicas, misturava rock com maracatu.

Afoxé ou ijexá

Os afoxés não são apenas blocos carnavalescos – eles têm uma grande vinculação com as manifestações religiosas dos terreiros de candomblé, já que seus praticantes são, principalmente, ligados aos cultos dos orixás. Muitas vezes chamado candomblé de rua, as cores de um afoxé, geralmente, homenageiam determinado orixá ou o orixá da casa de candomblé à qual pertence. A marcação do agogô é sua batida característica, dando-lhe um ritmo facilmente identificável. Um dos mais famosos afoxés é o grupo Filhos de Gandhi, com sede no Pelourinho e que tem como um dos participantes mais ilustres o cantor Gilberto Gil. Cantores como Djavan (com a música “Sina”), Caetano Veloso (com “Beleza Pura”), Virgínia Rodrigues e Maria Betânia, entre outros, são exemplos de artistas que trazem ao público o ritmo do afoxé. Clara Nunes o cantou assim na música “Ijexá”:

Filhas de Gandhi
Ê povo grande
Ojuladê, katendê, babá obá
Netos de Gandhi
Povo de Zambi
Traz pra você
Um novo som: Ijexá

Os afoxés e ijexás podem ser encontrados também em Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Em Pernambuco, o afoxé ressurgiu com o Movimento Negro Unificado no final da década de 1970 como uma das formas de se fazer chegar à maioria da população o debate sobre consciência negra e liberdade, por meio da música. É também em Pernambuco que os afoxés são entendidos como denominações lingüísticas antigas para o maracatu, distanciando-se muito dos maracatus de hoje.

As principais características são as roupas, nas cores dos orixás, as cantigas em dialeto iorubá e os instrumentos de percussão – atabaques, agogôs, afoxés e xequerês.

Tambor de Crioula

O Tambor de Crioula originou-se no Maranhão, trazido pelos africanos que ali chegaram para o trabalho escravo. É uma dança tocada por homens com três tambores construídos em troncos de árvores com pele de animais, e dançado por mulheres. Tem como característica a punga (umbigada). A mulher entra na roda, faz reverência dançando para os três tambores e parte para o centro. Uma outra dançarina pede licença à primeira para dançar e tomar conta da roda. O pedido é feito através da punga (umbigada).

Trata-se de uma manifestação afro-brasileira que foi difundida pelos terreiros, porém não tem sentido religioso. Apesar de se considerar uma dança profana, por ser apenas uma brincadeira para divertimento e lazer, o Tambor de Crioula, em alguns casos, é usado para promessas a São Benedito. Conta-se que o escravo Benedito, que trabalhava na casa-grande, costumava roubar comida da cozinha para alimentar e ajudar os escravos castigados e mantidos no tronco. Depois de sua morte, Benedito foi transformado em santo e em padroeiro do Tambor de Crioula.

CONCLUSÃO

Apresentamos nesta aula as festas sincréticas e os ritmos musicais, as danças e performances que trazem o sagrado para a rua e mostram o que há de religioso no domínio do profano.

ATIVIDADE FINAL

Depois de apresentados alguns ritmos e festas, seus aspectos profanos e sagrados, sua identidade nacional e étnica, pesquise quais são as outras manifestações da cultura brasileira que guardam esses aspectos.

COMENTÁRIO

Você pode, por exemplo, pesquisar em que medida o coco, o bumba-meu-boi, o cacuriá são semelhantes aos ritmos e festas apresentados nesta aula.

RESUMO

No Brasil de ontem e de hoje, encontramos diversas manifestações da cultura brasileira que guardam componentes da identidade nacional e da identidade afro-brasileira, aspectos sagrados e profanos que fazem parte do nosso calendário de festas, comemorado ao longo de todo o ano.

**MOMENTO PIPOCA**

Feiticeiros da palavra – O jongo do Tamandaré. Direção: Rubens Xavier. 2000. Documentário.

O filme põe em foco a prática do jongo na comunidade que vive no bairro do Tamandaré, na periferia de Guaratinguetá – SP.

Tempo Rei. Direção: Lula Buarque de Hollanda, Andruca Waddington e Breno Silveira. 1996. Documentário.

Primeiro registro audiovisual comemorando os então trinta anos de carreira de Gilberto Gil. O filme mostra a relação do cantor com sua família, seu povo e sua religiosidade, além de trazer alguns números musicais nos quais Gilberto Gil canta com convidados, como Stevie Wonder, Carlinhos Brown e os Filhos de Gandhi.

SITES RECOMENDADOS

Associação Cultura Cachuera! - <http://www.cachuera.org.br>

Fundação Palmares - <http://www.palmares.gov.br>

Rede de Memória do Jongo e Caxambu - <http://www.eefd.ufrj.br/redejongo/home.html>

Desigualdades social e racial no Brasil

AULA

10

Meta da aula

Distinguir a noção de desigualdade social e racial.

objetivo

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- dar exemplos de desigualdades social e racial.

INTRODUÇÃO

Em pesquisa publicada em 2005, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) aponta que o Brasil, 13ª economia do mundo, é o oitavo país com pior distribuição de renda. E, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2005), os negros (pretos e pardos) são dois terços (66,6%) dos 10% mais pobres e equivalem a 15,8% do 1% mais rico do país. Esses dados demonstram as desigualdades na distribuição da renda existente em nosso país, ou seja, apesar de o país ser uma das economias mais ricas do planeta somos também um país com muitos pobres, esses em sua maioria pretos e pardos.

Trazemos para você algumas perguntas: a maioria dos pobres no Brasil é negra por que os negros geralmente são pobres ou os pobres são, em sua maioria, negros? Essa questão é sempre recolocada nos debates sobre pobreza e cor no país. Pretendemos discutir nesta aula o que é pobreza e como se configuram as desigualdades sociais e raciais brasileiras. Nosso objetivo é apresentar alguns dados que indicam que a maioria dos negros (pretos e pardos) se encontra nas classes sociais mais baixas se concentrando, desse modo, na base da pirâmide social brasileira.

As desigualdades sociais e raciais são explicadas apenas pela escravidão africana ou são desigualdades estruturais produzidas contemporaneamente? Quais as atuais propostas do governo brasileiro para a superação das desigualdades sociais e raciais? Cabe observar que o atual debate sobre desigualdades no país guarda uma tensão entre **CLASSE SOCIAL** e raça como fatores explicativos. Há quem admita haver desigualdades raciais e sociais e quem reconheça apenas as desigualdades sociais. Os pesquisadores que reconhecem haver apenas as desigualdades sociais argumentam que as diferenças de oportunidades existentes entre negros e brancos podem ser explicadas apenas pela classe.

Nesta aula, pretendemos introduzir duas noções de desigualdades: sociais e raciais.

CLASSE SOCIAL

Tipo de estratificação social que privilegia o econômico como fator determinante para a alocação nos diferentes estratos sociais.

POBREZA

Sempre lemos, vemos e ouvimos falar em pobreza no Brasil seja no campo ou na cidade. Mas somente a convivência com pessoas pobres não é o suficiente para entendermos a pobreza ou solucioná-la. O termo pobreza tem tido vários usos e significados, por vezes divergentes. Tanto pode se referir a um determinado espaço carente de infra-estrutura quanto à população economicamente desprivilegiada que o ocupa.

A pobreza, contudo, é um conceito comparativo, relacional, não havendo critérios universais e rígidos para mensurá-la. Além disso, não há como determinar quer a quantidade quer a qualidade da carência de uma localidade e de sua população. O que queremos afirmar é que não existe um pobre universal, os critérios para definição da pobreza são locais e sempre comparativos.

Entretanto podemos fazer a distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa. *Indicadores de pobreza e desenvolvimento humano: uma introdução* (PNUD/PUC-Minas, 2005) diz que:

Para o indicador de pobreza absoluta é estabelecido um valor monetário correspondente a um padrão de vida considerado minimamente aceitável. Assim, são consideradas pobres as pessoas que têm uma renda menor do que aquele valor. Para o indicador de pobreza relativa, não existe um nível mínimo de renda previamente estabelecido. São consideradas pobres as pessoas que têm um nível de vida baixo em relação ao nível da maioria das pessoas do país ou região onde vivem. Isso explica, por exemplo, porque uma pessoa pode ser considerada pobre na Suíça e não ser considerada pobre no Brasil (p.19).

As linhas da pobreza e da indigência servem para distinguir os pobres dos miseráveis. O valor da linha de indigência é calculado levando-se em conta o custo mínimo de uma cesta básica de alimentos que cubra as necessidades nutricionais de uma pessoa. O valor da linha de pobreza é calculado a partir do custo de uma cesta básica de alimentos que cubra as necessidades nutricionais de uma pessoa, mais os recursos necessários para satisfazer outras necessidades básicas, não alimentares. O Banco Mundial define a linha da pobreza absoluta ou extrema em 1 dólar ao dia. Como o dólar não tem o mesmo valor em todo lugar, se estabelece a **PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPC)**. Os pobres podem ter uma renda mais próxima ou mais distante da linha da pobreza.

Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005 do PNUD:

A proporção de negros é maior nos estratos de menor renda. Embora mulheres e homens negros representem 44,7% da população brasileira, segundo dados do Censo 2000, publicados no portal do IBGE, sua participação chega a 70% entre os 10% mais pobres. À medida que se avança em direção aos estratos mais altos, sua presença diminui, até atingir apenas 16% no

PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPC)

Número de unidades da moeda de um país necessário para comprar a mesma quantidade de bens e serviços que um dólar compra no EUA.

último estrato (os 10% mais ricos) – situação que permaneceu praticamente inalterada ao longo dos anos 1990. Além disso, em todas as faixas, sem exceção, o rendimento médio dos brancos é superior ao dos negros. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1999 revelaram que o Brasil branco era 2,5 vezes mais rico que o Brasil negro (p. 60).

Como vimos não é fácil medir a pobreza. Num mesmo país há diferenças internas; por exemplo, uma pessoa que ganha o salário mínimo no interior do estado do Rio de Janeiro vive diferente de uma outra que ganha o mesmo salário e vive na capital do estado. A segunda terá mais gastos com aluguel, transporte, alimentação, entre outros.

Brasil: pobreza medida pela renda

No caso brasileiro, os elevados níveis de pobreza encontram seu principal determinante na perversa desigualdade de distribuição de renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. Estudos atuais admitem que a renda, de forma isolada, é insuficiente para mensurar a pobreza em suas múltiplas dimensões. Entretanto, a única e exclusiva medida empregada pelo IBGE para avaliar a pobreza no Brasil é a renda. Por exemplo, rendas anuais idênticas podem dar aos trabalhadores de regiões diferentes estilos de vida completamente distintos. Se compararmos a renda de um trabalhador do nordeste brasileiro que recebe um salário mínimo, com a de um trabalhador do sudeste brasileiro, poderemos constatar que o poder aquisitivo do primeiro é superior ao do segundo. Como vemos, somente a renda não é suficiente para medirmos a pobreza. Há que se considerar outras variáveis como a longevidade, a saúde, a educação, o consumo, o acesso a bens simbólicos e a cidadania. Sendo assim, a superação da pobreza é uma tarefa complexa que não se resolve somente com políticas de elevação da renda.

ONU

A organização das Nações Unidas é uma instituição formada por 192 Estados soberanos, fundada após a Segunda Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos.

PNUD

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da ONU tem como mandato central o combate à pobreza. O PNUD é uma instituição multilateral e uma rede global presente hoje em 166 países. Segundo o Atlas Racial Brasileiro do PNUD (2005) os 10 (dez) países com maiores desigualdades de renda são, na ordem decrescente: Namíbia, Lesoto, Botsuana, Serra Leoa, República Centro-Africana, Suazilândia, Guatemala, Brasil, África do Sul, Paraguai.

ATIVIDADE**1. Indicadores**

Indicador é aquilo que aponta. O indicador social é uma medida usada para mostrar em números uma idéia ou um conceito importante para compreender a realidade. É uma medida social que diz respeito a aspectos das condições de vida das pessoas, cidades, regiões e países. Existem indicadores nas áreas de saúde, educação, mercado de trabalho, renda, meio ambiente, habitação, entre outros. As estatísticas públicas (exemplo: os censos de população) são a matéria-prima da qual os indicadores são feitos. Os dados em estado bruto das estatísticas precisam ser trabalhados para serem utilizados como indicadores.

Pesquise no Atlas Racial Brasileiro 2005 do PNUD – www.pnud.org.br – alguns indicadores que apontam para as desigualdades raciais no Brasil.

RESPOSTA COMENTADA

O Atlas Racial Brasileiro 2005 é um banco de dados eletrônico que reúne a mais ampla série histórica de indicadores sociais desagregados por raça/cor já produzida no Brasil.

Em 2006, o **BANCO MUNDIAL** divulgou a relação das economias mundiais. As 15 primeiras são: Estados Unidos, Japão, Alemanha, China, Reino Unido, França, Itália, Espanha, Canadá, Índia, República da Coreia, México, Austrália, Brasil e Federação Russa.

A mais recente classificação das economias dos países de todo o mundo, de acordo com as rendas nacionais brutas de 2005, divulgada pelo Banco Mundial (2006), coloca o Brasil na 14ª economia do mundo. Ele se posiciona logo acima da Federação Russa e logo abaixo

BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial é um dos órgãos da ONU. Concebido em 1944, em Bretton Woods, estado de New Hampshire (EUA); inicialmente ajudou a reconstruir a Europa após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Atualmente sua principal meta é a redução da pobreza no mundo em desenvolvimento.

da Austrália. O Brasil está entre as maiores economias mundiais como aponta o Banco Mundial, mas também é um dos países mais desiguais, como indica o PNUD. Essa é a nossa principal contradição, ou seja, ser um país rico com muitos pobres, o que torna o país profundamente desigual e injusto. Portanto, é a desigualdade, e não a pobreza, o aspecto distintivo da sociedade brasileira.

Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – <http://www.nospodemos.org.br> (Figura 10.1)

A Declaração do Milênio foi aprovada pelas Nações Unidas em setembro de 2000. O Brasil, em conjunto com 191 países membros da ONU, assinou o pacto e estabeleceu um compromisso compartilhado com a sustentabilidade do planeta. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são um conjunto de oito macroobjetivos, a serem atingidos pelos países até o ano de 2015, por meio de ações concretas dos governos e da sociedade.



Figura 10.1: Os oito ODMs.

1. Acabar com a fome e a miséria.
2. Educação básica e de qualidade para todos.
3. Igualdade entre sexo e valorização da mulher.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde das gestantes.
6. Combater a AIDS, a malária e outras doenças.
7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.
8. Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

DESIGUALDADES: SOCIAL E RACIAL

Quando falamos que a renda não se distribui de forma igual (ou na mesma quantidade) entre as pessoas ou as regiões de um país, estamos nos referindo à desigualdade.



Figura 10.2: Ausência de desigualdades.

Uma situação de ausência de desigualdades (ou mínima desigualdade) seria aquela em que 1% das pessoas tivesse 1% da renda, 20% das pessoas tivessem o equivalente a 20% da renda e assim por diante (PNUD:IDHS/PUC-Minas, 2005).



Figura 10.3: Desigualdade máxima.

Uma situação de desigualdade máxima seria aquela na qual uma pessoa acumulasse (ou concentrasse) toda a renda e as demais pessoas não tivessem renda alguma (PNUD:IDHS/PUC-Minas, 2005).

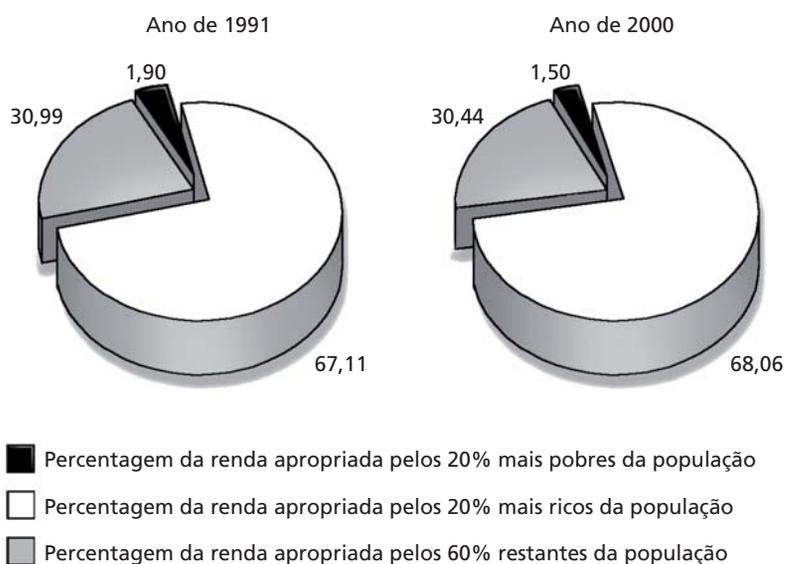


Figura 10.4: Distribuição da renda no Brasil.

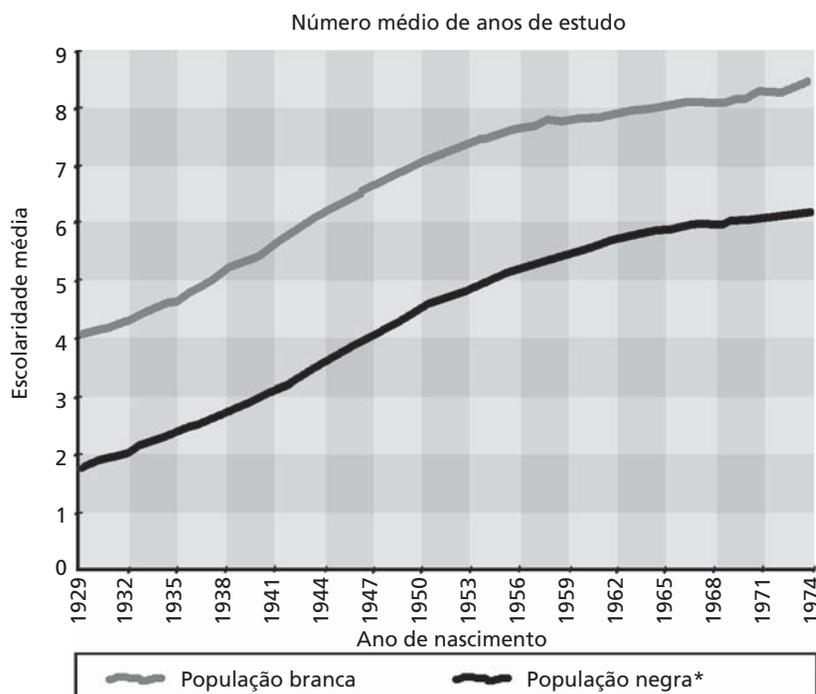
Fonte: PNUD/IPEA/FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

A estrutura da desigualdade no Brasil demonstra que os 10% mais ricos ficam com 50% do total da renda, enquanto os 50% mais pobres ficam com apenas 10% da renda gerada no país (PNUD:IDHS/PUC-Minas, 2005).

A redução das desigualdades se apresenta, na sociedade brasileira atual, como uma das estratégias governamentais para o combate à pobreza. No entanto, a questão da desigualdade ultrapassa os critérios exclusivamente materiais. A cor ou o sexo de um indivíduo pode ser também critérios construtores de desigualdades, as chamadas desigualdades raciais e de gênero.

Se por um lado a desigualdade social no país tem sido naturalizada, por outro a desigualdade racial tem sido ocultada pelo mito da democracia racial. Os indicadores raciais como os de renda, trabalho, escolaridade, entre outros, teimam em atestar a continuidade das desigualdades em relação à composição de cor/raça da população brasileira, o que podemos considerar um traço estrutural da sociedade brasileira (ver **Gráfico 10.1**). A intensa desigualdade racial brasileira, associada às formas contemporâneas de discriminação racial, impede a promoção e o desenvolvimento das potencialidades da população negra (pretos e pardos), enfrentando, inclusive, mais dificuldade para permanecer na escola ou conseguir um emprego. Por exemplo, os homens recebem, em geral, maiores salários que as mulheres. Porém, os indicadores raciais demonstram que o homem negro recebe menor salário que a mulher branca e a mulher negra menor salário que o homem negro. Isso é o que chamamos de desigualdades raciais e de gênero. Ambas, alicerçadas na discriminação e no racismo, sobrevivem em nossa sociedade.

Gráfico 10.1: Escolaridade média de adultos brancos e negros de acordo com o ano de nascimento, iniciando com os nascidos em 1929 e terminando com os de 1974.



* A população negra é composta por negros e pardos.
Fonte: PNAD, 1999.

Como podemos observar no gráfico, a escolaridade média de ambas as raças cresce ao longo do século XX, mas o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros, mantém-se absolutamente estável entre as gerações (HENRIQUES, 2001). Essa desigualdade é considerada estrutural, pois as curvas se mantêm paralelas ao longo dos anos.

A sobreposição entre raça/cor e pobreza é um dos fatores que auxiliam no mascaramento das desigualdades e geram uma tensão entre raça e classe social. Isso nos dá uma falsa impressão de que a questão racial poderá ser resolvida com medidas universais que promovam socialmente os pobres. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004, as pessoas empregadas de cor branca possuíam, em média, em 2004, 8,4 anos de estudo e recebiam mensalmente 3,8 salários mínimos. Em contrapartida, a população preta e parda ocupada, apresentam, respectivamente, 6,2 anos de estudo e 2 salários mínimos de rendimento.

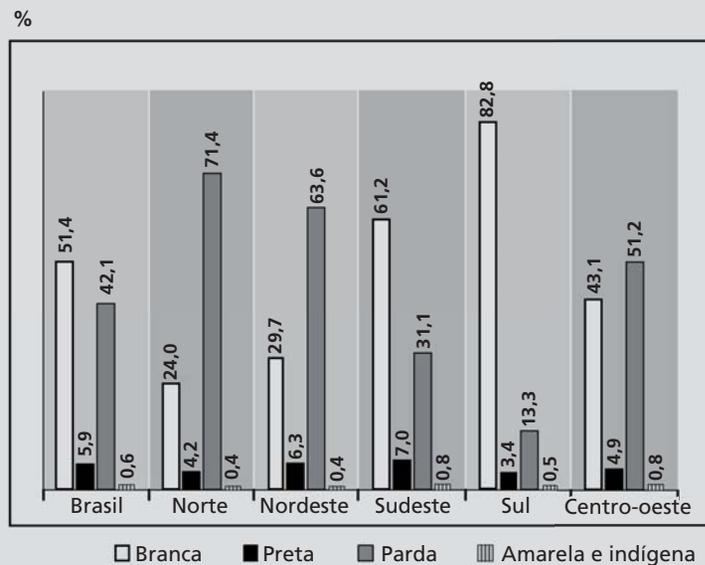
A PNAD

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta resultados relativos às características gerais da população, migração, educação, trabalho, famílias, domicílios e rendimento.

Distribuição da população brasileira segundo a cor declarada na PNAD 2004 (Gráfico 10.2)

A distribuição da população brasileira segundo a cor declarada na PNAD de 2004 mantém o padrão já observado nos últimos anos, no qual 51% da população se declara de cor branca; 42% de cor parda; 6% de cor preta e cerca de 1% de cor amarela ou indígena. Dentre as regiões brasileiras, é na região Sul que encontramos o maior percentual de pessoas de cor branca (83%), enquanto as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam uma maior participação de pardos em relação aos brancos (71%, 64% e 51%, respectivamente). O Sudeste, por sua vez, continua sendo a região com maior proporção de pessoas que se declaram de cor preta (7%), embora seja a Bahia, na Região Nordeste, o estado com participação mais expressiva da população dessa cor (13,1%). Em particular, cabe destacar a proporção de pretos na Região Metropolitana de Salvador (24%).

Gráfico 10.2: Distribuição da população, por cor – Brasil e Grandes Regiões – 2004



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.



ATIVIDADE

2. Desigualdades raciais

Em termos regionais, a população branca está mais concentrada no Sudeste e Sul, a parda no Norte e Nordeste e a população preta no Nordeste e Sudeste, obedecendo, de certo modo, a padrões históricos de ocupação no país. Quanto aos indicadores educacionais, verificam-se ainda expressivas desigualdades regionais e raciais. Os indicadores educacionais demonstram que as pessoas de cor preta e parda continuam apresentando indicadores similares e, sistematicamente, inferiores aos observados para a população branca. A taxa de analfabetismo da população preta e parda, por exemplo, permanece mais que o dobro da apresentada pela população branca (16% contra 7%). Pesquise no portal do IBGE – <http://www.ibge.gov.br> – outros indicadores de desigualdade racial no país (renda, trabalho e escolaridade).

RESPOSTA COMENTADA

A análise de alguns indicadores sociais produzidos pelo IBGE confirma a existência de diferenças significativas entre as populações branca, preta e parda. Nota-se um predomínio de uma situação bem mais desfavorável para aqueles que se autodeclararam pretos ou pardos.

DESIGUALDADES DE GÊNERO

Além das desigualdades sociais e raciais, existe uma outra variável presente na maioria das sociedades contemporâneas, inclusive no Brasil, que é aquela apresentada entre homens e mulheres. As desigualdades de gênero estão presentes em todos os campos da vida social – acesso à saúde, educação, empregos e até mesmo nutrição. O governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) criou uma Secretaria Especial de Política para Mulheres – SPM para tratar da questão da mulher no país.

A chamada questão de gênero não é apenas social e de direitos humanos, mas é, também, uma questão importante para o crescimento e o desenvolvimento de todas as economias do mundo. O que torna a questão altamente complexa é o seu caráter cultural, ou seja, encontra-se enraizada para além da conjuntura econômica.

Apesar de as mulheres brasileiras terem elevado a sua escolarização ao longo do século XX, para a grande maioria um bom nível educacional não representa oportunidades para salários melhores e mobilidade social e econômica. Nossa sociedade ainda carece de estruturas apropriadas a fim de ampliar a participação econômica das mulheres. Medidas como o aumento do período de licença maternidade, dos serviços destinados ao cuidado das crianças, horários de trabalho mais flexíveis, maior eficácia da legislação contra a discriminação e maior participação na política, entre outras.

No entanto, a combinação entre desigualdade social, racial e de gênero torna a mulher negra imensamente mais vulnerável que as demais. Nesse sentido, a pobreza assume contornos raciais e de gênero.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) trabalha com as mulheres, para as mulheres e pelas mulheres. Criada por meio da Medida Provisória 103, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a SPM desenvolve ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua cidadania. Para maiores informações, acesse o endereço <http://www.planalto.gov.br/spmulheres>

O COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Propor políticas eficientes que visem à superação das desigualdades sociais e raciais, bem como a mobilização de todos em torno de um projeto de sociedade mais justa, tem sido um desafio. Em nosso país, as desigualdades materializam-se em diferentes campos da vida social: na educação, na saúde, nas condições de habitação ou no trabalho. A população negra, em sua maioria, está localizada na base da pirâmide social e é a mais atingida. Visando à redução das iniquidades, especialmente no campo do trabalho e da educação, o governo brasileiro, no início do século XXI, reconhece as políticas de cotas ou reserva de vagas nas universidades para negros e outros grupos minoritários (por exemplo, os indígenas).

As políticas universais clássicas, aquelas voltadas para todos sem distinção de região, raça, gênero ou nível de escolaridade são necessárias, porém, as políticas capazes de corrigir as desigualdades, focalizando

os grupos ou camadas sociais mais vulneráveis também o são. Aqueles que acumulam desvantagens sociais necessitam de políticas especiais visando à equidade. É indispensável tratar desigualmente os desiguais. São as chamadas “ações afirmativas”. Essas políticas, quando voltadas para a população negra, têm como objetivo superar desvantagens e discriminações decorrentes de condicionantes de natureza racial.

Cardoso *et al.* (2000) expõe “um novo referencial para a ação social” adotado pelo Brasil nos anos 1990 por meio de sete lições, das quais selecionamos apenas duas apresentadas a seguir:

1. Não há contradição entre políticas de alcance universal e políticas focalizadas. As políticas universais serão sempre indispensáveis. No entanto, faz-se necessário adotar também políticas capazes de corrigir as desigualdades, focalizadas em áreas e setores de maior concentração de pobreza. Tratar igualmente desiguais pode agravar a desigualdade, em vez de reduzi-la. Por vezes, em nome da equidade, é indispensável tratar desigualmente os desiguais. São as chamadas políticas de “discriminação positiva” ou “ação afirmativa”, voltadas para a superação das desvantagens decorrentes de condicionantes de natureza regional, racial, de gênero, etários etc. A contraposição entre universalização e focalização é uma farsa. É possível e necessário combinar e articular as duas coisas.

2. Não há caminho único nem receita infalível para superar a pobreza. Dada a complexidade da realidade brasileira, não há como reduzir a um único plano as estratégias de enfrentamento da pobreza. Quando universalizados ou adotados indistintamente em áreas e setores diferenciados, os planos e programas tendem a perder sua eficácia. Propostas centralizadas oriundas do governo federal, baseadas na transferência direta de recursos, tendem a perpetuar a pobreza ou aumentar sempre o número de beneficiários, além de transformá-los em clientes passivos e permanentes de atividades assistenciais. Faz-se necessário, portanto, lançar mão de um arranjo mais complexo de políticas que envolvam a articulação dos três níveis de governo (municipal, estadual, federal) em parceria com a sociedade.

No que diz respeito às políticas, segundo Cardoso *et al.* (2000), não há contradição entre universalização e focalização. É perfeitamente possível adotar simultaneamente, combinar e articular as duas formas de conceber de fazer política social. O Estado deve tanto cumprir suas

funções constitucionais de proteger socialmente o conjunto da população quanto de atender as demandas dos grupos expostos a situações de intensa vulnerabilidade.

Os números da exclusão dos negros

Segundo o IBGE, PNAD 2003, os negros (pretos e pardos) representam 47,3% da população brasileira. Os brancos somam 52,1% e os amarelos e indígenas, 0,6%.

A situação persistente de iniquidade alimenta a construção de vulnerabilidade e de acúmulo de desvantagens que mantém os negros (pretos e pardos) em situação de pobreza crônica, com banalização das desigualdades e da invisibilidade em relação às políticas públicas.

- A proporção de pessoas negras vivendo abaixo da linha da pobreza, em relação às pessoas brancas, passou de menos do que o dobro no começo da década de 1990 para mais do que o dobro na segunda parte da década.
- Dados do IBGE, PNAD 2003 demonstraram que, a distribuição percentual do rendimento dos 10% mais pobres, 67,8% são negros. Entre os brancos esse percentual é de 32,2%.
- A expectativa de vida dos negros brasileiros é 6 anos inferior à dos brancos. A dos negros é de 68 anos, em comparação com 74 para os brancos.
- A anestesia no parto não é dada a mais de 12% das mulheres negras, enquanto apenas 6% das mulheres brancas não têm acesso a esse serviço.
- A renda *per capita* dos negros em 2000 era a metade da dos brancos (reportagem de *O Estado de São Paulo*, 16/02/03).
- Entre os brasileiros que têm computador, 79,77% são brancos, 15,32% são pardos e 2,42% pretos, o que significa que, para cada preto/pardo com acesso à informatização, existem 3,5 brancos.
- Em 2003 (IBGE, PNAD), os empregadores brancos totalizavam 5,8%, enquanto os afrodescendentes, apenas 2,2%.

Fonte: CEERT, Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Educação, 2004, p.26.

CONCLUSÃO

O Brasil é um país rico, mas muito desigual. A adoção de políticas públicas universais e/ou focais é urgente para que possamos atingir uma sociedade mais igualitária. Neste sentido o combate às desigualdades tanto sociais quanto raciais parece urgente.

ATIVIDADE FINAL

Boxe Grupo de Estudos – política focalizada

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os indicadores de escolaridade, habitação, saúde, emprego, entre outros, demonstram haver desigualdades entre brancos e negros no Brasil. As políticas focais, voltadas para as minorias, pretendem superar as desigualdades existentes entre elas e o grupo majoritário.

Faça uma pesquisa de opinião com cinco pessoas. Liste argumentos contra e a favor de políticas focalizadas (por exemplo, as cotas raciais para ingresso em algumas universidades públicas do país) para as populações negras.

Entrevistados	Argumento Contra	Argumento a Favor
1º		
2º		
3º		
4º		
5º		
%		

1. Preencha a tabela com as informações solicitadas.
2. Compare os resultados: percentual de opiniões contra e a favor.
3. Vá até Grupos de Estudo na plataforma do CEDERJ, procure o grupo desta disciplina e clique no *link* Atividade Final, Aula 10. Lá você poderá conhecer os resultados dos seus colegas e participar do fórum.

Não sabe como acessar os grupos de estudo? Procure a direção do pólo e peça o folheto com as instruções, entre em contato com seu tutor a distância ou envie um *e-mail* para comunidadesvirtuais@gmail.com.

RESUMO

O Brasil é rico, considerado a 14ª economia mundial e, contraditoriamente, o 8º país mais desigual do mundo. O combate às desigualdades, estruturais em nossa sociedade, é a condição indispensável para a construção de um Brasil mais igual.



MOMENTO PIPOCA

Estamira. Direção: Marcos Prado. 2006. Documentário.

O documentário *Estamira* recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais. Trata da história de uma mulher negra e pobre que vive dos frutos de um lixão. Por meio dele podemos discutir questões como pobreza, cidadania e meio ambiente.

Eles não usam Black-Tie. Direção: Leon Hirszman. 1981. Drama.

Trata-se de um drama sobre a vida da classe operária paulista. Prestes a se casar e preocupado com a greve operária que eclode, o operário Tião fura a greve, entrando em conflito com o pai, um velho militante sindical.

Cidade de Deus. Direção: Fernando Meirelles. 2002. Drama.

Buscapé, jovem negro e pobre, é fotógrafo. Cresce numa favela carioca conhecida pela violência advinda do tráfico de drogas. É por meio de sua câmera que registra e analisa o cotidiano da favela onde vive.



SITES RECOMENDADOS

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

<http://www.pnud.org.br>

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada:

<http://www.ipea.gov.br>

As políticas focalizadas: as ações afirmativas

AULA

11

Meta da aula

Apresentar um histórico das lutas pela ação afirmativa no mundo.

objetivos

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- descrever a participação do Estado brasileiro e dos movimentos da sociedade civil na discussão, proposição e implantação de políticas focalizadas: raciais e de gênero;
- apresentar as ações afirmativas no campo da educação brasileira.

INTRODUÇÃO

Discutir as cotas, principalmente as cotas raciais, está na ordem do dia do debate público. A percepção de que no Brasil as desigualdades raciais precisam ser discutidas, como vimos na Aula 10, e a existência de um projeto de lei chamado Estatuto de Igualdade Racial trouxeram à baila este tema de interesse nacional.

As ações afirmativas tornaram-se tema de discussão de toda a sociedade, não restrita aos intelectuais (negros ou não) ou à militância do movimento negro, mas assunto em rodas de amigos, vizinhos, parentes e colegas de trabalho. Quem já não se perguntou se é a favor ou contra as cotas?

Em que meio de comunicação não se falou sobre as cotas? Os jornais e as revistas de circulação nacional – seja por seus articulistas ou não – têm mantido este intenso debate. As dúvidas e as opiniões manifestam-se nas cartas dos leitores, nos *blogs* e nas conversas de pré-vestibulandos e estudantes do Ensino Médio das escolas públicas e privadas de todo o Brasil.

As cotas que têm sido mais debatidas são as ditas raciais, como se não houvesse outras políticas focalizadas de ações afirmativas no Brasil – sociais, de gênero e para portadores de necessidades especiais.

Nesse sentido, duas questões se confundem: a da necessidade de políticas focalizadas para “corrigir” desigualdades históricas no nosso país e o encaminhamento de uma luta contra o racismo e o sexismo. É do que trataremos nesta aula.

O QUE SÃO AS AÇÕES AFIRMATIVAS E COMO PODEMOS ENTENDÊ-LAS?

As ações afirmativas são medidas pontuais que surgem em determinadas sociedades com o objetivo de reparar uma determinada situação histórica de discriminação. A discriminação vigente nessas sociedades tem um impacto direto nas oportunidades materiais dos indivíduos que a sofrem. A relação abstrata que se estabelece entre ações afirmativas e reparação de conjunturas de discriminações se concretiza em diversos países por força das demandas históricas e de seus grupos minoritários. As ações afirmativas são compreendidas como um compromisso com a sociedade, na diminuição da discriminação e da desigualdade material (ou de oportunidades) e têm sua origem e efetivação pensadas de diversas formas, entre as quais:

a. podem ser uma demanda dos movimentos sociais e a sua efetivação depende da ação do Estado;

b. podem ser uma medida implantada nas instituições da própria sociedade civil, quando elas têm autonomia necessária. Nesse caso, igrejas, partidos políticos, sindicatos, escolas e etc.;

c. as políticas de ações afirmativas também podem ser implantadas pelo Estado, por determinação legal ou constitucional, por meio de políticas públicas pontuais.

Essas demandas podem vir de dentro ou de fora do Brasil, ou mesmo fazer parte de acordos internacionais pela diminuição da desigualdade e pela maior equidade entre os indivíduos. Como exemplo de demandas internas pela implantação de ações afirmativas temos as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos durante a década de 1960, que culminou com a liberdade de trânsito dos negros no transporte público, a admissão nas escolas e o direito ao voto, representando este último a possibilidade de escolha de seus representantes políticos. Temos ainda como exemplo as propostas, sugestões e demandas dos movimentos feministas de inserção das mulheres no mercado de trabalho, na luta pela licença-maternidade, creches etc.

Por demandas externas podemos citar os acordos internacionais decorrentes da assinatura de declarações de direitos humanos e dos compromissos consolidados em conferências como a de Beijing e Durban, das quais o Brasil participou ativamente.

Dois conceitos: Igualdade e Equidade

O conceito de igualdade expressa a ausência de diferenças na efetivação de direitos e deveres entre os membros de uma sociedade. Isso significa que a legislação deve dar o mesmo tratamento e garantir os mesmos direitos a todos os membros da sociedade. Essa igualdade de direitos abarca a igualdade de gênero, de classe social, de etnia/raça, de orientações sexuais e religiosas, e outras.

Como a desigualdade existe de forma concreta e diferenciada em cada sociedade (como vimos na Aula 10), os países têm percebido que a igualdade expressa em suas constituições não dá conta da diminuição das diferenças internas. Quando há estratégias de mobilização da sociedade civil e dos movimentos sociais e a aplicação de ações que dêem maiores oportunidades aos tratados como desiguais, surge a possibilidade de se tentar conseguir uma igualdade material entre a população, o que se entende como Ação Afirmativa.

A equidade pode ser compreendida como uma forma de aplicar o direito, sendo mais próximo do justo e do razoável. A equidade consiste ainda na avaliação das peculiaridades de um caso ou situação, na avaliação de suas próprias características, aproximando-se o máximo possível do que é considerado justo para as partes envolvidas no processo. Ela é utilizada principalmente nos casos em que existem lacunas nas leis e é a partir da avaliação da legislação, do caso ao qual se aplica, que se pode buscar a equidade para alcançar a justiça. Neste sentido, como a equidade tenta se aproximar da justiça nas diferentes etapas de um processo, ela se aproxima mais do conceito de diversidade do que do de igualdade.

Políticas Públicas

Conjunto de ações orientadas pelo Estado para garantir os direitos sociais da população. Configura-se como um compromisso público de transformação. Um exemplo seria o ProUni, o Programa Universidade para Todos, que implementado pelo Governo Federal aumenta as vagas no ensino superior privado e tenta diminuir o acesso desigual à educação superior. Você conhecerá mais do ProUni ao longo desta aula!

HISTÓRICO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), temos discutido a aplicação de ações afirmativas para atenuar e, quando possível, suprimir as desigualdades específicas de cada país. De uma forma geral, a utilização de políticas de ações afirmativas significa reconhecer que os direitos (sejam civis, políticos ou sociais) e as oportunidades não estão ao alcance de todos. Essa discrepância em alguns casos vem da colonização desses países e das diferenças e práticas discriminatórias aplicadas por eles sobre sua população ao longo da História. Para Carlos Moore (2005, p. 313), elas têm por objetivo “resolver grandes problemas internos decorrentes da marginalização seletiva e de privilégios herdados do passado colonial ou milenar”. Ainda para esse autor “esse tipo de política está em plena expansão no mundo inteiro, abarcando gênero, etnia, raça, sexualidade e outras dimensões que provocam disparidades e discriminações na sociedade”.

Em que países se encontram, hoje, políticas de ações afirmativas? Que discriminações e disparidades essas políticas tentam resolver? A África do Sul instituiu desde 1998 o *Employment Equity Act*, uma política de inserção dos negros e *coloreds* no mercado de trabalho *pós-apartheid*.

A Nova Zelândia tem uma política correlata para os **MAORIS**, assim como a Austrália para os **ABORÍGINES**. Lembremos que a incorporação à legislação e à prática social de mecanismos de inclusão via ações afirmativas surgem em um “contexto geral de descolonização do mundo afro-asiático, no intuito de emancipar um segmento subalternizado”, como afirma Moore (2005, p. 318).

A Argentina foi o primeiro país latino-americano a aprovar uma política de ações afirmativas de gênero, com a aprovação da *Ley de Cupos* (lei de cotas), em 1991, que previa uma cota mínima de 30% para candidaturas femininas nos partidos políticos, política acompanhada por vários países latino-americanos, com porcentagens que variavam de 20% a 40%. O objetivo era aumentar a participação de mulheres em cargos públicos, o que efetivamente aconteceu em vários países. Especificamente no Brasil, a legislação de cotas por sexo na política foi adotada em 1996 nos municípios e em 1998 nas eleições estaduais e federais. Constituiu-se como um processo, já que não se apresenta um aumento considerável de candidaturas femininas que atinjam os 30% mínimos em cada partido, segundo pesquisa realizada pelo Centro de Estudos em Pesquisas e Assessoria (CFEMEA).

Vale lembrar ainda que, quando falamos de políticas de ações afirmativas nos dias de hoje, devemos pensar em dois países que a implantaram e se tornaram exemplos para a discussão em todo mundo: a Índia, onde o debate começou logo após a Primeira Guerra Mundial, e os Estados Unidos, com suas políticas de inclusão racial e de gênero, entre as décadas de 1960 e 1970.

Índia

A Índia tornou-se um dos primeiros países a falar de políticas de ações afirmativas, como descreve Jacques d’Adesky:

As políticas de ação afirmativa não se limitam aos países ocidentais nem foram inventadas *stricto sensu* nos Estados Unidos. Na Índia, em 1919 e 1935, os britânicos desenvolveram duas reformas eleitorais que estabeleceram um sistema de representação parlamentar para promover certas castas, assim como as mulheres e as minorias cristã, muçulmana e sikh. Em 1948, no momento da sua independência, a Índia introduziu um sistema de cotas que ampara as “classes atrasadas” para garantir-lhes acesso a empregos públicos e às universidades.

MAORIS

Povo indígena, nativo da Nova Zelândia, de origem polinésia.

ABORÍGINES

Povo indígena, nativo da Oceania.

CASTA

Um sistema hereditário, passado de pai para filho, e endógamo, ou seja, as pessoas só podem casar com membros do seu próprio grupo. Endossado pela religião hinduísta, o sistema surgiu por volta de 600 a.C. com a invasão dos povos *Ária* (de pele clara) e a subsequente escravização dos povos *Dasya*, nativos que se destacavam e eram distinguidos por sua pele escura.

A política de ações afirmativas estreou na Índia, na Constituição de 1948, com modificações em 1951, na qual o governo instituiu uma cota (aqui entendida como reserva de cargos) de pouco mais de 20% dos empregos na máquina administrativa para as **CASTAS** baixas. Para entender a relevância disso, é preciso entender os significados do sistema de castas na Índia e a luta para que todos os indianos sejam reconhecidos pela lei como iguais.

Baseado nas escrituras sagradas do hinduísmo, o sistema consistia originalmente em apenas quatro castas: os brâmanes (sacerdotes, intelectuais e nobres), os xátrias (guerreiros e proprietários de terra), os vaixas (camponeses e comerciantes) e os sudras (serviçais, trabalhadores braçais). À margem dessa estrutura social, estavam os párias, sem casta, ou intocáveis, quase não reconhecidos como humanos, portanto, fora do sistema de reconhecimento formal e legal dos indivíduos. A eles estão destinados os piores empregos, os que lidam com restos e dejetos humanos e animais, inclusive as funções relacionadas à morte. Hoje, o sistema de castas abrange centenas de subdivisões que não param de se multiplicar.

Podemos perceber que, pelo sistema de castas, a profissão, o casamento, os hábitos, inclusive os de vestuário e de alimentação estão predeterminados, fazendo com que o sistema torne a Índia uma sociedade estática. O sistema de castas indiano é uma estrutura milenar de opressão e se articula em torno de conceitos de “superioridade” e “inferioridade”, de “pureza” e de “impureza”, fazendo com que a sociedade indiana seja, além de estática, por ausência de mobilidade, estritamente hierárquica. Nesse sentido, as cotas instituídas pelo governo indiano, mostraram-se em parte eficazes, pois deram oportunidades de trabalho e escolaridade não apenas para as castas mais baixas, mas também para os intocáveis.

Se a Constituição indiana de 1951 trouxe a primeira lei de cotas do país, as estratégias de ações afirmativas nasceram mais cedo, antes mesmo da Independência da Índia em 1947, até então colônia do Reino Unido. Em 1919, B. R. Ambedkar (1891-1956), jurista, economista e historiador, membro de uma das castas intocáveis “propôs, pela primeira vez na história, e em pleno período colonial britânico, a ‘representação diferenciada’ dos segmentos populacionais designados e considerados como inferiores” (MOORE, 2005, p.314). O Dr. Ambedkar, como era conhecido, não apenas lutou pela eliminação do sistema de castas e pela ascensão dos intocáveis, ele mesmo teve uma trajetória de rompimento

da imobilidade imposta, o que o tornou um herói para os intocáveis. Seu contemporâneo, Mahatma Gandhi, cujo mérito é reconhecido não apenas pelos indianos como por todo mundo, foi um dos maiores críticos do sistema de imobilidade social, mas como seguidor do hinduísmo, acreditava religiosamente no sistema de castas.

Segundo reportagem de Florência Costa para o jornal *O Globo* (2006), entre 1947 e 1997, o número de intocáveis que entraram para escolas e faculdades pulou de 1,8 milhão para 28 milhões. No mesmo período, houve um salto no número dos intocáveis diplomados pelas universidades: de 50 mil para 5,5 milhões.



Bhimrao Ramji Ambedkar (1891-1956)

Jurista, economista e historiador, membro de uma das castas intocáveis nasceu em uma aldeia muito pobre no centro da Índia, em uma família com 14 irmãos. Conseguiu chegar à Universidade de Bombaim, onde cursou Política e Economia. Posteriormente, foi estudar nos Estados Unidos e na Inglaterra, países nos quais completou a sua formação.



Mahatma Gandhi

Mohandas Karamchand Gandhi (1869-1948). Formado em Direito, Gandhi foi um dos idealizadores e fundadores do moderno Estado indiano e um influente defensor do *satyagraha*, o princípio da não-agressão, forma não-violenta de protesto, como um meio de revolução. Gandhi ajudou a libertar a Índia do governo britânico, inspirando outros povos coloniais a trabalharem pelas suas próprias independências. O princípio do *satyagraha*, freqüentemente traduzido como “o caminho da verdade” ou “a busca da verdade”, também inspirou gerações de ativistas democráticos e anti-racistas, incluindo Martin Luther King e Nelson Mandela.



Castas não são cotas!

Não confundir o sistema de castas, que separa a sociedade em grupos hierárquicos e estáticos, com o sistema de cotas, que prevê reserva de vagas para populações minoritárias ou historicamente discriminadas.

Estados Unidos

Foi como conseqüência das lutas pelos direitos civis dos negros norte-americanos que os Estados Unidos se tornaram o primeiro país do chamado “primeiro mundo” a incorporar o conceito de políticas públicas de ações afirmativas, nos anos 1960, e a empregar a expressão *Affirmative Action* (Ação Afirmativa). Em um decreto presidencial, de março de 1961, a assinatura do então presidente norte-americano **JOHN F. KENNEDY** dizia que:

JOHN KENNEDY (1917–1963)

Também conhecido como JFK, presidente dos Estados Unidos entre 1961 e 1963, eleito pelo Partido Democrata, famoso por sua morte trágica e por assegurar os direitos civis da população negra.

(...) nos contratos com o Governo Federal ‘(...) o contratante não discriminará nenhum funcionário ou candidato a emprego devido a raça, credo, cor ou nacionalidade’, e ‘adotará uma ação afirmativa para assegurar que os candidatos sejam empregados, como também tratados durante o emprego, sem consideração a sua raça, credo, cor ou nacionalidade (MEDEIROS, 2005, p. 121 apud MENEZES, 2001, p. 88).

Essa noção de ação afirmativa expressa na citação anterior, pela qual o Estado cria mecanismos para garantir, em uma sociedade democrata e igualitária, a inserção da população excluída, só faz sentido dentro de um processo democrático. Além do decreto presidencial promulgado por John Kennedy, havia a certeza de que algo mais deveria ser feito para estimular, inserir e promover a população negra.

Segundo Moore (2005), graças às políticas de ações afirmativas e ao movimento negro, abriu-se o debate sobre a inclusão e a promoção da igualdade de outros segmentos discriminados na sociedade americana: os nativos norte-americanos, mulheres, idosos, deficientes físicos, homossexuais e transexuais e os imigrantes (principalmente os latinos e os asiáticos). O que surgiu nos Estados Unidos naquele momento foi a crença de que as políticas universalistas não davam conta das desigualdades existentes no país.



ATIVIDADE

1. Procure saber mais sobre os antecedentes das ações afirmativas. Responda em que contexto sociopolítico as ações afirmativas começaram a ser aplicadas nos Estados Unidos.

RESPOSTA COMENTADA

Faça uma breve análise dos fatos políticos e sociais que culminaram com a implantação de ações afirmativas pelo governo norte-americano.

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

Segundo o sociólogo Valter Silvério, “negros e brancos não chegaram ao mundo com a consciência das circunstâncias que transformaram as diferenças fenotípicas em desigualdades de oportunidades sociais com base na cor, na raça e no pertencimento étnico” (2005, p.141). Isto significa dizer que as diferenças fenotípicas apenas se tornam conscientemente relevantes quando percebemos que a desigualdade de oportunidades tanto é social como racial.

Essa afirmação é importante, pois é a partir dessa *consciência das circunstâncias* que percebemos que a luta e a demanda dos negros brasileiros não se inicia agora. Tampouco se iniciou no ano de 2001, quando o Brasil assumiu o compromisso de elaboração e execução de políticas de combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância, discutidos na Conferência de Durban. Ela atravessa todo o século XX e suas conquistas ao longo desse período se tornaram a base do que vamos conhecer como ação afirmativa.

A Conferência de Durban (2001)

A Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata ocorreu em Durban, África do Sul, e representou não apenas um fortalecimento dos compromissos estabelecidos no âmbito dos Direitos Humanos, como também propiciou um programa de ação a ser desenvolvido pelos países signatários. Estiveram presentes 173 países, 4 mil organizações não-governamentais (ONGs) e um total de mais de 16 mil participantes. O Brasil participou com 42 delegados e cinco assessores técnicos (Fonte: IBGE Teen).

As ações afirmativas no Brasil se configuram então como resultados das demandas dos movimentos sociais brasileiros, da sua articulação com instituições da sociedade civil e com movimentos internacionais. Hoje, podemos dizer que nosso país tem se mostrado favorável a todo tipo de articulação para inclusão de minorias e para o cumprimento dos acordos internacionais.

As ações afirmativas são de que tipo no Brasil? Que tipo de desigualdades históricas elas objetivam “corrigir”?

Quando o debate sobre ações afirmativas chega ao Brasil, ele não chega prevendo apenas trabalhar com desigualdades étnico/raciais. Ele prevê a criação, como estabelecido em Durban, de todo aparato possível para que a intolerância, o racismo, a discriminação racial e a xenofobia não ocupem mais os espaços públicos e privados; não constituam entraves à cidadania e não reforcem o contínuo processo de exclusão e de desigualdade encontrado na sociedade brasileira. Apoiadas também nos acordos estabelecidos após a **CONFERÊNCIA DE BEIJING**, em Pequim, na China (em 1995), as instituições governamentais e não-governamentais se comprometeram a reforçar a instituição de práticas de combate às desigualdades de gênero.

Voltando a Durban, os representantes brasileiros levaram um documento chamado Carta do Rio – Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, que viria a formar o nosso plano nacional e que definia o que pretendíamos em termos de inclusão. Esse documento era abrangente, no sentido de dar conta de questões como: Raça e Etnia; Cultura e Comunicação; Religião; Orientação Sexual; Educação, Saúde e Trabalho; Acesso à Justiça e Direitos Humanos; Questão Indígena;

A CONFERÊNCIA DE BEIJING (1995)

A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher foi realizada em Beijing, China, quando representantes de cerca de 190 governos e de 2.500 organizações não-governamentais reuniram-se. Nessa conferência, reconheceu-se que o investimento na saúde e nos direitos da mulher é essencial para enfrentar desafios e alcançar metas locais e globais.

Portadores de Necessidades Especiais; Gênero; Remanescentes de Quilombos; Xenofobia; Migrações Internas; e Juventude.

Os grupos de trabalho listados anteriormente têm o respaldo dos movimentos sociais, e suas demandas são transversais, o que significa que eles se intercomunicam para criar políticas conjuntas. O que vemos atualmente é o empenho na concretização desses planos nacionais e a tentativa de cumprir os compromissos firmados nas conferências internacionais. Pensando nas ações afirmativas, tanto no âmbito governamental quanto no âmbito não-governamental, o que se percebe é um processo contínuo de inclusão social. Ressaltamos, ainda, que todas estas políticas estão, de alguma maneira, vinculadas às estratégias de combate ao racismo e à discriminação existentes na sociedade brasileira.

A seguir temos três exemplos que estão sendo trabalhados de forma integrada pelo Governo Federal, sobretudo nas áreas de educação, saúde e trabalho. São as políticas para:

- a. portadores de necessidades especiais;
- b. gênero;
- c. raça e etnia – políticas de promoção de igualdade racial (incluindo a questão indígena)

ATIVIDADE



2. Para realizar esta atividade, você deve utilizar o “Plano nacional de combate ao racismo e à intolerância – Carta do Rio”, disponível em www.rndh.gov.br, no item racismo. Lá, você poderá ler a íntegra da carta e selecionar três propostas de ações afirmativas que considere importante para o combate ao racismo, à discriminação e à intolerância. Faça um comentário sobre a necessidade de cada uma delas.

RESPOSTA COMENTADA

A importância desta atividade consiste em fazer você refletir sobre as políticas propostas pela sociedade civil e pelos movimentos sociais no combate a todos os tipos de discriminação, além de inseri-lo no debate sobre ações afirmativas.

Algumas ações afirmativas são conhecidas como cotas?

As cotas são um dos principais instrumentos das ações afirmativas, mas não é o único instrumento e tampouco podem ser confundidas com as próprias ações afirmativas.

Hoje, no Brasil, há reserva de vagas para afro-descendentes e portadores de necessidades especiais no serviço público e de gênero (mínimo de 30%, máximo de 70% para cada sexo) nos partidos políticos. Encontramos também a reserva de vagas nas universidades para candidatos oriundos de escolas públicas, afro-descendentes, indígenas e mulheres, em atenção à diversidade regional e local, e estas têm se mostrado um ponto nevrálgico no debate. Em relação às chamadas cotas raciais, o debate se intensifica e os conflitos tornam-se mais evidentes.

Segundo Alberti e Pereira (2006, p.159):

A questão das cotas e, de uma forma mais ampla, das ações afirmativas é, com certeza, uma novidade com um vasto potencial de mudança social, que incide não apenas sobre as possibilidades de estudo e de trabalho de afro-descendentes, mas sobre as representações que a sociedade brasileira produz sobre si mesma, em especial as camadas média e alta, pouco acostumadas a conviver de forma igualitária com pretos e pardos.

Como podemos perceber, em relação aos afro-descendentes, as cotas são, sim, uma estratégia de luta política e, em relação à presença dos negros nas universidades brasileiras, acabaram se tornando símbolo de ação afirmativa.

Ações afirmativas no campo da educação brasileira

Ações afirmativas de alguma forma já existiam no campo da educação brasileira: cursos pré-vestibulares para afro-descendentes e

carentes, capacitação, orientação e inserção no mercado de trabalho realizada por organizações não-governamentais e pelo **TERCEIRO SETOR**, bolsas integrais e ajuda de custo em escolas, faculdades e universidades privadas. Várias dessas iniciativas já foram pensadas antes da perspectiva das ações afirmativas virarem debate, determinando que não são exatamente uma novidade, como muitos pensam.

Reserva de vagas nas Universidades – Corte social e étnico-racial

O ponto principal da discussão sobre ações afirmativas no campo da educação têm sido as cotas, a reserva de vagas para alunos oriundos de escolas públicas estaduais e municipais, para mulheres e indígenas e a mais polêmica: as cotas para afro-descendentes (pretos e pardos ou apenas negros, dependendo do projeto). Esse debate se instaura após a Conferência de Durban, quando um dos itens do projeto propõe uma política focalizada na inserção da população afro-descendente nas universidades públicas brasileiras. Silvério (2005, p.149 e p.150) analisa esse processo:

Em suas contestações, há os que não reconhecem a existência de uma linha divisória de cor ou de discriminação racial no Brasil; os que sobrepõem, a qualquer outra forma de clivagem social, a problemática das classes sociais, em especial da pobreza. Estes indagam, por exemplo: Por que não dar cotas para escola pública em lugar de cotas para estudantes negros? *Por que não dar cotas para estudantes de baixa renda? Por que não melhorar o ensino público? As cotas não “americanizam” o sistema de ingresso nas universidades brasileiras? Como saber quem é negro no Brasil?* Há os que aceitam a existência de uma linha divisória de cor ou de discriminação racial, mas consideram que tais processos, no Brasil, são menos perniciosos aos negros do que nos Estados Unidos. Perguntam eles: *As cotas não acirraram o racismo? Não acabam por inferiorizar ainda mais os negros? Não vão levar a que os estudantes negros que ingressem pelo sistema de cotas sejam discriminados dentro da universidade?*

Ainda para Silvério, alguns reconhecem a raça como um critério para alocação no mercado de trabalho e se preocupam com a formação de uma elite negra que se oporia a uma elite branca, enquanto outros acreditam, como no século XIX, que o motivo de não haver negros nos bancos universitários ou no mercado de trabalho é porque os negros

TERCEIRO SETOR

Se o primeiro setor pode ser considerado o que é público e está no âmbito do governo e o segundo setor o que é responsável pelas questões individuais – o setor privado, o terceiro setor é constituído por organizações não-governamentais e sem fins lucrativos que têm como um de seus objetivos a geração de serviços.

O terceiro setor emerge da falência do Estado, pela criação de instituições que dão conta das obrigações que o Estado tem em relação à sociedade.

seriam “naturalmente inferiores”. Fato mesmo é, como vimos na Aula 10, que a discussão sobre desigualdades raciais atravessa as questões sociais, étnico e raciais e nos mobiliza a encontrar algumas propostas e soluções. Ainda nesta aula, você terá contato com o material desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) sobre o porquê da implantação do sistema de cotas.

Veja agora as instituições públicas de ensino superior federal que adotaram o sistema de cotas para a inclusão de grupos sociais (alunos egressos de escolas públicas) e/ou étnico-raciais (negros e indígenas) em seus quadros:

Quadro 11.1: Reserva de vagas sociais e étnico-raciais (negros e indígenas)

Universidades Federais	Universidades Estaduais
1. Universidade de Brasília (UnB)	1. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
2. Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2. Universidade Estadual da Bahia (UNEB)
3. Universidade Federal do Paraná (UFPR)	3. Universidade Estadual de Londrina (UEL)
4. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	4. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)
5. Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	5. Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)
6. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) (2006)	6. Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)
7. Universidade Federal do Pará (UFPA) (2006)	7. Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF)
	8. Universidade Estadual de Goiás (UEG)
	9. Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT)

Quadro 11.2: Reserva de vagas sociais e étnico-raciais (somente indígenas)

Universidades Federais	Universidades Estaduais
	1. Universidade Estadual do Amazonas (UEA)

Fonte: SILVÉRIO, Valter. Ações afirmativas e diversidade étnica e racial, p. 148. In: SANTOS, Sales A. *Ações afirmativas e o combate ao racismo nas américas*. DF: MEC/BID/UNESCO, 2005.

Quadro 11.3: Reserva de vagas para estudantes que realizam o Ensino Médio em escolas públicas

Universidades Federais	Universidades Estaduais
1. Universidade Federal do Tocantins (UFT)	
2. Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS/DF (Escola Pública)	

Fonte: SILVÉRIO, Valter. Ações afirmativas e diversidade étnica e racial, p. 149. In: SANTOS, Sales A. *Ações afirmativas e o combate ao racismo nas américas*. DF: MEC/BID/UNESCO, 2005.

A política de cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

A implementação de reserva de vagas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro se constituiu em uma das iniciativas pioneira, mas também uma das mais polêmicas. Com o processo de cotas iniciado nos anos de 2000 e 2001, a Universidade reservou em um primeiro momento 50% das suas vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, e posteriormente, entre 2001 e 2003, 40% para estudantes negros e pardos e 10% para portadores de necessidades especiais, causando assim uma grande discussão sobre a autodenominação de cor na inscrição do vestibular. Para o vestibular de 2004, o sistema sofreu alterações, por conta da aprovação da Lei 4.151/03, que reservou 20% das suas vagas para negros; 20% para estudantes da rede pública e 5% para portadores de necessidades especiais ou para povos indígenas. A partir desse momento, todos os candidatos às cotas foram submetidos ao critério de renda familiar *per capita*.

Você encontrará um completo histórico sobre a política de cotas para negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro no texto de Maria Alice Rezende (p. 157-168), da publicação *História da educação do negro e outras histórias*, disponível para *download* em http://diversidade.mec.gov.br/sdm/arquivos/10_publicacao.pdf

Precisamos lembrar que as ações afirmativas nas universidades não se resumem às cotas, como já vimos. Há várias outras estratégias e projetos de ações afirmativas em implantação nas faculdades e universidades brasileiras, tais como o Programa Universidade para Todos e o Programa Uniafro, ambos do Ministério da Educação.

O ProUni – Programa Universidade para Todos – foi criado pela Medida Provisória nº. 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Seus principais objetivos são a ampliação das vagas na educação superior, interiorização da educação pública e o combate às desigualdades regionais. Como? Concedendo bolsas de estudos integrais e parciais principalmente a estudantes de baixa renda, para que estes possam cursar uma graduação. Em contrapartida, as instituições que aderiram ao Programa ganharam isenção de alguns tributos.

Se o ProUni foi implementado em Instituições Privadas de Educação Superior, o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra (Uniafro) foi implementado nas Instituições Públicas de Educação Superior. Visa a apoiar e a incentivar o fortalecimento e a institucionalização das atividades dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – os NEABs ou grupos correlatos das Instituições Públicas de Educação Superior. Tem como principais objetivos: 1. contribuir para a formação de estudantes afro-brasileiros nas instituições de Educação Superior, em especial as que adotam o sistema de reserva de vagas; 2. estimular a

integração das ações de implantação das diretrizes curriculares étnico-raciais, conforme o parecer do Conselho Nacional de Educação, CNE/CP 003/2004 e da Resolução CNE/001/2004, em todos os níveis de ensino. Para saber mais, acesse os seguintes *sites*: www.mec.gov.br/uniafro e www.mec.gov.br/prouni.

ALGUMAS DÚVIDAS E POSSÍVEIS RESPOSTAS SOBRE COTAS NO ENSINO SUPERIOR

O Ibase criou uma cartilha sobre a questão das cotas nas universidades públicas. Essa cartilha é feita com base em perguntas e respostas e é ideal para expressar as dúvidas que a população tem sobre as cotas. Reproduzimos aqui duas das questões propostas para reflexão e suas respectivas respostas:

Esse negócio de cotas para negros (as) não é racismo ao contrário?

A inclusão de políticas de ações afirmativas tanto no debate público como na pauta do governo é uma conquista de segmentos do movimento negro, que há anos denunciam a desigualdade social e racial no Brasil em vários setores: saúde, educação, mercado de trabalho, moradia, entre outros. Tratar de maneira diferenciada um grupo que teve menos oportunidades – e, portanto, que está em situação de desvantagem – é uma tentativa de diminuir essas desigualdades, restituindo direitos há muito negados. Não é um privilégio. É, na realidade, o exercício da democracia, respeitando a diversidade étnico-racial da nossa população e revelando a forma desigual como essa diversidade tem sido tratada pelo Estado e pela sociedade brasileira ao longo dos séculos.

Não é injusto, para alunos (as) que tiraram nota maior, que negros (as) tenham preferência no ingresso das universidades públicas?

Todos(as) os(as) candidatos(as) ao vestibular – cotistas ou não – devem atingir uma nota mínima para serem classificados(as). Na Uerj, por exemplo, o vestibular ocorre em duas fases.

A primeira é composta por até duas provas de múltipla escolha (exame de qualificação). O(a) candidato(a) faz a primeira prova

e tem a oportunidade de fazer uma segunda caso tenha perdido a anterior ou esteja insatisfeito(a) com sua pontuação. Vale a maior nota. Nesse exame, o(a) candidato(a) não opta por concorrer no vestibular com reserva de vaga. Faz a prova como qualquer outro(a) aluno(a), independente de ser negro(a) ou branco(a), estudante de escola pública ou particular, sendo avaliado pelo sistema da universidade.

É apenas na segunda fase que o(a) candidato(a) deverá optar: vestibular com ou sem reserva de vagas. É aí que ocorre a autodeclaração. Os(as) alunos(as) que optam por cotas concorrem entre si, ou seja, disputam aquela percentagem de vagas destinadas a cotas específicas para qual se inscreveram. Por exemplo, os(as) alunos(as) que se declaram negros (as) disputam somente as vagas destinadas a esses(as) candidatos(as). As cotas ajudam a universidade pública a discutir e redefinir a noção de mérito. Ao levar em conta candidatos (as) que não puderam se dedicar exclusivamente ao estudo, a universidade tende a se tornar mais inclusiva.

Para ler mais a cartilha *Cotas Raciais, por que sim?* faça *download* no endereço http://www.ibase.org.br/userimages/ibase_cotas_raciais_2.pdf. O Ibase também faz doações de suas cartilhas para instituições de ensino. Peça ao responsável do seu pólo para fazer uma solicitação!

AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL INSTITUÍDAS PELO GOVERNO BRASILEIRO

Além das políticas de promoção de igualdade racial instituídas na área da educação, o governo federal tem outras iniciativas nas áreas de saúde, desenvolvimento, trabalho e renda.

Na área de saúde, o Programa AfroAtitude é uma parceria entre o Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde e as Universidades que possuam Programa de Ações Afirmativas para negros e que adotem o regime de cotas para acesso dessa população. Segundo consta na sua *home page*:

O objetivo é fortalecer a resposta setorial de combate à epidemia e das práticas de implementação de ações afirmativas inclusivas, sustentáveis e permanentes, por meio do apoio a ações diversas nos âmbitos acadêmico e assistencial, destinadas a estudantes universitários negros e cotistas, socialmente precarizados.

Fonte: <http://www.aids.gov.br/final/dh/afroatitude.htm>

No que se refere ao trabalho e à renda, o Ministério do Trabalho lançou uma cartilha (2006) sobre a inclusão dos afro-descendentes nos setores públicos e privados. Ainda nesse sentido, há uma preocupação com a demarcação e a proteção das terras indígenas e quilombolas. Implantou também o Projeto Terra Negra Brasil, desenvolvido especialmente para promover o acesso à terra para jovens de comunidades negras rurais. Se você quer saber mais sobre esse assunto, acesse www.mda.gov.br.

CONCLUSÃO

A adoção de políticas focalizadas não exclui, tampouco fere o direito constitucional vigente no país no que se refere à universalidade dos direitos. Dentro de um país no qual a igualdade, inclusive de oportunidades, não está estabelecida, a implantação de ações afirmativas e o aumento da equidade poderão pautar a garantia efetiva dos direitos sociais, tais como o direito à educação.

ATIVIDADE FINAL

Estatuto da Igualdade Racial

Nos últimos anos, o debate sobre cotas raciais no ensino superior tem se intensificado, em parte por conta da mobilização dos movimentos negros, em parte pela própria posição assumida pela sociedade civil nesse processo. A atividade final que propomos a você é a criação do seu boxe de curiosidade sobre o Estatuto da Igualdade Racial, projeto com muitas críticas e declarações de apoio. Você deverá pesquisar na internet o que compõe o estatuto, suas propostas e o que ele significa para o debate nacional sobre ações afirmativas e cotas.

RESPOSTA COMENTADA

Ao criar seu próprio boxe de curiosidade sobre o Estatuto da Igualdade Racial você sistematizará as informações contidas nele e perceberá que o debate sobre ações afirmativas é bem amplo e diversificado.

RESUMO

A trajetória das ações afirmativas atravessa o século XX e chega ao século XXI, trazendo uma alternativa para a diminuição das desigualdades existentes no nosso país. Faz-se necessário intensificar o debate e compreender como as desigualdades étnico-raciais, de gêneros, sociais, entre outras, podem ser dirimidas por meio das ações afirmativas. É importante também pensar essas mesmas ações em seus contextos sociais e políticos, e acompanhar sua implantação e possíveis resultados.

SITES RECOMENDADOS

Além dos citados na aula, recomendamos também os *sites* abaixo:

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

<http://www.planalto.gov.br/seppir/>

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e de Desigualdade - CEERT

<http://www.ceert.org.br>

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE

<http://www.ibase.org.br>

A diversidade e a escola

AULA

12

Meta da aula

Vincular a diversidade étnico-racial e de gênero às práticas educativas.

objetivo

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- descrever as principais orientações do Ministério da Educação para uma educação pluricultural: os Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural e Lei 10.639/2003.

INTRODUÇÃO

A década de 1980 foi palco de múltiplas transformações na política nacional: o fim da ditadura militar, a retomada das eleições diretas para os cargos executivos e, em 1988, uma nova Constituição nacional foi promulgada. A nova carta constitucional inova ao reconhecer os direitos dos povos indígenas, dos trabalhadores e das mulheres. Mudanças nas políticas nacionais exigiram outras diretrizes para a educação. Na década de 1990, o Ministério da Educação propôs à sociedade novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, assentados nos princípios da cidadania, da ética e da pluralidade cultural.

Novas mudanças que enfatizam a pluralidade cultural de nossa sociedade ocorreram no início do século XXI. A Lei 10.639/2003 altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e o Ensino Superior, que, por meio do sistema de cotas, passa a reservar vagas para grupos sub-representados nesse nível de ensino: pobres, egressos das escolas públicas, afro-brasileiros, indígenas, deficientes físicos, mulheres e outras minorias.

O reconhecimento das diversidades regionais, culturais e políticas existentes no país fez com que o sistema de ensino adotasse as noções de pluralidade cultural, diversidade, **MULTICULTURALISMO** no cotidiano das escolas e nas práticas educativas.

MULTICULTURALISMO

Termo que se refere às diferentes culturas existentes em uma localidade, cidade ou país. Enfatiza o fato de as culturas minoritárias (negros, índios, mulheres, homossexuais, entre outras), serem discriminadas. E, para que essas se consolidem, devem ser amparadas, protegidas e apoiadas pela lei. Neste sentido, a política multicultural visa resistir à homogeneidade cultural, a uma visão do mundo em que a cultura dominante se considera melhor que as demais.

A DIVERSIDADE E O SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO

A extrema desigualdade racial no Brasil não se explica apenas pela má distribuição de renda. A crença de que uma melhor repartição da renda eliminaria a desigualdade racial é falsa. Promover a expansão do sistema de ensino sem dar atenção à inclusão racial e ao combate ao racismo significa perpetuar os padrões de desigualdade e as práticas discriminatórias presentes no sistema educacional brasileiro.

Nessa direção, cabe à escola:

- evidenciar que a diversidade étnico-racial não é um tema apenas para negros;
- salientar que a educação para a igualdade racial é um desafio para os sistemas de ensino;
- demonstrar que a temática racial é tema relativo ao interesse direto de metade dos brasileiros;

O sistema de ensino entende por diversidade o conhecimento e a valorização das diferenças regionais, de classe social, de crenças, de sexo, de

raça, de cultura, de políticas e de outras características individuais ou sociais existentes no país, visando à garantia dos direitos de cidadão para todos os brasileiros e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

As ações do Ministério da Educação e a temática da diversidade

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do MEC foi criada em julho de 2004. Ela reúne temas como alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação escolar indígena e diversidade étnico-racial, temas antes distribuídos em outras Secretarias. São exemplos de ações voltadas para a cidadania dos grupos sub-representados no sistema de ensino:

a) Educação Indígena - A Constituição de 1988 e a LDB de 1996 asseguram o uso e a manutenção das línguas maternas e o respeito aos processos próprios de aprendizagem das sociedades indígenas no processo escolar. Desse princípio decorre que o professor da escola indígena deve ser, preferencialmente, um índio da própria comunidade.

b) Educação Quilombola - A Constituição Brasileira de 1988 reconheceu o direito à propriedade de suas terras nas comunidades remanescentes de quilombos. O Decreto 4.887/03 visa a garantir às comunidades quilombolas a posse de terra e o acesso a serviços, como saúde, educação e saneamento.

c) Educação do Campo – O Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Operacionais para Educação Básica no Campo (CNE/CEB nº 1.3/4/02). Entre seus objetivos está a valorização do campo, que engloba os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, dos pescadores, dos caiçaras, dos ribeirinhos e dos extrativistas como espaço de inclusão social, a partir de uma nova visão de desenvolvimento.

d) Educação e Direitos Humanos – A discussão sobre direitos humanos e a formação para a cidadania no Brasil têm alcançado mais espaço e relevância nesses últimos anos, com a participação da sociedade civil organizada e a execução de políticas públicas nesse campo. Dentre os planos de ação governamentais de que o Ministério da Educação participa, no campo dos direitos humanos, destacam-se o **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)**, elaborado em 2003, e o **PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA**, lançado em maio de 2004.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Define ações educativas voltadas à defesa dos direitos humanos de grupos sociais específicos que, ao longo da história brasileira, foram excluídos da educação, tais como afro-brasileiros, indígenas, portadores de deficiência e jovens em cumprimento de medidas socio-educativas (o jovem que, por ser menor, não responde por crime algum, ficando sujeito apenas às responsabilidades reguladas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente).

PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

Envolve diversas entidades do governo na promoção do respeito à diversidade sexual e do combate às várias formas de violação dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais. O Ministério da Educação tem como responsabilidade, entre outras, a promoção de campanhas de combate à violência homofóbica nas escolas.

O BRASIL PLURAL: OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Durante os anos 1990 uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi promulgada. Decorrente dessa lei foram organizados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, anulando, assim, os currículos anteriormente organizados.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando respeitar diversidades regionais, culturais e políticas existentes no país. Os PCN têm como objetivo proporcionar aos sistemas de ensino, particularmente aos professores, subsídios à elaboração e/ou reelaboração do currículo, visando à construção do projeto pedagógico, em função da cidadania do aluno.

A temática da Pluralidade Cultural presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais pretende atingir os diferentes grupos sociais que convivem em território brasileiro, combatendo as desigualdades socioeconômicas e as relações sociais discriminatórias e excedentes que permeiam a sociedade, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como país complexo e multifacetado. Traz, portanto, uma concepção de sociedade brasileira, por meio da qual se explicita a diversidade étnica e cultural que a compõe e, ao mesmo tempo, busca compreender as relações humanas, visando à manutenção ou à transformação de valores. Considerar a diversidade não significa negar a existência de características comuns compartilhadas pelos membros de uma nação, mas a valorização da história e da cultura dos diferentes grupos que a compõem.

Os PCN propõem um conjunto de temas – Ética, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho, Consumo e Pluralidade Cultural. O tema Pluralidade Cultural e os demais são apresentados como temas transversais, ou seja, pressupõem um tratamento integrado nas diferentes áreas. As escolas têm a liberdade de eleger outros temas transversais, pois o que os norteia – a construção da cidadania e a democracia – são questões que envolvem múltiplos aspectos e diferentes dimensões da vida social.

Pela primeira vez, a educação nacional tem a seu serviço parâmetros curriculares que valorizam a cultura afro-brasileira, combatem o racismo e as desigualdades raciais e propõem uma Cultura da Paz (proposta da Organização das Nações Unidas – ONU). Assim:

Essa diversidade cultural freqüentemente é alvo de preconceito e discriminação, atingindo a escola e reproduzindo-se em seu interior. A desigualdade, que não se confunde com a diversidade, também está presente em nosso país como resultado da injustiça social. Ambas as posturas exigem ações efetivas de superação. (...) O trabalho com a Pluralidade Cultural se dá, assim, a cada instante, propiciando que a escola coopere na formação e consolidação de uma cultura da paz, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos universais e da cidadania, princípios democráticos no interior de cada escola, no trabalho cotidiano de buscar a superação de todo e qualquer tipo de discriminação e exclusão social, valorizando cada indivíduo e todos os grupos que compõem a sociedade brasileira (MEC/SEF, 1998, p. 68).

ATIVIDADE



1. O Tema Transversal – Pluralidade Cultural

Apesar da discriminação, da injustiça e do preconceito, que contradizem os princípios da dignidade, do respeito mútuo e da justiça, paradoxalmente o Brasil tem produzido também experiências de convívio e da interetnicidade, a reelaboração das culturas de origem, constituindo algo intangível que se tem chamado brasilidade, que permite a cada um reconhecer-se como brasileiro. Encravada nas contradições de um sistema econômico e social que se constituiu historicamente de maneira injusta, o Brasil tem essa contribuição a dar: a possibilidade de uma singularidade múltipla, multifacetada, de uma relação também (ainda que não só) amistosa e calorosa com o mundo e aberta para ele (PCN, Pluralidade Cultural: 2000, p. 21).

Pesquise e selecione frases ou parágrafos do PCN Pluralidade Cultural que indiquem haver uma coexistência da ampla diversidade étnica, lingüística e religiosa em solo brasileiro. Você poderá encontrar o referido documento em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>

RESPOSTA COMENTADA

Destacamos o seguinte parágrafo:

A própria dificuldade de categorização dos grupos que vieram para o Brasil, formando sua população, é indicativo da diversidade. Mesmo para a elaboração de um simples rol, é difícil escolher ou priorizar certo recorte, seja continental ou regional, nacional, religioso, cultural, lingüístico, racial/ étnico. Portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, italianos, alemães, poloneses, chineses, coreanos, ciganos, latino-americanos, católicos, evangélicos, batistas, budistas, judeus, muçulmanos, tradições africanas situam-se entre outras inumeráveis categorias de identificação (p. 24).

A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Por meio da aprovação da Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), torna-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Segue o texto da referida lei:

Artigo 3º, § 4º – O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

Art. 26-A – Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.

§ 1º – O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 2º – Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileiras serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º – vetado.

Art. 79-A – vetado.

Art. 79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Os conteúdos da Lei 10.639/2003



Figura 12.1: Esculturas da cidade de Nok, ao norte da Nigéria, a mais antiga depois das egípcias, datadas aproximadamente dos séculos V a.C. e V d.C.

A história da civilização africana data de cerca de 150.000 anos a.C., enquanto a civilização européia data de apenas 40.000 anos a.C. O legado cultural dos povos africanos acumulado ao longo dos séculos deverá ser reproduzido e disseminado pela escola brasileira. A metalurgia, a agricultura, a pecuária, a mineração, a tecelagem, a cerâmica, a música, a arquitetura, a medicina, as línguas, as estratégias militares, a religiosidade e a filosofia são exemplos desse legado encontrado pelos europeus na África pré-escravidão. O processo de colonização das Américas deu início ao comércio de africanos como mão-de-obra escrava. No Brasil, chegaram várias etnias que se espalharam por todo o território nacional, disseminando o que hoje chamamos de princípios civilizatórios da comunidade afro-brasileira.

O legado cultural africano

O legado cultural africano, por meio da recriação e da elaboração de formas de comunicação e de continuidade dos valores em terras estrangeiras, permanece vivo entre os brasileiros.

Podemos dar alguns exemplos desse legado que poderá ser tratado na escola em seus diferentes níveis de ensino.

Metalurgia – A partir do século XV, no reino de Benim, os africanos produziam com o latão (liga de cobre e zinco) placas cuja finalidade era reverenciar seus reis. Também já dominavam a metalurgia do ferro desde 600 anos a.C.

Pecuária – Foram os africanos que introduziram no Brasil as técnicas mais desenvolvidas de pastoreio. Foi a partir da pecuária que alguns povos africanos interagiram com os demais, se expandiram e formularam suas estruturas sociais.

Mineração – Até o século XV, as moedas européias e islâmicas eram cunhadas com ouro da África.



Figura 12.2: Arquitetura - Casa de sopapo: sopapo ou pau-a-pique é uma técnica de construção segundo a qual a parede é armada com madeira ou bambu e preenchida com barro e fibra.

Arquitetura – Para construir superfícies lisas, polidas e impermeáveis, alguns povos africanos misturavam azeite-de-dendê ou manteiga de carité ao barro, construindo edifícios e palácios encravados em rochas. Os africanos são os senhores do sopapo, técnica também conhecida como pau-a-pique (**Figura 12.2**), que consiste em atirar o barro comprimindo-o com socos numa estrutura de madeira, com um teto de palha em duas abas. Esse tipo de construção pode ser visto até hoje de norte a sul do Brasil.

Música – A música brasileira recebeu uma significativa contribuição das culturas africanas. Os africanos foram responsáveis pela introdução nas Américas de instrumentos musicais, como a cuíca, o berimbau, o ganzá e o reco-reco.

Língua – Muitas línguas africanas foram faladas no Brasil e deixaram como herança vocábulos que foram incorporados ao português do Brasil.

Agricultura – No Brasil, os africanos aplicaram seus conhecimentos em técnicas de irrigação, rotação de plantios, adubagem com esterco e restos de cozinha e plantação de variadas culturas numa mesma gleba de terra. Povos indígenas também conheciam muitas técnicas de policultura que hoje ambientalistas defendem como as mais adequadas para se preservar a natureza.

Estratégias Militares – Os povos africanos possuíam organizações militares desenvolvidas, com estratégias e armas eficientes. No Brasil, essas técnicas foram recriadas na organização dos quilombos.

Religiosidade – A Religião dos Orixás é uma das contribuições religiosas africanas.

(SECAD/MEC, Calendário 2006 – Meu Brasil Africano, Minha África Brasileira.)

Nos anos de 1980, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) produziu oito volumes para a redação de uma História Geral da África que, segundo os pesquisadores da área, continuam atuais. Tais volumes chamam a atenção à importância da África para a história da humanidade. Os itens a seguir destacados indicam a complexidade e riqueza da história do continente africano, dos povos africanos e seus descendentes fora da África (CEERT, 2004, p. 20-21).

- a África é o berço da humanidade; foi lá que ocorreu a nossa humanização;
- os povos africanos foram progenitores de todas as populações humanas do planeta, sendo o continente africano palco exclusivo dos processos interligados de hominização e de sapienização;

- o povoamento de todo o planeta, a partir do continente africano, ocorreu a partir de 80.000 a 100.000 anos a.C., portanto, antes da civilização mesopotâmica;
- o continente africano foi o primeiro e único lugar do planeta em que seres humanos foram submetidos à experiência sistemática da escravidão racial e do tráfico humano transoceânico em grande escala;
- uma nova periodização africana (antiga e moderna) pode destacar seis marcos referenciais: Antiguidade Próxima (10.000 a.C. a 5.000 a.C.), Antiguidade Clássica (5.000 a.C. a 200 d.C.), Antiguidade Neoclássica (200 a 1500), Período Ressurgente (1500 a 1870), Período Colonial (1870 a 1960) e Período Contemporâneo (a partir de 1960);
- as relações entre as culturas e as histórias dos povos do continente africano devem ser focalizadas, assim como a formação compulsória da diáspora, além da vida e da existência cultural e histórica dos africanos e de seus descendentes fora da África, nas Américas, no Caribe, na Europa e na Ásia.

Hominização e sapienização

Hominal - relativo ou pertencente ao homem; sapiencial – respeitante a sapiência, sabedoria. O *Homo sapiens* (nossa espécie) surgiu há aproximadamente 150 mil anos, na África, como resultado de adaptações do *Homo erectus* ao meio em que ele vivia. Os humanos são classificados como a espécie *Homo sapiens sapiens* (latim para homem duplamente sábio, homem racional).

História e Cultura Afro-brasileira

Como você sabe, as culturas africanas e as culturas afro-brasileiras são culturas vivas, contemporâneas. Desse modo, o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT, 2004, p. 19-23), a partir da produção de intelectuais que realizam estudos na área da educação das relações étnico-raciais e na do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, apresenta conteúdos que poderão ser explorados na temática em questão. A seguir, destacamos alguns pontos para estudos sugeridos por esse documento que rejeita a interpretação eurocêntrica da história da humanidade:

- a história dos quilombos e dos remanescentes de quilombos, das associações negras (recreativas, culturais, educativas, religiosas e artísticas, dentre outras), as organizações do movimento negro e suas contribuições para a história da localidade onde está inserido o grupo e a da nação brasileira;
- as datas do calendário que celebram a cultura afro-brasileira e africana, como o 21 de março, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial;
- festas e expressões artísticas como congadas, maracatus, tambores de crioula, rodas de samba, dentre outros;
- inclusão da temática em todo o conteúdo curricular, focalizando as dimensões da economia, da saúde, do acesso à informação, à educação etc.
- destaque para a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento.

A temática racial poderá transversalizar todas as disciplinas. Por exemplo, em Matemática pode-se abordar, no âmbito de certas informações representadas – dados estatísticos, tabelas e gráficos –, os conteúdos acerca dos grupos étnicos e as relações raciais no Brasil. Em Educação Artística é possível estimular o reconhecimento da presença das corporeidades africana e indígena nas várias situações e momentos do cotidiano (luta, festa ou luto), e assim por diante. Será possível, sem esforço, salientar, nas várias disciplinas do currículo escolar do Ensino Básico, a presença da história e da cultura dos afro-brasileiros e africanos.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação organizou o calendário – História e Cultura Afro-brasileira e Africana – Datas para conhecer e pesquisar! Nele encontramos datas que celebram o nascimento ou a morte de líderes, ativistas e intelectuais negros, os direitos humanos, a luta anti-racista, a cultura negra, a atuação dos movimentos sociais e negro brasileiros e internacional que podem inspirar o professor do Ensino Fundamental e Médio na elaboração de programas e atividades que abordem a questão racial. Da relação, selecionamos apenas algumas datas em cada mês do ano:

Janeiro

1 – Dia Mundial da Paz

9 – Promulgação da lei federal 10.639, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas na rede oficial de ensino (2003).

20 – Morre assassinado Amílcar Cabral, poeta e revolucionário que lutou pela liberdade de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

25 – Revolta dos Malês, na Bahia (1835).

Fevereiro

11- Libertado Nelson Mandela, depois de 27 anos de prisão, na África do Sul (1990).

11-16 – Semana de Arte Moderna, em São Paulo – SP (1922).

23- Nasce William Edward B. Dubois, doutor em Filosofia e um dos pais do pan-africanismo.

Março

6 – Independência de Gana (Costa do Ouro), o primeiro país africano a tornar-se independente, tendo como mentor o líder Kwame Nkrumah (1957).

14 – Nasce Abdias do Nascimento, ex-senador, criador do Teatro Experimental do Negro (TEN) (1914).

21- Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, em memória das vítimas do massacre de Shapeville, na África do Sul (1960).

21- Zumbi dos Palmares é incluído na galeria de Heróis Nacionais (1997).

Abril

1 – Primeiro Festival Mundial de Arte Negra, Dakar, Senegal (1966).

19 – Dia do Índio.

22 – Os movimentos negro, indígena e popular realizam um grande ato político contra o racismo e as desigualdades sociais: Brasil Outros 500, Porto Seguro - BA (2000).

23 – Nasce Pixinguinha, músico, autor de “Carinhoso” (1898).

30 – Dia Nacional da Mulher.

Maio

- 1 – Dia Mundial do Trabalhador.
- 3 – Nasce o geógrafo Milton Santos, que revolucionou a Geografia, dando-lhe um enfoque humanista.
- 13 – Dia da Lei Áurea.
- 13 – Dia Nacional de Denúncia contra o racismo.
- 13 – Nasce Lima Barreto (1881), escritor pré-modernista.
- 25 – Dia de Libertação da África.

Junho

- 16 – Dia Internacional de Solidariedade à Luta do Povo da África do Sul, instituído pela ONU, dado em função do levante de Soweto, em 1976, quando estudantes foram massacrados por se manifestarem contra a obrigação da língua africânder.
- 21 – Nasce Luiz Gama (1830), jornalista, poeta e um dos gigantes da causa abolicionista.
- 21 – Nasce Machado de Assis (1839), romancista brasileiro, fundador da Academia Brasileira de Letras.
- 21 – Dia de Luta por uma Educação Não-sexista e sem Discriminação.
- 24 – Nasce João Cândido, o “Almirante Negro”, líder da Revolta da Chibata (1890).
- 25 – Independência de Moçambique (1975).
- 25 – Fundação da Frente de Libertação de Moçambique – Frelimo (1962).

Julho

- 2 – Nasce Frantz Fanon, médico psiquiatra e revolucionário (1921).
- 3 – Aprovada a Lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390), abordando a discriminação racial como contravenção penal (1951).
- 18 – Nasce o líder sul-africano Nelson Mandela (1918).
- 25 – Dia Internacional da Mulher Negra Americana e Caribenha.

Agosto

- 12 – Revolta dos Búzios, também conhecida como Revolta dos Afaiates (1798), quando foi publicado o manifesto dos conjurados baianos contra os impostos, a escravidão dos negros e foi exigida a independência do país.
- 17 – Nasce o pan-africanista Marcus Garvey (1887).

31 – Conferência de Durban (2001).

Setembro

4 – Promulgação da Lei Euzébio de Queiroz, extinguindo o tráfico de escravos no Brasil (1850).

16 – Fundação da Frente Negra Brasileira, maior entidade da primeira metade do século XX e primeiro partido de afro-brasileiros (1931).

29 – Aprovação da Lei nº 9.100/95, que garante cotas para mulheres na política.

Outubro

13 – Fundação do Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro – RJ (1944).

14 – Martin Luther King Jr. recebeu o Prêmio Nobel da Paz (1964).

17 – Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

Novembro

20 – Dia Nacional da Consciência Negra, em referência à morte de Zumbi dos Palmares, ocorrida em 1695.

20 – Dia da Marcha Zumbi dos Palmares: contra o racismo, pela cidadania e a vida, em Brasília (1995).

24 – Nasce, em Santa Catarina, Cruz e Souza, o maior poeta simbolista brasileiro (1861).

Dezembro

2 – Dia Nacional do Samba.

10 – Dia da Declaração dos Direitos Humanos, instituído pela ONU (1948).

18 – Adoção da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979).



ATIVIDADE

2. Datas para conhecer e pesquisar.

Dentre as datas selecionadas, escolha uma delas e investigue os fatos históricos ou personalidades da cultura negra. Por exemplo: “13 de Maio: Nasce Lima Barreto (Figura 12.3), escritor pré-modernista.”



Figura 12.3: Lima Barreto.

RESPOSTA COMENTADA

Jornalista e escritor afro-brasileiro, Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) nasceu no Rio de Janeiro e começou a sua colaboração na imprensa em 1902, escrevendo para periódicos como Correio da Manhã, Jornal do Commercio, Gazeta da Tarde e Correio da Noite. Em 1909 estreou como escritor, publicando, em Portugal, o romance Recordações do escrívão Isaías Caminha. É autor de diversas obras literárias como: Triste fim de Policarpo Quaresma e O homem que sabia javanês e outros contos.

DESIGUALDADES RACIAIS NA EDUCAÇÃO

Uma das conquistas mais importantes do Brasil no final do século XX e início do século XIX foi a universalização do Ensino Fundamental. No entanto, apesar de a expansão educacional atingir a todos os brasileiros, a diferença de escolaridade entre brancos e negros continua significativa. A diferença de escolaridade entre brancos e negros com mais de 25 anos passou de 1,7 ano, em 1960, para 2,1 anos, em 2000 (2005 do PNUD, 2005, p. 67).

Veja agora outras conclusões apresentadas pelo Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005 do PNUD (p. 65-70):

1. Em 1992, de todas as crianças e adolescentes negros com idade entre 7 e 14 anos, 82% freqüentavam as escolas (pública e privada); em 2003 a proporção pulou para 96,4%. Entre as crianças e adolescentes brancos, a evolução foi de 91,3% para 98,1%.
2. A proporção de adolescentes negros cursando o Ensino Médio em 2000 era inferior à de adolescentes brancos no mesmo nível de ensino.
3. A porcentagem de negros no Brasil com grau universitário em 2001 (2,5%) foi atingida nos EUA em 1947, em plena era de segregação, intolerância e violência racial.
4. Ainda que haja uma convergência de níveis educacionais, esta não se traduz em uma convergência dos níveis de rendimentos de brancos e negros. Em 2003, os homens brancos ganhavam em média 113% mais que os homens negros, e as mulheres brancas, 84% mais que as mulheres negras.

Esses dados demonstram que mais de um século após a abolição (1888) da escravatura, a situação dos negros ainda é desfavorável no que diz respeito à permanência nos diferentes níveis educacionais e quanto à remuneração. Quanto mais elevado é o nível de ensino menor é a presença dos negros. Se compararmos os rendimentos de brancos e negros, os segundo grupo ficará em desvantagem mesmo considerando a mesma escolaridade. A situação de discriminação racial se mantém mesmo nos casos onde há igualdade de níveis educacionais. O relatório do PNUD (2005) conclui que a discriminação racial deve ser considerada um fator decisivo para a compreensão dos diferenciais de escolaridade e de remuneração, somada às barreiras a uma inserção justa no sistema educacional e no mercado de trabalho.

Veja as observações de Henriques no que diz respeito a escolaridade do brasileiro:

Como evolui a escolaridade média dos brancos e dos negros no Brasil? A escolaridade média da população adulta com mais de 25 anos no final do século XX é de cerca de 6 anos de estudo. Nada animador, uma vez que em média um jovem adulto brasileiro entra no mercado de trabalho com uma escolaridade equivalente àquela que julgaríamos adequada para um adolescente de 13 anos de idade. (...) De fato, a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos de estudo. A intensidade dessa discriminação racial, expressa em termos de escolaridade formal dos jovens adultos brasileiros,

é extremamente alta, sobretudo se lembramos que trata-se de 2,2 anos de diferença em uma sociedade cuja escolaridade média dos adultos gira em torno de 6 anos.

RACISMO E ESCOLA

Discriminação e preconceitos são verbetes usados para designar as práticas racistas que ocorrem nas escolas, apesar de condenadas pela constituição brasileira. Segundo o Relatório do PNUD (2005), o termo discriminação diz respeito à refutação dos objetivos de outras pessoas em razão de fatores como cultura, religião, raça, etnia, nacionalidade, língua, classe, sexo ou orientação sexual. Supõe a classificação dos indivíduos em diferentes grupos, em que alguns recebem tratamentos distintos que podem ser resultantes ou não de preconceito. A discriminação é considerada preconceituosa se gerar uma ação em que a pessoa ou o grupo lesado seja considerado inferior; essa forma de discriminação é crime no Brasil. Já o preconceito se refere à opinião ou a um conceito formado por antecipação, destituído de análise profunda ou conhecimento de determinado assunto (PNUD, 2005, p. 144-147).

Veja um exemplo: em uma escola municipal do estado do Rio de Janeiro, uma professora das séries iniciais prepara a encenação de um conto de fadas para a festa do Dia das Mães. As crianças imediatamente se candidatam para representar os diferentes papéis da história. Entre elas, uma criança com cabelos longos e de pele clara expressa o desejo de representar a madrasta. Porém, a maioria da turma protesta, argumentando que a menina não tem aparência de má, o papel deveria caber a uma outra menina. Essa outra possuía cabelos grandes e crespos e a pele escura. As crianças afirmaram que ela, sim, deveria ser a madrasta, pois parecia uma “bruxa má”, “de cara feia”. Na tentativa de contornar a situação e desconstruir **ESTEREÓTIPOS**, a professora mostra à turma imagens de um livro em que a madrasta é representada por uma mulher branca. Nas aulas seguintes, a aluna negra retorna às aulas com seus cabelos alisados. Essas situações racistas são frequentemente vivenciadas em nossas escolas (GONÇALVES. M. A. R., 2000, p. 60).

Na escola, a discriminação e o preconceito racial podem se materializar nas práticas racistas e na ausência de materiais didáticos que contemplem a história e a cultura negra. Em um país pluriracial

ESTEREÓTIPO

Designa convicções preconcebidas acerca de classe de indivíduos, grupos ou objetos, resultantes não de uma estimativa espontânea de cada fenômeno, mas de hábitos de julgamento e expectativa tornados rotina. Por exemplo, os indígenas são “dolentes” ou os brasileiros são “amistosos”.

como o nosso dificilmente encontramos nas salas de aula figuras, jogos e brinquedos que representam os negros. Em geral são brinquedos que exaltam a branquitude como modelo de beleza e perfeição. O fato de que as crianças só disporem de apenas uma representação racial compromete a construção das sujeitos. É importante problematizar e pesquisar outras possibilidades pedagógicas que contemplem a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira. Cabe informar que, atualmente, a escola e o mercado têm estado atentos para a produção de materiais e objetos de consumo que atendam a toda e qualquer diferença.

Características de uma Educação Anti-Racista (CAVALLEIRO, 2000)

1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.
2. Busca, permanentemente, um reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.
3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negras e brancas, sejam respeitadas.
4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos os alunos.
5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.
6. Busca materiais que contribuam para a eliminação do “eurocentrismo” dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de “assuntos negros”.
7. Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.
8. Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e alunas pertencentes a grupos discriminados.

ATIVIDADE FINAL

Estereótipo e escola

As explicações tradicionais sobre desigualdades raciais nos indicadores de escolaridade costumam destacar que, por serem mais pobres, as pessoas negras tenderiam a apresentar dados piores que os das pessoas brancas. Esse aspecto dever ser levado em consideração, mas cabe salientar a influência da própria dinâmica de aprendizado, estabelecida no interior do espaço escolar, afirma o relatório elaborado pelo PNUD em 2005.

Busque exemplos de reforço de estereótipos atribuídos ao negro que acabam por incidir como um estigma sobre as crianças negras.

COMENTÁRIO

Na escola, esse reforço provém de fontes como práticas pedagógicas inadequadas que reproduzem preconceitos, tratamento diferenciado aos alunos, ofensas raciais, agressões verbais, livros didáticos inadequados que reforçam o racismo, entre outras práticas. Fim da resposta comentada.

RESUMO

Os dados sobre os níveis de ensino – Infantil, Fundamental, Médio e Superior - demonstram que a população negra está sub-representada em todos os níveis. Cabe ao nosso sistema de ensino a tarefa de estimular o combate ao racismo e romper com os padrões de desigualdade presentes há décadas no sistema de ensino brasileiro. Os Parâmetros Curriculares – Pluralidade Cultural e a Lei 10.639/2003 abrem caminhos para a construção de uma cultura da paz e de uma sociedade brasileira multicultural.

**MOMENTO PIPOCA**

Kiriku e a feiticeira (1998). Direção: Michel Ocelot. 1998. Animação.

Uma tradicional lenda africana ganha vida neste longa-metragem de animação francês, que mostra a história de um menino minúsculo que enfrenta uma poderosa feiticeira.

PCN/Temas Transversais – Pluralidade Cultural (1997). Direção: Cleston T. Teixeira e Cristina Winther. Realização: TV Escola/MEC. 1997.

O que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) propõem para o trabalho em Pluralidade Cultural – um dos temas transversais do Ensino Fundamental.

Vista minha pele (2004). Direção: Joel Zito Araújo. Realização: Casa da Criação/CEERT. 2004.

Rompendo o silêncio – desconstruindo racismo e violência na escola (2003). Coordenação geral: Elza Berquó. Realização: Guela. 2003.

PCN/Temas transversais – A orientação sexual que se faz na escola (1997). Direção: Cleston T. Teixeira e Cristina Winther.

Realização: TV Escola/MEC. 1997.

O que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) propõem para o trabalho de orientação sexual – um dos temas transversais do Ensino Fundamental (ver mais programas das séries “PCN” em outras seções deste guia).

Relações de gênero. Direção: Kiko Araújo. Realização: Programa Saúde na Escola/Ministério da Saúde. 2001.

As diferenças fisiológicas entre homens e mulheres vão além dos estereótipos. Por isso, classificar ou qualificar alguém por sua aparência pode resultar numa avaliação preconceituosa e injusta. Os principais temas abordados são direitos iguais e liberdade de escolha para ambos os sexos.

SITES RECOMENDADOS

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério de Educação: <http://www.mec.gov.br/secad>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura: <http://www.unesco.org.br>

CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades: <http://www.ceert.org.br>

As comunidades rurais negras e educação

AULA

13

Meta da aula

Apresentar os objetivos e as demandas dos movimentos sociais no campo referente às questões étnicas e de gênero.

objetivos

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- descrever quilombos no contexto contemporâneo brasileiro;
- identificar as políticas públicas voltadas para as comunidades remanescentes de quilombos;
- descrever as comunidades remanescentes de quilombos existentes no país e suas demandas educacionais.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a escravidão durou mais de trezentos anos, e ao longo deste período – o que historicamente consideramos um grande símbolo de resistência da população negra escravizada – constituiu-se a formação de quilombos por todo o território nacional. Sabemos que onde existiu escravidão nas Américas existiram também formas de resistir ao processo e de lutar pela liberdade. O quilombo mais conhecido pelos brasileiros é o de Palmares, em Alagoas, que, após resistir a sucessivos ataques, veio a ser destruído no final do século XVII. Mas os quilombos não se esgotaram na história nem acabaram automaticamente com a abolição da escravidão, em 1888. Milhares de ex-escravos e seus descendentes permaneceram nas antigas fazendas, outros receberam terras em doações e muitos constituíram espaços de trabalho predominantemente agrícola em todo o país. Os quilombos se tornaram um grupo social inscrito na contemporaneidade e com demandas próprias de sua identidade étnica, e não apenas uma entidade de existência remota. Nesse sentido, a Aula 13 se dedicará a estudar os quilombos e seus significados em sua concepção histórica e a atualização do termo nos dias atuais. E também a despertar o seu pensamento para a construção do movimento de remanescentes de quilombos por meio da antropologia, sua constituição como grupo reconhecido pela esfera jurídica e sua relação com a educação.

ZUMBI DOS PALMARES

(Aproximadamente 1655 – 1695)
Sobrinho do rei Ganga Zumba, foi chefe do Quilombo dos Palmares em sua fase final. Tinha seu mocambo (povoação) a dezesseis léguas de Porto Calvo, Alagoas. O bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, após sofrer várias derrotas, invadiu e tomou a praça-forte de Palmares em 1694. Zumbi escapou e continuou liderando a resistência dos núcleos sobreviventes de Palmares. Em 1695, o líder de Palmares teve seu esconderijo descoberto e foi morto.

OS VÁRIOS SIGNIFICADOS DE UMA PALAVRA: QUILOMBO

Começaremos nossa aula perguntando: você sabe o que é um quilombo? Provavelmente, o primeiro significado que nos vem à mente é o de um esconderijo, aldeia, cidade, conjunto de povoações, casa ou lugar no mato onde se refugiavam os escravos fugidos. Como exemplo, pensaríamos logo no Quilombo dos Palmares, cujo líder mais conhecido foi **ZUMBI** (Figura 13.1), guerreiro que comandou a resistência final quando da invasão do quilombo em 1695. Quilombola seria, nesta linha de pensamento, “escravo ou escrava, outrora refugiado em quilombo” (KOOGAN HOUAISS, 2000).



Figura 13.1: Monumento a Zumbi dos Palmares, inaugurado em 1986, na Av. Presidente Vargas, no Rio de Janeiro.

No dicionário *Aurélio* se encontrará a palavra quimbunda Kilumbu, significando “recinto murado”, “campo de guerra”, “povoação” e a palavra umbunda kilombo, significando “associação guerreira”. Citando Adriano Parreira, Nei Lopes lembrará que os arraiais militares mais ou menos permanentes e as feiras e os mercados em alguns lugares da África também eram chamados assim. Alberto Costa e Silva, no seu livro *A enxada e lança*, dirá que em Angola as habitações de escravos fugidos se chamavam quilombo, ganhando o mesmo significado no Brasil.

A representação jurídica que considera quilombo lugar de escravos fugidos no Brasil, durante o período colonial, relaciona-se ao decreto do El-Rei, em alvará de 3 de março de 1741:

Eu, El-Rei, faço saber aos que este alvará viram que sendo-me presentes os insultos, que no Brasil comentem os escravos fugidos, a que vulgarmente chamam de calhambolas, passando a fazer o excesso de se juntarem em quilombos, e sendo preciso acudir com remédios que evitem esta desordem: hei por bem que a todos os negros que forem achados em Quilombos, estando neles voluntariamente, se lhes ponha com fogo uma marca em uma espádua com a letra F (...) e se quando executar essa pena, for achado já com a mesma marca, se lhe cortar uma orelha; tudo por simples mandato do juiz de fora, ou ordinário da terra ou do ouvidor da comarca, sem processo algum e só pela notoriedade do fato, logo que do Quilombo for trazido, antes de entrar para a cadeia.

Descritos desta forma, os habitantes de quilombos aparecem criminalizados, olhados do ponto de vista do poder e da ordem coloniais. Autores como Joel Rufino e Abdias Nascimento pensaram no significado político que os quilombos ganharam ao longo de nossa história, tanto enquanto significado abstrato quanto como representação da realidade para os afro-descendentes. Para Nascimento (1980, p.32), o

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômico-política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural.

Já Joel Rufino afirma em entrevista que

a história da escravidão é separada da história da luta contra a escravidão. Nunca houve escravidão pacífica (...). Para os escravos do Brasil Colônia, quilombo era um lugar onde o negro podia viver longe do açoite, do tronco e da tortura. Era também um lugar reservado ao trabalho coletivo na agricultura, cuja organização social era semelhante à existente na África. No entanto, este modo de vida alternativo à sociedade colonial escravista só era viável através da fuga (...). O quilombo não é apenas um ajuntamento de escravos fugitivos, mas a alternativa concreta à sociedade escravista.

A historiografia produzida recentemente no Brasil tem tido o cuidado de olhar atentamente a questão dos quilombos e do que eles significaram na sociedade brasileira. Historiadores como Flávio Gomes, João José Reis, Hebe Maria de Mattos, Manolo Florentino e Eduardo Silva, para citar alguns exemplos, têm refletido sobre o papel, a importância e as relações mantidas pelos moradores de quilombos. Nestas pesquisas, o que mais tem sido apresentado são as relações étnico-raciais na sociedade escravocrata e as relações dinâmicas produzidas pelos quilombolas.

Ao longo do tempo, o que temos encontrado nos livros é uma história oficial que dá conta somente das realizações de homens brancos. Pensar a história afro-brasileira significa não apenas dar visibilidade à extensa população negra brasileira como, também, enfocar o papel que as mulheres negras exerceram – nos terreiros, nas irmandades, nos quilombos e em vários outros espaços da vida social. A história afro-brasileira, e dentro desta a dos quilombos, é uma história plural, construída por meio da resistência ao sistema escravista.

Pensamos também os quilombos como comunidades fechadas, estáticas, sem possibilidade de mudança ou de manutenção das relações com o entorno. Pensamos ainda os quilombos como territórios guerreiros e negros que, por vezes, evitavam manter relações com a comunidade local. Não nos ensinaram, inclusive, que nos quilombos também habitavam indígenas e brancos pobres – todos vivendo em cooperação nas unidades familiares e políticas mantidas ali dentro.

Uma outra questão é que o modelo de resistência escrava pensado é somente os dos quilombos, como se não existissem várias outras formas de negociação entre escravos e seus proprietários. Conforme descreve João José Reis:

Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob ameaça de chicote, o escravo negociava espaços de autonomia, fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. Houve um tipo de resistência que poderíamos considerar a mais típica da escravidão [...] trata-se das fugas e formação de grupos de escravos fugidos [...] essa fuga aconteceu nas Américas e tinha nomes diferentes: na América espanhola: *Palenques*, *Cumbes*; na inglesa, *Maroons*; na francesa,

grand Marronage e *petit Marronage* [...]; no Brasil, Quilombos e Mocambos e seus membros: Quilombolas, Calhambolas ou Mocambeiros (REIS, 1996, p. 47).

Essas relações e negociações não se esgotaram em 1888, quando da abolição da escravidão, como também não se esgotaram os quilombos. Como já apontamos na introdução, os quilombos continuam a existir ao longo do século XX e hoje ganham um novo significado – o que os antropólogos vão chamar de ressemantização. É o que veremos na segunda parte de nossa aula.

Palmares, ontem e hoje

Os historiadores Pedro Paulo Funari e Aline Vieira de Carvalho publicaram em 2005 o livro *Palmares, ontem e hoje*, no qual eles discutem como Palmares e Zumbi se tornaram presentes no nosso cotidiano e também referências fundamentais no imaginário brasileiro. Para saber mais: *Palmares, ontem e hoje*, Pedro Paulo Funari e Aline Vieira de Carvalho. Publicado na coleção Descobrimdo o Brasil, Jorge Zahar Editor.

ATIVIDADE



1. Palmares e a serra da Barriga

A serra da Barriga está localizada a cem quilômetros de distância de Maceió, em um município chamado União dos Palmares, e se constitui em um sítio histórico onde estava situado o Quilombo dos Palmares. Foi reconhecida pelo Governo Federal como monumento histórico da década de 1980 e pelo decreto de número 95.855 passou desde 21 de março de 1988, a ser considerada monumento nacional. Em abril do mesmo ano, a responsabilidade de manter e preservar o sítio histórico da serra da Barriga passou a ser da Fundação Cultural Palmares, que se empenhou em transformar em área de visitação turística e de referência ao papel desempenhado pelo Quilombo dos Palmares na luta pela libertação dos escravos. Durante sua existência, chegou a atingir uma população de vinte mil pessoas, moradoras de uma região de até quinhentos metros de altitude, de difícil acesso. A República dos Palmares, como chegou a ser conhecido o quilombo, iniciou sua formação em 1597 e durou até 1695, quando foi destruída em sua última invasão.

A partir do texto anterior, pesquise o Quilombo dos Palmares, seus líderes e sua contribuição para a formação de uma identidade e de uma consciência étnica relacionadas à população afro-brasileira.

COMENTÁRIO

Nesta questão, você irá trabalhar como Zumbi dos Palmares e o próprio quilombo ganharam um significado de luta e de valorização para os afro-descendentes, inclusive ganhando feriado em alguns estados e municípios brasileiros – o dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, que é o aniversário de morte de Zumbi.

REMANESCENTES DE QUILOMBOS: CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO

O movimento negro brasileiro tem, desde a década de 1930, uma preocupação com as comunidades negras rurais e sua inserção política na sociedade. Intelectuais como o sociólogo Clóvis Moura e o senador Abdias Nascimento, entre outros, estavam preocupados com as demandas específicas dos que hoje denominamos remanescentes de quilombos e pela cultura produzida por eles. Na década de 1980, esta luta se intensificou. A mobilização da sociedade civil brasileira (incluindo o movimento negro), devido à abertura política e do processo constituinte em 1988, propiciou a luta pela inclusão das demandas quilombolas – a luta pelo direito à terra e o reconhecimento da existência de territórios étnicos, habitados por afro-descendentes, ou melhor, descendentes de escravos. Essa demanda quilombola amplia o debate sobre as populações negras, no que se refere ao campo das políticas públicas. Porém, antes de definirmos quais são os direitos dos remanescentes de quilombos, é preciso que se defina como este grupo se constitui. Então, o que são hoje remanescentes de quilombos?

A definição de remanescentes de quilombos pelos antropólogos e historiadores

Para os antropólogos e historiadores, remanescentes de quilombos são todas as comunidades negras rurais que legitimam seus direitos baseados na experiência da escravidão. A expressão “remanescentes de quilombos”, tomada em seu sentido estrito como uma continuidade dos quilombos, referindo-se aos resíduos arqueológicos ou a uma ocupação temporal, não encontra espaço nos dias atuais, já que as idéias implícitas de isolamento e homogeneidade populacional não se sustentam. Além disso, pensar os remanescentes de quilombo em sua continuidade histórica como uma comunidade de ex-escravos, como bem lembra Hebe Mattos (2006, p. 170), seria aplicável a poucos grupos no país.

Nesse sentido, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) elaborou um documento considerando que

o termo “quilombo” e a expressão “remanescentes de quilombos” sofreram um verdadeiro processo de ressemantização, com base na mobilização das próprias comunidades negras rurais que passaram assim a se autodenominar (MATTOS, 2006, p. 169).

A definição de remanescentes de quilombos pelo movimento

Habitantes de “terras de pretos”, “territórios negros” ou “comunidades negras rurais”, os grupos que hoje são considerados remanescentes de quilombos se constituíram em diversos processos

que incluem as fugas com ocupação das terras livres e geralmente isoladas, heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (SCHMITT, TURATTI & CARVALHO, 2002, p. 3).

Ser remanescente de quilombo é ter uma identidade construída a partir do compartilhamento territorial e étnico, com grande ênfase na atividade camponesa. Essa identidade quilombola é forjada a partir da necessidade de se lutar pela sua terra e construída sempre em relação aos

grupos com os quais os remanescentes se relacionam e se confrontam, sendo constituída não apenas como uma identidade territorial, mas também uma identidade étnica. Esta última é dinâmica e não se restringe a elementos materiais ou traços biológicos distintivos e é necessariamente uma autodefinição, isto é, é elaborada pelo próprio grupo.

A autodefinição – e a própria construção de uma identidade étnica e territorial – se dá não apenas com uma ligação com o passado, mas também “reside na manutenção de práticas de resistência e reprodução do seu modo de vida num determinado local onde prevalece a coletivização dos bens materiais e imateriais” (SEPPPIR, 2004).

É importante estabelecer que, em se tratando de remanescentes de quilombos, temos três elementos que perpassam a sua autodefinição e, como consequência, a construção de uma identidade quilombola: a etnicidade, a questão fundiária e o território.

Podemos dizer que, no caso das comunidades remanescentes de quilombos, a identidade étnica de um grupo é a base para a forma de sua organização – ao se denominarem/definirem como quilombolas. Esta é resultado de uma “confluência de fatores escolhidos por eles mesmos: de uma ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos lingüísticos e religiosos” (SEPPPIR, 2004, p. 10). Não é muito diferente da maneira como os diversos grupos étnicos indígenas existentes no Brasil constroem sua identidade. No caso dos remanescentes de quilombos, temos alguns exemplos nos quais podemos pensar: o primeiro é a presença das religiões afro-brasileiras ou do catolicismo popular (mesmo que já haja uma mudança no perfil religioso dos moradores de quilombos); o segundo é a presença de linguagem ou língua própria: a cupópia falada em Cafundó, “terra de preto” localizada no interior de São Paulo, é um bom caso para pensarmos. O terceiro exemplo é o de uma ancestralidade comum com os primeiros habitantes, como no caso da doação das terras para uma mesma família e a posterior fixação dos seus descendentes (como se deu no Quilombo São José – **Figura 13.2**, em Valença ou no Campinho da Independência, em Parati).

A questão fundiária se constitui em uma aproximação da dimensão histórica (dos quilombos no período colonial) com as organizações mais recentes: as práticas econômicas desenvolvidas, seus modelos produtivos agrícolas, dando conta de uma “necessária microeconomia local com vistas à consolidação de um uso comum da terra” (SEPPPIR, 2004, p. 10).

A questão fundiária no Brasil também é prioridade de outros movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em um país constituído por grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários, a distribuição desigual ainda é uma realidade. Nesse sentido, o que diferenciaria os remanescentes de quilombos dos militantes do MST, por exemplo? Para os remanescentes de quilombos, a questão fundiária é fundamental para a continuidade do grupo e sua fixação, mas não é condição exclusiva para sua existência. Luta-se pela terra, mas esta não é qualquer terra. “É a terra na qual mantiveram alguma autonomia cultural, social e conseqüentemente sua auto-estima” (SCHMITT, TURATTI & CARVALHO, 2002, p. 5). Aqui encontramos o terceiro elemento: o território.

O território não é apenas um espaço geográfico, mas sim tudo que efetivamente diz respeito ao grupo – objetos, valores, relacionamentos. Está confuso? O território é também o espaço vivido, local em que se dá a construção de culturas e práticas sociais bem definidas. Para utilizar uma definição de Muniz Sodré (1988), mais forte que a territorialidade física, o espaço fundiário adquire outra conotação neste sentido, pois ele também tem energia (axé), capaz de unir e irmanar seus integrantes.



Figura 13.2: Roda de capoeira no Quilombo São José, em Valença.

A partir de sua constituição enquanto grupo, os remanescentes de quilombos garantem efetivamente o direito à manutenção de sua cultura por meio dos artigos 215 e 216 da Constituição. O artigo 215 determina que o Estado proteja as manifestações culturais afro-brasileiras, enquanto o artigo 216 considera patrimônio a ser promovido e protegido pelo poder público os bens materiais e imateriais. Esses dois artigos em conjunto consideram que as terras quilombolas são “Territórios Culturais Afro-Brasileiros” (art. 6º, Portaria de número 6, de 1º de março de 2004 da Fundação Cultural Palmares) e, como tal, devem ser resguardados e defendidos pela sociedade brasileira. Vejamos agora como se constrói uma legislação em torno da questão dos remanescentes de quilombos.

Marco legal

A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), institui que

aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

A partir do artigo 68, os remanescentes de quilombos tornam-se categoria jurídica e têm sua demanda pela titulação da terra reconhecida. Porém, apesar desse artigo presente na Constituição, não havia até 1995 outras referências que explicitassem como seria realizado o reconhecimento e a titulação das terras dos remanescentes dos quilombos. Nesse período, tem-se uma certeza: o artigo 68 é uma importante colaboração à luta anti-racista e um avanço na promoção pela igualdade racial. É nessa direção que os movimentos negros aumentaram sua articulação e mobilização, realizando em novembro de 1995 o I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Ocorrido em Brasília nos dias que precederam a Marcha Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro, o tema desse encontro girou em torno das questões fundiárias e da construção da cidadania quilombola.

Diante de tais reivindicações, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – publicou a portaria número 307, em 22 de novembro do mesmo ano, determinando que se efetuasse a titulação das terras quilombolas, mas sem especificar ainda como seria o procedimento.

Sem os procedimentos que regulamentariam as titulações, de (...) 1996 a 1999 foi constituído um Grupo de Trabalho para coordenar as ações do INCRA referentes aos remanescentes de quilombos, possibilitando diálogo com os demais órgãos governamentais envolvidos, como Fundação Cultural Palmares, os Institutos de Terras Estaduais e o Ministério Público para debater e propor procedimentos eficazes (SEPPPIR, 2004, p.13).

Além desses órgãos governamentais, aproximadamente na mesma época, a Associação Brasileira de Antropologia criou também um Grupo de Trabalho para apresentar etnografias produzidas sobre os remanescentes de quilombos, definindo o papel da Antropologia e a metodologia a ser utilizada na realização de laudos antropológicos para a titulação de terras quilombolas. Em novembro de 2000, na Oficina sobre Laudos Antropológicos, os participantes elaboraram a Carta de Ponta das Canas, que teve como principal objetivo a formulação dos parâmetros de elaboração de laudos periciais antropológicos.

De 2001 a 2003, coube à Fundação Cultural Palmares pelo Decreto 3.192 a tarefa de reconhecer os territórios quilombolas e emitir os títulos definitivos. A partir de 2003, outros decretos foram criados, deixando cada vez mais explícito o processo de reconhecimento e titulação dessas comunidades. Desde 2003, mais especificamente a partir do Decreto 4.883 de 20/11, ficou transferida do Ministério da Cultura (na figura da Fundação Cultural Palmares) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (na figura do INCRA) a competência para a delimitação das terras remanescentes das comunidades dos quilombos; a determinação de suas demarcações, estabelecida no inciso VI, alínea “C”, do artigo 27 da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003; e a expedição dos títulos das terras.

Ainda em 2003, instituiu-se o Decreto 4.887, de 20/11, que regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos de que tratou o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Portanto, atualmente cabe ao INCRA a demarcação das terras quilombolas. Em 1/3/2004, pela portaria de número 6 da Fundação Cultural Palmares, instituiu-se o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos.

Encontra-se na Instrução Normativa número 16, de 24 de março de 2004, a regulamentação dos procedimentos para identificação,

reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos. Mais explicitamente, o artigo 6 trata das condições para a abertura dos processos administrativos e o artigo 7, do reconhecimento. Para esclarecer outras dúvidas sobre como e quem pode ser reconhecido como remanescente de quilombos, veja o box a seguir.

O que é preciso para que uma comunidade seja considerada quilombo?
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA ABERTURA DO PROCESSO:
Art. 6º - O processo administrativo terá início por requerimento de qualquer interessado, das entidades ou associações representativas de quilombolas ou de ofício pelo INCRA, sendo entendido como simples manifestação da vontade da parte, apresentada por escrito ou reduzido a termo por representante do INCRA, quando o pedido for verbal.
§ 1º A comunidade ou o interessado deverá apresentar informações sobre a localização da área objeto de identificação.
(...)
RECONHECIMENTO: Art. 7º - A caracterização dos remanescentes das Comunidades de Quilombos será atestada mediante autodefinição da comunidade.
§ 1º A autodefinição será demonstrada através de simples declaração escrita da comunidade interessada ou beneficiária, com dados de ancestralidade negra, trajetória histórica, resistência à opressão, culto e a costumes.
§ 2º A autodefinição da Comunidade deverá ser confirmada pela Fundação Cultural Palmares – FCP, mediante Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos do referido órgão, nos termos do §4º do artigo 3º do Decreto 4.887/2003.
§ 3º O processo que não contiver a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos da FCP será remetido pelo INCRA, por cópia, àquela fundação para as providências de registro, não interrompendo o prosseguimento administrativo respectivo.

Podemos ver a seguir (na Tabela 13.1) as fases pelas quais uma comunidade remanescente de quilombos passa hoje para que seja reconhecida e, posteriormente, receba sua titulação.

Tabela 13.1: Processo de regularização das comunidades remanescentes e seus respectivos procedimentos.

Fonte: MDA e INCRA – Construindo a igualdade racial, em <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=309>. Arquivo capturado em novembro de 2006.

Processo de regularização	Procedimento
Fases de regularização	Abertura de processos administrativos.
Reconhecimento	Declaração de autodefinição emitida pela Palmares. Elaboração de relatório técnico.
Identificação e delimitação	Publicação de peças técnicas no DOU. Consulta aos órgãos e entidades.
Demarcação	Medição e colocação dos marcos divisórios. Reassentamento dos ocupantes não-quilombolas.
Titulação	Concessão de título.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Assim como há uma política de Estado que garante os direitos das populações indígenas, também pautada na autodefinição e na identidade étnica e territorial, o mesmo se tem observado em relação às populações ou comunidades remanescentes de quilombos. O objetivo, além da promoção da igualdade racial, é a inclusão social, a busca pela equidade e a construção da cidadania.

Em números aproximados, no país são 2.250 comunidades remanescentes de quilombos, sendo que dessas apenas 750 são registradas oficialmente e 73 passaram pelo processo de titulação, totalizando dois milhões de pessoas. Diante de tais números e dos entraves jurídicos e burocráticos, foi lançado em 2004 o Programa Brasil Quilombola pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), cujo objetivo é articular a sociedade civil e os órgãos da administração pública.

O Programa Brasil Quilombola do SEPPIR

O Programa Brasil Quilombola se constitui como política pública para as populações remanescentes de quilombos e pretende ser uma articulação do conjunto de responsabilidades de cada órgão governamental para atender, de forma conjunta, às demandas dessas populações e criar

um modelo auto-sustentável de desenvolvimento local. Tenta ainda dar conta das suas questões e características históricas e contemporâneas, garantindo a elas os mesmos direitos do resto da população.

Suas ações estão pautadas em três eixos: a transversalidade, a gestão descentralizada e a gestão democrática.

- *Transversalidade* – implica o envolvimento de vários órgãos responsáveis pela execução e gestão das ações voltadas para o combate às desigualdades raciais e de gênero, mas também para a preservação da diversidade cultural.
- *Gestão descentralizada* – implica a articulação com os entes federativos, conforme o enunciado do artigo 23, inciso X, da Constituição Federal: “É da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios combater os fatores de marginalização e promover a integração social dos setores desfavorecidos, com ênfase no fortalecimento da esfera pública.”
- *Gestão democrática* – implica estabelecer interlocução com as Associações representativas das comunidades quilombolas e demais parceiros não-governamentais, considerando-os agentes ativos na formulação e monitoramento da política (SEPPPIR, 2004, p. 21).

Para o delineamento de suas ações com as comunidades, os gestores públicos trabalham com quatro eixos:

- *Regularização fundiária* – implica a resolução dos problemas relativos à emissão do título de posse das terras pelas comunidades remanescentes de quilombo e é a base para a implantação de alternativas de desenvolvimento, além de garantir a reprodução física, social e cultural de cada comunidade.
- *Infra-estrutura e serviços* – implica a consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infra-estrutura e construção de equipamentos sociais destinados a atender às demandas advindas das comunidades remanescentes de quilombos.
- *Desenvolvimento econômico e social* – implica a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado nas características territoriais e na identidade coletiva, visando à sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades remanescentes de quilombos.

- *Controle e participação social* – implica o estímulo à participação ativa dos representantes quilombolas nos fóruns locais e nacionais de políticas públicas, promovendo o seu acesso ao conjunto das políticas definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município brasileiro (SEPPIR, 2004, p. 16).



ATIVIDADE

2. São aproximadamente dois milhões de remanescentes de quilombos no país. A partir do que foi trabalhado nesta aula até o momento, procure conhecer quais são os maiores entraves à luta dessa população nos dias atuais e quais políticas públicas estão sendo implantadas para atender a esses grupos.

COMENTÁRIO

Nesta questão, você poderá se aprofundar em assuntos como o reconhecimento e posterior titulação dos remanescentes, falta de acesso a serviços, falta de oportunidades aos mais jovens e ausência de escolas ou professores que entendam as demandas desses grupos.

Representação das comunidades remanescentes de quilombos no estado do Rio de Janeiro, as terras reconhecidas e tituladas (ver também **Mapa 13.1**).

Quilombos reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares

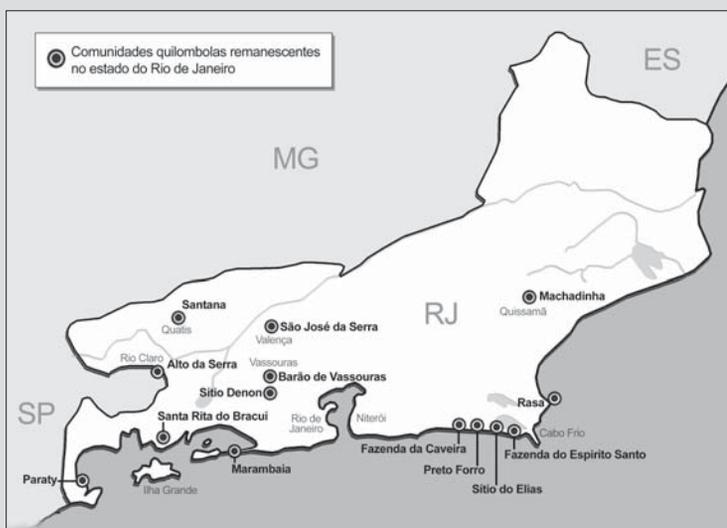
Quilombo de Bracuí, Angra dos Reis	Quilombo de Patrimônio, Parati
Quilombo Campinho da Independência, Parati	Quilombo da Marambaia, Mangaratiba
Quilombo de Cabral, Parati	Quilombo de Santana, Quatis
Quilombo da Caixa-D'água, Barra do Pirai	Quilombo São José da Serra, Valença
Quilombo de Coco, Campos	Quilombo do Preto Forro, Cabo Frio
Quilombo de Karu Congo, Campos	Quilombo de Rasa, Armação de Búzios
Quilombo de Conceição do Imbé, Campos	Quilombo Maria Conga, Magé / Guapimirim
Quilombo de Caveira / Botafogo, São Pedro da Aldeia	Quilombo Sacopã, Rio de Janeiro
	Quilombo Fazenda Cachoeira, Pirai
	Quilombo Manoel Congo, Vassouras

Quilombos recentemente descobertos e em processo de requerimento de identificação

Prodígio, Araruama	Cambucá, Campos
Alto da Serra, Rio Claro	Batalal, Campos
Pedra da Onça, Mangaratiba	Aleluia, Campos
Machadinha, Quissamã	

Áreas com características de quilombo consideradas assentamentos

Botafogo, em Cabo Frio
Soubara, Araruama



Mapa 13.1: Representação das comunidades quilombolas remanescentes no estado do Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.koinonia.org.br/oq/>. As informações sobre as comunidades quilombolas estão sempre sendo atualizadas. O mapa e os dados são uma representação da situação em 2006.



ATIVIDADE

3. Vamos conhecer melhor nossas comunidades remanescentes de quilombos? A partir do **Mapa 13.1** das comunidades quilombolas reconhecidas no estado do Rio de Janeiro, escolha uma e procure saber suas características (localidade, população, como vivem, se há escolas em seus territórios etc.) e liste no espaço a seguir:

COMENTÁRIO

O objetivo da atividade é nos aproximarmos da realidade do Rio de Janeiro e conhecer as demandas e a história de algumas dessas comunidades. Por exemplo: A comunidade remanescente do Quilombo de Santana, em Quatis, ganhou as terras por doação não registrada ao final do século XIX. Ela foi reconhecida oficialmente como Remanescentes de Quilombos pela Fundação Cultural Palmares em 1999, mas ainda não tem o registro da terra. O sistema de produção da comunidade é coletivo – tanto em relação à agricultura quanto em relação ao artesanato produzido. Em relação à educação, a comunidade tem uma escola municipal que atende a aproximadamente 25 crianças do Ensino Fundamental.

QUILOMBOS E EDUCAÇÃO

Os problemas enfrentados pelos remanescentes de quilombos são muitos: a burocracia e a dificuldade em relação à titulação de suas terras, coerção por parte dos latifundiários para venda das terras, esgotamento do solo, luta contra a pobreza, a fome e a discriminação. Emergem ainda outras questões que dizem respeito principalmente à manutenção social e cultural dos grupos: a pouca fixação à terra de seus descendentes, a explícita falta de oportunidade para os mais jovens, a ausência de escolas próximas ou que, quando existem, não consideram as especificidades da população.

Além das inúmeras pesquisas etnográficas ou nas áreas do direito à terra, a questão da educação quilombola tem aparecido bastante nos

campos da pesquisa. O fato é que ainda existem poucas escolas no interior dos territórios quilombolas, fazendo com que jovens e adultos migrem para as cidades para estudar e trabalhar.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2004), o país tem 49.722 estudantes matriculados em 364 escolas, localizadas em áreas remanescentes de quilombos.

Cabe, nesse sentido, afirmar que essa população quilombola deve ter acesso a uma educação plural, que dê conta de suas especificidades de raça, gênero, faixa etária e classe social, e que ainda a insira em uma discussão maior sobre a educação brasileira nos diversos níveis e sobre a relação da escola com os afro-descendentes. É necessário não isolar esses indivíduos, mas estimulá-los a portar-se, manter-se e situar-se no mundo, na busca do seu autoconhecimento (NUNES, 2006).

Em termos de políticas públicas, o Decreto 4.887/03, que garante às comunidades quilombolas a posse de terra e o acesso a serviços, tenta assegurar também o ingresso a uma educação de qualidade. Nesse sentido, o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), pensa as seguintes ações específicas:

- formação específica de professores para áreas de remanescentes de quilombos;
- fóruns estaduais para articulação e acompanhamento das formações de professores *in loco*;
- ampliação e melhoria da rede escolar;
- produção e aquisição de material didático para a educação quilombola.

CONCLUSÃO

O conhecimento sobre as comunidades remanescentes de quilombos é um processo ainda em construção. Hoje, percebemos avanços no saber sobre essas comunidades e uma política pública voltada para suas especificidades, elaboradas para entender a diversidade e a inclusão na cidadania. Luta-se, hoje, por uma educação inclusiva e diferenciada, que dê conta das demandas culturais e sociais, do desenvolvimento do próprio grupo, da construção de um patrimônio material e imaterial, isto é, valores, costumes, hábitos alimentares e

musicais entre outros. A política do governo federal tem procurado implantar um olhar sobre a diversidade, principalmente na área da educação, capacitando e apoiando iniciativas que preservem, dentro da dinâmica contemporânea, as especificidades encontradas em cada grupo, sejam populações indígenas, quilombolas ou comunidades rurais.

ATIVIDADE FINAL

Nesta atividade, você estabelecerá uma relação entre Diversidade Cultural e Educação, pensando especificamente no caso dos remanescentes de quilombos. Como podemos entender as iniciativas governamentais e não-governamentais existentes para uma educação diferenciada no que diz respeito à educação quilombola? E como se deu esse processo?

RESPOSTA COMENTADA

Nesta questão, você poderá conhecer os avanços que a Lei 10.639/2003 trouxe para a educação quilombola, assim como o papel da LDB e dos PCNs (conforme vimos na Aula 12). Procure na internet e em jornais e revistas exemplos e experiências sobre diversidade e educação quilombola, e os relate aqui.

RESUMO

Os conceitos de “quilombos” e “remanescentes de quilombos” ganharam novos significados na virada do século XX para o XXI. O próprio vocábulo quilombo, no Brasil, tem diversos significados e nem todos necessariamente remetidos ao que o senso comum entende por uma das maiores dinâmicas de resistência dos negros no período escravocrata. Ainda causa estranhamento para muitos saber que, contemporaneamente, existam quilombos no Brasil. A demanda política dos remanescentes de quilombos se diferencia das demandas pela luta de terras, pois se constitui como identidade étnica e territorial, como também se diferencia das demandas indígenas e do próprio movimento negro urbano.

PARA TRABALHAR EM SALA DE AULA

Programas de TV do projeto A cor da Cultura (<http://www.acordacultura.org.br>):

Mojubá – Quilombos. No *site*, você encontrará o roteiro do programa.

Heróis de todo mundo – Zumbi. No *site*, você encontrará o minidocumentário.

Gibi: *Quilombos – Espaço de resistência de crianças, jovens, homens e mulheres negros*. História em quadrinhos com trinta páginas, que conta um pouco sobre alguns quilombos do estado do Rio de Janeiro http://diversidade.mec.gov.br/sdm/arquivos/gibi_quilombos.pdf

SITES RECOMENDADOS

Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas, UFSC – <http://www.cfh.ufsc.br/~nuer>

Laboratório de História Oral e Imagem, UFF – <http://www.historia.uff.br/labhoi>

Fundação Cultural Palmares – <http://www.palmares.gov.br>

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – <http://www.planalto.gov.br/seppir/>

Associação Brasileira da Antropologia – <http://www.abant.org.br>

Movimentos sociais, populações afro-brasileiras e educação

AULA

14

Meta da aula

Apresentar as organizações afro-brasileiras, suas contribuições para a cidadania e para a democratização da educação brasileira.

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- descrever os movimentos negros mais significativos do Brasil;
- identificar os principais articuladores políticos do movimento negro no Brasil;
- analisar as discussões sobre 1988, ano do Centenário da Abolição;
- refletir sobre as conquistas do movimento na área da educação.

INTRODUÇÃO

Podemos definir o Movimento Negro como o conjunto dos diversos movimentos sociais afro-brasileiros, particularmente aqueles surgidos após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em todo o país, mas principalmente os do Rio de Janeiro e os de São Paulo. A expressão *Movimento Negro* é utilizada atualmente para definir não apenas as entidades, mas também as pessoas que lutam contra a discriminação racial.

Dentro dessa perspectiva, percebemos que a idéia de que esses movimentos surgiram apenas no século XX é equivocada. Observamos que os movimentos sociais e a articulação política dos negros brasileiros numa luta pela sua liberdade, autonomia, sobrevivência e contra a discriminação racial perpassam toda a nossa História. Uma outra característica é que, como todo movimento social, sua base e militância são constituídas por mulheres e homens comuns, que quase sempre passam como anônimos nas análises e descrições históricas.

Nesta Aula 14, você conhecerá alguns dos principais movimentos negros e suas experiências, e poderá perceber que tanto a luta anti-racista quanto uma busca por melhores condições sociais que se refletem no aumento da auto-estima da população negra brasileira não são recentes.

MOVIMENTOS NO PERÍODO PRÉ-ABOLIÇÃO

Definimos como o período pré-abolição aquele constituído antes de 1888, ano da abolição da escravidão em todo o território nacional. Costumamos imaginar que nesse período havia apenas dois tipos de movimentos que traziam em sua essência alguma discussão sobre a população negra escravizada: a mobilização de escravos fugidos em quilombos e o movimento abolicionista, tantas vezes romantizado em livros de ficção. O que não imaginávamos é que havia uma pluralidade de movimentos ou iniciativas, de grupos ou indivíduos. Havia também o que chamaríamos hoje de políticas públicas, envolvendo o que definimos atualmente como questões étnico-raciais.

Essas questões envolviam a população escravizada, os libertos, os negros nascidos no Brasil e os africanos, ou, como diriam pesquisadores como Silva (2003) e Gomes (2005), questões pertinentes aos chamados *homens de cor*.

Entre os movimentos ou grupos importantes desta luta anti-racista, podemos destacar três no período: a formação de quilombos

– a resistência da população negra escravizada em todo o território nacional (Aula 13); o abolicionismo – movimento político que visava ao fim do comércio de escravos e à abolição da escravidão, movimento que começou a ganhar visibilidade já na década de 1880, impulsionado também pela fuga em massa de escravos das fazendas; e as associações formadas e entendidas como redes de solidariedade e sociabilidade – as irmandades religiosas e as religiões afro-brasileiras, por exemplo. Esses três grupos tornaram-se fundamentais no período para constituir o que chamamos hoje de movimento negro.

Em relação ao terceiro grupo – o formado pelas redes de solidariedade e sociabilidade – destacamos a presença da religiosidade, tanto a católica quanto a dos cultos afro-brasileiros. Por quê? Como vimos em nossa Aula 6, a religião ganhou um outro sentido no tempo da escravidão. Em relação às irmandades, aprender a doutrina cristã e conviver com outros africanos, de seus próprios grupos ou de outros, era importante para compartilhar tradições, reconstituir relações sociais e de trabalho, devoção e ajuda mútua, inclusive financeira.



Figura 14.1: O cortejo da rainha negra na festa de Reis. Aquarela de Carlos Julião, 1776.

Segundo a historiadora Mariza C. Soares, a presença de negros nas irmandades não era uma novidade, pois ainda “no século XVI a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, instalada no Mosteiro São Domingos, em Lisboa, aceitava receber africanos convertidos ao catolicismo” (2004, p. 69). No Brasil, desde a colonização, também foram estabelecidas irmandades. Aquelas que conseguiam reunir recursos próprios, com a colaboração dos seus filiados, acabavam por construir seus próprios templos, enquanto as mais pobres ganhavam um nicho ou altar lateral nas igrejas. Essas irmandades elegiam também reis negros, que teriam liderança não apenas nas Congadas (Figura 14.1 e Aula 9), como também na própria vida cotidiana dos escravos e **FORROS**. Algumas

FORROS

Situação oposta à de escravizado. Significa aquele que foi alforriado, liberto. O ex-escravo, agora livre.

das irmandades mais conhecidas: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia e Irmandade da Boa Morte, esta última considerada afro-católica, pois preserva o culto a Nossa Senhora e a devoção aos orixás (ver Aula 8, sincretismo).

ARTICULAÇÃO NEGRA NO SÉCULO XX

Como vimos anteriormente, a mobilização da população negra nos períodos pré e pós-abolição se deu por meio de movimentos plurais e heterogêneos, tanto em suas demandas como nos tipos de organizações que encontramos. O preconceito acabou por impedir que os negros tivessem acesso a formação, ocupações e instituições. Isso de alguma forma determinou a criação de entidades negras independentes, tais como clubes, cooperativas, escolas de samba, órgãos culturais etc.

Logo após a abolição da escravidão, em 1888, percebemos a emergência de jornais editados por negros para um público específico, formado por negros e mulatos com temas sobre o preconceito, a situação da população pós-abolição e os problemas enfrentados pelos homens de cor. Já na década de 1910 vimos surgir a chamada Imprensa Negra, que segundo o historiador Flávio Gomes é “a parte mais conhecida e citada da mobilização negra nas primeiras décadas republicanas” (2005, p. 27). Apesar de figurar em todo país, em estados como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, por exemplo, a imprensa negra teve como principal foco de mobilização o estado de São Paulo, sendo denominada na maior parte das vezes de Imprensa Negra Paulista. Durante os 48 anos de sua existência – que vai de 1915 com a criação do jornal *O Menelick* (São Paulo – SP) até 1963, com o fechamento do jornal *Correio d’Ébano* (Campinas – SP) – os jornais que compunham a imprensa negra paulista tinham como características o não envolvimento na cobertura dos grandes movimentos nacionais e o fato de ter se tornado uma imprensa setorizada nas suas informações e dirigida a um público específico (FERRARA, 1986).

Independentemente da imprensa negra paulista, praticamente toda associação de destaque fundou seu próprio jornal ou periódico, que difundia sua ideologia, e era em grande medida instrumento para expressar críticas, opiniões, reivindicações, comentários, fazer propagandas e anunciar eventos da própria comunidade negra: competições esportivas, casamentos, bailes, festas religiosas, entre outros.

Mas a função da imprensa não era apenas esta: com a fundação, em 1924, do jornal *O Clarim da Alvorada*, por José Correia Leite e Jayme de Aguiar, “o caráter combativo da imprensa negra desenvolve-se e acentua-se” (FERRARA, 1986, p. 45). Segundo Gomes (2005), *O Clarim da Alvorada* será um dos jornais de maior influência entre a população negra nas décadas seguintes.

No período mais intenso dessa mobilização, entre as décadas de 1910 e 1930, a antropóloga Miriam Ferrara contabiliza a fundação de 22 jornais e periódicos. Entre esses, figura o jornal *A Voz da Raça*, criado em 1933 como órgão oficial da Frente Negra Brasileira e uma das maiores fontes de pesquisa sobre o período e sobre a própria Frente.

A Frente Negra Brasileira – FNB (1931-1937)

Considerada a mais importante entidade afro-descendente na primeira metade do século XX, a Frente Negra Brasileira foi fundada em 1931 e trouxe em seus quadros vários militantes de antigas organizações da população negra. Ela, portanto, surgiu do esforço e da militância de mulheres e homens que se preocupavam com os destinos da população negra desde o final do século XIX.

Surgida em um momento de crise econômica e transformações políticas, a FNB atraiu milhares de pessoas. Em sua sede, realizavam-se palestras e seminários e, posteriormente, foi instalada uma escola noturna no local. Ela ainda agregava entre seus quadros diversas entidades recreativas e sociais que pareciam ver a FNB ao mesmo tempo como solução e porta-voz das suas demandas. Ao mesmo tempo, a direção da FNB tinha a percepção de que não haveria grandes ganhos nas demandas da população negra se não houvesse uma articulação política mais intensa, tornando-se pioneira ao politizar a questão racial. É nesse sentido que a Frente Negra Brasileira vai ocupar uma lacuna importante nesses movimentos.

Participar da FNB era motivo de orgulho para seus integrantes. Ser filiado e ter uma carteira da Frente fazia seus membros serem respeitados, inclusive pela polícia. Segundo depoimento de Francisco Lucrécio, secretário da FNB, para o livro *Frente negra brasileira*,

A Frente Negra funcionava perfeitamente. Lá havia o departamento esportivo, o musical, o feminino, o educacional, o de instrução moral e cívica. Todos os departamentos tinham a sua diretoria, e o Grande Conselho supervisionava todos eles. Trabalhavam muito bem. Dessa forma, muitas entidades de negros que cuidavam de recreação filiaram-se à Frente Negra. E existiam diversas sociedades em São Paulo e pelo interior afora. Por isso a Frente cresceu muito, cresceu de uma tal maneira que tinha delegação no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais etc. (BARBOSA, 1998, p. 39).

A partir dessa citação, percebem-se algumas das principais características da FNB: 1) incluiu o tema racismo na pauta de discussão e tentava promover melhores condições de vida para a população negra, objetivo que efetivamente atinge ao conseguir que negros fossem alocados em determinados postos de trabalho; 2) era entendida como porta-voz das diversas entidades e movimentos que a compunham; 3) seu objetivo era tornar-se uma referência e conseguir abrangência nacional e 4) tinha um forte cunho nacionalista, o que lhe valeu a acusação de uma organização fascista.

Em 1936, a FNB tornou-se Partido Político, mas sua carreira como tal teve vida curta. Com a instituição do Estado Novo por Getúlio Vargas, em 1937, todos os partidos políticos foram fechados e entraram na clandestinidade.

Você encontrará mais informações sobre o Estado Novo (1937-1945) e Getúlio Vargas em nossa Aula 3.

Ressaltamos, porém, que o fechamento da Frente Negra não significou necessariamente a paralisação dos movimentos e os protestos da população negra nem a descontinuidade de suas demandas. Deixou herdeiros, e seus membros participaram de outros movimentos ao longo do século XX, como você verá a seguir.

Teatro Experimental do Negro – TEN (1944-1968)

Segundo **ABDIAS DO NASCIMENTO**, um dos criadores do Teatro Experimental do Negro, o TEN foi criado para valorizar e resgatar a herança africana na expressão brasileira, contestar a discriminação e formar atores e dramaturgos afro-brasileiros. Essa herança africana, sempre negada e relegada ao ridículo, passa a ser motivo de orgulho e luta dentro do Teatro Experimental do Negro.

Como herdeiro direto da FNB, da qual Abdias era militante, o TEN tinha como objetivo a valorização da cultura afro-brasileira, fortalecendo uma atuação política e cultural. Ele não foi o primeiro grupo teatral negro. A Companhia Negra de Revistas e a Companhia Bataclã Preta, fundadas respectivamente em 1927 e 1928, atraíam multidões que queriam ver as estripulias de seus fundadores, os palhaços Chocolate e Veludo, mas não conseguiram mobilizar a sociedade para a problemática racial.

De alguma forma o TEN conseguiu essa mobilização e fez diferença. Em uma época em que um dos poucos atores negros brasileiros era o brilhante **GRANDE OTELO**, o TEN produziu muitos espetáculos, estimulando o aparecimento de dramaturgos negros e de peças sobre temas afro-brasileiros, também com heróis e protagonistas negros. Nos seus quadros, o TEN abrigava empregadas domésticas, motoristas, *office-boys*, funcionários públicos a quem Abdias do Nascimento chama de heróis, pois não tinham condições de vida para sustentar a atividade artística e doavam seu axé (ver significado na Aula 8) para que o Teatro funcionasse. Pelo TEN passaram as atrizes **LÉA GARCIA** e **RUTH DE SOUZA**. O sociólogo Guerreiro Ramos, um dos fundadores do TEN, conheceu Abdias em 1939 e começou a participar do Teatro quando sua carreira já estava praticamente consolidada.



ABDIAS DO NASCIMENTO

Nascido em 1914, estudou em escola pública e, em 1930, alistou-se no Exército, do qual acabou expulso. Diplomou-se na Universidade do Brasil – hoje UFRJ – em 1938, e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB – em 1957. No Rio de Janeiro, fundou o Teatro Experimental do Negro, em 1944. Destacou-se como líder do movimento negro brasileiro e foi forçado ao exílio entre 1968 e 1981 pelo regime militar. Abdias participou ativamente do movimento Pan-africano e foi professor em diversas universidades nos EUA. No retorno ao Brasil, foi eleito deputado federal e, em 1994, senador da República. Em 2004, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz.



GRANDE OTELO (1915-1993)

Pseudônimo de Sebastião Bernardes de Souza Prata, Grande Otelo foi ator, cantor e compositor. Conhecido pelos tipos cômicos que interpretava, começou antes dos dez anos de idade, no circo, passando por diversos locais ao longo de sua carreira; participou do Teatro de Revista, foi artista em cassinos e ficou muito conhecido por seus papéis na televisão e no cinema. Participou de vários filmes de sucesso, fazendo parceria com Oscarito e trabalhando posteriormente com Nelson Pereira dos Santos (em *Rio 40 graus*) e Joaquim Pedro de Andrade (em *Macunaíma*, uma de suas melhores interpretações).



LÉA GARCIA (1933 -)

Com uma carreira iniciada no Teatro Experimental do Negro, Léa Garcia tem um extenso currículo na televisão, no teatro e no cinema. Uma curiosidade: participou das duas versões cinematográficas de Orfeu: *Orfeu negro*, de Marcel Camus (1959), e *Orfeu*, de Cacá Diegues.

RUTH DE SOUZA (1921 -)

Dona de sólida carreira no teatro, no cinema e na televisão, Ruth de Souza começou a atuar no Teatro Experimental do Negro, ainda na década de 1940. Ela abriu caminho para o artista negro no Brasil, tendo sido a primeira atriz negra a subir ao palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e a ganhar um prêmio nos Estados Unidos.



Alguns dos participantes não encontraram possibilidade de desenvolver suas atividades fora do TEN, pois, apesar da profissionalização, não conseguiram outras oportunidades. Elogiados pela crítica e pelo público, o Teatro Experimental do Negro foi além. Criou cursos de alfabetização e cultura básica organizados pelo crítico e escritor Ironildes Rodrigues, cujo objetivo era a promoção social, cultural e educacional de todos os seus participantes. Ofereciam-se também aulas de História da Arte e interpretação. Enalteciam a estética afro-brasileira com seus concursos de beleza e organizou ainda eventos sociopolíticos. Criou ainda o jornal *Quilombo*, veículo de divulgação das atividades e do programa de ação do TEN. Relatando a atuação político-cultural do TEN e do jornal *Quilombo*, Abdias do Nascimento e Elisa Larkin do Nascimento assim listam algumas das atividades e intenções políticas do Movimento:

Complementando sua atuação teatral, o TEN ainda organizou concursos de artes plásticas, sendo um deles sobre o tema “O Cristo Negro” (1955), bem como concursos de beleza que enalteciam os padrões estéticos afro-brasileiros. Patrocinou a organização de muitos eventos sociopolíticos do movimento negro, como a Convenção Nacional do Negro (1945-1946), onde primeiro se cogitou uma medida constitucional e legislação anti-racista, a Conferência Nacional do Negro (1948-1949) e o 1º Congresso do Negro Brasileiro (1950). Publicou o jornal *Quilombo*, que trazia em todos os números uma declaração do “Nosso Programa”, cujo item nº 5 é instrutivo quando se fala

da chamada Lei Afonso Arinos: “Pleitear para que seja previsto e definido o crime da discriminação racial e de cor, em nossos códigos, tal como se fez em alguns estados da América do Norte e na Constituição Cubana de 1940.” Outros pontos do programa incluíam o ensino gratuito para todas as crianças brasileiras; a admissão subvencionada de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário, onde o negro não entrava como resultado da discriminação e da pobreza resultante da sua condição étnica; o combate ao racismo através de medidas culturais e de ensino; o esclarecimento da verdadeira imagem histórica do negro (2000, p. 210).

Podemos perceber que o TEN se preocupava com os valores da população negra e com sua mobilidade social, e nesse sentido foi um dos movimentos negros pioneiros.

Com o início da ditadura militar, em 1964, e com o endurecimento e as perseguições políticas em 1968, Abdias do Nascimento seguiu para o exílio nos Estados Unidos ainda no mesmo ano, desarticulando o TEN, porém iniciando uma nova fase dos movimentos negros brasileiros, influenciada pelo **PAN-AFRICANISMO**.

PAN-AFRICANISMO

O Pan-africanismo é um movimento político, filosófico e social que promove a fraternização africana, a defesa dos direitos dos africanos e a unidade da África frente a um único estado soberano, para todos os africanos da África e das diásporas africanas. As teorias pan-africanistas foram elaboradas inicialmente por descendentes de escravos e africanos a partir de meados do século XX, auto-denominados africanos da diáspora. São duas as principais críticas dirigidas ao Pan-africanismo. A primeira incide na impossibilidade de se conseguir uma unidade africana devido à diversidade sociopolítica do continente. A segunda afirma que o Pan-africanismo é nocivo para a África, pois se constitui em uma forma de essencialismo.

ATIVIDADE



1. Movimentos sociais e populações afro-brasileiras

Escolha um dos movimentos negros apresentados em nossa aula e analise suas principais características e demandas e os maiores entraves à sua luta política.

RESPOSTA COMENTADA

Ao escolher um destes movimentos, tenha em mente que as lutas políticas e demandas estão inseridas em um momento histórico, e que é característica à constituição do movimento seu caráter de processo.

A década de 1970 e o Movimento Negro Unificado (MNU)

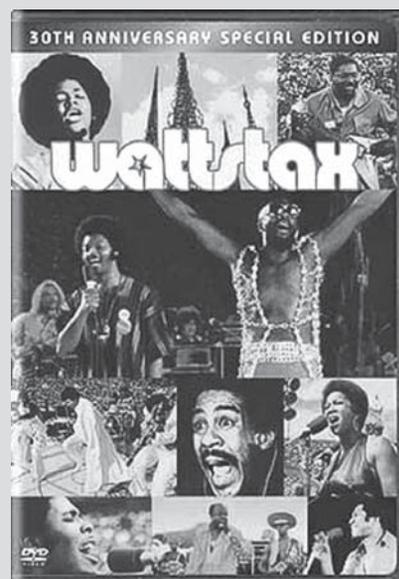
A partir dos anos 1960, mais especificamente 1964, a ditadura brasileira praticamente inviabilizou a participação em movimentos de cunho étnico-racial, pois feria o caráter nacional brasileiro. Transformado em peça fundamental do regime militar, o mito da democracia racial brasileira acabou por abafar em um primeiro momento a militância, que foi censurada formal e informalmente durante o período, mas por outro lado fez com que houvesse uma grande mobilização de parte da população pelo retorno (na prática) dos direitos civis e políticos.

Segundo Hanchard (2001), no Brasil não houve uma mobilização tão forte quanto a ocorrida nos Estados Unidos pela luta dos direitos civis, também na década de 1960, pois aqui ocorreu uma preocupação muito mais cultural. Com o *black is beautiful*, criação norte-americana, passamos a valorizar a estética do cabelo crespo, o *soul*, o *funk* e posteriormente o *hip-hop*, que buscam se afirmar como elementos da cultura negra, a partir da década de 1970. Em Salvador, o bloco carnavalesco Ilê Ayê foi criado em 1974 e nos mostrou suas influências nas roupas e nos conteúdos políticos de suas letras. Reafricanização, direitos civis norte-americanos, lutas de independência e contra os sistemas de *apartheid* na África, explosão da música negra serão questões a serem refletidas nos discursos e na prática política.

Soul music na década de 1970

Os bailes de música *soul* eram comuns no Rio de Janeiro durante toda a década de 1970 e foram iniciados no Canecão, casa de shows da Zona Sul. Ao longo dessa década, os bailes se espalharam por todo o subúrbio carioca, como forma de diversão e sociabilidade dos moradores, que gostavam das novidades musicais trazidas dos Estados Unidos. Os bailes estavam na moda, e sua música e estética passaram a influenciar gerações. No mesmo período, o Movimento Negro passou a perceber uma consciência do que era ser negro no Brasil. Assim, esses bailes deixaram de ser encarados apenas como uma diversão, quase alienada, e se transformaram em instrumento da luta anti-racista empreendida por vários setores da sociedade.

Figura 14.2: Capa do documentário *Wattstax* (1973, EUA – Direção: Mel Stuart), sobre a *soul music* na década de 1960/1970 nos Estados Unidos e seu papel na conscientização dos negros em relação à luta pelos direitos civis. Trechos do documentário eram exibidos nos bailes de música *soul* nos subúrbios cariocas.



A década de 1970 pode ser descrita como a década em que houve uma “revivificação da cultura negra”, ao mesmo tempo que se constituía uma crescente luta anti-racista. Em 1975 foi fundado no Rio de Janeiro o Instituto de Pesquisas de Cultura Negra (IPCN), um dos movimentos mais relevantes e uma das poucas entidades a ter sede própria.

Com vários grupos anti-racistas espalhados em diversas regiões do Brasil, em 1979 foi criado o Movimento Negro Unificado (MNU), uma denominação genérica e aglutinadora desses diversos movimentos.

Apesar de seu nome, o Movimento Negro Unificado nunca apresentou uma coordenação unificada de suas ações. Trata-se de iniciativas e organizações variadas que só se condensam numa plataforma única diante de acontecimentos de especial relevância, como foram, por exemplo, a Constituição de 1988, a comemoração dos 300 anos da morte de Zumbi em 1995 e a preparação para a III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban em 2001 (COSTA, 2005, p. 14).

De volta ao Brasil, Abdias do Nascimento passou também a fazer parte do MNU (Figura 14.3), movimento do qual sairão também várias e importantes lideranças negras em todo o Brasil. O que diferencia o MNU da FNB e do TEN, por exemplo, é que ele pretende combater a ideologia da democracia racial e o mito de que o país não é racista. Desde a fundação do MNU, os conceitos consciência e conscientização ocuparam lugar decisivo na formulação de suas ações. Além disso, o MNU tentava esclarecer a população negra sobre sua posição desvantajosa, tentando, dessa maneira, constituir o sujeito político da luta anti-racista (COSTA, 2005).



Figura 14.3: Símbolo do Movimento Negro Unificado.

Durante esse processo o dia 13 de maio passou a ser esvaziado. Foi quando as comemorações pelo centenário da abolição ganharam o significado de farsa ou de falsa abolição e o MNU transformou o aniversário da morte de Zumbi, 20 de novembro, em Dia da Consciência Negra.



Lélia Gonzalez (1935-1994) foi uma intelectual, política, professora e antropóloga brasileira. Seus escritos, simultaneamente permeados pelos cenários da ditadura política e da emergência dos movimentos sociais, são reveladores das múltiplas inserções e identificam sua constante preocupação em articular as lutas mais amplas da sociedade com a demanda específica dos negros e, em especial, das mulheres negras. Os livros produzidos foram *Lugar de negro*, Editora Marco Zero, 1982 (com Carlos Hasenbalg), *Festas populares no Brasil*,

premiado na Feira de Frankfurt. As demais referências da produção de Lélia Gonzalez são comunicações, seminários, panfletos político-sociais, partidários, engajados, sempre de muita reflexão. Lélia Gonzalez foi fundadora (juntamente com outros companheiros) do MNU (Movimento Negro Unificado); do IPCN (Instituto de Pesquisas das Culturas Negras – Rio de Janeiro (RJ)); do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras – RJ; do Olodum, Salvador – Bahia. Participou da primeira composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, de 1985 a 1989.

Fonte: Wikipédia e Memória Lélia Gonzalez: <http://www.leliagonzalez.org.br>.

1988 e o Centenário da Abolição

O ano de 1988 foi marcado pela comemoração dos cem anos do fim da escravidão. Ao mesmo tempo que o Movimento Negro lutava para dar visibilidade ao dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra escolhido em homenagem a Zumbi dos Palmares, houve toda uma movimentação por parte da sociedade, inclusive dos intelectuais e do estado, para comemorar e discutir o Centenário da Abolição, suas conseqüências e os avanços políticos conquistados pela população negra brasileira.

Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* em 13 de maio de 1988, o historiador José Murilo de Carvalho perguntava: Qual o sentido do dia 13 de maio? Para ele, havia diversos sentidos, dependendo da visão de quem analisa a data. Os três sentidos principais seriam:

13 de maio – libertação: a data é vista positivamente, como o momento da abolição da escravatura. É comemorada como uma dádiva da monarquia, representada pela princesa Isabel, “a Redentora”;

13 de maio – enganação: a data é vista negativamente, pois a “abolição” não aboliu efetivamente a opressão sobre o negro;

13 de maio – crítico: a data é vista positivamente, mas sob novo enfoque. Não se valoriza a “dádiva” da monarquia abolindo a escravidão, mas sim a pressão do movimento popular (incluindo os próprios escravos) exigindo a extinção legal da escravidão. Em vez de doação real, a data é vista como conquista popular (CARVALHO, 1988).

Independente do significado dado, Yvonne Maggie aponta que naquele momento o 13 de maio foi mais comemorado que o 20 de novembro e identifica trinta tipos de eventos acontecidos ao longo do ano de 1988:

Acontecimento cívico, anúncio, campanha, casos, concurso, convênio, curso, dança, denúncia, disco, documento, exposição, festa, filmes, lei, leitura, missa, passeata, peça, prêmio, projeto, publicações, rádio, reunião, seminário, show, tribunal, TV, vídeo, visita diplomática (1994, p. 4).

Selecionamos a seguir alguns eventos ou acontecimentos representativos daquele ano:

- Promulgação da Constituição de 1988, a Constituição cidadã e representação de alguns movimentos sociais no texto, conseguindo assim contemplar algumas de suas demandas.

- Ciclo de debates, mostras de cinema, exposições de fotos e obras de arte, peças de teatro, debates, feiras de artesanato, passeatas, atos, procissões, entre outros.

- O então presidente José Sarney criou a Fundação Palmares, primeiro órgão especializado no atendimento específico das demandas das populações afro-brasileiras no âmbito federal.

- As universidades estaduais e federais, o CNPq e o Ministério da Cultura organizaram o Congresso Internacional de Escravidão.

- Foi em 1988 que as escolas de samba Mangueira, Vila Isabel, Beija-Flor e Tradição homenagearam o Centenário da Abolição – Vila Isabel foi a campeã com o samba “Kizomba, a festa da raça” (sua comissão de frente eram os arautos da liberdade), enquanto a Mangueira ficou em segundo lugar com “100 anos de liberdade, realidade ou

ilusão”. Interessante é observar que no ano seguinte, 1989, a Imperatriz Leopoldinense foi campeã com um samba que tratava também do Centenário da Abolição: “Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”, que tratava a princesa Isabel como heroína.

- A Conferência Nacional de Bispos do Brasil definiu como slogan para a Campanha da Fraternidade de 1988 “Ouvi o clamor desse povo!”. Uma das propostas derrotadas dizia: “Ouvi o clamor desse povo negro!”

- Os canais televisivos também se lembraram de comemorar a data. A TV Globo, por exemplo, exibiu a minissérie Abolição, de Walter Avancini, protagonizada por Luiz Antonio Pilar, e, em 1989, a novela Pacto de sangue, de Regina Braga e Sérgio Marques.

- Na virada de 1987/ 1988, a Globo pediu que Martinho da Vila compusesse uma música a ser tocada na propaganda institucional Axé, sobre o Centenário: a música “Axé pra todo mundo” era cantada por diversos atores e cantores negros, e dizia assim:

(...) Muito axé pra todo mundo, axé
Eu negro brasileiro
Desejo pra esse Brasil
De todas as raças
De todos os credos
Axé (...)

ATIVIDADE



2. Descrevemos nesta aula alguns dos sentidos possíveis para o dia 13 de maio, abordados por José Murilo de Carvalho. Em qual desses significados encaixa-se o trecho do samba-enredo da Mangueira que apresentamos a seguir? Por quê?

G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira - “100 anos de liberdade - realidade ou ilusão”?

Compositores: Hélio Turco, Jurandir e Alvinho

Será...
Que já raiou a liberdade
Ou se foi tudo ilusão
Será...
Que a Lei Áurea tão sonhada

Há tanto tempo imaginada
Não foi o fim da escravidão
Hoje dentro da realidade
Onde está a liberdade
Onde está que ninguém viu
Moço...
Não se esqueça que o negro também construiu
As riquezas do nosso Brasil.

COMENTÁRIO

Você deverá analisar o trecho apresentado e observar que ele apresenta uma visão crítica, de negação ao dia 13 de maio. Caso tenha curiosidade, você poderá procurar outros sambas-enredos que apresentam a temática escravidão/abolição e procurar relação com os significados apresentados por José Murilo de Carvalho.

MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO

Foram inúmeras as conquistas dos movimentos negros no século XX, principalmente as ações implantadas ao longo dos últimos trinta anos de combate ao racismo e à discriminação racial. Nesta aula, você leu sobre estratégias de inclusão e ascensão social dos negros, que discute, principalmente, questões como saúde, direito à moradia e educação.

Como as leis anti-racistas ficaram ausentes do debate nacional até a década de 1980, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi utilizada como respaldo por muitos dos movimentos negros que surgiram ao longo das décadas de 1940 e 1950, em resposta às suas demandas, críticas, avaliações e reivindicações.

Dentre elas, talvez as mais visíveis sejam as demandas e as conquistas pela educação dos afro-descendentes. Segundo Silva (2003, p. 227), “a educação formal e a preparação profissional foram sempre perseguidas pelos negros organizados, em diferentes épocas”. Nesse sentido, podemos sistematizar alguns exemplos da relação entre

movimentos negros e educação, já abordadas anteriormente nesta aula e em aulas passadas:

- **Alfabetização e Educação para jovens e adultos:** desde a Frente Negra Brasileira, passando pelo Teatro Experimental do Negro, a alfabetização e a educação de jovens e adultos era uma prioridade. Especificamente em relação ao TEN, Jeruse Romão (2005) ressalta que o objetivo não era apenas o da escolarização: incorporou-se ao projeto do TEN a perspectiva e a conscientização do negro em vários aspectos: o educativo, o político e o de inserção no mercado de trabalho.

- **Currículo Escolar e Livros Didáticos:** em relação aos currículos escolares, o movimento apontava uma ausência de conteúdos que contemplassem a cultura afro-brasileira e a história dos povos africanos. Sueli Carneiro (2002) ressalta que até houve algumas iniciativas nesse sentido, mas esbarraram na falta de formação docente para tratar de questões étnicas e raciais dentro de sala de aula. Hoje, estamos capacitando professores e produzindo recursos didáticos, o que nos leva à segunda questão: os livros didáticos, que foram denunciados como cristalizadores de papéis sociais subalternos protagonizados por personagens negros e a reificação de estereótipos racistas. Assim, apontou-se:

(...) em que medida essas práticas afetam a formação de crianças e adolescentes negros e brancos, destruindo a auto-estima do primeiro grupo e, no segundo, cristalizando imagens negativas e inferiorizadas da pessoa negra, em ambos, empobrecendo o relacionamento humano e limitando as possibilidades exploratórias da diversidade racial, étnica e cultural (CARNEIRO, 2002, p. 209).

Podemos estabelecer, nesse sentido, três das conquistas sobre essas questões: em 1996, entre os critérios de avaliação dos livros didáticos comprados e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), as questões raciais foram incluídas. Em 1998, a Pluralidade Cultural foi incluída entre os temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Em 2003, a publicação da Lei 10.639 tornou obrigatório o ensino da História da África e dos Afro-brasileiros no Ensino Fundamental e Médio.

- **Acesso ao ensino universitário:** desde o início da década de 1990, têm-se formado cursos pré-vestibulares populares em vários estados da Federação. Esses cursos são iniciativas de grupos comunitários,

profissionais na área de Educação e entidades, com o objetivo de “preparar estudantes oriundos das classes populares e grupos sociais marginalizados para o vestibular” (Nascimento, 2005, p. 139), tendo como consequência o ingresso no Ensino Superior. Também entendido como uma política de ação afirmativa, tal como as cotas, os pré-vestibulares comunitários tiveram entre seus pioneiros o projeto Universidade para os Trabalhadores, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUFRJ), com um corte pautado nas diferenças de classes sociais (criado em 1986), a Associação Mangueira Vestibulares, para atender aos estudantes do morro da Mangueira (criada em 1992) e as mais conhecidas: o Instituto Cultural Steve Biko (fundado em Salvador, Bahia, no ano de 1992), o Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes (fundado em São João de Meriti, RJ, em 1993) e que posteriormente virou o Movimento de Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC) (Figura 14.4) e o Projeto Educação para Afro-descendentes (Educafro, fundado em São Paulo, em 1997, por um grupo ligado à Igreja Católica que atuava no PVNC) (NASCIMENTO, 2005, p. 140-144). Além dessas iniciativas, você viu, no decorrer da Aula 11, o que as ações afirmativas e as cotas representam hoje para o movimento negro.



Figura 14.4: Símbolo do PVNC, representando a luta de Zumbi dos Palmares pela liberdade dos negros escravizados.

CONCLUSÃO

Houve, ao longo do século XX, uma intensa formação da imprensa negra, de organizações recreativas, culturais e esportivas, e ainda de associações políticas e de função social. Podemos perceber, então, a importância desses movimentos para o aumento da auto-estima da população afro-descendente e de que forma, a partir de demandas e reivindicações, temos construído uma educação mais plural, que possibilitará também o aumento na mobilidade social dessa população.

ATIVIDADE FINAL

As conquistas do Movimento Negro no Ensino Superior

Apresentamos a vocês três páginas na internet de projetos que incluem sua atuação nos pré-vestibulares populares. A partir de consulta nos *sites*, descreva a relação que esses projetos têm estabelecido entre educação e movimento negro, priorizando suas iniciativas como os pré-vestibulares populares e as cotas raciais nas universidades.

Educafro - <http://www.educafro.org.br/index.asp>

Instituto Cultural Steve Biko - <http://www.stevebiko.org.br/>

Movimento dos Cursos de Pré-Vestibulares para Negros e Carentes: <http://pvnc.sites.uol.com.br/index.htm>

RESPOSTA COMENTADA

Nos sites selecionados, você poderá encontrar uma rica fonte de pesquisa sobre a constituição desses movimentos. Nosso objetivo será perceber como a questão da educação e da inserção da população no Ensino Superior é uma das prioridades do movimento negro.

RESUMO

A concretização de algumas demandas étnico-raciais foram conquistadas ao longo dos séculos XIX e XX por anônimos que acreditavam em melhores condições de vida e trabalho, independentemente da cor da sua pele. Nesse sentido, as lutas anti-racistas e para a promoção social da população negra não são recentes no Brasil.



MOMENTO PIPOCA



O fio da memória (Cem anos de Abolição). Direção: Eduardo Coutinho. 1991. Documentário.

A partir das criações do imaginário do artista Gabriel Joaquim dos Santos (criador da Casa da Flor, em São Pedro da Aldeia, RJ) e da realidade do racismo em nosso país, Eduardo Coutinho nos conta a trajetória do negro na história do Brasil.



Filhas do vento. Direção: Joel Zito Viana. 2004. Drama.

Em uma cidade do interior do Brasil, uma família é afetada pelas conseqüências da escravidão e do racismo ao longo de três gerações. Com um elenco basicamente feminino, o diretor constrói ricas personagens, trabalhando com questões étnicas e de gênero, sem cair nos papéis estereotipados que geralmente são interpretados por atores negros. Com Ruth de Souza, Léa Garcia, Milton Gonçalves, Zózimo Bulbul, Rocco Pitanga, Taís Araújo, Thalma de Freitas, Maria Ceíça, Dani Ornellas e Jonas Bloch.

Por uma sociedade anti-racista e anti-sexista

AULA

15

Meta da aula

Apresentar a legislação que proíbe a discriminação e que garante os direitos civis de todos os brasileiros.

objetivos

Após a leitura desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- dar exemplos de práticas racistas e discriminatórias no Brasil;
- identificar os princípios norteadores para a construção de uma sociedade anti-racista e anti-sexista;
- descrever práticas e discursos anti-racistas e anti-sexistas.

INTRODUÇÃO

Todos nós somos iguais. Fazemos parte da mesma espécie. Não existem raças superiores ou inferiores, nem qualquer diferença biológica entre os povos do mundo. O preconceito nega a nossa humanidade, privando as sociedades da convivência sem conflitos étnico-raciais. Ele também alimenta as desigualdades e as disparidades de poder, incentivando o abuso e a exploração dos grupos vulneráveis.

A sociedade brasileira tem sido moldada e profundamente afetada pelo racismo, pelo sexismo e por outras formas de preconceito. Nossa nação enfrenta o desafio de encontrar caminhos para desfazer o legado de desvantagens cumulativas que afetam não só a população negra, mas também em especial as mulheres. Estamos, portanto, buscando construir uma sociedade para além do racismo e do sexismo, erradicando as bases que sustentam as desigualdades.

O caminho para uma era anti-racista e anti-sexista se caracteriza em relações humanas livres de preconceito e de desigualdades de gênero e de raça. Nesse sentido, tanto a legislação anti-racista quanto as ações educativas vigentes na sociedade brasileira contribuem para a concretização desse ideal.

Cabe ressaltar que além do sexismo e do racismo, as distinções feitas com relação à renda ou à nacionalidade também podem ser motivadoras de ações preconceituosas e discriminatórias.

Na Aula 15, você lerá somente sobre o combate ao racismo e ao sexismo. Definimos por estratégias anti-racistas e anti-sexistas aquelas que combatem a idéia de inferioridade e superioridade de indivíduos e de grupos, pautada em raça/etnia ou gênero. Escolhemos articular essas duas questões, pois as consideramos transversais (que corta ou atravessa; que passa ou está de través). O que isso significa? Que são questões que envolvem múltiplos aspectos e diferentes dimensões da vida social. A questão racial e de gênero não representa um continente isolado, que pode ser cortado. A discriminação, o preconceito e as desigualdades atingem, por exemplo, as mulheres negras. Estas são desfavorecidas, pois experimentam tanto a discriminação racial quanto a de gênero e de classe social. Isto quer dizer que independente da escolaridade da mulher negra, no Brasil ela receberá menos que uma pessoa branca nas mesmas condições sociais, como vimos em nossa Aula 10.

LEGISLAÇÃO ANTI-RACISTA E ANTI-SEXISTA

Percebemos que o repúdio ao racismo e ao sexismo na sociedade brasileira tem se expressado, desde o final da década de 1980, com mais vigor. Destacamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Constituição Brasileira (outorgada em 1988) e a Lei 7.716 de 5 de janeiro de 1989 (a **LEI CAÓ**, que qualifica o racismo como crime) e as demais leis que proíbem a discriminação, garantindo os direitos civis de todos brasileiros como norteadoras de uma política anti-racista e anti-sexista.

O Brasil é signatário de inúmeras Declarações Internacionais, o que significa que se obriga a cumprir as normas nelas estabelecidas. Destacamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o contexto brasileiro

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela resolução 217 da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Embora tenha tido diversos e ilustres antecedentes (como a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa), a declaração é fruto de um contexto posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ela foi impulsionada pela qualificação técnico-jurídica do genocídio como crime contra a humanidade, inscrita no ato constitutivo do Tribunal de Nuremberg, em 8 de agosto de 1945. Por sua vez, a declaração se tornou uma base para as mais de sessenta declarações ou convenções sobre direitos humanos adotadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde a sua instituição, também em 1945.

LEI CAÓ

A discriminação racial só passou a ser considerada crime em 1989, por texto do então deputado pelo **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA** (PDT) Carlos Alberto Caó. A lei leva o seu nome – a Lei Caó. Anteriormente, vigorava a Lei Afonso Arinos, de 1951, a primeira a combater o racismo no Brasil, mas que considerava o preconceito de cor e o racismo uma contravenção. Inexiste estatística oficial sobre o número de processos movidos nesse período.

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Surgiu em 17 de junho de 1979, em Lisboa, fruto do Encontro dos Trabalhistas no Brasil com os Trabalhistas no Exílio, liderados por Leonel Brizola (1922-2004). Seu objetivo era reavivar o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Getúlio Vargas (1883-1954) e presidido por João Goulart (1918-1976), e proscrito pelo Golpe de 1964.

Organização das Nações Unidas (ONU)

A Organização das Nações Unidas é uma instituição internacional formada por 192 Estados soberanos, fundada após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos. Os membros são unidos em torno da Carta da ONU, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional. O Brasil é um país membro fundador da ONU.

As Nações Unidas são constituídas por seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado. Todos eles estão situados na sede da ONU, em Nova York, com exceção do Tribunal, que fica em Haia, na Holanda.

Ligados à ONU há organismos especializados que trabalham em áreas tão diversas como saúde, agricultura, aviação civil, meteorologia e trabalho – por exemplo: OMS (Organização Mundial da Saúde), OIT (Organização Internacional do Trabalho), Banco Mundial e FMI (Fundo Monetário Internacional). Estes organismos especializados, juntamente com as Nações Unidas e outros programas e fundos (tais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF), compõem o Sistema das Nações Unidas.

Fonte: <http://www.onu-brasil.org.br>

Durante muito tempo, na ausência de leis anti-racistas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi utilizada por muitos movimentos negros que surgiram ao longo das décadas de 1940 e 1950. Por quê?

Em seus primeiros artigos, talvez os mais citados, o documento declara que:

Art. 1º – Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros com espírito de fraternidade.

Art. 2º I – Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Na ausência de leis anti-racistas, a Declaração Universal de Direitos Humanos funcionou como jurisprudência e base para a busca de cidadania e para a luta por direitos sociais. Ela foi também uma importante voz contra a discriminação.

Segundo Hédio Silva Jr.:

Conforme definição consagrada pelos organismos internacionais, discriminação é “qualquer distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito anular ou destruir a igualdade de oportunidade e tratamento”. Com base nesta definição, pode-se afirmar que existe discriminação sempre que uma pessoa seja impedida de exercer um direito (ao trabalho, por exemplo), por motivos injustificados, arbitrários, racistas, não podendo usufruir das mesmas oportunidades e do mesmo tratamento de que gozam outras pessoas, em função da raça, sexo, idade ou qualquer outro critério arbitrário.

Se contra o preconceito cabe ação persuasiva, contra a prática discriminatória cabe, sim, a sanção estatal, a punição. Mas não apenas; para além de sanções punitivas, que, aliás, reclamam leis mais hábeis e abrangentes, impõe-se a adoção de sanções premiais para instituições que adotarem programas de promoção da igualdade (2000, p. 11).

A primeira lei considerada contra a discriminação racial foi a de número 1.390, de 1951, conhecida como Lei Afonso Arinos. Contava com nove artigos e foi promulgada no Rio de Janeiro pelo então presidente Getúlio Vargas. Nos artigos que selecionamos a seguir, veremos que a lei Afonso Arinos constituía a discriminação racial como contravenção penal, podendo o agente desta discriminação receber pena de prisão simples, ou simplesmente pagar uma multa:

Art. 1º – Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 5º – Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6º – Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas,

por preconceito de raça ou de cor. Pena: perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente de repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Com esta lei, uma multa de apenas R\$ 0,50 (valores atualizados por Carneiro, em 2000) reparava os danos. Para muitos militantes do movimento negro, como por exemplo Sueli Carneiro e Abdias do Nascimento, a lei Afonso Arinos não representou uma modificação real e tampouco respondeu às demandas da população negra. A lei surgia no contexto em que o mito da democracia racial brasileira estava em seu auge. Foram precisos 37 anos (entre 1951 e 1988) para que o racismo se constituísse como crime, inafiançável e imprescritível (sem prazo estabelecido para prescrição).

A Constituição Brasileira de 1988

Nossa oitava Constituição Brasileira de 1988 foi batizada de “Constituição Cidadã”, por seu conjunto de princípios democráticos que ajudam a reger a vida social e política brasileira. Nela, há uma preocupação em garantir a todos a mesma dignidade e a possibilidade de exercício da cidadania. Para tanto, é preciso considerar que existem diferenças étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas e desigualdades sociais que devem ser consideradas, para que a igualdade seja alcançada. Em destaque alguns artigos:

Artigo 1º: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

Artigo 3º: Os objetivos fundamentais da República são:

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

Artigo 4º: A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;

Artigo 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza;

XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais;

XLI I – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

A constituição de 1988 consagra a luta e os esforços dos movimentos negros constituídos ao longo do século XX.

Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei Caó)

O autor da lei que trata o racismo como crime, o deputado Carlos Alberto de Oliveira Caó (PDT-RJ) – jornalista, ex-secretário do Trabalho do estado do Rio de Janeiro – integrava, à época, a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, quando legislava a respeito da tipificação do crime de racismo. Ele obteve uma ampla votação: 520 votos favoráveis, 2 contrários e uma abstenção. Destacamos alguns trechos da lei (DATAFOLHA, 1995).

Art. 1º – Serão punidos, na forma desta lei, os crimes de preconceitos de raça ou de cor.

{...}

Art. 3º – Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 4º – Negar ou obstar emprego em empresa privada:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 5º – Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.

Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.

Art. 6º – Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau:

Pena – reclusão de 3 (três) a 5 (cinco) anos.

Parágrafo único – Se o crime for praticado contra menor de 18 (dezoito) anos a pena é agravada de 1/3 (um terço).

Art. 7º – Impedir acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar.

Pena – reclusão de 3(três) a 5 (cinco) anos.

Art. 8º – Impedir acesso ou recusar atendimento em restaurante, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público:

Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.

Art. 9º – Impedir acesso ou recusar o atendimento em estabelecimento esportivos, casas de diversões ou clubes sociais abertos ao público:

Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.

Art. 10 – Impedir acesso ou recusar atendimento em salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades:

Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.

Art. 11 – Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos.

Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.

Art. 12 – Impedir o acesso ou o uso de transportes públicos, como aviões, navios, barcas, barcos, ônibus, trens, metrô ou qualquer outro meio de transporte concebido:

Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.

Art. 13 – Impedir ou obstar o acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas.

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Art. 14 – Impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social:

Pena – reclusão de 2(dois) a 4 (quatro) anos.

{...}

Art. 16 – Constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a 3 (três) anos.

{...}

Art. 18 – Os efeitos de que tratam os artigos 16 e 17 desta Lei não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença.

{...}

Art. 20 – Praticar, induzir, ou incitar, pelos meios de comunicação social ou por publicação de qualquer natureza, a discriminação ou preconceito de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Parágrafo 1º – Poderá o juiz determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob a pena de desobediência:

I – o reconhecimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;

II – a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

Parágrafo 2º – Constitui efeito de condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido.

A criminalização do racismo

A Lei Caó em conjunto com a Constituição de 1988 formaram base legal para a tipificação e a criminalização do racismo. Mesmo assim, ainda se pode encontrar alguns entraves nessa questão. O primeiro é que poucas pessoas denunciam que foram vítimas de racismo. O segundo é que, mesmo com a existência da lei, não há uma disposição do judiciário em julgar o racismo como crime, e sim como delito. Para alguns juristas, isso acontece pela persistente idéia de que no Brasil vivemos numa democracia racial.

Vejamos: em 1995, o livro *O racismo cordial* constatou que a lei conseguia punir poucos casos. O titular da Delegacia de Crimes Raciais de São Paulo assim explicava esse fato:

Quase tudo que aparece é injúria, ou nem isso, diz. Ele explica como são interpretadas, perante a lei, as acusações de suposto crime de racismo. “Quando uma pessoa chama a outra de

‘macaco’, isso é injúria. Se a ofensa for chamar alguém de ‘ladrão’, sem provar, isso é calúnia. E no caso de um profissional classificar o outro de ‘incompetente’, aí é difamação. Tudo isso aí é muito confundido com racismo, principalmente quando há um branco e um negro envolvidos” (p.25).

Por isso, desde 1997, a injúria (ofensa à dignidade ou ao decoro de alguém) que seja baseada em cor, raça/etnia passou a ser qualificada e implicar pena maior. O deputado Paulo Paim (PT-RS) equiparou a pena de injúria relacionada à raça ou cor à mesma punição da Lei Caó: três anos de prisão e multa.

Mesmo assim, ainda há no Brasil poucos processos por crime de racismo. Em levantamento (dos anos de 1995 a 1999) do Ministério das Relações Exteriores feito para a Conferência de Durban, ocorrida na África do Sul em 2001, havia menos de 150 processos em todo país. No Rio de Janeiro e em São Paulo eram apenas 25 ações penais.

Além da legislação, quais seriam as possíveis ações de conscientização da população em uma luta anti-racista? E como isso efetivamente tem sido realizado?

Iniciativas contra o racismo

DISQUE RACISMO

Centro de Referência
Nazareth Cerqueira
contra o racismo
e o anti-semitismo
(CERENA – RJ)
<http://www.disqueracismo.com.br/>

O DISQUE RACISMO (Figura 15.1) foi implementado em 2000 pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro. O nome é uma homenagem ao Coronel da Polícia Militar Nazareth Cerqueira, negro, que foi assassinado em outubro de 1999.



Figura 15.1: Cartaz de campanha contra o racismo.



Diálogos contra o racismo

<http://www.dialogoscontraoracismo.org.br/forms/default.aspx>



Figura 15.2: Logotipo da campanha Diálogos contra o racismo – Pela igualdade racial.

O grupo Diálogos contra o Racismo (**Figura 15.2**) é formado por 40 organizações da sociedade civil que fazem parte do Observatório da Cidadania. Essas instituições têm atuações bastante diversas, tratando assim de um amplo leque de demandas e temáticas. A maioria delas não faz parte do movimento negro, e seus coordenadores imaginam ser este o diferencial: brancos falando de racismo, reconhecendo que o problema é de toda a sociedade.

Observatório da Cidadania

Criada para monitorar ações de desenvolvimento social, a Social Watch (Observatório da Cidadania em português, Control Ciudadano em espanhol) é uma rede mundial de grupos de cidadãos e organizações civis sem fins lucrativos, que estimula a atuação em redes e a troca de informações sobre estratégias bem-sucedidas de combate à pobreza e a discriminação de gênero e étnico-racial.

Ela publica um relatório anual (em inglês, português, espanhol e italiano) e relatórios locais, nacionais e regionais, cujas informações são coletadas em fontes oficiais e alternativas, estruturando seus próprios indicadores de desenvolvimento social.

Selecionamos dois artigos do relatório de 2005, que servem como exemplo do trabalho desenvolvido pelo Observatório da Cidadania:

- *A luta continua – O combate ao racismo no Brasil pós-Durban, por Jurema Werneck.*

http://www.socialwatch.org/en/informelmpreso/pdfs/panorbrasileirod2005_bra.pdf

- *Gênero e pobreza: desigualdades entrelaçadas, pela equipe de pesquisa do Social Watch.*

http://www.socialwatch.org/en/informelmpreso/pdfs/tematicosb2005_bra.pdf

Outras leis que proíbem a discriminação e que garantem os direitos civis de todos os brasileiros

1. Código Penal – A Lei 9.459 de 13 de maio de 1997: acrescenta o parágrafo 3º no Artigo 140º do Código Penal, como crime de injúria real, no caso da injúria consistir na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem, e a pena de 3 anos de reclusão e multa. Trata-se da proteção da honra subjetiva da pessoa.

2. A Lei também coíbe a discriminação na mídia – Lei 8.081 de 21 de setembro de 1990, altera a Lei 7.716, a Lei Caó, Artigo 20º – Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, a pena é de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Parágrafo 2º – Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza, a pena é de reclusão de 2 a 5 anos e multa.

3. Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990: dispõe no Artigo 37, que é proibida toda a publicidade enganosa ou abusiva. E no parágrafo 2º: “É abusiva, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza (...).”

4. No Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Na proteção da criança e do adolescente, dispõe no seu:

Artigo 5º – Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão a seus direitos fundamentais.

5. Na lei da Tortura: A Lei 9.455 de 7 de abril de 1997 prevê em seu Artigo 1º, inciso I, letra c: “Constitui crime de tortura:

I – constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

c) em razão de discriminação racial ou religiosa.”



ATIVIDADE

1. Leis anti-racistas

Apresentamos nesta aula algumas leis que tiveram relevância na luta anti-racista no Brasil. Gostaríamos que, para esta atividade, você relese os artigos da legislação anti-racista brasileira e analisasse a matéria jornalística que apresentamos a seguir. O objetivo dessa atividade é destacar os avanços trazidos pela legislação anti-racista.

Radialista diz que assalto é coisa de preto

Às 12h do dia 9 de abril de 1991, Itamar Alves de Oliveira apresentava seu programa diário na rádio São Carlos FM. Após narrar um crime de furto, o locutor lançou contra os criminosos: “Cana neles, principalmente no preto. Aliás, só podia ser preto”.

Oliveira foi condenado, em 1995, a dois anos de reclusão por incitar a prática racista em meio radiofônico.

O locutor – mais conhecido em São Carlos (SP) como Oliveira Jr. – diz ter sido desfavorecido, pois membros do movimento negro municipal teriam influenciado o julgamento. Na ocasião, o acusado não apresentou a cópia da fita em que estava supostamente gravada a frase racista.

Oliveira, que continua na mesma rádio, não quis comentar. “Tanta coisa boa para falar e a gente vai falar de racismo”.

Paulo Duarte, advogado de Oliveira, diz que hoje não vê racismo contra o negro no Brasil e defende o locutor.

“A intenção de Itamar não foi racista. Quando ele disse – ‘tem que prender esse negro mesmo’, ele poderia ter falado ‘tem que prender esse cabeludo’, ou esse ‘viado’”, diz.

Folha de S. Paulo, 13 de outubro de 2001 – Caderno Folha Trainee

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/menosiguais/xx1310200110.htm>

Disserte sobre o caso (em 10 linhas), destacando os artigos da legislação anti-racista que apresentamos nessa aula.

RESPOSTA COMENTADA

Podemos observar que o exemplo anterior contraria a Constituição Brasileira, o Código Penal e a Lei Caó, que trata o racismo como crime inafiançável.

A LUTA ANTI-RACISTA NA ESCOLA: A PROPÓSITO DA DIÁSPORA E DO ATLÂNTICO NEGRO

Por que falar da diáspora negra e do Atlântico negro que se tornaram tão importantes na luta anti-racista? Por que esta perspectiva foi adotada nas escolas?

A diáspora africana

Diáspora define o deslocamento, normalmente forçado ou incentivado, de grandes massas populacionais originárias de uma zona determinada para várias áreas de acolhimento distintas. O termo diáspora é usado com muita frequência para fazer referência à dispersão do povo judeu no mundo antigo, a partir do exílio na Babilônia no século VI a.C. e, especialmente, depois da destruição de Jerusalém no ano de 135 d.C. Em termos gerais, diáspora pode significar a dispersão de qualquer povo ou etnia pelo mundo. Com o objetivo de explicar a dispersão ocorrida com os descendentes de africanos, o termo foi tomado de empréstimo da experiência da comunidade judaica. Assim, o termo passou a ser utilizado por religiosos e intelectuais ligados às tradições africanas para se referir à dispersão.

Os homens e mulheres que foram trazidos como escravos para o Brasil partiram de diferentes pontos da África. Na viagem, trouxeram as culturas de seus grupos étnicos. No Brasil, desembarcaram em vários portos, como o de Salvador, na Bahia, e no porto do Rio de Janeiro. Lá, eram vendidos para trabalhar como escravos em diferentes lugares do nosso território. A **Figura 15.3** mostra algumas rotas de viagem dos navios negreiros para o nosso país.

A diáspora africana deu início a um processo de criação, invenção e recriação das tradições africanas, visando à preservação dos laços de identidade, cooperação e solidariedade. Por meio dessa rede de interação, esses povos preservaram marcas visíveis das culturas africanas.

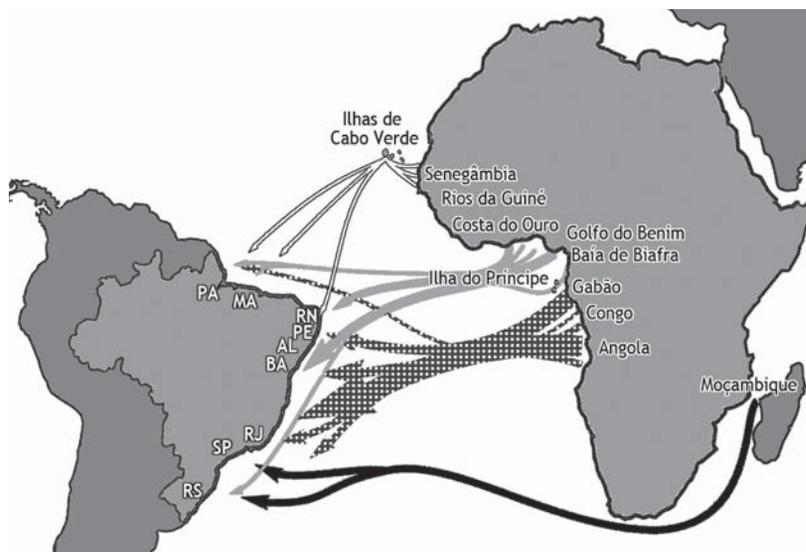


Figura 15.3: Mapa da diáspora.

Fonte: Calendário 2006: Meu Brasil Africano: Minha África Brasileira – SECAD/MEC, BID, UNESCO

O historiador norte-americano Joseph Harris (1929-), professor da Howard University, começou a produzir, ainda na década de 1960, o mapa da diáspora africana, o qual mostra os caminhos da dispersão dos africanos pelo mundo afora. Publicado em 1990, esse mapa mostra também que os árabes já traficavam negros da África para a Ásia bem antes dos europeus.

O ATLÂNTICO NEGRO

Gilroy (2000) considera que as culturas e as identidades negras são indissociáveis da experiência da escravidão moderna (nas Américas) e de sua herança racializada espalhada pelo Atlântico. É na memória da escravidão e na experiência do racismo e do terror racial que se funda politicamente a identidade cultural dos negros no Ocidente. Gilroy aborda radicalmente a identidade negra como construção política e histórica marcada pelas trocas culturais por meio do Atlântico. Segundo o autor, em se tratando de identidade negra, a questão das origens interessa menos que as experiências de desenraizamento, deslocamento e criação cultural. Essas experiências se produziram desde o tráfico negreiro, trauma original, até as mais diversas experiências de encantamento e estranhamento em viagens e exílios entre América, Europa e África.

Pensar as identidades e culturas negras entendidas sob a perspectiva da diáspora permitiu a Gilroy não apenas entender a historicidade e a multiplicidade das configurações culturais negras, mas também, no limite, tentar superar a noção de raça como estruturadora dessas culturas e identidades. As identidades negras da diáspora, culturalmente híbridas e dinâmicas, construíram-se não apenas a partir da memória do trauma original da escravidão e da vivência posterior da violência racial e do racismo, mas também a partir de uma experiência radical de desenraizamento e de uma constante metamorfose cultural e estrutural. Assim, Gilroy introduziu a noção de Atlântico Negro, visando englobar todas as diversas configurações culturais existentes no Novo Mundo.

Por uma sociedade anti-racista

Após a criação da Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –, em 20 de novembro de 2003, foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), por meio do decreto nº 4.886. Ela apresenta diretrizes para todas as áreas do governo e da sociedade brasileira, voltadas para seis ações programáticas: implementação de um modelo de gestão da política de promoção da igualdade racial; apoio às comunidades remanescentes de quilombos; ações afirmativas; desenvolvimento e inclusão social; relações internacionais e produção de conhecimento.

O Projeto A Cor da Cultura

A partir de uma parceria entre a Seppir, a Petrobras, o Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro (Cidan), a Rede Globo, a Fundação Roberto Marinho, o Canal Futura, com o apoio do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura, o projeto A Cor da Cultura, lançado em agosto de 2004, viabilizou a produção de cinco séries de audiovisuais com 56 programas sobre a história afro-brasileira. Os programas são base para atividades de mobilização e formação presencial de professores. O kit de capacitação é composto por: fitas VHS, um livro, três cadernos metodológicos, um dicionário de línguas africanas e um jogo educativo. As produções foram veiculadas pela TV Globo, Canal Futura, TVE e por meio de um *website*.

POR UMA SOCIEDADE ANTI-SEXISTA

O que significa a luta por uma sociedade anti-sexista? Para muitos, uma sociedade anti-sexista é a que se caracteriza pela equidade (ver conceito na Aula 11) no tratamento entre os gêneros. Isso englobaria temas como remoção da discriminação sexual, incluindo a discriminação por orientação sexual, igualdade de *status* para as mulheres, introdução de regulamentos contra assédio sexual e de cotas que garantam a representatividade feminina (STROMQUIST, 1996), como também vimos na Aula 11.

Essas medidas se fazem necessárias, pois as mulheres, mesmo em países mais desenvolvidos, vivem uma situação de visível segregação ocupacional, com um diferencial de renda que demonstra que os homens estão em vantagem competitiva e que elas têm um índice mais alto de analfabetismo do que eles.

Stromquist (1996) afirma que no Brasil uma mulher negra, moradora do meio rural apresentará maiores dificuldades de inserção educacional que outros grupos, por exemplo.

Precisamos ter em mente que, mesmo nos países mais desenvolvidos, o Estado acaba por moldar

as relações de gênero através de regulamentações relativas ao divórcio, ao casamento, ao aborto, à anticoncepção, à discriminação salarial, à sexualidade, à prostituição, à pornografia, ao estupro e à violência contra a mulher (STROMQUIST, 1996 apud WALBY, 1990).

Essa inserção do Estado acaba também por moldar a relação em que a sociedade tem com a orientação sexual e com os *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros de um modo geral. É preciso reconhecer que uma educação anti-sexista é tão necessária quanto o princípio de igualdade de oportunidades.

O ANTI-SEXISMO NA ESCOLA

Eliane Cavalleiro afirma que é preciso “pensar uma educação anti-racista e anti-sexista, desde a educação infantil até o ensino superior”.

Isso significa que as políticas públicas de gênero na educação devem promover mudanças significativas dentro do sistema educacional, trazendo para discussão em sala de aula, exemplos do cotidiano que:

1. vão além das definições convencionais de feminilidade e masculinidade;
2. não reproduzam uma divisão rígida de papéis – “meninas são comportadas”, “meninos são agressivos”, “meninas fazem balé”, “meninos fazem judô”, “isso é brincadeira de menina”, “isso é brincadeira de menino”;
3. combatam um discurso homofóbico.

Acreditamos que os agentes desse trabalho são os profissionais da educação. Esses irão, junto com seus alunos, aprender a desconstruir preconceitos, exercer sua cidadania e “aprender a diversidade sem perder-se na fragmentação” (CASTRO, s/d).

ATIVIDADES



2. Pai contra Mãe

Propomos que você, nesta atividade, leia o conto *Pai contra mãe*, do escritor afro-brasileiro Machado de Assis. O conto é bastante atual, pois nos dá a oportunidade de refletir sobre desigualdades sociais, raciais e de gênero encontradas em pleno século XIX.

Destaque os casos de racismo e sexismo presentes nesse conto e observe, por meio do filme *Quanto vale ou é por quilo?* dirigido por Sérgio Bianchi (2005, drama), a contemporaneidade desse tema. Cabe informar que o filme é inspirado no referido conto.



Você encontrará o conto no *site*:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000245.pdf>.

RESPOSTA COMENTADA

O conto de Machado de Assis é muito rico e traz uma possibilidade enorme de interpretação do que seriam as desigualdades existentes na época, e como elas persistem ainda hoje.

3. Fenótipo e acesso à escola em indivíduos da mesma família.

O sociólogo americano Edward Telles, baseado em dados do Censo de 1991, analisou famílias brasileiras com filhos de idade aproximada e fenótipos diferentes. O pesquisador verificou que, entre as crianças com idade por volta dos 10 anos, 47% dos irmãos brancos da amostra estavam na série apropriada, em comparação com 37% dos seus irmãos negros. Entre as irmãs brancas e negras, essas diferenças, quando existiam, eram menores. Procure listar as possíveis causas que provocam as desigualdades mencionadas pelo pesquisador (PNUD, 2005, p. 71).

RESPOSTA COMENTADA

Edward Telles conclui que, posto que os irmãos estão evidentemente sujeitos a idênticas condições familiares, as diferenças podem ser geradas tanto pelo tratamento diferenciado recebido na escola quanto pelos tratamentos diferenciados recebidos no próprio lar.



MOMENTO PIPOCA

Os filmes se mostram como uma excelente técnica para a discussão da questão étnico-racial. A educadora Edileuza Penha de Souza (2006) organizou uma coletânea de textos na qual tratou o cinema nacional e internacional como um importante veículo didático para implementação da Lei 10.639/2003 (obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana). Nas nossas aulas anteriores, procuramos, na medida do possível, indicar alguns filmes relacionados àqueles temas, para ampliar seus conhecimentos e utilizá-los em sua própria prática profissional.

Acreditando que “a magia da sala escura possa ser ressignificada ou recriada e transportada para a sala de aula”, vários autores sugerem mais filmes nacionais e estrangeiros que relacionamos a seguir. Nosso objetivo é que você perceba a importância da linguagem cinematográfica na luta contra o preconceito de uma forma geral.



Macunaíma. Direção: Joaquim Pedro de Andrade. 1969. Comédia.

Esse filme é baseado na obra de Mário de Andrade: *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, publicada no Brasil em 1928.

Xica da Silva. Direção: Cacá Diegues. 1976. Comédia.

A Coroa Portuguesa envia um contratador para desvendar as artimanhas da elite

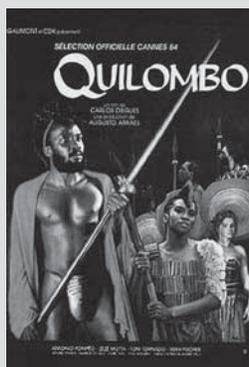
colonial mineira. Em Minas Gerais, esse homem descobrirá muito mais sobre a sociedade da época com a escrava Xica da Silva, a “Imperatriz do Tijuco Preto.”



Chico Rei. Direção: Walter Lima Jr. 1982. Drama.

Galanga é um rei africano escravizado que chega aos garimpos brasileiros do século XVIII, onde, rebatizado, iniciará a luta por liberdade junto com os seus companheiros.





Quilombo. Direção: Cacá Diegues. 1984. Aventura.

Por volta de 1650, um grupo de escravizados se rebela num engenho em Pernambuco e vai para o quilombo dos Palmares. Dentre os escravos que realizam a rebelião estão Ganga Zumba e Zumbi.

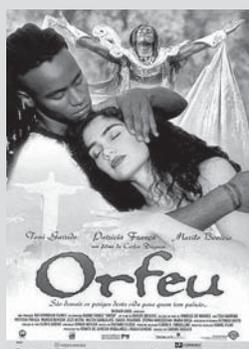
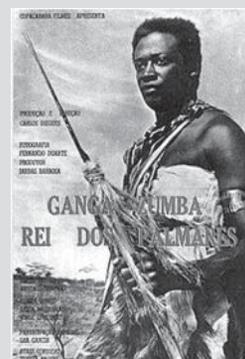
Ganga Zumba.

Direção: Cacá Diegues. 1964. Drama.

Conta a formação de

uma comunidade de

negros fugidos da escravidão para uma região situada na Serra da Barriga, e de alguns escravos que tramam a fuga para lá. Entre eles, encontra-se o jovem Ganga Zumba, futuro líder daquela república revolucionária, a primeira de toda a América.



Cartaz do filme *Orfeu* (1999)

Orfeu. Direção: Cacá Diegues. 1999. Drama.

O filme foi inspirado na peça *Orfeu da Conceição*, de Vinicius de Moraes (1956) e no filme *Orfeu negro*, de Marcel Camus (1959). O drama se passa em uma favela carioca onde Orfeu e Eurídice se apaixonam, como na mitologia grega. A tragédia se desenrola durante os preparativos do desfile da Escola de Samba da localidade.



Cartaz do filme *Orfeu negro* (1959)



Pierre Verger – Mensageiro entre dois mundos. Direção: Lula Buarque de Holanda. 1998. Documentário.

Documentário sobre a vida e a obra do fotógrafo e etnógrafo francês Pierre Verger (1902-1996), radicado na Bahia desde 1946, com ênfase no seu envolvimento com o candomblé. No documentário, está a última entrevista de Verger, concedida a Gilberto Gil na véspera de sua morte.



Cruz e Sousa – O poeta do desterro. Direção: Sylvio Back. 2000 Drama.

O filme trata da vida, obra e morte do poeta catarinense João da Cruz e Sousa (1861-1898) cuja importância para a literatura brasileira foi imensa. Ele foi um dos principais representantes do simbolismo no Brasil e considerado o maior poeta negro da língua portuguesa.



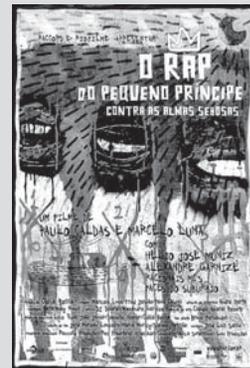
A negação do Brasil. Direção: Joel Zito Araújo. 2000. Documentário.

O filme retrata os preconceitos, tabus e a trajetória de personagens negros nas telenovelas brasileiras, assinalando a força e as influências que as telenovelas exercem nos processos de identidade étnica dos brasileiros.

O rap do pequeno príncipe contra as almas sebosas.

Direção: Paulo Caldas e Marcelo Luna. 2000. Documentário.

Jovens moradores da periferia do Recife falam e vivem situações de violência e, por meio de suas ações, procuram interferir e modificar a comunidade local. Na trama, o *hip hop* ganha centralidade, apontado com um dos caminhos de inclusão social para a juventude negra e pobre.



Domésticas. Direção: Fernando Meirelles e Nando Olival. 2001. Comédia.

O filme trata do universo dos trabalhadores domésticos de São Paulo. Para a peça teatral que originou o filme, Renata Melo entrevistou trabalhadores domésticos, porteiros, auxiliares de serviços gerais e motoboys que aparecem em filmes e novelas apenas como figuração.





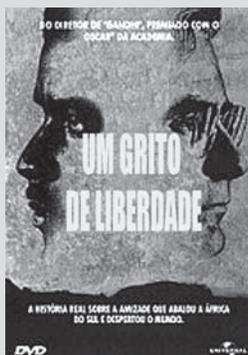
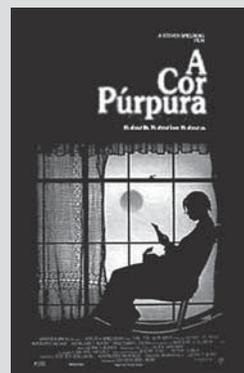
Conrack (*Conrack*/EUA) – Direção: Martin Ritt. 1974. Drama.

O drama se passa nos anos 1960. Um professor branco vai substituir uma professora que estava de licença de saúde em uma ilha habitada por negros na Carolina do Sul. As práticas pedagógicas anti-racistas desse professor despertam a auto-estima nos alunos negros, estimulando a organização dos membros dessa localidade em favor de seus interesses.

A cor púrpura (*The Color Purple*/EUA)

– Direção: Steven Spielberg. 1985. Drama.

Em uma pequena cidade americana uma jovem negra de apenas 14 anos é violentada pelo pai e se torna mãe de duas crianças. O filme trata da trajetória dessa jovem que vive separada de sua irmã, a única pessoa que a ama.



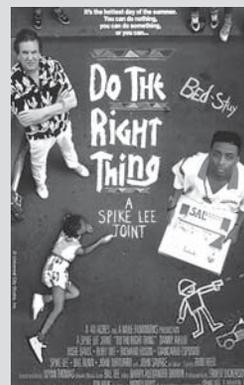
Um grito de liberdade (*Cry Freedom*/Inglaterra) – Direção: Richard Attenborough. 1987. Drama.

O filme narra a história do encontro do jornalista sul-africano Donald Woods e o ativista negro Steve Biko. Ambos lutam contra o *apartheid*. Biko é assassinado e Woods, perseguido, foge da África do Sul.

Faça a coisa certa (*Do the right thing*/EUA)

– Direção: Spike Lee. 1989. Drama.

Um ativista exige que o dono de uma pizzeria de um bairro de predominância negra troque as fotos de seus ídolos brancos por fotos de astros de cor. Ao ter seu pedido negado, ele passa a organizar um boicote contra o estabelecimento.



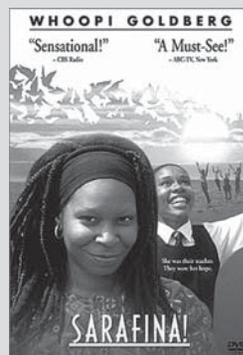


Malcolm X (Malcolm X/EUA) – Direção: Spike Lee. 1992. Drama.

Biografia do líder afro-americano. Malcolm X prega uma doutrina de ódio contra o homem branco. Até que, em uma peregrinação a Meca, abranda suas convicções.

Sarafina (Sarafina!/EUA) – Direção: Darell James Roodt. 1993. Drama.

Na África do Sul, em pleno *apartheid*, uma professora ensina História, fugindo do currículo aprovado pelo regime. Sarafina é uma aluna negra que relata a história dessa professora sobre a forma de uma carta dirigida a Nelson Mandela.



Crash – No limite (Crash/EUA) – Direção: Paul Haggis. 2004. Drama.

O roubo de um carro de luxo provoca o encontro de pessoas das mais variadas classes sociais e origens étnicas em Los Angeles.



Hotel Ruanda (Hotel Rwanda/Estados Unidos, Itália e África do Sul). Direção: Terry

George. 2004. Drama.

Em meio a um conflito étnico que matou quase um milhão de pessoas em menos de quatro meses, um homem abre o hotel que gerencia para abrigar a maior quantidade possível de pessoas.

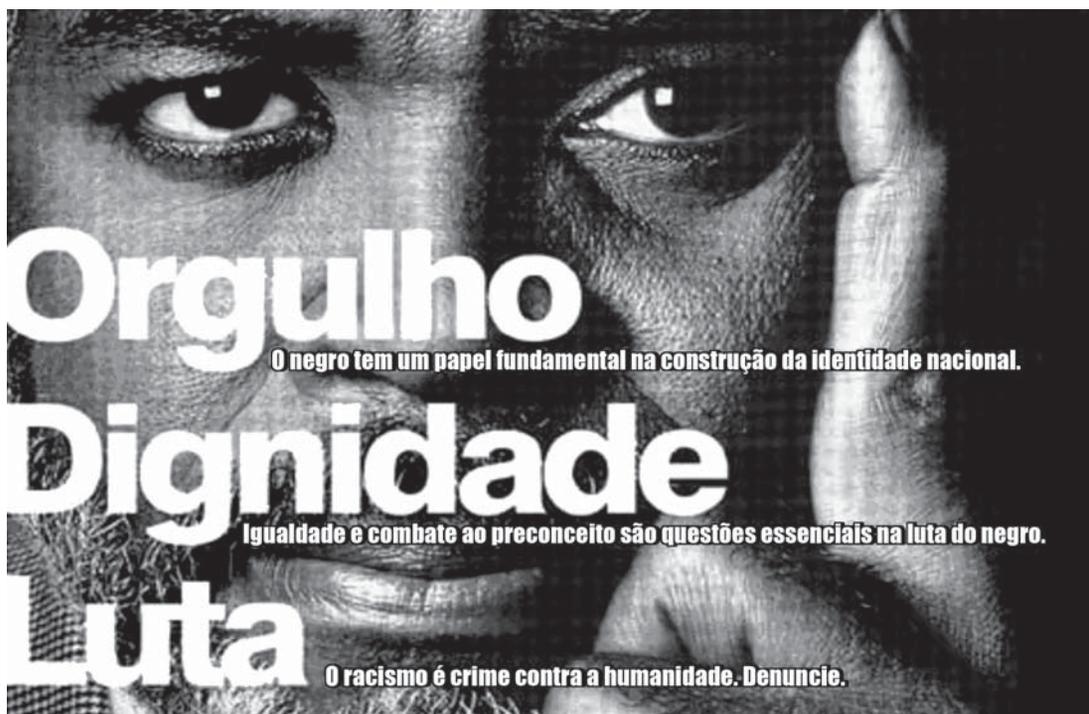


CONCLUSÃO

Precisamos construir as bases para uma sociedade anti-racista e anti-sexista em que as desigualdades sociais, de gênero e de raça sejam amplamente discutidas e o racismo e o preconceito sejam erradicados. Dessa maneira, podemos pensar em um país com menos disparidades socioculturais.

ATIVIDADES FINAIS

Boxe Grupo de Estudos



1. Observe como o papel do negro na sociedade e a luta contra o racismo são apresentados na campanha anterior.
2. A partir de sua observação, disserte (em 15 linhas) sobre a campanha e o que ela efetivamente passa para você, seus significados e suas perspectivas.
3. Vá até Grupo de Estudos na plataforma do CEDERJ, procure o grupo desta disciplina e clique no *link* Atividade Final, Aula 15. Lá, você poderá conhecer as opiniões dos seus colegas e participar do fórum.

Não sabe como acessar os grupos de estudos? Procure a direção do Pólo e peça o folheto com as instruções. Depois disso, entre em contato com seu tutor a distância ou envie um *e-mail* para comunidadesvirtuais@gmail.com.

RESPOSTA COMENTADA

As atividades sugeridas perpassam por diversas questões abordadas em nosso curso tais como a construção da identidade nacional e a luta por direitos e práticas anti-racistas.

RESUMO

É necessária a promoção de políticas públicas de Estado voltadas para o fortalecimento da igualdade de oportunidades e de tratamento, assim como o combate a todas as formas de discriminação de gênero e raça presentes até então em nossa sociedade. O Brasil pós-racista e pós-sexista construirá sua história sem discriminação e com justiça social.

Questões Étnicas e de Gênero

Referências

Aula 1

- FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GEERTZ, C. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GREGORI, M. F. Estudos de gênero no Brasil (comentário crítico). In: MICELI, Sérgio. (Org.) . *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, 1999. (Sociologia; v. 2)
- HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio. (Org.) . *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, 1999. (Sociologia; v. 1)
- LARAIA, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- OUTHWAIT, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- PIERUCCI, A. F. *Cilada da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- ROCHA, E. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SCHWARCZ, L. K. M. Questão racial e etnicidade. In: MICELI, Sérgio. (Org.) . *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, 1999. (Sociologia; v. 1)

Aula 2

- BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. In: GRUPIANI, L. D. B. (Org.) . *Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?* Brasília, DF: MEC/SEF, 2002.
- DAMATTA, R. *Relativizando*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DEL PRIORI, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: EDIOURO, 2001.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

SALZANO, F. M.; FREIRE-MAIA, N. *Populações brasileiras*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

Aula 3

ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, M. de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1997.

DAMATTA, R. et al. *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

SEYFERTH, G. Identidade, território, pertencimento. *Psicologia e Práticas Sociais*, Instituto de Psicologia da UERJ, v. 2, n. 1, 1994-1995.

Aula 4

AFIGUEIRA, V. M. O preconceito racial na escola. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, n. 18, p. 63-72, 1990.

TURRA, C.; VENTURI, G. (Org.). *Racismo cordial*. São Paulo: Ática, 1995.

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

PETRUCCELLI, J. L. *A cor denominada: um estudo do suplemento da pesquisa mensal de emprego de julho de 1998*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 55p. (Texto para discussão, n. 3)

_____. *A Declaração de Cor/Raça no Censo 2000: um estudo comparativo*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002. 24p. (Textos para discussão, n. 6)

SANSONE, L. *Negritude sem etnicidade*. Salvador : EDUFBA, 2004.

TELLES, E. E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

Aula 5

CUNHA, Euclides. da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1952.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FIGUEIRA, V. M. O preconceito racial na escola. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, n. 18, p. 63-72, 1990.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

GRANT, Madison. *The Passing of the Great Race*. New York: Charles Scribner's Sons, 1916.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional x identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: EDUSP, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RUGENDAS, J. M. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1940.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

Aula 6

BRASIL. MEC. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, DF: MEC, 2004.

ELIAS, R. Preferência Nacional. In: NOSSA História. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ano 1, n. 4, p. 34-37, fev. 2004.

FRY, P. Feijoada e soul food 25 anos depois. In: FRY, P.; ESTERCI, N. (Org.). *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GILROY, P. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: UCM/Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMENSORO, M. L. *Pequeno dicionário de gastronomia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MARQUESE, R. de B. História, antropologia e a cultura afro-americana: o legado da escravidão. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004.

MINTZ, S.; PRICE, R. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

THORNTON, J. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Aula 7

BRASIL. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, CNE. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

DAMATTA, R. *O que faz o Brasil Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

GONÇALVES. M. A. R. Brasil, meu Brasil brasileiro: notas sobre a construção da identidade nacional. In: GONÇALVES. M. A. R. (Org.). *Educação e Cultura: pensando em cidadania*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, S; SOVIK, L. (Org.). *Da diáspora : identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Aula 8

- BIRMAN, P. *O que é umbanda*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos)
- CACCIATORE, O. G. *Dicionário de cultos Afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.
- CAROSO, C. ; BACELAR, J. (Orgs.). *Faces da tradição Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 1999.
- MAGGIE, Y. *Medo de feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1992. Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 3.
- PIERUCCI, A. F. Bye bye, Brasil: o declínio das religiões tradicionais no censo de 2000, *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, 2004.
- PRANDI, R. *Herdeiras do Axé*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Diversidade Religiosa e Direitos Humanos*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.
- REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Fé na África – Religiões Afro-brasileiras: um encontro de crenças, raças e etnias. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, dez. 2005.

Aula 9

- ALMEIDA, T. V. de. A batida da sedução. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 1, n. 8, p. 16-21, fev./mar. 2006.
- DA MATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 198.
- LOPES, Nei. *O toque do Atabaque*. São Paulo. Duetto Editorial, 2006. (Temas Brasileiros, n. 3: Presença Negra).
- MELLO E SOUZA, L. Calundu e seus significados. *Nossa História*, Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, ano 1, n 7, p. 98, maio 2004.
- MELLO E SOUZA, M. de. *Reis e rainhas no Brasil*. São Paulo: Duetto Editorial, 2006. (Temas Brasileiros; n. 3: Presença Negra)

SANTOS, G. S. dos. Santo Guerreiro. *Nossa História*, ano 1, n. 7, p. 14-20, maio 2004.

SLENES, R. W. Malungu, Ngoma vem! África encoberta e descoberta no Brasil. *Cadernos do Museu da Escravatura*, Luanda: Ministério da Cultura, 1995.

WIKIPÉDIA: a encicloédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 21 jun. 2007.

Aula 10

BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdades e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, v.15, n° 42, fev.2000.

CARDOSO, R. et al. Sete lições da experiência da comunidade solidária. Brasília, DF: Conselho da Comunidade Solidária, 2000.

HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil*: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão; 807)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese dos indicadores sociais - 2005. Estudos & Pesquisa. *Informação demográfica e socioeconômica*, Rio de Janeiro, n. 17, 2006.

PNUD. Puc-Minas. *Indicadores de pobreza e desenvolvimento humano*: uma introdução. Belo Horizonte: PNUD/IDHS/Puc-Minas, 2005.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Humano Racismo: pobreza e violência*. Brasília: PNUD/Brasil, 2005.

Aula 11

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, n. 37, p. 143-166, jan./jun. 2006.

CÉSAR, Raquel. Mapa dos sistemas de reserva de vagas para minorias já implementados nas Universidades Públicas Brasileiras. Disponível em: <http://www.politicasdacor.net/jurisprudencia/mapa/mapa_cotas_universidades_publicas.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2007.

COSTA, F. Em busca de cura para uma ferida milenar: índia enfrenta fantasmas ao tentar criar cotas para castas baixas nas universidades. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, O Mundo. Domingo, 9 jul. 2006.

D'ADESKY, J. Ação afirmativa e igualdade de oportunidades. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/vinteeseite/jacques_27.htm>. Acesso em: 21 jun. 2007.

FUNDAÇÃO PALMARES: Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2007.

IBASE E OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA. *Cotas Raciais, por que sim?* 2. ed. Rio de Janeiro: Ibase e Observatório da Cidadania, 2006.

MEDEIROS, C. A. Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso. In. SANTOS, S. A. (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas américas*. Brasília, DF: MEC/BID/UNESCO, 2005.

MOORE, C. Do marco histórico das políticas de ações afirmativas: perspectivas e considerações. In. SANTOS, S. A. (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas américas*. Brasília, DF: MEC/BID/UNESCO, 2005.

REZENDE, M. A. A política de cotas para negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da educação dos negros e outras histórias*. Brasília, DF: MEC/BID/UNESCO, 2005.

SILVÉRIO, V. R. Ações Afirmativas e diversidade étnica e racial. In. SANTOS, S. A. (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas américas*. Brasília, DF: MEC/BID/UNESCO, 2005.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal>. Acesso em: 21 jun. 2007.

SITES RECOMENDADOS

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, Durban, 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/1693.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2007.

REDE NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. Carta do Rio, Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Intolerância. Disponível em: <<http://www.rndh.gov.br/racismo.html>>. Acesso em: 21 jun. 2007.

SENADO FEDERAL. *Estatuto da Igualdade Racial*. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

Aula 12

BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL Lei LDB/10.639. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, de 9 de jan. 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais – pluralidade cultural*. Brasília: MEC, 1997. v. 10.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SFE, 1998.

CAVALLEIRO, E. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

CEERT. Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Educação: exercitando a definição de conteúdos e metodologias. São Paulo: CEERT, 2004.

GONÇALVES, L. A O.; SILVA, P. G. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*, Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GONÇALVES, M. A. R. Quem será a Branca de Neve? In: VALLE, L. (Org.). *O mesmo e o outro da cidadania*. São Paulo: DP&A, 2000. p. 59-86.

HENRIQUES, R. *Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na educação*, Brasília, DF: UNESCO, 2002.

_____. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 807)

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano Racismo, pobreza e violência. Brasília, DF: PNUD, 2005.

SANTOS, J. R. dos. *A questão do negro na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1990.

SILVA JR., H. Discriminação racial nas escolas. Brasília, DF: UNESCO, 2002.

BRAGA, M. L. S; SOUZA, E. P.; PINTO, A. F. M. (Orgs.) . Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2006. Também disponível em http://diversidade.mec.gov.br/sdm/arquivos/dimensoes_ensino_medio.pdf.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Programa Brasil Quilombola. Brasília, DF: SEPPIR, 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/seppir/>>. Acesso em: 21 jun. 2007.

CHAGAS, M. F. A. política do reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15. p. 209-235, jul. 2001.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

MATTOS, H. M. Políticas de reparação e identidade coletiva no meio rural: Antônio Nascimento e o quilombo São José. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 167-189, jan./jun. 2006.

NASCIMENTO, A. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

NUNES, G. Educação Quilombola. In: SOUZA, E. P.; BRAGA, M. C. C.; BRAGA, M.L.S. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília, DF: MEC/BID/UNESCO, 2006.

REIS, João José. Uma história da liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história do quilombo no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SCHMITT, A; TURATTI, M.C.M; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, SP, n. 10, jan./jun. 2002.

SCHUMAHER, S, BARBOSA, P. C. Quilombos: espaço de resistência de homens e mulheres negros. Brasília, DF: MEC/BID/UNESCO/REDEH, 2005.

BRAGA, M. L. S.; SOUZA, E. P.; PINTO, A. F. M. (Orgs.) . Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília, DF: MEC/BID/UNESCO, 2006. Também disponível no *site* http://diversidade.mec.gov.br/sdm/arquivos/dimensoes_ensino_medio.pdf

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Programa Brasil Quilombola. Brasília, DF: SEPPPIR, 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/seppir/>>. Acesso em: 21 jun. 2007.

CHAGAS, M. F. A política do reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15. p. 209-235, jul. 2001.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

MATTOS, H. M. Políticas de reparação e identidade coletiva no meio rural: Antônio Nascimento e o quilombo São José. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 167-189, jan./jun. 2006.

NASCIMENTO, A. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

NUNES, G. Educação quilombola. In: SOUZA, E. P.; BRAGA, M. C. C.; BRAGA, M. L. S. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília, DF: MEC/BID/UNESCO, 2006.

REIS, João José. Uma história da liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história do quilombo no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SCHMITT, A; TURATTI, M. C. M; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, SP, n. 10, jan/jun. 2002.

SCHUMAHER, S, BARBOSA, P. C. Quilombos: espaço de resistência de homens e mulheres negros. Brasília, DF: MEC/BID/UNESCO; REDEH, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

CARNEIRO, S. Estratégias legais para promover a justiça social. In: GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. *Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, M. G. Gênero e raça: desafios à escola. Disponível em <<http://www.sme.c.salvador.ba.gov.br/documentos/genero-raca.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. Datafolha Instituto de Pesquisas. *Racismo Cordial*. São Paulo: Ática, 1995.

GILROY, P. *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano Racismo: pobreza e violência. Brasília: PNUD, 2005.

SILVA JR, H. Reflexões sobre a aplicabilidade da legislação anti-racismo. Arquivo escrito e apresentado em 2000. Disponível em: <www2.mre.gov.br/ipri/Rodrigo/RACISMO/SAOPAULO%5CPapers%5C1-Hedio%20Silva%20Jr.rtf>. Acesso em: dez. 2000.

SOUZA, E. P. (Org.). *Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 1.0639/2003*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

STROMQUIST, N. P. Políticas públicas de estado e equidade de gênero: perspectivas comparativas comparativas. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, Anped n. 1, p. 27-49, jan/fev/mar./abr.,1996.

ISBN 978-85-7648-511-7



9 788576 485117



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade
Federal
Fluminense



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
UFRRJ



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

Ministério da
Educação



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA